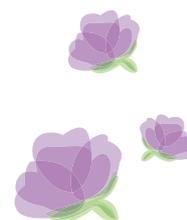


Gênero na
Amazônia



Belém, n. 23, janeiro/junho, 2023



GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

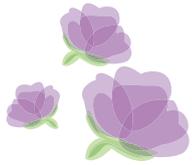


Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

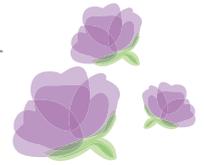
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 23, janeiro/junho, 2023



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFPA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFPA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFPA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFPA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©2023/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Adelma Pimentel
Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Editores do Periódico para Web

João Santiago Lisboa
Ana Carolina Álvares Branco
Adelma Pimentel

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 23 (jan./jun. 2023). - Belém: GEPEM, 2023.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/www.gepem-ufpa.com.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; www.observatorioregional-gepem.com.br

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem Instagram: [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO 09

Maria Luzia Miranda Álvares

Ana Carolina Álvares Branco

Sandra Maria Miranda Álvares

SEÇÃO A

Relatos de Pesquisa Empírica

A Compreensão de Acadêmicas de Terapia Ocupacional Acerca da Cultura do Estupro e suas Implicações em Ocupações de Mulheres 15

La Comprensión de los Estudiantes de Terapia Ocupacional sobre la Cultura de la Violación y sus Implicaciones para las Ocupaciones de las Mujeres

The Comprehension of Occupational Therapy Students about Rape Culture and its Implications for Women's Occupations

Monise Isabelly Sousa Soares

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha

Andréa Bentes Flores

O Enfrentamento da Violência de Gênero pelo Olhar de Mulheres sob Cuidados da Terapia Ocupacional 33

El Afrontamiento de la Violencia de Género a Través de la Mirada de Las Mujeres Bajo el Cuidado de Terapia Ocupacional

Coping with Gender Violence Through the Eyes of Women Under Occupational Therapy Care

Pamela Renata Gomes da Silva

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

A Importância da Atuação do Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres- FEV para a Efetivação dos Direitos das Mulheres no Município de Ananindeua/PA 55

La Importancia del Foro de Combate a la Violencia Contra la Mujer (FEV) Para la Eficacia de los Derechos de la Mujer en el Municipio de Ananindeua/PA

The Importance of the Forum for Combating Violence Against Women (FEV), for the Effectiveness of Women's Rights in the Municipality of Ananindeua/PA

Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho

A Viol ncia Contra a Mulher na Região Norte do Brasil: reflex es a partir da literatura nacional 71

El Panorama de la Violencia Contra la Mujer en el Norte de Brasil: reflexiones desde la literatura nacional

The Panorama of Violence Against Women in the North of Brazil: reflections from the national literature

Thaiza Carvalho Batista Franco de Moura

A Forma o de Professoras do Curso de História pelo PARFOR em Torno das Rela es  tnico-raciais em Cametá (PA) 87

La formación de Profesoras de la Carrera de Historia por el PARFOR en Torno de las Relaciones  tnico-raciales en Cametá (PA)

The Formation of Female Teachers of the History Course through PARFOR on Ethnic-racial Relations in Cametá (PA)

Lenise Mendes Rodrigues

A Representa o de Mulheres Negras na Política Brasileira: um estudo da interseccionalidade entre raça e g nero nas elei es municipais de 2016 e 2020 105

La Representación de las Mujeres Negras en la Política Brasileña: un estudio de la interseccionalidad entre raza y g nero en las elecciones municipales de 2016 y 2020

The Representation of Black Women in Brazilian Politics: a study of the intersectionality between race and gender in the 2016 and 2020 municipal elections

Mariana Costa da Silva

Carlos Augusto da Silva Souza

Jade Neves Moreira

Educação Superior do Campo, Juventude Ribeirinha e Práxis na Amazônia Paraense: a promoção da auto-organização das egressas em seus territórios 125

Educación Superior del Campo, Jóvenes Riverseros y Práctica en la Amazonia Paraense: la promoción de la autoorganización de los graduados en sus territorios

Higher Countryside Education, Youth Ribeirinha and Práxis in the Amazon Paraense: the promotion of self-organization by graduates in their territories

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz

Monica Castagna Molina

Memórias Silenciadas: os modos de viver das quebradeiras de coco de São Miguel do Tocantins 141

Memorias silenciadas: los modos de vivir de las quebraderas de coco de São Miguel do Tocantins

Silenced Memories: the babassu coconut breakers' ways of living from São Miguel do Tocantins

Juscelino Laurindo dos Santos

Wiliana Carneiro Carvalho

Discursos da Mulher Prostituta em Menina que Vem de Itaiara 157

Discursos de la Mujer Prostituta en *Menina que Viene de Itaiara*

Speeches of The Prostitute in *Menina que Vem de Itaiara*

Guthemberg Felipe Martins Nery

Laura Maria Silva Araújo Alves

Mães Acompanhantes de Crianças com Cardiopatia Congênita: vivências em contexto de hospitalização em Belém do Pará 169

Acompañamiento de Madres de Niños con Cardiopatías Congénitas: experiencias en el contexto de hospitalización en Belém do Pará

Accompanying Mothers of Children with Congenital Heart Disease: experiences in the context of hospitalization in Belém do Pará

Amãnda Cristina Ribeiro da Costa

Rivânia da Silva Lima

SEÇÃO B

Relatos de Experiência

Notas sobre a Experiência da Produção Audiovisual como Parte de uma Pesquisa de Doutorado sobre Estupro na(s) Amazônia(s) 187

Apuntes sobre la Experiencia de Producción Audiovisual Durante una Investigación Doctoral sobre Violación en la(s) Amazonía(s)

Notes on the Experience of Audiovisual Production During a Phd Research on Rape in the Amazon(s)

Mailô de Menezes Vieira Andrade

É Torü Maũ: Huito Nuestro Espíritu 203

Mayra Ricardo Zuluaga

Sandra Fernández Sebastián

Relações de Gênero e Cultura Material na Produção da Artista Paraense Elisa Arruda 211

Relaciones de Género y Cultura Material en la Producción de la Artista del Pará (Br) Elisa Arruda

Gender Relations and Material Culture in The Production of Artist from Pará (Br) Elisa Arruda

Maria Cristina Simões Viviani

SEÇÃO C

Resenhas

Resenha do Livro Flor de Gume 227

Reseña del Libro Flor de Gume

Book Review Flor de Gume

Jéssica Pingarilho Batista

Suzana Farias Rabelo

Histórias, saberes e práticas das mulheres nas florestas, nos campos, nas águas, nas cidades das Amazônias: entre imagens e movimentos

Em algumas edições da revista *Gênero na Amazônia*, as propostas de dossiê favoreciam um tema determinante para a distribuição dos olhares sobre múltiplas faces das mulheres amazônicas. No Edital 23/2023, este foco enredou-se no dossiê **“Histórias, saberes e práticas das mulheres nas florestas, nos campos, nas águas, nas cidades das Amazônias: entre imagens e movimentos”**¹. O alargamento temático favoreceu-se de olhares sobre as mulheres e suas pluralidades, com vistas a oportunizarmos debates que não se encerrem neste ou naquele aspecto de suas identidades étnico raciais, ou aqueles referentes às atividades que realizam no chamado mundo do trabalho, ou às atividades referentes às diferentes cosmologias que estão intimamente ligadas aos seus territórios.

Os artigos que recebemos² e que foram aqui publicados estão ligados a questões relativas às realidades de mulheres indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, estudantes, entre outras. A dimensão das artes nas imagens nesse mundo feminino em geral – cinema, poesia, música, literatura – traz à tona as linguagens sobre essas mulheres em suas diferentes expressões de identidades sociais. Como nesse viver das mulheres o aspecto da violência doméstica é um eixo destacado de suas denúncias e dos estudos apresentados, a questão se coloca como uma das evidências mais propositivas e reveladoras de profissionais que tratam da saúde e do corpo feminino.

Os artigos trazem como aportes teóricos e metodológicos a interseccionalidade tão cara aos estudos sobre relações sociais de gênero, geração, raça/etnia e classe social.

O feminismo, nessa ampla margem de trabalhos, se estende por toda a expressão singular desse viver feminino em que o embate se dá pelas margens das rupturas com o sistema patriarcal, que intenta submeter espaços e corpos, mas recebe o impacto da guerra das mulheres contra as hierarquias e o centro do poder que esse sistema opera.

Os artigos tratam dos vários feminismos amazônidas que se mantém fortes nas lutas pelos direitos à diversidade, contra o racismo estrutural étnico-racial-machista, em favor à vida e aos espaços onde transitam.

Os artigos estão divididos em 3 seções: a.) Relatos de Pesquisa Empírica; b.) Relatos de Experiências; e c.) Resenha. Entretanto, nesta Apresentação, agrupam-se entre cinco temáticas: Violência de Gênero e Seus Enfrentamentos; Interseccionalidade na Política e na Academia; Educação e o Modo de Viver na Zona Rural; Mulher, Arte e Literatura; Mulher, Maternidade e Saúde.

O tema *Violência de Gênero e Seus Enfrentamentos* destacou 5 artigos. Dois apresentam pesquisas na área da Terapia Ocupacional, um tratando **“A compreensão de acadêmicas de Terapia Ocupacional acerca da cultura do estupro e suas implicações em ocupações de mulheres”** e o outro sobre **“O enfrentamento da violência de gênero pelo olhar de mulheres sob cuidados da Terapia Ocupacional”**.

O primeiro, assinado por Monise Isabelly Sousa Soares, Ingrid Bergma da Silva Oliveira, Débora Ribeiro da Silva Campos Folha e Andréa Bentes Flores (2023), com base em uma investigação qualitativa, do tipo cartográfica, método que “permite explorar a singularidade emergente das realidades estudadas, além de compreender o modo como vem sendo utilizada nas pesquisas” (IBGE). As participantes do estudo foram 8 acadêmicas de Terapia Ocupacional, com a coleta de dados de modo

¹ Agradecemos à Profa. Dra. Denise Machado Cardoso (PPGSA/UFPA) a parceria na elaboração da justificativa do dossiê.

² Foram recebidos 28 artigos, e após as avaliações duplo cego de pareceristas, para esta edição, foram aceitos 14, ficando alguns a submeter para nova rodada de avaliação, após correções recomendadas.

online via *Google Forms* e 3 encontros presenciais, através de um grupo focal. Nesse aspecto, as autoras procuram “descrever a compreensão de jovens universitárias de um Curso de Graduação em Terapia Ocupacional sobre a cultura do estupro e suas implicações sobre as ocupações de mulheres”.

O segundo artigo, de Pamela Renata Gomes da Silva e Ingrid Bergma da Silva Oliveira, foi realizado “com um grupo de 10 mulheres, acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Ilka Brandão, na cidade de Belém-PA”, utilizando o método do grupo focal, com a abrangência sobre as histórias de vida das mulheres e suas expressividades.

No terceiro artigo sobre a questão da violência contra a mulher, **“A Importância da Atuação do Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres- FEV para a Efetivação dos Direitos das Mulheres no Município de Ananindeua/Pa”**, a autora Máira Bianca Sarmanho propôs-se a demonstrar o protagonismo desse Fórum na efetivação dos direitos das mulheres no município de Ananindeua/PA. Utilizou-se da pesquisa documental, a partir da técnica qualitativa de informação, da revisão bibliográfica e do questionário com dezessete (17) perguntas abertas e fechadas enviado para o e-mail das duas assistentes sociais envolvidas no processo de criação do Fórum. A análise dos dados confirmou esse protagonismo desde sua criação, como instrumento estratégico de fortalecimento e efetividade dos direitos das mulheres, em Ananindeua.

Thaís Carvalho Batista Franco de Moura fez pesquisa exploratória, explicativa e dedutiva e de natureza quantitativa para analisar **“A violência contra a mulher na Região Norte do Brasil: reflexões a partir da literatura nacional”**. Apresenta os índices de feminicídio mais preocupantes nos Estados de Rondônia e Roraima, em 2022, com o cenário do feminicídio em maiores índices em comparação a 2021. O desenvolvimento de políticas públicas e o compromisso dos gestores públicos, além do corte na liberação de armas, seriam as possibilidades para arrefecer o índice de violência contra a mulher e de feminicídio no Brasil.

O quinto texto com o foco na violência doméstica contra a mulher, **“Notas sobre a experiência da produção audiovisual durante uma pesquisa de doutorado sobre estupro na(s) Amazônia(s)”**, da autora Mailô Andrade, reflete sobre a experiência de produzir audiovisual sobre os sentidos do estupro na Amazônia, durante uma pesquisa de doutorado em Direito Penal. Cinema e pesquisa acadêmica favoreceram um processo de construção coletiva da obra visual, compondo uma parte do trabalho de campo da autora e reflexão nessa primeira parte da sua tese.

Duas produções abraçam a temática *“Interseccionalidade na política e na academia”*. Em **“A Formação de Professoras do Curso de História pelo PARFOR em Torno das Relações Étnico-raciais em Cametá (PA)”**, a autora trata, por meio da análise das entrevistas feitas com as educadoras participantes, dos percursos, dificuldades e assimilação que elas obtiveram no decorrer da formação ofertada pelo Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR); em especial, como a única disciplina do curso voltada às relações étnico-raciais – denominada “História da África” –, influenciou tais mulheres em suas buscas por mais informações quanto à memória do continente africano, no reconhecimento das diferenças e, até mesmo, no combate ao racismo dentro de sala de aula.

Essa temática encontra-se presente nos relatos de pesquisa de Mariana Costa da Silva, Carlos Augusto da Silva Souza e Jade Neves Moreira, **“A representação de mulheres negras na política brasileira: um estudo da interseccionalidade entre raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020”** – quanto à luta das mulheres negras –, com análises interseccionais entre o gênero

e a raça, observando a sub-representação das mulheres negras no cenário da política brasileira, com análise dos dados das eleições municipais do Brasil de 2016 e 2020. Procuram as diferenças entre o perfil sociopolítico das mulheres negras em comparação com as mulheres brancas, e a vulnerabilidade e desigualdade sociais que atingem a vida dessas mulheres, e de que forma isso as afeta na esfera eleitoral.

Educação e o Modo de viver na Zona Rural é um tema observado em três produções nesta edição: **“Educação Superior do Campo, Juventude Ribeirinha e Práxis na Amazônia Paraense: a promoção da auto-organização das egressas em seus territórios”**; **“Memórias Silenciadas: os modos de viver das quebradeiras de coco de São Miguel do Tocantins”** e **“É Torü Maĩ: Huito Nuestro Espíritu”**.

O estudo de Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz e de Monica Castagna Molina apresenta resultado parcial da pesquisa de tese que tem como objetivo compreender as contribuições do processo formativo da Licenciatura em Educação do Campo-LEdoC – da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba/PA, para a promoção da auto-organização das jovens ribeirinhas egressas deste curso em seus territórios, através da análise de sua práxis em diferentes espaços sócio profissionais e comunitários. A pesquisa de campo e a entrevista semiestruturada foram realizadas na ilha do Capim, em março de 2023, com uma jovem ribeirinha egressa da LEdoC, essencial para ouvir e visibilizar a história, trajetória e atuação da mesma no território amazônico tocantino na sua auto-organização dos movimentos sociais em relação ao projeto portuário da Cargill S.A., na região da ilha do Capim e Xingu.

Na pesquisa de Juscelino Laurindo dos Santos e de Wiliana Carneiro Carvalho, as memórias e as narrativas das quebradeiras de coco da cidade de São Miguel do Tocantins, na região do Bico do Papagaio/TO, têm destaque. O artigo traz, por meio dos relatos dessas mulheres, suas identidades, culturas e tradições, assim como suas estratégias de resistência na luta por terra e permanência no território em que estão inseridas – e que, constantemente, procura negar sua existência.

Já no artigo de Mayra Ricardo Zuluaga e de Sandra Fernández Sebastián – a “narrativa é tecida a partir da voz e das experiências de uma professora Magütá, que aprendeu a conhecer as histórias de seu território caminhando e ouvindo os *tü* (fios) que lhe foram soprados por *naineküãe’nae*, o espírito da floresta. Esta trilha sonora narrativa leva-nos ao encontro com o *huito* (jenipapo), fruto que deu origem a um povo nascido do seu farelo ralado e misturado com um coração. No líquido espremido de sua essência, revelam-se as raízes-vida de uma mulher amazônica, aproximando-nos do sentir que tem do ventre materno que a sustenta.” (ZULUAGA; SEBASTIÁN, 2023).

Dentro da temática *“Mulher, Arte e Literatura”*, dois artigos e uma resenha estão inclusos. Em **“Discursos da Mulher Prostituta em Menina que Vem de Itaiara”**, Guthemberg Felipe Martins Nery e Laura Maria Silva Araújo Alves abordam uma trama ficcional de cunho documental, da escritora paraense Lindanor Celina, acerca de duas personagens femininas prostitutas, na Amazônia dos anos de 1920 e 1930, seguindo a perspectiva discursiva de Bakhtin (1981), retratando estas personagens a partir de “valores ideológicos como mulheres-damas, sedutoras, insubmissas e transgressoras, diferente do estereótipo de mulheres recatadas e do lar” (NERY; ALVES, 2023).

Ocupando espaço nesta temática, Maria Cristina Simões Viviani, em **“Relações de Gênero e Cultura Material na Produção da Artista Paraense Elisa Arruda”**, por meio de um viés antropológico, discorre acerca das relações do corpo da mulher com o seu ambiente privado,

analisando a influência dos objetos na construção de quem somos através das obra da artista Elisa Arruda.

A apreciação do livro **“Flor de Gume”**, da escritora paraense santarena Monique Malcher de Carvalho, é analisado pelas resenhistas Jéssica Pingarilho Batista e Suzana Farias Rabelo, e leva a pensar, através dos relatos da autora, que é jornalista, antropóloga e artista plástica, sobre os sentimentos de perda, de ódio etc., e o quanto as relações podem nos afetar, “deixando marcas ou costurando buracos não preenchidos antes” (BATISTA; RABELO, 2023). Em 2021, Monique Malcher foi agraciada com um dos maiores prêmios da literatura nacional: o Prêmio Jabuti na categoria Contos, por esse livro, publicado em 2020.

No tema *Mulher, maternidade e saúde*, o artigo **“Mães Acompanhantes de Crianças com Cardiopatia Congênita: vivências em contexto de hospitalização em Belém do Pará”**, Amanda Cristina Ribeiro da Costa e Rivânia da Silva Lima, inscritas no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde Cardiovascular da Universidade do Estado do Pará, na área do Serviço Social, aplicaram pesquisa exploratória de cunho qualitativo, utilizando o método investigativo histórico dialético com vistas a conhecer as vivências de mães que se encontram como acompanhantes de crianças em tratamento hospitalar devido a cardiopatias congênitas, no município de Belém, Estado do Pará. Por meio dos relatos dessas mulheres, observaram as várias dificuldades porque passam com suas crianças doentes, seja na busca pelo socorro necessário a estas, no desconforto dos quartos de hospital, seja no fato de serem acompanhantes solo e/ou que estão distantes de casa e sem apoio familiar – pois, em sua maioria, moram fora da capital –, e na pressão social imposta a elas pelo fato de serem mulheres, sofrendo reprimendas, inclusive, pelas normas e por funcionários dos hospitais em que seus filhos se encontram internados, às vezes, por meses. A melhoria do serviço público de saúde e o apoio durante este processo são pontos que emergiram na conclusão do estudo.

As sínteses deste coletivo de temas apresentados para esta publicação oferecem uma primeira observação sobre o que está sendo desenvolvido entre estudos, pesquisas e relatos de experiência no espaço amazônico, com base em metodologias diversas, sobre a situação das mulheres e a perspectiva de gênero, fortalecendo-se o compromisso de sua publicização com o rigor necessário e as frestas das várias áreas das Ciências Humanas.

Belém/PA (Amazônia/Brasil), julho de 2023.

Maria Luzia Miranda Álvares

*Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e
Relações de Gênero-GPEM*

Ana Carolina Branco

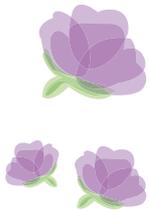
*Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.
Graduada em Design de Produto/IESAM.*

Sandra Maria Miranda Álvares

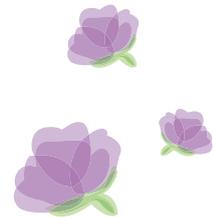
Mestre em Psicologia; Teoria e Pesquisa do Comportamento Humano e Animal (UFPA).



Seção



A



Relatos de Pesquisa Empírica



A Compreensão de Acadêmicas de Terapia Ocupacional Acerca da Cultura do Estupro e suas Implicações em Ocupações de Mulheres

La Comprensión de los Estudiantes de Terapia Ocupacional sobre la Cultura de la Violación y sus Implicaciones para las Ocupaciones de las Mujeres

The Comprehension of Occupational Therapy Students about Rape Culture and its Implications for Women's Occupations

Monise Isabelly Sousa Soares

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha

Andréa Bentes Flores

Resumo: Este artigo objetiva descrever a compreensão de jovens universitárias de um Curso de Graduação em Terapia Ocupacional sobre a cultura do estupro e suas implicações sobre as ocupações de mulheres. Trata-se de uma investigação qualitativa, do tipo cartográfica. Participaram desta pesquisa 8 acadêmicas de Terapia Ocupacional. A coleta de dados se deu de modo *online* via *Google Forms*, com o intuito de realizar o primeiro contato com as participantes e, posteriormente, presencial, através de um grupo focal com 3 encontros. Os achados da pesquisa nos permitem compreender mais sobre a culpabilização das vítimas de estupro, além de destacar as repercussões sentidas no/pelo corpo feminino pelo nível de alerta e tensão, e a confirmação de que a cultura do estupro afeta o desempenho e engajamento de mulheres em suas ocupações.

Palavras Chave: Ocupação. Terapia Ocupacional. Violência contra a Mulher.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo describir la comprensión de jóvenes universitarios de un Curso de Graduación en Terapia Ocupacional sobre la cultura de la violación y sus especificaciones sobre las ocupaciones de las mujeres. Es una investigación cualitativa, de tipo cartográfica. Ocho estudiantes de Terapia Ocupacional participaron de esta investigación. La recogida de datos se realizó online a través de *Google Forms* para realizar el primer contacto con los participantes y posteriormente presencialmente a través de un grupo focal con 3 encuentros. Los hallazgos de la investigación nos permiten comprender más sobre la culpabilización de las víctimas de violación, además de resaltar las repercusiones sentidas en/por el cuerpo femenino por el nivel de alerta y tensión, y la confirmación de que la cultura de la violación afectó el desempeño y el compromiso de las mujeres. en sus ocupaciones.

Palabras Claves: Ocupación. Terapia Ocupacional. Violencia contra las Mujeres.

Abstract: This article aims to describe the understanding of young university students from a Occupational Therapy's graduation about rape culture and its specifications about women's occupations. It is a qualitative research, of the cartographic type. Eight students of Occupational Therapy participated in this research. Data collection took place online via *Google Forms* in order to make the first contact with the participants and later face-to-face through a focus group with 3 meetings. The research findings allow us to understand more about the blaming of rape victims, in addition to highlighting the repercussions felt in/by the woman's body by the level of alertness and tension, and the confirmation that the rape culture affected the performance and engagement of women in their occupations.

Keywords: Occupation. Occupational Therapy. Violence Against Women.

Monise Isabelly Sousa Soares – Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade do Estado do Pará e pós-graduada do Programa de Mestrado Profissional em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social (USP). E-mail: monisesoares.to@gmail.com

Ingrid Bergma da Silva Oliveira – Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Psicologia Clínica (PUC) e Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA). E-mail: ingrid.oliveira@uepa.br

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha – Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Terapia Ocupacional (UFSCar) e Mestre em Educação (UFPA). E-mail: debora.folha@uepa.br

Andréa Bentes Flores – Docente da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, Doutora em Artes (UFMG) e Mestre em Artes pelo Instituto de Ciências da Arte (UFPA). E-mail: andreafloresteatro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Falar sobre a compreensão de como a cultura do estupro pode afetar as ocupações de mulheres é trazer à luz os principais alicerces desta temática. Angelin e Martins (2018) relatam que somos seres ocupacionais e vivemos, historicamente, em meio a uma sociedade que estipula hierarquizações que geram diversas desigualdades, inclusive em relação às mulheres, na qual se destaca a violência de gênero. Segundo Farias *et al.* (2022), violações e/ou ações violentas presentes nas relações interpessoais do cotidiano de mulheres caracterizam essa violência.

Dentre tais violações, colocamos em evidência nesta narrativa o abuso sexual que é visto como uma das manifestações de violência de gênero mais persistentes na atualidade, além de perpassar por vários cenários históricos atingindo mulheres, adolescentes e crianças em diversos espaços sociais, produzindo vulnerabilidades, inseguranças e possibilitando a perpetuação de uma cultura violenta e patriarcal (BRASIL, 2012).

Faz-se necessário olhar para a ideia em torno de cultura, na vasta literatura acerca dessa temática, onde, através do viés da Antropologia, o termo carrega diferentes formas de conceituação devido a uma constante atualização. Eagleton (2011) aborda a complexidade do termo trazendo ao debate as diversas formas de conceituá-lo, colocando como pauta também que o termo ainda carrega, além de significados, registros de transições históricas, questões filosóficas e processos de mudança e desconstrução.

A exemplo da definição antropológica do termo “cultura”, do autor Tylor (1920), no primeiro capítulo de seu livro *Primitive Culture* [Cultura Primitiva], onde a define como um conjunto de fenômenos relatados de acordo com leis definidas que incluem: conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como parte de uma sociedade. Todavia, Kuper (2002) cita que conceituá-la nessa perspectiva a limita a um processo de descrição, mas não de análise; assim, não seria possível distingui-la de organizações sociais.

Entretanto, um dos pontos de destaque ao longo da história é que “a cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos” (EAGLETON, 2011, p. 184). Dessa forma, observa-se que a cultura vai além de cartas de direitos humanos e tratados de comércio, o termo também leva em consideração para sua conceituação o que nos atravessa em nosso cotidiano (EAGLETON, 2011).

O problema relacionado à prática do estupro se agrava quando ela é legitimada por modelos sociais moldados e atribuídos à força pelos processos “civilizatórios”. Tal legitimação e normalização inauguram, assim, a sua “cultura” (CAMPOS, 2016). Portanto, podemos denominar a cultura do estupro como um “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUSA, 2017, p. 13).

No Brasil, a definição do crime de estupro, de acordo com o Art. 213 da Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, se dá por “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009, np). Ressalta-se que, anterior a esta legislação de 2009, os atos libidinosos como o sexo anal e oral forçado, o tocar invasivo, penetração com uso de objetos ou com os dedos e demais ações violentas enquadradas neste termo estavam em outra categoria, o chamado “atentado violento ao pudor” (ARAÚJO, 2020).

Esse tipo de crime repercute na saúde e na qualidade de vida das vítimas. Neste aspecto, destacam-se a crescente taxa de suicídio, a dependência de álcool e outras drogas, cefaléia crônica,

distúrbios gastrointestinais, sofrimento mental, altos índices de infecções sexualmente transmissíveis, doenças pélvicas crônicas e/ou inflamatórias e gestação indesejada (BRASIL, 2012).

A Terapia Ocupacional, que é uma Ciência que busca compreender e modificar o cotidiano, as subjetividades e as ocupações dos indivíduos, pode contribuir no que diz respeito às construções de gênero. Por meio das ocupações, reproduz-se, ou não, modelos sexistas e fundamentados no patriarcado que impactam a maneira a qual os sujeitos se ocupam, visto que o ser é fundamentado em suas relações imersas em sistemas socioeconômicos, culturais e históricos que influenciam suas ocupações e atividades humanas (GOMES, 2021).

O campo de conhecimento e prática da profissão se relaciona à produção de relações grupais diversas, assim como ao olhar crítico e ao dinamismo no cotidiano como forma de garantir inclusão e participação social, prática da autonomia, acesso a direitos, mudança dos corpos e do viver, com base no entendimento das subjetividades. Portanto, a Terapia Ocupacional destaca-se pela potencialidade de questionar e modificar estruturas que engessam os sistemas de poder, promovendo desigualdades, opressões e exclusão. Assim, a atuação do terapeuta ocupacional conduz práticas que, apesar de ainda estarem atreladas a teorias e crenças ocidentais e hegemônicas, em sua maioria, buscam “compreender o que esses sistemas produzem, como estratégia para uma prática livre das opressões” (GOMES, 2021, p. 18).

Assim, dentre os profissionais da área social, da educação e da saúde, o terapeuta ocupacional se apresenta qualificado para atuar no que diz respeito às demandas advindas de vivências violentas, pois tem por objetivo promover o engajamento do indivíduo nas ocupações, através da participação em variados contextos, sejam eles o cultural, o social, o espiritual e outros (CÔRTEZ; GONTIJO; ALVES, 2011).

Portanto, com base nos pressupostos apresentados e em suas repercussões em campos variados do viver, este artigo descreve uma pesquisa qualitativa que focou na compreensão de jovens universitárias de um Curso de Graduação em Terapia Ocupacional sobre a cultura do estupro e suas implicações sobre as ocupações de mulheres.

1. Método

A presente investigação é de natureza qualitativa, do tipo cartográfica. A metodologia qualitativa possibilita que pesquisadores consigam uma compreensão extensa e complexa dos fenômenos, emergindo da profundidade dos sentidos (SILVA *et al.*, 2018).

O método cartográfico é tido como uma proposta de investigação dos processos de produção da subjetividade, acompanhando as possíveis movimentações mais do que se fechando em estruturas e estados de coisas. A cartografia não propõe um direcionamento a objetivos já traçados, mas um caminhar que flexibiliza suas metas durante o percurso. Assim, o rigor científico entra em ressignificação sendo compreendido como compromisso e interesse, além de uma implicação na realidade, em forma de intervenção (LIBERMAN; LIMA, 2015).

Passos, Kastrup e Escóssia (2015) destacam a presença da processualidade em cada fase da pesquisa cartográfica, seja nos avanços, nas pausas, em campo, por meio da escrita e/ou em nós, já que a todo tempo estamos em construção. Os autores ainda discorrem que o método em questão não tem por objetivo isolar o objeto de suas vivências históricas ou de seus atravessamentos com o mundo. Seu principal objetivo é “desenhar a rede de forças à qual o

objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 57).

Participaram desta pesquisa 8 acadêmicas da Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA), do 2º, 4º e 5º ano, com idades entre 19 e 23 anos. A coleta de dados foi realizada inicialmente de modo *online*, via *Google Forms*, a fim de realizar o primeiro contato com as participantes, por meio do número de telefone preenchido pelas que demonstraram interesse em participar da pesquisa após chamada em redes sociais. A segunda etapa foi realizada de modo presencial, através da formação de um grupo focal que se reuniu em 3 encontros no Laboratório de Motricidade Humana, vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da UEPA.

Os encontros contaram com atividades reflexivas acerca da temática, dinâmicas de grupo para fortalecimento de vínculo, uso de vídeos informativos e reflexivos, debates e rodas de conversa através de palavras-chave, frases e reportagens.

A análise dos dados se deu de modo qualitativo com base na visão cartográfica, permitindo à pesquisadora principal considerar suas afetações durante a problematização e contextualização da realidade a ser estudada. Após a transcrição dos relatos, foi realizada uma aproximação das narrativas junto ao diário de campo, construindo unidades temáticas de modo que a grande pergunta acerca da relação entre a cultura do estupro, ocupações e mulheres fosse respondida em conexão com a literatura atual sobre o tema, a fim de cartografar a percepção de acadêmicas de Terapia Ocupacional sobre as possíveis relações entre a cultura do estupro e as ocupações de mulheres.

A escolha do pseudônimo, para resguardar a preservação da identidade das participantes, se deu com base na série “O Conto da Aia”, inspirada no livro de Margaret Atwood, que se passa em um mundo distópico, onde as mulheres não possuem mais direitos e são categorizadas em funções específicas para o Estado, dentre elas a de Aia, exercida por mulheres férteis que são separadas, “treinadas” e entregues a comandantes da República de Gilead, onde são tratadas como meras “reprodutoras”, obrigando-as a fazer sexo até engravidarem. Assim, foram escolhidos, de forma aleatória, os nomes: June, Janine, Esther, Moira, Lillie, Alma, Natalie e Emily. Nomes das personagens (Aias) na série.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da UEPA, sob o parecer de número 5.613.695.

2. Resultados e Discussão

2.1. Cartografia das Relações entre a Cultura do Estupro e o Cotidiano da Mulher

“Violência por todo mundo, a todo minuto. Por todas nós. Por essa voz que só quer paz. Por todo luto nunca é demais. Desrespeitada, ignorada, assediada, explorada. Mutilada, destrutada, reprimida, explorada. Mas a luz não se apaga. Digo o que sinto. Ninguém me cala”

(*Respeita* - Ana Canãs)

A análise das narrativas apontou um conjunto de desdobramentos que culminaram no levantamento de um grande quantitativo de nuances que geraram muitas unidades acerca da

temática central. Tomou-se então, como ponto de partida para a análise de dados, o questionamento: “de onde parte a cultura do estupro no cotidiano da mulher?”. Destacando-se, portanto, o ponto de partida dos debates no primeiro dia de grupo: a violência.

Mundialmente, a violência se constitui como um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos, principalmente de mulheres. No Brasil, a violência contra as mulheres se pauta em um construto histórico-cultural, patriarcal e androcêntrico, que provoca uma desigualdade de gênero cujo reflexo se dá na diminuição da mulher em detrimento ao homem, gerando a imersão da mulher em situações ou estados de vulnerabilidade (SOUZA *et al.*, 2021).

Acerca disso, o Fórum Brasileiro de Segurança – uma organização sem fins lucrativos que visa reunir e analisar dados da violência –, através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e, com base nas informações fornecidas pelas Secretarias de Segurança Pública Estaduais, pelas Polícias Cíveis e Militares, dentre outras fontes oficiais, divulgou um relatório contendo o número de 60.460 casos de estupro registrados no país no ano de 2020 (FÓRUM, 2021).

Os dados divulgados pela mesma organização no ano em que explodiu o contágio por COVID-19, apesar de serem alarmantes, apontam que a pandemia pode ter contribuído para a redução dos registros, mas não necessariamente pode significar a diminuição da incidência, visto que os crimes de violência sexual apresentam altas taxas de subnotificações, o que, somado à escassez de periodicidade das pesquisas, torna dificultosa a mensuração fidedigna das informações. Nesta pesquisa, foram registradas 73,7% das vítimas como vulneráveis e incapazes de consentir; 86,9% eram do sexo feminino e em 85,2% dos casos o autor era conhecido da vítima (FÓRUM, 2021).

Em 2021, os casos voltaram a aumentar, atingindo o registro de 66.020 casos de estupro no país. Sobre esse último registro, destacam-se as porcentagens: 75,5% das vítimas eram vulneráveis e/ou incapazes de consentir; 88,2% eram do sexo feminino e em 79,6% dos casos o estuprador era conhecido pela vítima (FÓRUM, 2022).

Os dados entram em consonância com a discussão acerca da questão de o corpo da mulher ser colocado, no curso da História, como passível de dominação, subjugação e roubo, principalmente em relação a sua própria sexualidade. É notório destacar que, historicamente, o leque de violências que as mulheres sofrem é múltiplo e se repete ao longo do tempo, o que muda é a forma como se encara essa situação e o que a sociedade e a mulher toleram (PERROT, 2019).

Mas, de que forma essas violências se configuram no cotidiano da mulher?

“Muitas vezes, a mulher, ela não tem conhecimento pra entender que foi estupro” (sic)
(Emily, Acadêmica do 5º Ano).

“Só depois de um tempo que para pra perceber o que foi que aconteceu ou ‘Ah! Aconteceu isso comigo na rua, mas eu não tinha associado!’” (sic) (Janine, Acadêmica do 4º Ano).

Observa-se que essas falas convergem com as da doutora em Psicologia Forense Scarpati, para uma matéria da BBC Brasil, na qual cita que as vítimas dessa cultura acabam não reconhecendo a violência em seu cotidiano por terem idealizações prévias de como tais atos acontecem, visualizando o estuprador como um monstro, bem como a mulher como a provocadora, em um local afastado e escuro. A pesquisadora destaca que esses são estereótipos chamados de “mitos do estupro”. Portanto, o que destoia desse “padrão” acaba não sendo reconhecido. A pesquisadora cita

ainda que a violência contra a mulher no Brasil se apresenta de uma forma diferente, destacando que as vítimas, normalmente, mostram dificuldade em nomear como violência o que acabaram vivenciando, a exemplo do estupro marital (SCARPATI, 2016).

“Às vezes a pessoa vai ter conhecimento e acha que é porque é namorado, porque é marido, não se trata de estupro [...] a gente vê se perpetuar muito. Principalmente na fala de mulheres que são um pouco mais velhas.” (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

“As mulheres ainda precisam passar por tudo isso e ainda ter relação com o marido, [...] porque [muitas vezes] eles que provém tudo que está dentro da casa e, se ele chega com vontade, a mulher é obrigada a ficar com ele e estar sempre disponível para ele.” (June, Acadêmica do 2º Ano).

Emergem daí questionamentos acerca do que envolve o ato não consensual em um relacionamento conjugal. Negreiros (2021) realça que a difusão do termo “estupro marital” ou “estupro conjugal” começou por volta do início da década de 1990, quando, em 1993, a violência sexual dentro do casamento foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma violação aos direitos humanos. A partir dessa narrativa, o que se pode salientar acerca da terminologia em questão?

O estupro marital caracteriza-se como crime sexual cometido por um dos pares, mesmo que o relacionamento esteja consolidado. O ato de coação contra o parceiro com a finalidade de ter relações sexuais não consentidas através de ameaças ou violência emocional e/ou física é o caso mais habitual, mas forçar o sexo enquanto a vítima encontra-se inconsciente, seja dormindo, drogada ou embriagada, também pode ser considerado estupro conjugal. Práticas sexuais com teor mais agressivo, como o sadomasoquismo, posições sexuais que possam ser constrangedoras à parceira, a imposição da realização do ato sexual sem o uso de preservativo ou outros métodos contraceptivos também se enquadram como estupro marital (ROCHA, 2019).

Diante de definições legais, é importante salientar que os casos de estupro ocorrem nos mais variados ambientes, desde becos escuros até dentro do que seria entendido supostamente como um lar seguro. O *modus operandi* dos agressores é diverso e, dependendo de cada caso, destaca-se a ausência de penetração de qualquer natureza em muitos relatos, visto que acontecem devido a variados motivos em relação ao próprio agressor e contexto em que se encontra (SOUSA, 2017).

Portanto, conclui-se que o abuso chega de diversas formas às mulheres. Em posição de destaque nos encontros com as participantes, enfatiza-se o olhar:

“Tem olhares que são muito invasivos” (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

“Quanto que até um olhar é uma forma de violência, né? E quanto que é constrangedor? Porque tu sabes a diferença de um olhar normal e um olhar violento, [...] observando os detalhes do teu corpo. É como se a gente se sentisse invadido. Eu acho que invadem, como se tivesse tocando...” (sic) (Moira, Acadêmica do 5º Ano).

A respeito do olhar, entendemos este como um fenômeno multidimensional. Faz-se então a necessidade de nos aprofundarmos nas sutilezas do que o rege através da vertente fenomenológica, da qual compactuamos. Merleau-Ponty (2019) afirma que, no aprofundamento das questões que

envolvem o ser vidente e o visível, ver é como “apalpar pelo olhar”, o que dialoga com o constatar *versus* o possuir, realçando que o ver não é indicativo de possessão, mas o olhar pode desnudar o corpo do outrem para contemplar o objeto desejado.

Imersa na cultura do estupro, a visão da corporeidade feminina restringe-se ao objeto de desejo do homem, assim, sua exibição fomenta a errônea ideia de que é um passe ao livre acesso de si por parte dos homens. Dentro da sociedade patriarcal, a discrição que as mulheres devem ter sobre seus corpos é diariamente lembrada, ao passo que quando mulheres não são “discretas”, são consideradas palco de algo obsceno e vulgar (TILIO *et al.*, 2021).

Embora sejam vítimas, parte do corpo social imprime a elas a culpa por atos que nunca cometeram (ALMEIDA; FIDALGO, 2021), contribuindo, assim, com o fortalecimento do próximo tópico levantado em debate em todos os encontros da pesquisa: a culpabilização.

“Às vezes a gente se culpa também ‘é porque eu tava com essa calça! É porque eu tava com esse short!” (sic) (Janine, Acadêmica do 2º Ano).

“Ou às vezes, quando a gente nem sabe o que foi que a gente fez para que aquilo tivesse acontecido, a gente fica se questionando, mesmo sabendo que não fez absolutamente nada daquilo, a gente se questiona” (Alma, Acadêmica do 4º Ano).

Partiremos, neste ponto, para a análise das falas expressas acima a partir do entendimento da culpa que advém da violência sexual. Na literatura, encontramos que, ao processo de culpabilização da vítima, foi cunhado o termo *Victim Blaming*, que serviu para atribuir a culpa da pobreza aos pobres em uma pesquisa sobre as minorias étnicas dos Estados Unidos, mas que também pode ser relacionado ao crime de estupro, levando em consideração o modo de agir das vítimas e como os estupradores o utilizam, a fim de evitar a aplicabilidade de penas (ALMEIDA; FIDALGO, 2021).

Este processo começa quando a sociedade que se encontra imersa na cultura machista e violenta tem como necessidade a busca de justificativas para o abuso, que pode ser configurada como ação oriunda da desigualdade de gênero. Seguindo essa ótica, atribui-se à vítima a responsabilidade do abuso. Entra em julgamento não apenas os atos pontuais da violência que sofreu, mas, além disso, é somada à balança da culpa outras vivências da mulher, bem como sua moral perante a sociedade em que está inserida (FRANÇA; ANDRADE; CAVALCANTE, 2022).

Importante destacar que o ato de atribuir culpa às mulheres, legitimado pelo ideal patriarcal, vem do *locus* privilegiado de violência contra elas, criado pela dominância masculina, destinando ao lar um espaço de manutenção do funcionamento esperado da família e sociedade. Foi imposto às mulheres uma moral repressiva que atrelou a honestidade com conduta sexual, então, quando se comportavam fora do padrão previsto, violá-las era tido como ato disciplinar (LAGE; NADER, 2018).

Essa visão de “comportamento ideal”, constatada através dos Códigos Penais do Brasil, permaneceu até a metade do século XX, quando as vozes feministas trouxeram aos debates a vulnerabilidade a que as mulheres estavam submetidas, bem como a legitimidade que impunham sobre as violências que sofriam (LAGE; NADER, 2018). Todavia, ainda encontramos vestígios históricos de julgamentos e questionamentos à vítima, pois, como destacam as participantes:

“Não importa o que aconteça, qual seja a escolha, a pessoa tá errada, né? A mulher tá errada de fazer, não interessa qual posicionamento ela tome e não interessa a vida dela” (sic)

(Esther, Acadêmica do 2º Ano).

“Nos olhos da sociedade mulheres são culpadas; denunciando ou não, abortando ou não, doando [A CRLANÇA] ou não” (sic) (Moira, Acadêmica do 5º Ano).

Esse sentimento de culpa surgiu de maneira intensa nas falas e nos/pelos corpos das participantes da pesquisa em todos os encontros. Falar sobre ser mulher, sobre o que vivem e encontram em seu dia a dia, em seus cotidianos, é colocar em destaque o julgamento do corpo social, onde estão inseridas, e ainda a respeito dos seus pensamentos e memórias corporais.

Dessa forma, ao traçar um paralelo com a violência constante que a mulher sofre, Nascimento (2018) atesta que a vítima tem seu cotidiano impactado diretamente por esses atos, que contribuem com a perpetuação do medo demonstrado e observado física e/ou psicologicamente, assim como modificações aparentes em seus papéis ocupacionais, evidenciadas através de instabilidade laboral, dificuldade na realização de tarefas domésticas e em sua rotina familiar. Tais inferências acerca do cotidiano da vítima da cultura do estupro estão expressas na fala desta participante:

“A gente não tá segura em lugar nenhum, seja médico, seja dentro de casa, porque existem vários casos de abuso que é dentro da própria família, dentro da igreja [...]” (sic) (Esther, Acadêmica do 2º Ano).

Por conseguinte, observa-se que as ocupações das mulheres são influenciadas constantemente pela cultura do estupro em seus cotidianos, visto que elas nunca estarão completamente imersas em uma atividade por elevar seu nível de atenção às violências ao seu redor, sempre se doando parcialmente de forma consciente e/ou inconsciente, pois, como debatido nesta unidade, não existe um local, forma, motivo, data e pessoa/personalidade concreta que vá desencadear a violência sobre as mulheres, sendo qualquer ambiente passível desta ocorrência.

2.2. Cartografia das Relações entre Ciência da Ocupação, Cultura do Estupro e Ocupações de Mulheres

No Brasil, dentre os estudos acerca da produção de conhecimento da Terapia Ocupacional, encontram-se ensaios e pesquisas dedicadas às discussões a respeito do termo “ocupação”. Para a presente discussão, nos basearemos no termo advindo de reflexões a partir da Ciência da Ocupação (CO).

É notório que, nas últimas décadas, o desenvolvimento da Terapia Ocupacional se potencializou através de estudos advindos da CO e o fácil acesso a esse conhecimento potencializado pelo processo de globalização (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

Na proposta do início dos anos 90, a CO seria “uma disciplina básica dedicada ao estudo do homem como ser ocupacional” (SILVA, 2015, p. 19), destinada à sistematização do conhecimento acerca das ocupações dos seres humanos e suas relações com saúde, bem-estar e participação social.

A CO estuda o “ser ocupacional” ligado às atividades em período integral, mas a reflexão conceitual acerca das ocupações extrapola a definição simples de estar envolvido em uma atividade, pois elas são bem mais complexas. Pode-se definir ocupação, portanto, como “a síntese do fazer, ser e tornar-se” (SILVA, 2015, p. 21) e relacioná-la com saúde, participação e as formas de viver (SILVA, 2015).

Ademais, entendia-se que essa Ciência estava voltada ao estudo da forma, função e significado de ocupações exercidas pelas pessoas. Mas essa era uma perspectiva que não supria os questionamentos que foram surgindo ao longo do tempo, especialmente na América Latina, onde notamos uma representação da CO em uma perspectiva menos dicotômica com a Terapia Ocupacional e em oposição à visão anglófona, então, incorporou-se aos debates outras características de estudo sobre as ocupações. (SILVA, 2015; QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

No Brasil, encontramos nas recentes publicações sobre os estudos da ocupação, que se sobressaem algumas características nos debates sobre atividade e ocupação, bem como no entendimento clássico de forma, função e significado atrelados à ocupação e diálogos sobre transnacionalismo, que surge como crítica sobre a perspectiva de engessamento a respeito da subjetividade como algo individualizado e trazendo ao debate a necessidade de compreender a ocupação como parte de um contexto considerando aspectos culturais e históricos (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

A CO atualmente se constitui através de um movimento global, diversificado e descentralizado. A partir desse processo de expansão crítica sobre esta Ciência, levantou-se diversos questionamentos sobre seu fundamento e crescimento. Assim, sob uma ótica decolonial e feminista, encontramos críticas sobre como o conhecimento dominante foi transmitido, em que se destacam: a língua inglesa, a raça branca, as classes detentoras dos maiores bens, o padrão normativo e a preferência religiosa judaico-cristã (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021).

Tais destaques ajudaram na construção de conhecimentos descontextualizados e neoliberais com o direcionamento ao favorecimento do individualismo, competição, produtividade e um viés egocêntrico (QUEIROZ; CASTRO; JARA, 2021). Portanto, podemos observar que há ainda a necessidade de estudos críticos sobre os conhecimentos atuais acerca da CO, principalmente no que diz respeito aos contextos sociais, históricos e culturais, a fim de entender não apenas a existência da complexidade das ocupações, mas também colocar em debate o “como”, “onde”, “por que” e o “para quê?” desta que cerca e transpassa a vida.

A partir dessa ótica, o ponto principal de todos os encontros era compreender, através das dinâmicas e discussões, a relação entre cultura do estupro e ocupações de mulheres.

“[...] quanto de coisas que a gente deixa de fazer por causa da cultura do estupro, né? Porque existem situações que são tão normalizadas que a gente precisa mudar o que a gente quer pra não sofrer os riscos, e as consequências dessa cultura. Essas situações da cultura do estupro nos faz não desempenhar nossas ocupações da forma que deveria ser desempenhadas.”
(sic) (Moirá, Acadêmica do 5º Ano).

A fim de somar com a discussão, a quarta edição do Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo (EPTO-4) aborda o conceito de “ocupação” como termo em evidência para a “saúde, identidade e sentido de competência de um cliente (pessoa, grupo ou população)” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 9) com significado e valor particular para o indivíduo em sua vida diária, além de poder envolver a execução de atividades diversas e a produção de inúmeros resultados.

O EPTO-4, ainda, categoriza as ocupações em nove grandes categorias: Atividades de Vida Diária (AVDs), Atividades de Vida Diária Instrumentais (AVDIs), Gestão da Saúde, Descanso e Sono, Educação, Trabalho, Brincar/Jogar, Lazer e Participação Social, nas quais ainda se observam variadas especificidades (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

As áreas mais abordadas durante os encontros, ao pensar nas principais ocupações das mulheres, levantadas pelas acadêmicas de forma direta ou indireta foram: AVDs, Descanso e Sono, Trabalho, Lazer, Participação Social e Gestão da Saúde.

Acerca da primeira área citada, destaca-se a seguinte fala:

“Acho que quando a gente passa por situações de abuso ou de assédio, a gente leva uma rejeição muito grande do nosso próprio corpo, então nosso autocuidado querendo ou não ele fica em segundo plano.” (sic) (Esther, Acadêmica do 2º Ano).

As Atividades de Vida Diária envolvem atividades de cuidado com o corpo, realizadas através da rotina do indivíduo, e dentre elas existem as atividades de cuidados pessoais (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

As atividades de vida diária e a forma como são realizadas, priorizadas ou preteridas, diz do sujeito, do momento em que vive e da maneira que é impactado pelo que lhe atravessa, como a cultura do estupro e seus “tentáculos”.

Na fala acima destacada, surge uma nuance do impacto do assédio sobre os autocuidados, que é abandonar ou postergar essa prática que é tão importante no cotidiano de qualquer pessoa. Entretanto, a repercussão sobre o corpo vai muito além dos autocuidados, reflete também na maneira de se ver, na autoestima, na forma de se vestir, na sensação de adequação ou inadequação, o que provoca implicações sobre a rotina, o cotidiano, a qualidade de vida e a saúde mental.

Nesse sentido, o cotidiano, do qual as AVDs são como um símbolo, é compreendido como “lugar de construção histórica e social, onde se estabelece a relação concreta e tensa entre necessidades e possibilidades e onde se realiza a atividade prática para efetivação dos processos de transformação do homem e sua realidade” (FERRIOTI, 2013, p.63), e não está isento de ser afetado pela violência e suas modulações, longe disso. É justamente onde o cotidiano se concretiza que os primeiros impactos se fazem notar.

Acerca da Ocupação Trabalho, destacamos o seguinte excerto:

“[...] algumas vezes, no nosso trabalho a gente passa, por momentos assim, de assédio, [...] Então, no momento do trabalho, em qualquer horário, com ou sem alguém a gente sempre tá sofrendo né assédio” (sic) (Janine, Acadêmica do 2º Ano).

A relação entre trabalho e violência materializa-se, principalmente, pela infração de princípios fundamentais e direitos, sendo uma preocupação e campo de intervenção da Saúde do Trabalhador.

Quando o relato acima refere assédio no ambiente de trabalho, consideramos desde pedidos de favores sexuais pelo superior hierárquico com promessa de tratamento diferenciado em caso de aceitação; ameaças ou atitudes concretas de punição no caso de recusa, como a perda do emprego ou de benefícios; abuso verbal ou comentário sexista sobre a aparência física; frases ofensivas ou de duplo sentido; alusões grosseiras, humilhantes ou embaraçosas; perguntas indiscretas sobre a vida privada do trabalhador; elogios atrevidos; convites insistentes para almoços ou jantares; insinuações sexuais inconvenientes e ofensivas; solicitação de relações íntimas ou outro tipo de conduta de natureza sexual, mediante promessas de benefícios e recompensas; exibição de material pornográfico, como o envio de e-mail aos subordinados; pedidos para que os subordinados se vistam de maneira

mais provocante ou sensual; intenção de valer-se do posto funcional como um atrativo, ou como instrumento de extorsão de privilégios, ou de vantagens indevidas; até apalpadinhas, fricções ou beliscões deliberados e ofensivos (HIRIGOYEN, 2002).

Todas as formas citadas de assédio em ambiente de trabalho impactam a ocupação trabalho, resultando em prejuízo nas condições de trabalho, adoecimento (incluindo mental), isolamento, atentado contra a dignidade, com sentimento de menos-valia e prejuízo biopsicossocial (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Sobre a ocupação Lazer, duas das participantes relataram:

“[...] dependendo do lugar aonde a gente vai a gente tem um medo de como as pessoas vão olhar para gente então isso acaba influenciando no nosso estilo também.” (sic) (Natalie, Acadêmica do 2º Ano).

“[...] o nosso lazer às vezes é passear né, só que às vezes como eu falei a gente tem esse desconforto, tem horário tudo isso é importante quando você tá em algum passeio, você tem que ter cuidado com a sua vestimenta, tem que ter cuidado com o que tá acontecendo naquele ambiente.” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

O Lazer deveria ser uma atividade que se pratica nas horas vagas, com sentido de divertimento, sendo uma atividade agradável ou prazerosa, podendo ser praticada em momento de descanso ou de entretenimento, podendo ser vivenciada também enquanto folga. Obviamente que esta descrição não dialoga com as tensões e preocupações narradas nos excertos acima.

A prática do Lazer pode ser limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, mas nos dias atuais sua necessidade se mostra cada vez mais presente, independente da função que exerce na vida das pessoas.

Segundo Dumazedier (2004), o Lazer pode apresentar três funções na vida das pessoas: função de descanso; função de divertimento; função de desenvolvimento. O descanso liberta da fadiga. Nesse sentido, o Lazer funciona como um reparador dos desgastes físicos, mentais e emocionais, provocados pelas tensões das obrigações diárias e particularmente do trabalho (DUMAZEDIER, 2004). Esta função já apresenta a dimensão delicada quando a cultura do estupro e a violência em si, repercutem sobre as escolhas ocupacionais relacionadas ao Lazer, já que limitam vivências, engessam escolhas e restringem as experiências por conta do medo que causam.

O Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode integrar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade de desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004). Além disso, pode despertar novas formas de sociabilidade e de agrupamentos, muitas vezes associadas a atividades culturais e artísticas.

Para a Terapia Ocupacional, a ocupação Descanso se difere da ocupação Lazer, embora alguns pesquisadores do campo do Lazer façam uma associação entre descanso e Lazer, onde o primeiro seria uma das funções do segundo. Nesta unidade temática discutimos a ocupação Descanso e Sono de acordo com as premissas do Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo (EPTO-4) (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

Descanso e Sono são funções restaurativas e de suma importância para a manutenção da vida. O EPTO-4 conceitua essa área da ocupação como “atividades relacionadas com a obtenção de descanso restaurador e sono para suportar o envolvimento ativo e saudável noutras ocupações” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 31), nas quais incluem-se os componentes: descansar, preparação do sono e participação do sono (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021).

Sobre a ocupação Descanso e Sono no entendimento da Terapia Ocupacional, uma das participantes trouxe o seguinte relato:

“[...] Acho que a questão do assédio pode interferir no teu sono. Às vezes assim como a gente precisa de um tempo isso pode ser prejudicado pelo ocorrido, da pessoa não conseguir dormir de noite né lembrando.” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

Qualquer vivência que impacta a qualidade do viver repercutirá, inevitavelmente, sobre o Descanso e Sono, seja alterando a rotina, ou trazendo problemáticas como pesadelos, insônia e outros. Tais questões afetam diversas funções cerebrais que resultam na diminuição da aprendizagem, do desempenho em testes cognitivos e do tempo de reação, além de elevar a probabilidade de convulsões, hipersensibilidade e sintomas depressivos (FEITOSA *et al.*, 2022).

Uma revisão sistemática e metanálise mostrou que os trabalhadores expostos à violência no local de trabalho manifestam problemas relacionados tanto à quantidade do sono quanto à qualidade do mesmo, ou seja, dificuldade em adormecer, interrupções frequentes, insônia e pesadelos (SILVEIRA *et al.*, 2021).

Percebemos que algumas ocupações estão intimamente ligadas a outras, e os impactos da violência também se apresentam intimamente conectados, como observamos nos apontamentos de Silveira *et al.* (2021), quando afirma que a violência no ambiente laboral pode ser considerada um fator estressante e que gera repercussões negativas à vida das pessoas envolvidas, principalmente em regiões marcadas pela incivilidade e vulnerabilidade social, onde o risco ocupacional e os distúrbios no sono tornam-se ainda mais presentes.

As participantes ainda destacaram a violência que as mulheres sofrem durante a Gestão da Saúde, outra área da ocupação diretamente influenciada pela cultura do estupro, destacada pelas falas:

“[...] ou também estou com problema de saúde íntima ou psicológica, mas o meu marido não gosta que eu vá no médico ver coisas relacionadas a isso” então querendo ou não uma forma de privação desse autocuidado.” (sic) (June, Acadêmica do 2º Ano).

“[...] mulheres são estupradas enquanto são internadas, quando vão a ginecologista que sofre algum tipo de assédio, de abuso [...] essa insegurança vai impedindo o nosso cuidado com a gente tipo ir ao médico, questão de várias coisas né.” (sic) (Emily, Acadêmica do 5º Ano).

A ocupação Gestão da Saúde pode ser conceituada como “atividades relacionadas com o desenvolvimento, gestão e manutenção de rotinas de saúde e bem-estar, incluindo autogestão, com o objetivo de melhorar ou manter a saúde para suportar a participação noutras ocupações” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 31). Ainda colocamos em destaque que a cultura do estupro reverbera negativamente no cotidiano das mulheres de modo que as ações citadas pelas participantes de manter as necessidades de saúde física e mental são modificadas, assim como as escolhas que visem a melhora da qualidade de vida, na qual se inclui a ida a atendimentos de saúde.

Pedrosa e Spink (2011) refletem sobre a urgência em discutir sobre como os sistemas de saúde se organizam quando o assunto é mulheres em situação de violência e sobre o quanto elas estão invisíveis dentro deles. Os autores ressaltam que as abordagens oferecidas às mulheres, especialmente na atenção primária à saúde, podem permitir avanços importantes no desenvolvimento de estratégias para lidar com situações de violência. Essas estratégias podem ajudar a modificar a situação, reduzir ou eliminar a vulnerabilidade à violência e promover a saúde e os direitos civis dessas mulheres.

Outra área de ocupação onde a cultura do estupro se mostrou como fator de influência negativa foi a Participação Social, sobre a qual uma das acadêmicas cita:

“[...] às vezes a gente vai para alguns espaços e deixa de frequentar eles, por que a gente não se identifica naqueles espaços que poderiam ser teus, principalmente os locais que são majoritariamente frequentados pelo sexo masculino, até mesmo cursos da faculdade por exemplo o curso de engenharia é considerado curso para homens né, e aí a gente tem que ter aquele esforço muito grande de fazer parte desses espaços [...] até mesmo dentro da igreja a gente se sente um pouco assim por que a maioria das decisões são tomadas por homens e as vezes tu não considera fazer certas coisas por não acreditar que seja um espaço teu.” (sic) (Esther, Acadêmica do 2º Ano).

A Participação Social apresenta diversos sentidos e significados. Sob a perspectiva latino-americana, ela é encarada como “chave para emancipação e desenvolvimento pessoal e coletivo, no enfrentamento dos processos de exclusão e opressão” (SILVA; OLIVER, 2019, p. 859).

A partir disso, ela pode ser entendida como o envolvimento de indivíduos em comunidades, ou em espaços públicos/comunitários, com o intuito de promover a transformação de cotidianos e vidas marcadas pelos sofrimentos oriundos de doenças, violência, injustiças e opressões (SILVA; OLIVER, 2019).

Dentro do *Enquadramento da Prática da Terapia ocupacional – Domínio e Processo*, documento que fundamenta a prática do terapeuta ocupacional, encontra-se a participação social na perspectiva da ocupação e sendo definida como “atividades que envolvem interação social com outras pessoas, incluindo família, amigos, pares e membros da comunidade, e que apoiam a interdependência social” (GOMES; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 32).

Silva e Oliver (2022) afirmam que o exercício da Participação Social pode ser considerado como um objetivo terapêutico ocupacional e/ou uma forma para atingir outros resultados, a exemplo do enfrentamento de problemas de ordem coletiva, fortalecimento da cidadania, promoção de saúde e resgate do engajamento ocupacional.

Assim, a dimensão teórico-conceitual e prática da participação social pode ser encarada como uma via “para construir ações e debates em torno da existência, dos problemas ou da falta de possibilidades para ser e fazer e de equidade nas oportunidades de acesso aos direitos ocupacionais, civis, políticos e sociais” (SILVA; OLIVER, 2022, p. 5).

Destarte, com base nas narrativas e nas micro e macro violências que as mulheres sofrem explicitadas, ou silenciadas, ao longo dos anos de suas vidas, podemos inferir que estas refletem diretamente na aquisição e implementação de seus direitos sociais.

Cabe aqui destacar que, em cada tópico discutido, as participantes mostravam-se imersas nas narrativas a ponto de expressarem o desconforto do tema, seja o verbalizando ou demonstrando

corporalmente, por vezes com lágrimas ou com silêncios para retomada de fôlego perdido em momentos que despertavam suas vulnerabilidades, além da rigidez em seus ombros e vozes.

É notório que a cultura do estupro nos envolve e é capaz de nos sufocar até roubar nossa paz, nossa voz, nossos pensamentos e, por vezes, até nossas lutas. Ela atua sistematicamente e de forma contínua, normalizando atos violentos e nos pressionando a também normalizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se mostra como uma tentativa de aproximação do campo da violência de gênero, do patriarcado, da cultura do estupro, de modo a compreender como estudantes da área da saúde entendem essas conexões e os impactos delas sobre as ocupações femininas.

A partir das discussões que compuseram a produção dos dados, apresentam-se também frestas para pensarmos em estratégias de cuidado a partir de recursos terapêuticos ocupacionais, ainda que esse não seja o objetivo central da pesquisa realizada.

As limitações deste estudo se dão pelo número pequeno de participantes e pelo *locus* da pesquisa abranger apenas uma categoria de estudantes da área da saúde, em uma única instituição pública. Desse modo, recomendamos que pesquisas futuras sobre esta temática possam contar com um número maior de participantes e complexidades.

Os achados não nos permitem generalizações, uma vez que dizem respeito à realidade pequena, recortada no universo pesquisado. Todavia, afirmamos que o conhecimento levantado com a análise dos dados nos permitiu atingir os objetivos construídos.

Os desdobramentos da pesquisa nos permitem compreender mais sobre a culpabilização das vítimas de estupro, que o olhar, mesmo sendo apenas um recorte do comportamento humano, já imprime muito do que o sujeito é e do que acredita, inclusive acerca do patriarcado, e que as tensões acerca da cultura do estupro são sentidas no/pelo corpo mesmo quando apenas no campo dos debates sobre o tema.

Também é resultado da pesquisa a confirmação de que a luta contra a cultura do estupro perpassa pelo racismo, o que imprime mais uma camada de injustiça e de complexidade ao abordarmos este tema.

Neste artigo, não nos ocupamos em discutir narrativas que surgiram acerca das questões de raça e classe em soma às de gênero, bem como o esquadramento da literatura para embasá-las. Entretanto, observamos que a cultura do estupro atinge todas as mulheres e suas ocupações, mas quando se pautavam essas questões de raça e classe nas rodas de conversa, pudemos constatar que atingiam as mulheres negras de forma distinta.

O racismo colabora com os índices elevados de vulnerabilidade entre a população negra, a destacar os sociais: “educação, saúde, renda, cultura, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida” (OLIVEIRA, 2022, p.34), confirmando que esta população é submetida a piores condições de vida (OLIVEIRA, 2022).

Esta realidade nos faz compreender que a luta contra a cultura do estupro deva ser decolonial e antirracista, visando a redução das injustiças que as mulheres sofrem. Recomendamos, todavia, que estas discussões sejam tratadas em outros manuscritos para ser dada a profundidade que requerem.

É importante que a Terapia Ocupacional aprofunde estudos neste campo e produza conhecimento que embase práticas e pesquisas futuras.

“Diversão é um conceito diferente. Onde todas as partes envolvidas consentem. O silêncio é um grito de socorro escondido. Pela alma, pelo corpo, pelo que nunca foi dito. Ninguém viu, ninguém vê, ninguém quer saber. A dor é sua, a culpa não é sua. Mas ninguém vai te dizer. E o cinismo obtuso daquele cara confuso. Mas eu vou esclarecer. **Abuso!**”

(*Respeita – Ana Cañas*)

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, I. R et al. Violência contra a mulher: estupro marital sobre a análise jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 102590-102609, nov. 2021. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/39060>>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- ALMEIDA, F; FIDALGO, R. A cultura de culpabilização da vítima no crime de estupro – “As Medusas Contemporâneas”. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 20(39): 125-140, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/download/41704362/2594>>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- ANGELIN, R; MARTINS, P. A. M. Cultura, violência e direitos humanos: uma tríade do cenário da violência contra as mulheres no Brasil. *Rev. de Gênero, Sexualidade e Direito*. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 77–97, 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4861>>. Acesso em: 11 out. 2021.
- ARAÚJO, A. P. *Abuso: a cultura do estupro no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.
- BRASIL. *Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF, 7 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica*. 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- CAMPOS, A. A. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 16, n. 183, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>>. Acesso em: 29 set. 2021.
- CÔRTEZ, C; GONTIJO, D. T; ALVES, H. C. Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 22, n. 3 p. 208-215,

set./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46384>>. Acesso em: 29 set. 2021.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3. Ed. Debates Perspectiva: São Paulo, 2004.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FARIAS, A. Z et al. Expressões da violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 30, p. e3002. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO22753002>>. Acesso em: 25 jun. 2023

FEITOSA, A. L. X et al. Distúrbios do sono e a sua associação com os sintomas ansiosos e depressivos. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.8, n.1, p. 1758-1769. 2022. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/42411/pdf/106140#:~:text=No%20estudo%20de%20Barros%20et,sintomas%20de%20depress%C3%A3o%20ou%20ansiedade>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FERIOTTI, M. L. Construção de identidade(s) em terapia ocupacional no contexto das transformações paradigmáticas da saúde e da ciência. In PÁDUA, E. M. M. e FERIOTTI, M. L. (Orgs.). *Terapia ocupacional e complexidade: práticas multidimensionais*. Curitiba: CRV, p.43-70. 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *15º Anuário brasileiro de segurança pública*. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2021.

_____. *16º Anuário brasileiro de segurança pública*. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

FRANÇA, H. B. R; ANDRADE, Y. I. F; CAVALCANTE, G. A. M. *Crimes sexuais: uma análise sobre a culpabilização da vítima*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Ânima Educação. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22699>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

GOMES, D.; TEIXEIRA, L.; RIBEIRO, J. *Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição*. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnico de Leiria. 2021.

GOMES, F. D. *Por uma terapia ocupacional não opressora: percepções e experiências de terapeutas ocupacionais sobre papéis sociais de gênero e suas práticas profissionais*. (Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Terapia Ocupacional (DTO), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14510>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

HIRIGOYEN, M. F. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC. 2002.

LAGER, L.; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M.(Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1ª. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2018.

LIBERMAN, F.; LIMA, E. M. F. A. Um corpo cartógrafo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*.

2015. Disponível em: =<<https://www.scielo.br/j/icse/a/MWxPQ5YZH9FgTtDv5GNZ3Fr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2019.

NASCIMENTO, J. S. *Violência contra a mulher e a ruptura de seus papéis ocupacionais*. (Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade de Brasília, Brasília. 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23900/1/2018_JoycedaSilvaNascimento_tcc.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

NEGREIROS, A. *A vida nunca mais será a mesma: cultura da violência e estupro no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2021.

OLIVEIRA, J. R. “*Você nem tá com tanta dor assim*”: o racismo na atenção à saúde reprodutiva das mulheres negras do Distrito Federal. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43975/1/2022_JulianaRibeiroOliveira.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

OLIVEIRA, R. T.; et al. *Violência, discriminação e assédio no trabalho*. Florianópolis, SC: Lagoa Editora, 2020.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/PISTAS%20DO%20M%20C9TUDO%20DA%20CARTOGRAFIA.pdf#page=17>. Acesso em: 28 set. 2021.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A Violência Contra Mulher no Cotidiano dos Serviços de Saúde: desafios para a formação médica. *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.1, p.124-135. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HH7V7gvC4kY9b4gmFBnPrmr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. 2ª ed. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2019.

QUEIROZ, A. G; CASTRO, L. C. R; JARA, R. M. Ciência ocupacional: perspectivas gerais e propostas para a América Latina. In: VAN PETTEN, A. M. V. N.; CARDOSO, A. A.; BRITO, C. M. D (Org.). *Estudos da Ocupação: desafios e possibilidades*. Jundiaí-SP: Paco Editorial. 2021.

RESPEITA. Intérprete: Ana Cañas. Compositora: Ana Cañas. IN: Mulheres no poder. Intérprete: Ana Cañas. Rio de Janeiro: Som Livre, 2008. Faixa 1(2:50).

ROCHA, F. Estupro marital: conjunção carnal forçada. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF. 2019. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52880/estupro-marital-conjuncao-carnal-forcada>>. Acesso em: 11 dez 2022.

SCARPATI, A. S. Cultura machista faz com que vítimas de estupro não reconheçam violência, diz psicóloga. Entrevista concedida a Camilla Costa. *BBC News Brasil*. São Paulo. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36402034>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SILVA, A. C. C; OLIVER, F. C. A participação social como um caminho possível para a justiça social e ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 30, n. spe, p. e3081. 2022. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3081>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, R. M et al (Orgs.). *Estudos qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações*. Sobral: Edições UVA. 2018. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/pro>>

[ducao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook/@@download/file/Experiencias%20qualitativas%20ebook%20\(versa%CC%83o%20final\).pdf](#)>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA, S. M. A. F. *Engajamento ocupacional de acadêmicos e sua percepção sobre o equilíbrio ocupacional*. (Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1717>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

SILVEIRA, F. B. C. A et al. Associação entre a violência comunitária e no local de trabalho e a qualidade do sono de profissionais da saúde: estudo transversal. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. v. 26, n. 5, 2021, pp. 1647-1656. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04522021>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUSA, R. F. de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*. v. 25, n. 1. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/6pdm53s-ryMYcjrFQr9HNcnS/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 set. 2021.

SOUZA, M. A. R. de; et al. Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: scoping review. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. v. 25, n. 2. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/TKrgJV6ty7Z6JYGKkyVjjYG/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 set. 2021.

TILIO, R et al. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário “chega de fiu fiu”. *Psicologia & Sociedade*. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wWtLhj-QP3hRQC5hDt6Pz7qq/#>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

TYLOR, E. B. *Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. 6. ed. London: Murray. 1920.

O Enfrentamento da Violência de Gênero pelo Olhar de Mulheres sob Cuidados da Terapia Ocupacional

El Afrontamiento de la Violencia de Género a Través de la Mirada de Las Mujeres Bajo el Cuidado de Terapia Ocupacional

Coping with Gender Violence Through the Eyes of Women Under Occupational Therapy Care

Pamela Renata Gomes da Silva

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Resumo: A violência contra a mulher é qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, sendo um problema social construído ao longo dos séculos, estruturado no modelo social patriarcal e tradicional, onde o machismo se destaca. Este estudo foi realizado em 5 encontros com um grupo de 10 mulheres, acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Ilka Brandão, na cidade de Belém-PA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo cartográfica. Os achados da pesquisa nos permitem confirmar acerca da abrangência que os impactos da violência de gênero assumem sobre as histórias de vida das mulheres e suas expressividades. A Terapia Ocupacional, diante deste fenômeno, busca ofertar suporte pela escuta, acolhimento e facilitação da expressão.

Palavras Chave: Mulher. Terapia Ocupacional. Violência.

Resumen: La violencia contra la mujer es todo acto de violencia de género que resulte o pueda resultar en daño o sufrimiento físico, sexual o psíquico para la mujer, siendo un problema social construido a lo largo de los siglos, estructurado en el modelo social patriarcal y tradicional, donde se destaca el machismo. Este estudio fue realizado en 5 encuentros con un grupo de 10 mujeres, acompañadas por el Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social (CREAS) Ilka Brandão, en la ciudad de Belém-PA. Es una investigación cualitativa, de tipo cartográfica. Los hallazgos de la investigación permiten constatar el alcance que asumen los impactos de la violencia de género en las historias de vida de las mujeres y su expresividad. La Terapia Ocupacional ante este fenómeno busca ofrecer apoyo escuchando, acogiendo y facilitando la expresión.

Palabras Claves: Mujer. Terapia ocupacional. Violencia.

Abstract: Violence against women is any act of gender violence that results or may result in physical, sexual or mental damage or suffering for women, being a social problem built over centuries, structured in the patriarchal and traditional social model, where the machismo stands out. This study was carried out in 5 meetings with a group of 10 women, accompanied by the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) Ilka Brandão, in the city of Belém-PA. It is a qualitative research, of the cartographic type. The research findings allow us to confirm the scope that the impacts of gender violence assume on the life stories of women and their expressiveness. Occupational Therapy in the face of this phenomenon seeks to offer support by listening, welcoming and facilitating expression.

Keywords: Woman. Occupational therapy. Violence.

Pamela Renata Gomes da Silva – Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: pamelarenatags4@gmail.com

Ingrid Bergma da Silva Oliveira – Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Psicologia Clínica (PUC) e Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA). E-mail: ingrid.oliveira@uepa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de uma realidade que vem sendo pouco pesquisada pelos profissionais de saúde e pouco debatida na formação acadêmica, mesmo diante da urgência desta discussão no campo da saúde pública.

A violência de gênero, que cresce exponencialmente no Brasil nas últimas décadas, acomete alguém em situação de vulnerabilidade devido sua identidade de gênero ou orientação sexual, sendo exercida por um sexo sobre o sexo oposto, em geral, o masculino sobre o feminino (BRASIL, 2020; BEARZI *et al.*, 2020).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020, p.1) pontua que as Nações Unidas definem a violência contra a mulher como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada". É importante salientar que a violência contra a mulher é um problema social construído ao longo dos séculos, estruturado na diferença de gênero e nas suas relações de poder, bem como no modelo social patriarcal e tradicional, onde o machismo se destaca.

Entende-se como machismo a conduta de acreditar que o indivíduo do sexo masculino é superior, em qualquer aspecto, ao sexo feminino, com a crença de que as mulheres devem ser submissas aos homens. Trata-se de uma convicção que está historicamente enraizada em nossa sociedade e que provocou a necessidade de inúmeras batalhas pela garantia dos direitos femininos ao longo do tempo (GARCIA *et al.*, 2017).

A violência contra a mulher representa uma problemática mundial, contudo, no Brasil os dados são espantosos, uma vez que apontam que este tipo de violência tem apresentado números altos, com muitos casos de impacto e repercussão nacional. De acordo com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM, 2021, p. 94), o país apresentou, apenas em 2020, "3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, com a média de 34,5% do total de assassinatos".

Além disso, outro fator importante é o índice de violência contra a mulher em Belém/ Pará, pois, em 2020, a Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital registrou 5.179 atendimentos, e pelo menos 40 mil processos e procedimentos de violência doméstica e familiar contra a mulher tramitaram nas Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) no ano de 2019 (BRASIL, 2020; PARÁ, 2021).

Os dados detalhados, divulgados pelo MPPA, acerca do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher da capital do Pará, no ano de 2020, mostram que 50% das mulheres que sofriam violência dependiam financeiramente dos maridos e companheiros, o perfil da maior parte das vítimas (30%) apresentava idade entre 40 e 55 anos e, 51% delas, possuía pelo menos um filho com o agressor, o que dificultava ainda mais o término destas relações. As vítimas que relataram agressões frequentes referiram que a maioria delas acontecia dentro de suas casas (64%) e que, muitas vezes, elas tentavam finalizar essas relações, porém, acabavam convencidas pela família a desistir da separação em 30% das reconciliações (PARÁ, 2021).

Os dados do MPPA também revelaram o perfil dos agressores, com a maioria, equivalente a 35%, na faixa entre 40 e 55 anos e 34% com nível fundamental incompleto, e cerca de 46% não eram casados com as vítimas. Em 71% dos casos relatados, eram eles que sustentavam a casa

com até 2 salários mínimos, mas 49% dos casos de agressão foram praticados contra a ex-mulher ou ex-companheira, e a grande parte das agressões ocorreu no período da noite (41%). Quanto ao histórico de agressão da vítima, 53% sofriram agressões frequentes e apenas 2% sofreram uma única vez, enquanto 10% mencionaram episódios isolados. Ainda de acordo com o levantamento do MPPA, as agressões ocorreram principalmente em bairros periféricos da capital, como Guamá, Pedreira e Jurunas, e apresentaram, como fator exacerbador, o uso de drogas ilícitas (13% dos casos), uso abusivo de álcool (24% dos casos) e motivo passional em 45% das ocorrências (PARÁ, 2021).

É inegável que a Terapia Ocupacional (TO), sendo um campo no qual se busca compreender e transformar o cotidiano, as subjetividades e as ocupações com as quais os sujeitos se relacionam e se engajam, pode promover contribuições a favor das construções de gênero neste âmbito (GOMES, 2021). Isto é, por meio das ocupações, podemos reproduzir (ou não) modelos patriarcais e sexistas que irão impactar a forma como as pessoas se ocupam, a partir de distinções de gênero (MORRISON; ARAYA, 2018).

Uma investigação recente sobre violência de gênero constatou que ela se mascara como “cuidado” e “proteção”, a partir de um comportamento de controle excessivo do agressor, provocando, assim, uma ideia naturalizada entre as mulheres e suas conjugalidades de que o cuidado pode ser excessivo e, por vezes, agressivo (PEDROSA; ZANELLO, 2016; NASCIMENTO, 2018b).

Frente a essa realidade, os terapeutas ocupacionais podem desenvolver, junto a esta população, atividades de mediação sócio-ocupacional facilitando o acesso a experiências diversas de manifestações artísticas, que, além de propiciarem um espaço onde os sujeitos possam treinar suas habilidades (físicas, psíquicas e sociais), podem reconhecer suas necessidades e afetos, empoderar-se, conhecer o próprio corpo, ampliar sua rede de suporte, facilitando refletir sobre outras possibilidades de estar no mundo e enriquecer seu cotidiano, bem como o entendimento acerca daquilo que naturalizam em seu dia a dia (KOBAYASHI, 2018; COFFITO, 2011).

Neste artigo, apresentamos dados de uma pesquisa que definiu como objetivos: compreender como a violência de gênero impacta a expressividade de mulheres; entender a percepção destas mulheres acerca do impacto da violência de gênero em suas trajetórias, e seu protagonismo, além de apontar estratégias da TO diante desta realidade.

1. Método

Este artigo trata de uma pesquisa qualitativa, do tipo cartográfica, que realça valores, estuda crenças, representações culturais, opiniões e atitudes comportamentais de mulheres frente à violência de gênero (SERAPIONI, 2000).

A cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas, nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é, justamente, desenhar a rede de forças a qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente (DE BARROS; KASTRUP, 2012).

Diante desta perspectiva, este estudo foi realizado com um grupo de 10 mulheres, acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Ilka Brandão, na cidade de Belém-PA, localizado no Bairro Umarizal, no decorrer de 5 encontros, realizados no período de agosto e setembro de 2022.

O CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução Nº 109 de 11 de dezembro de 2009, o CREAS pode ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que oferece apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos. O CREAS apresenta diversos serviços de proteção social, cada um com suas especificidades, de acordo com a clientela (BRASIL, 2009).

Todas as mulheres cadastradas no CREAS Ilka Brandão são assistidas por uma equipe multidisciplinar composta por assistente social, psicólogos e advogados. Porém, não há um terapeuta ocupacional na unidade, caso houvesse, sua intervenção utilizaria “tecnologias de cuidado próprias e voltadas à dimensão social da vida, em diálogo predominante com as ciências humanas e sociais[...]”, uma vez que, neste campo, “aportes provenientes da área da saúde podem ser insuficientes para a constituição do seu referencial teórico-metodológico” (MALFITANO, 2016, p. 124; OLIVEIRA, 2020).

O convite às participantes da pesquisa foi realizado por técnicas de referência do CREAS, momento em que explicaram alguns dos objetivos da pesquisa. Em encontro posterior, que consideramos como o primeiro encontro para a coleta de dados, houve a presença das pesquisadoras para melhor explicação sobre a pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e aplicação de um questionário sociodemográfico, que objetivou identificar aspectos específicos das condições de vida das mulheres.

Por meio do formulário sociodemográfico, constatou-se que, entre as participantes, a idade variou entre 26 e 58 anos, a média de idade das participantes era de 42 anos. Sobre o estado civil, 2 eram casadas, 6 eram solteiras e 2 disseram ser divorciadas. Todas assinalaram ter filhos. No item moradia, 6 marcaram ter casa própria, 2 tinham moradia cedida e 2 moravam de aluguel.

Sobre a escolaridade, 2 não concluíram o ensino fundamental, 1 terminou o ensino fundamental, 6 finalizaram o ensino médio e 3 cursaram o ensino superior. Quanto à ocupação das participantes, 2 eram domésticas, 1 feirante, 1 desempenhava a profissão de arquiteta, 1 tinha a ocupação de diarista, 1 trabalhava como balconista de farmácia, 1 estudante, 1 costureira, 1 cuidadora de idosos e 1 era desempregada.

As intervenções para a produção dos dados ocorreram no CREAS, onde as mulheres estavam matriculadas, pois apresentavam perfil por, anteriormente ou naquele momento, estarem experimentando o ciclo da violência de gênero. Os encontros tiveram seus áudios gravados, e, em um segundo momento, foram transcritos para leitura e análise. A análise dos dados se deu a partir da construção de Unidades Temáticas.

A análise temática envolve a busca a partir de um conjunto de dados, seja originário de entrevistas, grupos focais ou de uma série de textos, a fim de encontrar padrões constantes de significado (ROSA; MACKEDANZ, 2021). A análise temática pode ser um método que funciona tanto para “refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície desta” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 83-84).

A produção dos dados foi realizada majoritariamente a partir das falas, mas contou com produções escritas das participantes, além de anotações acerca das intervenções em um diário de

campo. Cabe destacar que as participantes, ao longo do artigo, serão identificadas através de pseudônimos, para preservar suas identidades.

Os encontros contaram com temáticas que orbitavam em torno da vivência da violência, mas buscando compreender os enfrentamentos, os posicionamentos, os sonhos e conquistas das mulheres, mesmo que elas ainda estivessem sob o impacto de situações hostis e limitantes quanto à expressividade. As participantes se expressaram por meio de colagens, desenhos, escritos, pinturas e da fala. Durante a realização dos grupos, os recursos utilizados eram canetinhas, papel sulfite, colas coloridas, tesouras, revistas, recortes de textos de revistas e letras de músicas. O processo era dinâmico e dividido em três momentos: chegada, onde ocorria o “quebra gelo” entre as mulheres; a atividade principal, que trazia um tema central; e o fechamento, com relaxamento e/ou autorreflexão.

O **primeiro encontro** tratou da explicação sobre a pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aplicação de um questionário sociodemográfico, como já mencionado. O **segundo encontro** iniciou com um “quebra gelo” sobre semelhanças entre as participantes, sendo cada uma orientada a buscar pelo menos cinco coisas em comum com outras participantes. Depois, foi realizada a dinâmica “Duas verdades e Uma mentira” onde cada pessoa escreveu em um papel 3 frases, sendo que 2 eram verdades sobre ela e 1 era mentira. Após isso, cada uma leu as 3 frases, e as outras pessoas tentaram adivinhar qual era a mentira. Neste encontro, tratamos sobre a pergunta disparadora: “Qual o meu sonho?”, sendo construída uma Linha do Tempo, a fim de revisitar memórias importantes de eventos marcantes do passado, presente e sonhos para o futuro. As fases da vida consideradas foram infância, adolescência e adulta. Finalizamos com uma roda de conversa para debater os assuntos abordados no encontro.

O **terceiro encontro** iniciou com a dinâmica da “Teia das Emoções”, que consistiu em passar o barbante para outra participante, mas, antes, lhe falar sobre uma vivência negativa que o machismo lhe causou, possibilitando assim uma afetação entre as mulheres, formando uma teia de emoções reflexivas sobre o tema abordado. Na sequência, foi discutida a pergunta: “O que é ser mulher nessa sociedade?”, com análise e discussão de trechos do livro “Do Facebook para a Sala de Aula: Crônicas Feministas”, de Anna Maria Alves Linhares. Também usamos a questão: “Eu sofro violência quando?”, atrelada à dinâmica “Eu já ouvi x Eu nunca”, que representa um jogo com frases como: “você não pode usar batom vermelho pois chama muita atenção, vão achar que és put*”, “Fica com esse porque homem tá muito difícil de encontrar, ainda mais que você tem filho.”, “Agradeça que seu marido te ajuda a cuidar do bebê.”, “Que comida boa! Já pode casar”, “Você vai dar trabalho pro seu pai quando crescer.”, “Mulher tem que se cuidar”, “Você que está louca!”, “Mas a sua roupa estava curta demais”, “Homem não gosta de mulher assim”, “Essa daí tá bem de TPM”, “É feio mulher falar palavrão”, “Ela estava pedindo”. Finalizamos com roda de conversa.

O **quarto encontro** iniciou com um questionário intitulado “Doses de Autoconhecimento”, com 9 perguntas curtas e objetivas sobre gostos pessoais, como cor, filme, música e comida preferida, lugar que deseja conhecer, melhor amiga, comida que não gosta, o que mais gosta de fazer e o maior sonho. Em seguida, foi trabalhada a dinâmica “Quem você vê no espelho?”, para observar a autopercepção, antes e depois da convivência com homens. Foi informado, antecipadamente, às participantes que levassem algo que não usavam mais, por conta de uma imposição machista. Finalizamos com a Dinâmica da Flor, onde elas amassavam um papel, associando as marcas no papel aos momentos difíceis da vida. Ao final, deveriam desamassar o papel e fazer uma flor, objetivando

ressignificar as marcas e a própria vida. A roda de conversa foi sobre como se sentiram afetadas depois do grupo.

No **quinto encontro**, houve um relaxamento guiado com música para iniciar. Após, foi tratado o tema “Qual é o seu recado para você no futuro?”, onde construíram uma carta para si mesmas contando o que vivenciaram nos encontros e as repercussões dessas reflexões. Finalizamos com *feedback* coletivo sobre os encontros e fechamento do grupo.

A partir das produções destas mulheres, foi possível construir três unidades de significação para as análises, sendo elas “Impactos da violência de gênero sobre trajetórias de vidas”, “Percepção acerca do “ser mulher” em uma sociedade machista” e “Estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional focadas no acolhimento, na escuta e na expressividade junto ao enfrentamento de vivências no âmbito do machismo e da violência de gênero”.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob o parecer de número 5.614.636.

2. Resultados e Discussão

2.1. Impactos da Violência de Gênero sobre Trajetórias de Vidas

Djamila Ribeiro (2017, p. 21) enfatiza que a mulher não é definida em si mesma, mas em “relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina em um estado de submissão que comporta significações hierarquizadas”.

Certo senso comum das instituições sociais enxerga a mulher como submissa ao homem, aos afazeres do lar e ao cuidado único e exclusivo ao marido e seus filhos, o que faz com que o machismo persista e se reproduza em nossa sociedade, implicando diretamente em sua naturalização e, ainda, no reforço à misoginia (CHAVES, 2015; NASCIMENTO, 2018a).

Sobre essa perspectiva, Joice Berth enfatiza que:

Muitas vezes, estar imerso na realidade opressiva impede uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido. A este nível, a percepção de si como contrário ao opressor não significa ainda que se comprometa a uma luta para superar a contradição: um polo não aspira a sua libertação, mas a sua identificação com o polo oposto. (BERTH, 2019, p. 19)

Uma outra questão neste universo temático se presentifica em mulheres que tendem a reproduzir a relação que vivenciaram na infância, muitas vezes revivendo com seus cônjuges a história de violência que sofreram em seus lares originários (GOMES *et al.*, 2007; LAZZARI; ARAÚJO, 2018).

Para Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) e Capeleline *et al.* (2019), fatores que alimentam o ciclo de violência doméstica são a tolerância e a autculpa que surgem na vítima, muitas vezes sendo recursos utilizados pelos agressores para mantê-las vinculadas ao sistema de abusos e agressões aos quais as submetem.

De acordo com Carmo e Moura (2010) e Batista e Marques (2020), para a mulher, é muito difícil romper com esse ciclo, já que ela vive sucessivas crises emocionais e psicológicas ao longo destas vivências, sem falar que muitas mulheres tendem a depositar suas expectativas e sonhos em torno daquela pessoa que a violenta, pela representação de afeto do agressor.

O ciclo da violência apresenta uma dinâmica própria que inclui momentos de idealização do parceiro, onde a negação da violência se sobrepõe, pactuada por promessas mútuas que caracterizam quase um momento de “lua de mel”, seguido de descumprimento dos papéis sociais idealizados, situações de tensão, onde insultos, humilhação e intimidação são frequentes, dando sequência em ameaças, com necessidades de autoafirmação que culminam em agressões com episódios agudos de violência e a confirmação mútua de identidades, com a dicotomia do homem dominador e da mulher passiva. Até que o ciclo de idealização reinicia (BRASIL, 2020).

A dificuldade que algumas mulheres sentem na fragmentação desse ciclo se reflete diretamente na relação com os filhos, pois estes presenciam cenas de discussões, humilhação, submissão extrema e, até mesmo, agressões, que muitas vezes podem provocar, posteriormente, sentimentos de rebeldia, medo e até raiva, como destacado na narrativa de algumas participantes a seguir:

“Eu tenho um problema com meu esposo, em relação aos meus filhos, meu esposo ele tem problema há muito tempo com dependência química. E devido a isso retrai muito os filhos, não tem paciência, não que não sabe lidar com situações, tem um filho que ele é especial, ele tem esquizofrenia e tem TOC. O pai arranja conflito, o pai não entende o problema do filho. Aí, fica aquela briga. O pai não sabe conversar, vai na agressividade”. **(Girassol)**

“[...] depois que as minhas filhas começaram a crescer, porque na minha época a gente não dava filosofia nem sociologia, e hoje elas já dão essas disciplinas que são muito importantes, porque vi esse outro lado de que elas começaram a enxergar”. **(Liz)**

“A violência que foi dentro de casa não aconteceu só comigo. Foi com elas também! E. eu contei também que foi num momento que, às vezes, eu não estava em casa. De ele ir trancar elas num local pra elas não irem daquele jeito [se referindo às roupas que as filhas usavam]”. **(Lírio)**

Entretanto, o desejo por não perpetuar, com os filhos, o ciclo da violência pode ser um disparador de grandes mudanças, como corroboram os excertos a seguir:

“Eu queria sair daquele ambiente, de bebida, de coisas que eu não queria. Por tá criando meus filhos ali, sabe? Então, meu filho já está ficando rapaz já, então eu queria sair dali”. **(Liz)**

“A nossa casa deveria ser o lugar mais confortável do mundo. A nossa casa deveria ser o lugar pra descansar, amar e ser feliz. Porém, em muitos casos, é lugar de pesadelo e horror”. **(Sakura)**

A violência doméstica tende a aumentar pela privacidade onde geralmente acontece, e pelo medo causado, que reforça a obediência da mulher, e, muitas vezes, a incorporação dos princípios dos opressores (BRASIL, 2019).

O ideal machista de que cabe ao homem o sustento financeiro da família também reforça nas mulheres o lugar de dependência econômica, tornando-se ainda mais difícil para elas escaparem do contexto de violências (BRASIL, 2023). Isso é confirmado no último relatório do MPPA, sobre os

casos de violência doméstica, que aponta que o motivo de 30% das reconciliações com agressores se deu por dependência econômica das vítimas (PARÁ, 2021).

“A gente como mãe, a gente se sente culpada. Aí, a gente não trabalha e se sente culpada, porque não posso dar um biscoito ou um danone pro meu filho”.
(Sakura)

Algumas pessoas que crescem em um ambiente abusivo podem interpretar uma agressão como carinho ou superproteção, caso esta seja a lembrança do relacionamento parental que viveram, e isso pode se tornar uma crença central muito forte, mesmo que inconsciente. Isso também acontece quando o entendimento em torno do relacionamento abusivo ainda não é evidente para a vítima (REPPOLD *et al.*, 2002).

Del Bianco e Tosta (2021, p.103) referem que a criança, muitas vezes, frente à situação de abuso sexual, reage ao brusco desprazer “pela identificação ansiosa e a introjeção daquele que a ameaça e a agride”. Tal atitude pode se repetir na fase adulta, frente à violência de gênero.

Uma das participantes refere a busca por uma vivência paternal saudável às suas filhas, entretanto, o ciclo de violência advindo da infância, junto ao pai, se refaz com seu companheiro na fase adulta. E, a partir do momento que esta mulher revive as lembranças do abuso por meio da revitimização imposta por seu companheiro, os sentimentos acerca da figura paterna reaparecem:

"Ele tentou abusar de mim. Entendeu? Quer dizer, pra mim, ele destruiu o sonho de como era um pai. Porque pra mim, pai protegia, podia contar. Eu queria muito que o pai das minhas filhas vivesse isso, eu queria dar uma família para minhas filhas, como eu não tive. Não consegui fazer isso”. (Yasmin)

Flavia Liberman (2010) ressalta que as memórias que o corpo carrega, desde criança, podem ser (re)experimentadas, atualizadas com novos protagonistas, sejam elas emoções intensas de vergonha, memórias angustiantes de cenas em que se foi motivo de chacota, ou pouco valorizada em “uma dinâmica familiar em que os homens pensam e agem como se soubessem de tudo, e as mulheres (ainda meninas) têm pouco a dizer” (LIBERMAN, 2010, p. 449).

O impacto da violência de gênero também perpassa pela desconstrução na esfera dos sonhos, sejam eles no campo profissional ou pessoal, onde o agressor impede o crescimento da mulher. Este aspecto foi mencionado por algumas participantes:

“No meu caso, foi o meu ex-marido, pai dos meus filhos. Passei na USP para serviço social, passei três meses, e aí ele não deixou mais eu fazer, ele dizia que fazer faculdade à noite, era só garota de programa, só gente que não prestava. E eu tinha que cuidar dos meus filhos. E ele é assim até hoje”. (Flora)

“O pai da minha filha, eu era bem novinha, o relacionamento com ele, eu tinha dezesseis anos, eu não tinha uma noção de vida. Quando eu engravidei, eu achava que era isso, cuidar de casa, de marido, larguei o estudo”. (Girassol)

"Mesmo assim, cansada, eu procuro fazer o dever, eu procuro conversar, entendeu? Então, eu não estava dando conta do trabalho, faculdade, a família em crise. Então, eu preferi largar a faculdade, mais lá na frente, eu quero, a prioridade

agora são meus filhos, eu quero, sempre foram, mas é que essa fase que eles estão agora, eles precisam mais”. **(Rosa)**

“[...] eu tinha que ceder, cedia a certos caprichos, meus filhos eram pequenos. E eu dependia dele[.]”. **(Lily)**

As narrativas das participantes apontaram que, quando a questão da violência se instalou, elas deixaram de focar em sonhos profissionais e se voltaram para sua própria recuperação ou sobrevivência.

A criação dos filhos também é outro ponto impactado pela violência em suas trajetórias de vida. Deste modo, muitas mulheres casadas são mães solo, uma vez que o estado civil não tem relação com a maternagem, embora, muitas vezes, as mulheres não consigam enxergar o lugar que ocupam, principalmente quando há contínua omissão paterna e elas a naturalizam.

Lize Galvão (2020) evidencia, em seu estudo sobre a maternidade solitária, algumas expressões “romantizadas” atribuídas às mães solo, como “mãe guerreira” e “pãe” – esta última que representa a acumulação das funções de “pai” e mãe” – e que revelam não apenas o pai ausente, como a própria sobrecarga feminina no que diz respeito ao trabalho de cuidado.

"Acessei o Facebook agora e infelizmente vi que muitas postagens mostram o quanto as mães desempenham o papel de pai, porque são pais ausentes ou porque nunca apareceram nas vidas de seus filhos”. **(Rosa)**

“Eu escolhi esse texto porque me identifiquei com ele. Eu também sou pai e mãe. E a minha filha, o pai quase não tem contato com ela. Essa ausência vem muito na fala dela. Ela verbaliza essa ausência. Por exemplo: 'ah, aqui só os sem pais! Ela traz muito disso”. **(Violeta)**

Ana Cláudia Peres (2020, p. 21) refere que o Brasil tem cerca de “11 milhões de famílias compostas por mães solo, com mais da metade dessas vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

“A sociedade julga muito, mas quando é uma mãe ausente, pesa muito mais. A mulher não presta por ter abandonado um filho, pesa mais do que um pai ausente. Não é tão cobrado do homem o fato dele ser ausente”. **(Lírio)**

Se, por um lado, a mãe solo vem sofrendo historicamente com o preconceito por não estar inserida em uma relação conjugal, atendendo aos padrões impostos pela sociedade, de outro, o abandono paterno parece ser naturalizado (GALVÃO, 2020).

Em alguns casos, a vítima se envolve continuamente em relacionamentos abusivos, sempre repetindo a escolha de alguém violento, e mantendo a postura passiva, se envolvendo de maneira tão forte emocionalmente que cria circunstâncias que facilitam o domínio e o abuso pelo companheiro (DIAS; CANAVEZ; DE MATOS, 2018).

A mulher, diante de um contexto que lhe impõe violência, pode apresentar dificuldades na habilidade de se comunicar com os outros, de reconhecer e comprometer-se de forma realista com os desafios encontrados, além de desenvolver sentimento de insegurança concernente às decisões a serem tomadas (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

Os relatos discutidos nesta unidade refletem a forma pulverizada e abrangente que os impactos da violência de gênero assumem sobre as trajetórias de vidas das mulheres participantes desta pesquisa. Ousamos afirmar que apenas uma força interventiva intersetorial, da qual a sociedade como um todo faça parte, é que poderá construir modos de reduzir tais repercussões. Então, se o Estado, a Igreja, as mídias, as escolas, toda uma força tarefa se constituir, mais pessoas podem aprender sobre ciclos de violência, podem se encorajar a denunciar suas realidades, e, ainda, por outro lado, podem aprender a não julgar as mulheres que vivenciam essa situação, o que reprime que elas sejam revitimizadas.

2.2. Percepção acerca do “ser mulher” em uma sociedade machista

Assim que uma mulher nasce, um lugar específico tradicionalmente é imposto à ela, por um lado, como pessoa frágil, mas, por outro, como forte cuidadora. Essa expectativa contraditória que inclui fragilidade e, ao mesmo tempo, força, denota em um conflito que afeta de inúmeras maneiras as mulheres ao longo de suas vidas. A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas ou mortas (HOOKS, 2015).

Em grande parte dos meios de comunicação, as mulheres são representadas como figuras dóceis, frágeis e fracas, donas de casa que cuidam dos filhos e do marido. À mulher, é entregue a função de estabelecer e manter as relações familiares. E, além de desempenhar todas essas tarefas, existe a cobrança pela beleza, não podendo deixar de ser vaidosa e apresentar sempre boa aparência (SOUZA, 2021).

“Meu corpo, minhas regras!”. Esta frase de empoderamento que vem do movimento feminista, o qual tem dado voz aos direitos das mulheres sobre seus próprios corpos, e reforçado o enfrentando diante de uma sociedade machista, tem explicitado as contradições e a necessidade de enfrentamentos. A frase e a luta são legítimas, uma vez que, historicamente, o corpo feminino sempre foi considerado como um objeto. O feminismo aparece neste cenário como um movimento libertário, lutando pela autonomia das mulheres, para que possam decidir sobre suas vidas e seus corpos (EUZÉBIO; RESENDE, 2019).

É o atrelamento a pensadores, a movimentos e estudos que desautorizam o machismo e as práticas de submissão e que reforçam as lutas contínuas a serem travadas no campo do feminismo.

Tílio (2021) revalida Matos e Soihet (2003) ao debater que, no espaço público, o corpo das mulheres que performam aspectos da feminilidade assume duas possíveis interpretações: corpo privado, que deve permanecer oculto; e corpo público, apropriado e dominado pelos homens para ser exibido como troféu ou sob dominação. É nesse cenário que a violência contra as mulheres nas relações entre gêneros adquire consistência, confirmada nos relatos das participantes:

“Mulher tem que se cuidar’. Engraçado que eu observo eles dizendo: ‘ah, porque eu não vou ficar com mulher feia e não sei o que’ e eu olho pro cara, barrigudo, feio... aí a mulher que tem que aturar um homem feio dentro de casa”.

(Flora)

“É feio mulher falar palavrão’. como se fosse só coisa de homem, né? É algo muito taxativo”. **(Lily)**

“Eu nem me olhava mais no espelho”. **(Girassol)**

“Eu nunca usei maquiagem, eu sempre fui assim, mas assim, quando pintava meu cabelo, porque meu cabelo era todo branco, e ele sempre queria que eu não pintasse, mas eu sempre pintei, e ele implicava”. **(Lírio)**

As experiências pessoais relatadas pelas participantes da pesquisa envolveram a descrição de violência psicológica, física, assédio e abuso sexual, enfrentado desde o âmbito escolar até o seio familiar, além de vivências relativas aos papéis sociais impostos ao gênero feminino. Relataram, ainda, sobre importunação sexual, relacionada ao modo de se vestirem:

"Ouvi, principalmente em questão da roupa: 'ah, não pode usar sainha', 'tá na rua, tá pedindo isso. Pediu pra ser estuprada’”. **(Violeta)**

E como usar um simples batom vermelho causara impacto negativo no outro e que, por muitas vezes, o machismo era direcionado e afirmado por mulheres da própria família:

"[...] esse comentário vem até de mulher. Olha, muitas vezes eu até achei que elas estavam certas e depois que as minhas filhas começaram a crescer, porque na minha época a gente não dava filosofia nem sociologia, e hoje elas já dão essas disciplinas que são muito importantes, porque vi esse outro lado de que elas começaram a enxergar’”. **(Liz)**

“[...] sim, de certa forma, sim. Eu acho que é pejorativo, né? A forma de se falar... as palavras têm poder, né? 'O batom vai te transformar em algo...’, é um negócio que é doído ouvir’”. **(Rosa)**

Reconheceram que, através de falas e atos machistas, suas vidas foram se desenvolvendo de maneira submissa, até o momento que houve o entendimento do que era a violência de gênero:

“Ah, eu tenho assim, que quando eu terminei meu ensino médio, eu conheci o pai do meu filho. Aí comecei a parar de fazer inglês, eu fazia, já ia fazer o vestibular na época, aí parei. Ele não me pressionou, mas indiretamente, ele: Ah, deixa pra depois. Me arrependi muito, não pelo meu filho, mas por ter parado e tudo. Às vezes o homem, tem homem que não obriga assim, mas indiretamente ele vai cortando, podando a gente e tudo. E eu me arrependo muito, porque, eu poderia ter feito a faculdade que queria muito’”. **(Sakura)**

“Acho que esse homem machista tem que pagar pelo que ele faz, porque nós estamos cansadas de sermos humilhadas. Ela falou sobre o trabalho. No trabalho, eu tenho que viver mandado localização pra ele. E isso sufoca. Eu já conversei com ele sobre isso, mas não teve jeito’”. **(Liz)**

"Eu quase não tenho amigos. Praticamente, meu casamento me afastou de todos os meus amigos praticamente[...]’”. **(Sakura)**

“Pra não ter discussão, que aí, quando a gente tentava questionar, ele já ficava alterado, aí a gente parava a insistência”. **(Yasmin)**

“Eu fui omissa na época e eu aceitei [a violência]. O que eu deveria naquele momento, eu não consegui enxergar”. **(Rosa)**

Ao refletir sobre aspectos que englobam a violência de gênero, Simone de Beauvoir (1980, p.109) exhibe, em sua obra intitulada “O segundo sexo”, o debate sobre mulheres que decidem ficar solteiras após serem vítimas de violência: “Já que a opressão da mulher tem sua causa na vontade de perpetuar a família e manter intacto o patrimônio, ela se liberta também dessa dependência absoluta na medida em que escapa da família”.

“É como se a gente fosse obrigada...como se nós fôssemos obrigadas a ter um homem, não pudéssemos ficar sozinhas”. **(Yasmin)**

“Quando eu tô sozinha, ainda dizem que eu sou sapatão”. **(Lírio)**

A decisão por não constituir família em décadas passadas seria impensável pelas mulheres. Na atualidade, a mulher está mais empoderada para assumir suas escolhas. O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, “da assertividade individual até a resistência, protesto e também mobilização coletiva que questionam as bases das relações de poder” (BERTH, 2019, p. 19). Sobre este aspecto, as participantes referem:

“E eu tenho certeza de que nós somos fortes o suficiente pra vencer isso. Nós temos que correr atrás dos nossos direitos, porque se a gente não correr, quem vai, né?”. **(Girassol)**

“Sim, inclusive, eu levei ele pra Maria da Penha. Ele tá com medida, ele não pode se aproximar. Ele pede pra tirar, mas eu digo: 'eu não tenho certeza se tu ainda vai encostar a mão em mim, então eu não posso retirar". **(Lírio)**

Gomes e Brito (2019) mencionam que o empoderamento é um processo por meio do qual as mulheres vão em busca de recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e de decisão diante das situações de exclusão decorrentes da hegemonia/dominação masculina.

Ao tratarmos das percepções acerca do “ser mulher” em uma sociedade machista, considerando a perspectiva das participantes, percebemos que suas vidas são repletas de vivências que as ensinaram acerca do feminino em uma sociedade machista, com os julgamentos, as lutas, as restrições e discriminações, mas que, mesmo diante desta realidade, a coragem para lutar vem abrindo caminhos que as empoderam e protegem.

2.3. Estratégias de Intervenção da Terapia Ocupacional Focadas no Acolhimento, na Escuta e na Expressividade Junto ao Enfrentamento de Vivências no Âmbito do Machismo e da Violência de Gênero

A partir da escuta das participantes, foi possível dialogar com referências da Terapia Ocupacional, e vislumbrar estratégias de intervenção para esta clientela, cuja problemática se mostra tão singular.

Os vínculos que foram se estabelecendo ao longo dos encontros com o grupo de mulheres no CREAS deixaram nítida a importância de se construir impulsos de resignificação ou enfrentamento, e que estes só se mostram possíveis através dos agrupamentos e os compromissos que advém destes, sejam eles intergeracionais, dos diferentes, dos iguais, mas, independentemente se homogêneos ou não, os coletivos se mostram como paisagens de descobertas, de partilhas, e que resultam em crescimento recíproco.

Para Flávia Liberman (2007; *et al*, 2017), os encontros movimentam e incitam o trabalho expressivo, impulsionando canais perceptivos que amplificam a sensibilidade dos sujeitos. Esta ideia entra em consonância com o que Michel Foucault (1984) delineou sobre o Cuidado de Si, que implica em forças de agir e pensar que desencadeiam práticas e ações pelas quais o sujeito se coloca em movimento existencial de contínuo conhecimento e transformação de si.

Em um grupo feminino, cada mulher pode ensinar e aprender ao mesmo tempo. Isso acontece pela troca de experiências, pela discussão acerca de seus papéis na sociedade, ou da expressão de sentimentos e da reflexão sobre as atividades vivenciadas, muitas vezes implicando em identificação, mas, também, resignificação de ideias. Estas ações em grupo corroboram com a Resolução nº 406 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO, 2011), que trata das ações da Terapia Ocupacional nos contextos sociais e menciona, como competência do profissional da TO, desenvolver ações de fortalecimento de redes de suporte e de trocas afetivas, culturais e de apoio.

O terapeuta ocupacional intervém de modo a reconstituir memórias e histórias e de valorizar as formas socioculturais de expressão, e os saberes já existentes, mas propiciando ações críticas e reflexivas que auxiliem na organização da vida cotidiana e nos projetos de vida (COFFITO, 2011).

O acolhimento se mostrou outro fator determinante nessa experiência, uma vez que se construiu desde a recepção das participantes, do estabelecimento do contrato de sigilo e na apresentação do grupo, seguindo ao longo dos encontros e mostrando-se desafiador ao nos depararmos com os movimentos, conscientes ou não, de fuga.

Estes movimentos surgiram como ausências de alguns encontros, como silêncios, como recusas em partilhar. Acolher é, também, saber não ser invasivo, e compreender que cada processo de mudança inicia lentamente, e que olhar de frente para aquilo que nos amedronta, ou que não sabemos ainda como lidar, requer tempo, tempo para processar e, depois, tempo para reagir.

Flávia Liberman *et al.* (2017) refere que aprender é entrar em processo de transformação e que só conhecemos o que nos afeta, sendo a aprendizagem de si resultado de uma abertura anterior às experiências de vida.

A utilização de recursos expressivos diversos mostrou-se potente para atingir a pluralidade humana presente naquelas mulheres, contemplando as participantes como um todo, em seus papéis ocupacionais, afetos, emoções, relações sociais, habilidades, desejos e interesses.

A proposição da escuta dos sonhos das participantes, ao longo do processo de produção dos dados, se mostrou como espaço que acolheu e, ao mesmo tempo, empoderou a quem ouviu os relatos, como percebe-se nos excertos a seguir:

“Eu gosto de ter o meu dinheiro, eu não gosto daquele negócio de tá pedindo todo o tempo, mas eu gostaria de arrumar algo que eu possa trabalhar em casa pra ficar mais perto das minhas filhas, porque como eu trabalho a semana toda praticamente, eu passo mais tempo longe delas, do que perto delas”. (Lily)

“Muita das vezes, a gente tá no dia a dia e acaba esquecendo de como a gente era na infância, de como a gente foi há cinco anos atrás, do que a gente realmente queria! A gente, muita das vezes, troca nossos sonhos pelos sonhos de outras pessoas, coloca o sonho deles na frente”. **(Lírio)**

“No presente [o sonho], é libertação e me amar mais! Poder me libertar em algumas coisas, que realmente, né, que eu acho que é maior do que eu”. (Flora)

“É, e me amar, porque eu sei que me deixei pra trás e eu não consigo me enxergar, eu preciso me encontrar, né? E pro futuro, né, ser feliz”. **(Girassol)**

“[...] eu queria conseguir um emprego para sustentar os meus filhos”. **(Violeta)**

“Eu quero restituir a minha família e ver meus filhos felizes, no futuro eu quero fazer uma faculdade”. **(Violeta)**

Ao revisarem os próprios sonhos, ao relatarem aquilo que ainda era apenas algo sem muito planejamento, muitas vezes nunca antes compartilhado, pôde enfim ganhar força com a palavra, pôde ser reforçado pelos ouvintes e ganhar corpo e planejamento para, posteriormente, ser executado.

Ao examinarmos o impacto das vivências violentas sobre a expressividade daquelas mulheres, percebemos que suas expressões espontâneas foram atropeladas pelo medo e pela vergonha. E muitos silêncios, negações, recusas e ausências eram reflexo da tentativa de esquecer o que haviam vivido, ou pelo menos não rememorar e se revitimizarem com as lembranças traumáticas.

Enquanto pesquisadoras, o impacto da violência sobre as mulheres que acompanhamos se mostrou, desde o início, na dificuldade para se montar o grupo, também trazido à tona pela resistência das mesmas em dar continuidade ao trabalho iniciado, e, inúmeras vezes, na dificuldade em falar o que sentiam na frente de outras mulheres, ainda que todas sofressem da mesma realidade.

Também foi evidente a sensação de ficarem emocionalmente mobilizadas diante do tema, e mais mobilizadas ainda a cada vez que se ouviam. A dificuldade das mulheres para falar sobre as violências sofridas de maneira franca tornava algumas narrativas incompreensíveis, porque eram apresentadas fora de contexto ou incompletas.

Também, como mulheres ouvintes, foi desafiador entrar em contato com relatos que sinalizavam o quão longe se encontravam os processos de mudança, e o quanto de trabalho se tinha pela frente com cada uma daquelas mulheres, como quando Sakura nos disse:

“Eu até teria coragem de denunciar, porém não tenho coragem de me afastar, de colocar um ponto final”. **(Sakura)**

É importante enfatizar que, quando mulheres vítimas de violência buscam por ajuda, é comum sentirem dificuldades em expressar seus sentimentos, em razão das peculiaridades da violência sofrida (GOMES *et al.*, 2012; CAPELELINE *et al.*, 2019).

Mal havia começado o debate sobre violência doméstica em tempos de pandemia, promovido pelo Instituto Maria da Penha, e transmitido ao vivo por uma rede social, quando um comentário ocupou a pequena tela do celular e chamou a atenção de quem estava online: — *Socorro! Socorro!* E, logo depois, sem descanso: — *Alguém pode me ajudar, por favor! Estou sofrendo violência! Meu marido*

me agride! Enquanto outras mulheres que participavam da “live”, no início da noite de 28 de abril, ainda impactadas, digitavam rapidamente palavras solidárias, a mediadora Regina Célia Barbosa encaminhava a autora dos comentários para os canais privados do Instituto Maria da Penha, onde uma equipe já estava a postos para orientá-la sobre como proceder. Ali mesmo, em tempo real, muitas outras mulheres compartilhavam suas experiências. Houve o relato da filha que denunciou o próprio pai depois de presenciar anos de maus tratos à mãe. E a garota que só percebeu ter sido vítima de violência depois que terminou um relacionamento que durou seis anos (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

O sentimento que mais leva mulheres à denúncia é a exaustão com a situação de agressão, e, especialmente, a vergonha diante dos filhos. Outro sentimento detectado é o medo de que a situação se agrave mais e que isso signifique risco iminente de morte (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

Em referência à situação vivida no modo virtual, Cláudia Peres (2020) discorre sobre a importância de haver um espaço seguro para que as mulheres possam se expressar com relação à vivência de violências. E este espaço precisa contar com pessoas capacitadas a acolher, orientar e dar suporte no momento em que a coragem rompe o medo.

A escuta acolhedora, não julgadora e ativa é o ponto principal a contribuir para que as mulheres encontrem estratégias de enfrentamento (D’OLIVEIRA *et al.*, 2009; OLIVEIRA; FONSECA, 2015; BRASIL, 2016; BEARZI *et al.*, 2020).

Os relatos que ouvimos partiram de diversos contextos e histórias de vida, trazendo vivências de assédio sexual em via pública e no local de trabalho, coerção sexual por parte de companheiro, violência física, humilhação e violência patrimonial, levando a família à dependência financeira do agressor, com casos de separação e outros em que permaneceram na relação.

Outra problemática é que o sentimento de vergonha dificulta o diálogo e aumenta a sensação de solidão, e de culpa, da mulher que sente que não é vista, que é “responsável” pelo seu sofrimento e, portanto, tem que suportar tais situações ou resolver sozinha o problema.

É em grupo que essas mulheres podem olhar criticamente para a realidade, pois, ouvindo relatos de outras pessoas em situações semelhantes às suas, é possível pensar a própria realidade, afastar-se dela, observá-la e transformá-la.

O enfrentamento que buscamos discutir, pela via da Terapia Ocupacional, passou pela escuta, pelo acolhimento, pela facilitação de expressividade por meio de atividades direcionadas, mas funcionou, ainda, como a criação de uma caixa de ressonância, em que as mulheres ouvidas trouxeram relatos muito encorajadores, como observamos nos excertos a seguir:

“Então, não preciso fazer nada por causa de ninguém, tenho que fazer por mim. Eu aprendi a gostar de mim mesma em primeiro lugar, em segundo ele e em terceiro”. **(Lírio)**

“Hoje em dia, eu tenho voz, eu faço o que eu quero, vou atrás do que eu quero. Eu acabei de uma certa forma, me olhando mais um pouco, e vendo que não era aquela bolinha ali, onde as pessoas machistas insistem em colocar as mulheres, acham que é só aquilo”. **(Margarida)**

Maximino (1997), ao tratar sobre ações grupais da Terapia Ocupacional, fundamentou-se nos conceitos de espaço potencial e caixa de ressonância. A autora supracitada pontuou que, no espaço potencial, o grupo de atividades deve propiciar um ambiente confiável para que o sujeito arrisque estabelecer relações, sendo estimulado a experimentações, e, tal como uma caixa de ressonância, o grupo pode funcionar ampliando as possibilidades interventivas, já que as mediações dirigidas a um paciente podem atingir o grupo como um todo.

Quando o grupo se torna, para seus integrantes, um ambiente confiável e facilitador da exploração do mundo, assume então uma função de espaço potencial (BALLARIN, 2003).

Acolhimento, escuta e espaços de expressão são importantes fatores de cuidado diante de situações de muita tensão e vulnerabilidade. O uso dessas premissas pela TO cria ambientes de intervenção em que reflexões importantes podem ser tratadas em ações de educação em saúde, por exemplo, em que o sofrimento pode ser amenizado e encarado de outros modos, em que tomadas de decisão podem se abrir como possibilidades concretas, fazendo diferença na forma como as mulheres lidam com a problemática da violência que experimentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é uma tentativa de aproximação do campo da violência de gênero, em que os recursos utilizados e a abordagem empregada para a produção dos dados apresentam-se enquanto estratégias dentro da produção de espaços de cuidado da TO.

Notamos que os recursos artísticos ofereceram a essas mulheres uma produção sujeita a certa visibilidade, que, ao serem destacadas como objeto de reflexão, representaram um elemento de construção, articulação e transformação da vida cotidiana. Cada etapa do processo mostrou que os canais criativos, expressivos, atuam na mediação da comunicação afetiva entre as pessoas e como potencializadores de novas descobertas e habilidades.

Teixeira (2010) aponta que a promoção destes espaços não assume caráter interventivo, no sentido que essa nomenclatura possa se aproximar de um tratamento, mas de reflexão e troca de experiências, bem como da garantia de escuta e acolhimento.

As limitações deste artigo se dão pelo número pequeno de participantes da pesquisa e pelo locus da mesma abranger apenas uma instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Deste modo, recomendamos que mais dispositivos do SUAS possam participar de pesquisas futuras e que estas abranjam um número maior de participantes.

Os achados não nos permitem generalizações, mas são importantes, pois dizem respeito à realidade recortada no universo pesquisado. Podemos afirmar, entretanto, que o conhecimento levantado com a análise dos dados nos permitiu atingir os objetivos construídos.

Um ponto de discussão que não foi abordado neste artigo, pela profundidade que requer, solicitando um debruçar específico sobre ele, se refere ao enfrentamento da violência de gênero por mulheres negras, que historicamente são tratadas de maneira diferenciada, com seus corpos vistos como meras mercadorias.

O diálogo sobre a trajetória das mulheres negras no Brasil está associado à negação do autorreconhecimento, por isso é preciso identificar os processos relacionados à raça, gênero e classe que tornam as vozes destas mulheres ainda mais vulneráveis. É necessário a percepção das nuances

de gênero que atravessam as mulheres negras, uma vez que elas são duplamente oprimidas pelo patriarcado e pelo racismo (SANTOS; THOMAZINI, 2022).

Os achados da pesquisa nos permitem confirmar acerca da abrangência que os impactos da violência de gênero assumem sobre as histórias de vida das mulheres e suas expressividades. Felizmente, ainda existem pulsos de enfrentamentos que abrem caminhos para mudanças.

A Terapia Ocupacional, diante deste fenômeno, busca ofertar suporte pela escuta, acolhimento e facilitação da expressão. Mas ainda é importante que a TO aprofunde seu leque de intervenções neste campo e produza mais conhecimento que embase práticas e pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BALLARIN, M. L. G. S. Algumas reflexões sobre grupos de atividades em terapia ocupacional. In: PADUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. V. *Terapia ocupacional: teoria e prática*. Campinas: Papyrus, 2003. p. 63-76.

BATISTA, A. L. S.; MARQUES, M. I. B. Reflexões sobre o ciclo da violência doméstica a partir do Creas de Paranaíba/PR / Reflections on the cycle of domestic violence from Creas de Paranaíba/PR. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 3, p. 12955–12966, 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7745>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BEARZI, P. S. S de et al. Trilhas para o enfrentamento da violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*. 2020, v. 28, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360162>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gráfica e editora Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde. *Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha*. Brasília: DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

_____. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. *Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Senado Federal. Agência Senado. *Dependência econômica da mulher agrava violência doméstica, dizem debatedoras*. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/14/dependencia-economica-da-mulher-agrava-violencia-domestica-dizem-debatedoras>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Entrevistas. *A grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira*. 2019. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/entrevistas/2019/a-grande-causa-da-violencia-contra-a-mulher-esta-no-machismo-estruturante-da-sociedade-brasileira>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CAPELELINE, C. D. J. et al. Grupo Reflexivo Para Mulheres Vítimas De Violência Doméstica No Poder Judiciário De Rondônia. *Gênero & Direito*, v. 8, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/47762>>. Acesso em: 12 out. 2022.

CARMO, P. C. C. S.; MOURA, F. G. A. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. *Fazendo gênero*, 2010, 9. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIADOMESTICAADIFICILDECISAO-DEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

CHAVES, F. N. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. In: *XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Intercom*, 14, Manaus, 2015. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0893-1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERIA E TERAPIA OCUPACIONAL. *Resolução Nº 406, de 7 de novembro de 2011*. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2011.

DE BARROS, P. L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia*. Porto alegre: Sulina, 2012, 52-75.

DEL BIANCO, O. M.; TOSTA, R. M. Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: um estudo de caso. *Gerai, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DIAS, S. A. S.; CANAVEZ, L. S.; DE MATOS, E. S. Transtorno De Estresse Pós-Traumático Em Mulheres Vítimas De Violência Doméstica: Prejuízos cognitivos e formas de tratamento. *Revista Valore*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 597-622, dez. 2018. ISSN 2526-043X. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/114>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. *et al.* Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1037–1050, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/SzQ96NCxv3hWNQ5T-vBBSjTB/#>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

EUZÉBIO, P. M.; RESENDE, F. M. "Mulheres Que Querem Mudanças E Se Juntam: As Potencialidades Transformadoras Do Movimento Feminista No Contexto Escolar. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 4, n. 7, p. 157-174, 19 jul. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20761>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FONSECA, D. H. D.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 307–314, maio 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 out. 2022.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GALVÃO, L. B. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, v.1, n.1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

GARCIA, J. *et al.* A influência da música brasileira na naturalização da violência contra a mulher. *Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais*, v. 15, 2017. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/268>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GOMES, C. L.; BRITO, C. M. D. D. “Nise, o coração da loucura”: representações femininas em um filme sobre a terapêutica ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]*. 2019a, v. 27, n. 3, pp. 638-649. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1730>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GOMES, F. D. *Por uma Terapia Ocupacional não opressora: percepções e experiências de terapeutas ocupacionais sobre papéis sociais de gênero e suas práticas profissionais*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14510>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

GOMES, N. P. *et al.* Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 4, p. 504–508, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/RG45btYr33PhBZfGPWzsFpB/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

_____. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, v. 36, n. 95, p. 514–522, out. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9LhJc-4n8HhWd4HVtCmTVSvc/?lang=pt#>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HOOKS, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras / bell hooks*; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KOBAYASHI, C. M. M. *As atividades artísticas no processo de formação em Terapia Ocupacional*. 2018. 37 f. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Terapia Ocupacional) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49812>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

LAZZARI, K. C. V.; ARAÚJO, M. P. O ciclo da violência e a memória de dor das mulheres usuárias do CRM/Canoas-RS. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 12, n. 19, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/14134>>. Acesso em: 12 out. 2022.

LIBERMAN, F. *Delicadas coreografias: instantâneos de uma terapia ocupacional*. 2007. 304 f. 2007. PhD Thesis. Tese (Doutorado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15625>>. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. O corpo como pulso. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2010, v. 14, n. 33, pp. 449-460. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000200017>>. Epub 27 Ago 2012. ISSN 1807-5762. Acesso em: 11 nov. 2022.

LIBERMAN, F et al. Práticas corporais e artísticas, aprendizagem inventiva e cuidado de si. *Fractal: Revista de Psicologia*, 2017, 29: 118-126.

MALFITANO, A. P. Contexto Social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPEZ, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EDUFSCar, 2016. p. 117-133.

MAXIMINO, V. S. *A constituição de grupos de atividades com pacientes psicóticos*. Tese (Doutorado em Saúde Mental). Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/115693>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MATOS, M. I. S. & SOIHET, R. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp. 2003.

MORRISON, J. R., & ARAYA, L. Feminismo(s) y Terapia Ocupacional. Preguntas y reflexiones. *Revista Argentina de Terapia Ocupacional*, 4(2), 60-72, Diciembre, 2018. Disponível em: <<https://www.terapia-ocupacional.org.ar/revista/RATO/2018dic-conf.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2022.

NASCIMENTO, B. S. D. *O uso da arte no trabalho do terapeuta ocupacional: uma revisão integrativa da literatura*. 2018. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) Universidade de Brasília, Brasília, 2018a. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/23880>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NASCIMENTO, J. D. S. *Violência contra a mulher e a ruptura de seus papéis ocupacionais*. 2018. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) Universidade de Brasília, Brasília, 2018b. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23900/1/2018_JoycedaSilvaNascimento_tcc.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. L. D. *Qual é a "SUAS"? A terapia ocupacional e o Sistema Único de Assistência Social*. 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12292>>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, R. N. G. D.; FONSECA, R. M. G. S. D. Necessidades em saúde: a interface entre o discurso de profissionais de saúde e mulheres vitimizadas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 299-306, abr. 2015.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Violência contra as mulheres*. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PARÁ. Ministério Público do Estado do Pará. *Relatório de Estatísticas Lei Maria da Penha. Área de Violência Doméstica. Consolidado Anual 2020*. 2021. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/data/files/95/56/31/28/89BB77109F942767180808FF/Ano%202020%20-%20Relatorio%20de%20casos%20de%20Violencia%20Domestica%20-%20PJVDFM%20Belem.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PEDROSA, M.; ZANELLO, V. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental 1. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. spe, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/8D-zJKKXHyL9kbgddQ9Ns9Xd/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PEREIRA, D. C. de S.; CAMARGO, V. S.; AOYAMA, P. C. N. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 10–25, 2018. Disponível em: <<https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1026>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

PERES, A. C. Elas resistem: como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n.213, p.21-27, 2020.

REPPOLD, C. T et al. Prevenção de Problemas e Comportamento e Desenvolvimento de competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: Uma análise de Práticas Educativas e dos Estilos Parentais. In: HUTZ, C. S et al. *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.7-52.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, L. S. D.; MACKEDANZ, L. F. A Análise Temática Como Metodologia Na Pesquisa Qualitativa Em Educação Em Ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, [S.l.], v. 16, p. e8574, abr. 2021. ISSN 1809-0354. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 187–192, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/8MGqFCjhjvXKQsq37t6q7PK/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 jun. 2023

SOUZA, G. A. D. *Gênero e sofrimento psíquico: desafio e (re)construção do ser mulher a partir do Instituto Mãos Amigas (IMA)*. 2021. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/29495>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 9, n. 2, p. 286–297, 2010. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7032>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

TILIO, R. D. et al. Corpo Feminino E Violência De Gênero: Uma Análise Do Documentário “Chega De Fiu Fiu”. *Psicologia & Sociedade*. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wWtLhjQP3hRQC5hDt6Pz7qq/#>>. Acesso em: 10 dez 2022.



A Importância da Atuação do Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres-FEV para a Efetivação dos Direitos das Mulheres no Município de Ananindeua/PA

La Importancia del Foro de Combate a la Violencia Contra la Mujer (FEV) Para la Eficacia de los Derechos de la Mujer en el Municipio de Ananindeua/PA

The Importance of the Forum for Combating Violence Against Women (FEV), for the Effectiveness of Women's Rights in the Municipality of Ananindeua/PA

Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral apresentar o protagonismo do Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – FEV na efetivação dos direitos das mulheres no município Ananindeua/PA, objetivando especificamente dialogar sobre o processo de construção do FEV e o desenvolvimento no município, apontando o objetivo, funcionamento, as instituições atuantes e as atividades realizadas durante esses anos. Para tanto, usou-se da pesquisa documental a partir da técnica qualitativa de informação e da revisão bibliográfica, além de ser realizado um questionário com 17 (dezesete) perguntas abertas e fechadas, sendo ele enviado para o e-mail das duas assistentes sociais envolvidas no processo de criação do FEV. Diante da pesquisa, ficou evidente que o FEV é um instrumento estratégico de fortalecimento e efetividade dos direitos das mulheres em Ananindeua, desde sua criação, muitos avanços nesse viés foram sendo apresentados no município.

Palavras Chave: Mulheres. Violência contra a mulheres. Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – FEV.

Resumen: El objetivo general de este artículo es presentar el protagonismo del Foro de Combate a la Violencia contra la Mujer-FEV en la realización de los derechos de las mujeres en el municipio de Ananindeua/PA, con el objetivo específico de dialogar sobre el proceso de construcción de la FEV y la desarrollo en el municipio, señalando el objetivo, el funcionamiento, las instituciones activas y las actividades realizadas durante estos años. Para ello se utilizó una investigación documental basada en la técnica cualitativa de información y revisión bibliográfica, además de un cuestionario con diecisiete-17 preguntas abiertas y cerradas, el cual fue enviado a las direcciones de correo electrónico de las dos trabajadoras sociales involucradas en el proceso creación de la FEV. De cara a la investigación se evidenció que la FEV es un instrumento estratégico para el fortalecimiento y efectividad de los derechos de las mujeres, en Ananindeua, desde su creación se han presentado muchos avances en este sesgo en el municipio.

Palabras Claves: Mujer. Violencia contra la mujer. Foro de Lucha contra la Violencia contra la Mujer.

Abstract: The general objective of this article is to present the protagonism of the Forum to Combat Violence Against Women-FEV in the realization of women's rights in the municipality of Ananindeua/PA, specifically aiming to dialogue about the construction process of the FEV and the development in the municipality, pointing out the objective, functioning, the active institutions and the activities carried out during these years. For this purpose, documentary research was used based on the qualitative technique of information and a bibliographical review, in addition to a questionnaire with seventeen-17 open and closed questions, which was sent to the e-mail addresses of the two social workers involved in the process. creation of the FEV. In view of the research, it was evident that the FEV is a strategic instrument for the strengthening and effectiveness of women's rights, in Ananindeua, since its creation, many advances in this bias have been presented in the municipality.

Keywords: Women. Violence against women. Forum to Combat Violence Against Women.

Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho – Servidora Pública da Prefeitura de Blumenau/SC, pós-graduada em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia e graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia/FAMAZ. E-mail: mairabianca11@gmail.com

INTRODUÇÃO

A violência atinge a humanidade de forma global, no entanto, de acordo com Brasil (2011, p.3), a violência atinge homens e mulheres de forma diferente. Enquanto os homens, na maioria das vezes, são violentados nos espaços públicos por outros homens, as mulheres sofrem cotidianamente violências nos espaços privados, principalmente dentro de suas casas, pelos próprios parceiros.

O assunto em torno da violência contra a mulher vem ganhando visibilidade a partir das pressões, resistência e luta dos movimentos de mulheres e de feministas no Brasil. Desde a redemocratização do país, as mulheres conquistaram diversos direitos; a Lei 11.340 de 2006, chamada “Lei Maria da Penha”, e a Lei 13.104 de 2015, que incluiu o feminicídio como homicídio no Código Penal brasileiro, foram, por exemplo, dois ganhos fundamentais para categorizar e notificar a violência contra mulher.

Na Lei Maria da Penha, são destacados os tipos de violências contra mulheres presentes principalmente nas violências domésticas e familiares, são elas: a violência moral; patrimonial; sexual; psicológica e física. Em geral, estas violências fazem parte de um ciclo contínuo na vida das mulheres em uma relação efetiva com o agressor, elas estão todas interligadas.

Para além da violência doméstica e familiar, Brasil (2011, p. 24) apresenta outras expressões de violências contra as mulheres, como: tráfico de mulheres; violência institucional; exploração sexual de mulheres; assédio sexual; cárcere privado; exploração sexual comercial de mulheres e assédio moral.

No Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021, os casos de feminicídio passaram de 929, em 2016, para 1.326, em 2019, obtendo um aumento de 43%; entre o ano de 2020 e 2021, 2.695 mulheres foram mortas pela condição de serem mulheres – sendo 1.354, em 2020, e 1.341 em 2021. Conforme descrito no Atlas da Violência, dentre o período de 2009 a 2019, houve um aumento de 10, 6% de mulheres mortas em sua própria casa.

O Estado do Pará, segundo o mapa da violência contra mulher de 2018, foi considerado o 10º estado que mais mata mulheres; a capital do Estado foi considerada a 15ª mais violenta do país. Em 2022, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará-SEGUP, ocorreu, no ano, 4.073 estupros no Estado, sendo 191 somente no município de Ananindeua.

As mulheres começaram a organizar-se no Estado do Pará, partindo da urgência do combate e enfrentamento à violação de seus direitos. Tem-se, como exemplo, a Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, criada para oferecer auxílio financeiro e psicológico a mulheres habitantes do Arquipélago do Marajó (GONÇALVES e CONRADO, p. 106, 2022), e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), localizado na cidade de Capanema/PA, com o intuito de fortalecer e formular propostas políticas que contribuam para superar pobreza, as desigualdades de gêneros e a violência que afeta as mulheres dos campos e das cidades (SILVA, p. 32, 2017).

Neste viés, o FEV¹ surge no município de Ananindeu/PA² com o propósito de articular um fórum permanente de mobilização, mediação e deliberação para impulsionar a Política de En-

¹ A motivação em pesquisar sobre o tema surgiu a partir do ingresso, em 2017, ao estágio supervisionado no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM, um serviço previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Governo Federal, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH. O estágio possibilitou a participação das atividades realizadas pelo Fórum durante o período de supervisão de estágio. O interesse por essa temática veio se fortalecendo durante os anos e principalmente após o ingresso na Pós-Graduação “lato sensu” em Planejamento e Gestão em Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia. Além do acesso, em 2019, ao Grupo de Estudo e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre mulheres e Relações de Gênero-GEPEM/UFPA, coordenado pela Dr. Maria Luzia Miranda Álvares.

frentamento à Violência contra a Mulher. Por isso, este artigo dissertará sobre o protagonismo do Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – FEV na efetivação dos direitos das mulheres no município de Ananindeua/PA, especificando o processo de construção e o desenvolvimento neste, apontando o objetivo, funcionamento, as instituições atuantes e as atividades realizadas durante esses anos.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa documental a partir da técnica qualitativa de informação dos relatórios de gestão, do livro de memórias das atividades e das ações, do Termo de Cooperação, do espelho das instituições e das diretrizes, das atas de reunião e da revisão bibliográfica de artigo, livros e revistas.

Foi enviado para o e-mail das duas assistentes sociais envolvidas no processo de criação do FEV, um questionário com 17 (dezessete) perguntas abertas e fechadas. Devido questão de regionalização das envolvidas, realizou-se o contato via telefone celular, vídeo chamada e mensagens via aplicativo *WhatsApp*, no intuito de dirimir algumas dúvidas diante do processo de pesquisa. Importante salientar que os dados apresentados são resultados de reflexões e observações feitas desde o ano de 2017 até o ano de 2022.

O artigo apresentará brevemente sobre o contexto histórico das violências contra as mulheres, discutirá acerca da luta das mulheres e dos movimentos feministas por políticas públicas e sociais, dissertará quanto aos dados empíricos e apontará as considerações finais, bem como as referências bibliográficas.

1. Mulher e Gênero: uma história de violência

A violência contra as mulheres não pode ser analisada de forma autônoma, ela tem raízes profundas em uma ordem social que orienta a subordinação das mulheres. Sua historicidade é perpassada pela desigualdade; esse fator é legitimado, muitas vezes, por crenças religiosas, por leis e governos que proíbem a atuação social da mulher como cidadã e pela sociedade patriarcal que limita a ação feminina no ambiente familiar.

Assim como a violência contra as mulheres não pode ser estudada de forma autônoma, também não se pode deixar de analisar a parte da dimensão de gênero, pois, segundo Cisne (2015, p.86), esta categoria propõe ao pesquisador analisar as relações de subordinação das mulheres ao homem, dessa forma, o conceito de gênero e de relações de gênero é usado para enfatizar o caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando ultrapassar a leitura da realidade para além do campo biológico, priorizando uma dimensão histórica.

A autora Saffioti (2015) chama a atenção para as diferentes formas de violência. Muitas vezes, a violência de gênero é igualada ou usada como sinônimo de violência contra as mulheres, entretanto, a autora dialoga sobre a diferença entre ambos, pois a violência de gênero está relacionada a uma categoria mais geral, deixando aberta para as análises da dominação- exploração entre homem-mulher, mulher-mulher e homem-homem. Deste modo, a violência contra as mulheres pode ser discutida a partir da categoria gênero, mas nela se destaca o principal ator da violência: o homem.

Essa relação pode ser observada no processo histórico das mulheres. De acordo com Tilly (1994, p. 61), “[...] O gênero era uma metáfora para outras relações de desigualdade, enquanto a luta

² O município de Ananindeua está localizado no Estado do Pará, e fica Região Metropolitana de Belém (RMB). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015pe), Ananindeua é o segundo maior município do Pará e o terceiro maior da Amazônia em população.

pela consolidação do poder esgotava-se em si mesma. [...] as mulheres foram atrizes das lutas pelo poder revolucionário, mas não vitoriosas.”. A autora Simone de Beauvoir (2019, p 12), em meados de 1949, afirmou que a “[...] humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] O homem é o sujeito” um ser absoluto, a mulher, por ao outro lado, não é pensável sem o homem. Os homens, nesta concepção, sempre estiveram em uma posição de autoridade sobre as mulheres.

Partindo deste entendimento, pode-se observar que, na verdade, as mulheres por muito tempo “não existiram” na história teórica do mundo e do Brasil, “apagaram” elas das conquistas universais, mesmo estando presentes em diversas lutas políticas, revoluções, guerras mundiais e invenções revolucionárias; por muito tempo ficaram à margem dos estudos³ sobre a extração do ouro, da cana-de-açúcar ou até mesmo na extração do látex no período da *Belle Époque*⁴.

As mulheres não só passaram por anos de invisibilidade na história e/ou sendo retratadas apenas como mulheres brancas recatadas, belas, cristãs e românticas do lar⁵, mas, também, escondidas sob uma série de opressões sofridas pelas mulheres negras e indígenas – o estupro e a tortura eram cotidianamente impostos a elas no período da “invasão” colonial e da escravidão.

Durante o período das grandes navegações, homens e mulheres negras passavam por inúmeras humilhações e torturas. As mulheres, depois de terem sua pele marcada por ferro quente, eram covardemente açoitadas e colocadas para andarem nuas “livremente” pelo navio sob o poder absoluto dos homens brancos a bordo (HOOKS, 2019, p. 41). Angela Davis (2016, p.20) reforça que as “[...] as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras”.

Devido a um processo histórico marcado pela violência, não se deve afirmar que as opressões sobre o gênero feminino surgiram a partir da sociedade de classe, pelo contrário, Nalu Faria in González (2010, p.19) salienta que a desigualdade entre mulheres e homens se reestrutura ao ponto de favorecer a dominação masculina, ao combinar as relações sociais de sexo (ou de gênero) com a dominação de classe. Ou seja, o sistema capitalista vem intensificando as opressões contra as mulheres. Os problemas causados por este sistema são marcados de maneira ainda mais violenta na atualidade, o entendimento de que a violência contra a mulher perpassa por outras diversas expressões da “questão social”⁶.

³ Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem (PERROT, 1995, p. 13).

⁴ “[...] Esse apagamento era “feito” pela figura masculina, inclusive dos maridos que desqualificavam as atividades que suas esposas exerciam. E a história deu continuidade a esse silenciamento, ignorando as vozes femininas sem seus registros oficiais, portanto, não deixando documentos suficientes a esse respeito. Foi preciso que elas iniciassem o processo de mudança para romper com os velhos estigmas impostos pela figura masculina, opressora e dominante, e lutassem pela sua voz e pelo reconhecimento do seu trabalho nos seringais. Suas presenças foram muito importantes tanto para a estabilidade das relações familiares, quanto para o próprio processo de extração do látex.” (BLANCO e BAMBIRRA, 2017, p. 157).

⁵ “De fato, a sociedade trata a mulher não só como biologicamente um sexo à parte, senão como uma raça, nação ou classe à parte; a raça, nação ou classe mais oprimida. Nenhuma raça, nação ou classe está submetida a uma escravidão tão sistemática a donas de casa.” (ÖCALAN, 2016, p.28).

⁶ Partimos do pressuposto que a sociedade está estruturada em processos de desigualdade de classe, raça e sexo, de forma imbricada, consubstancial, e estes elementos não podem estar alheios de qualquer análise. Dessa forma, refletir sobre a violência contra a mulher é compreender tal fenômeno como resultante dessa estrutura balizada na exploração e nas opressões, não sendo um elemento restrito às relações individuais/conjugais, mas, resultado intrínseco dessa imbricação (TENÓRIO, 2018, p. 224).

[...] Sabemos que, no capitalismo, a violência de gênero não é uma ruptura da ordem regular das coisas, e sim uma condição sistêmica. Profundamente ancorada na ordem social, ela não pode ser entendida nem reparada em relação ao complexo mais amplo da violência capitalista: a violência biopolítica das leis que negam a liberdade reprodutiva; a violência econômica do mercado, do banco, do senhorio e do agiota; a violência estatal da política, dos tribunais e dos agentes prisionais; a violência transnacional de agentes de fronteiras, de regimes de imigração e exércitos imperiais; a violência simbólica da cultura predominante, que coloniza nossa mente, distorce nosso corpo e silencia a nossa voz; a “lenta” violência ambiental que corrói nossas comunidades e nossos hábitos. (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.62)

É certo afirmar que romper com essa história violenta não foi e não está sendo fácil, no entanto, Toledo (2017, p.183) diz: “a luta pela emancipação das mulheres é uma herança para se orgulhar”.

2. A Luta⁷ das Mulheres e dos Movimentos Feministas por Políticas Públicas e Sociais

Muitas mulheres fizeram história no mundo e no Brasil, deixa-se registrado neste artigo alguns nomes: Dandara de Palmares, liderou mulheres e homens da República de Palmares, defensora do Quilombo e contra a escravidão; Nísia Floresta, Educadora, escritora e poetisa brasileira, considerada pioneira do feminismo no Brasil, defendeu publicamente a emancipação feminina através da educação formal, ela lançou livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos; Eneida de Moraes, mulher Paraense e feminista, promoveu, pela primeira vez no Brasil, em 1947, as comemorações do Dia Internacional da Mulher, ela foi a primeira presidenta da Federação de Mulheres do Brasil; em 1949, ano em que foi presa pelo seu engajamento em diversas manifestações políticas, Zélia Amador de Deus, mulher negra e marajoara, luta até os dias de hoje pelos direitos dos homens e das mulheres negras.

O movimento feminista⁸ e de mulheres surge na sociedade no intuito de confrontar esse sistema de dominação e na luta por direitos, por mudanças, por igualdade e por justiça. O feminismo brasileiro surgiu no país em um momento de conciliação da luta de classe, da redemocratização e da luta feminista. Desde 1972, começaram a aparecer grupos considerados feministas na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro (PINTO, 2003).

A entrada das mulheres na política de maneira⁹ formal permitiu abertura para o movimento feminista atuar através das estruturas estatais e hierárquicas, o que “[...] envolve a criação

⁷ “[...] As lutas sociais acontecem quando grupos de pessoas que enfrentam situações de injustiça, dominação ou exploração atuam coletivamente com o propósito de mudar esta situação num determinado contexto” (CAMURÇA, 2010, p.10).

⁸ “[...] o feminismo é um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres, é um movimento de mulheres e, portanto, é parte do movimento de mulheres em geral. Assim, o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele. Um alimenta o outro. Para lutar contra a desigualdade de gênero, contra a exploração e opressão das mulheres, o movimento de mulheres colhe os princípios organizativos, a teoria explicativa da sociedade e o projeto políticos formulados a partir do feminismo [...]” (CAMURÇA, 2010, p. 13). Por isso, deve ficar esclarecido que nem todas as organizações de mulheres são consideradas feministas, mas, sim, são feministas aquelas que se definem como tal.

⁹ Sobre participação política, sabe-se que são várias as atividades de maneira formal, a exemplo da representação política partidária, e a informal, caracterizada por ações de engajamentos em movimentos sociais (BOBBIO, 1998, p. 888).

de partidos políticos que visem alcançar uma sociedade democrática, igualitária em gênero [...]” (ÖCALAN, 2016, P. 70), contribuindo para a luta contra a discriminação feminina e pela igualdade entre gênero¹⁰.

Durante os últimos anos, o movimento feminista tem atuado para o reconhecimento da violência de gênero pela via jurídica, o posicionamento do movimento foi fundamental no processo de elaboração de leis e propostas de Políticas Públicas no enfrentamento à violência doméstica, intrafamiliar e familiar contra a mulher.

Não se pode negar que, a partir das mudanças na Constituição Federal de 1988, as mulheres obtiveram significativos avanços no campo das políticas sociais e públicas. Em 1986, criou-se, em São Paulo, a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às vítimas em Situação de Violência, atualmente conhecida por Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher – DEAM. No ano de 1990, ocorreu o primeiro Encontro de Mulheres Negras no Rio de Janeiro. Em 1992, criou-se a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (PINTO, 2003).

A partir do ano 2000, a luta feminista continuou conquistando grandes vitórias. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, voltada, prioritariamente, para criação de políticas públicas para as mulheres, passando a incluir as ações de prevenção; nesse momento, passou a existir não somente a delegacia para mulher e casas abrigos, mas, também, os Centros de Referência ao Atendimento de Mulheres – CRAM’s, Defensoria, Promotoria, central de atendimento, dentre outras (BRASIL, 2011).

Em 2006, a Lei n. 11.340 foi promulgada com o nome Maria da Penha¹¹. Esta lei está sendo mais um instrumento de orientação, além de punição, ao agressor e/ou agressora, caso o relacionamento afetivo seja entre mulheres lésbicas.

A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, alterou o art. 121 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal Brasileiro, prevendo o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, bem como o art. 1o da **Lei no 8.072**, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Outra conquista importante para as mulheres foi a Lei 12.650/2012, chamada de Lei Joana Maranhão, em referência à nadadora que denunciou seu treinador por abusá-la sexualmente durante sua infância.

Em 2018, foi instituída a Lei 13.641 (originada do PLC 4/2016), tornando crime a inadimplência das medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha, bem como a Lei 13.642/2018 (pela PLC 186/2017), esta delegando à Polícia Federal a atribuição investigativa sobre crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógino, que “propagam ódio ou aversão às mulheres”, pela *internet*.

A importância do desenvolvimento de políticas públicas e sociais de enfrentamento à violência contra as mulheres é efetivamente consolidada quando do lançamento do Pacto

¹⁰ Maria Macedo (2014) cita em seu livro nomes de mulheres que fizeram parte do sufrágio feminino e entraram para a história; ela destaca nomes como: Bertha Lutz, fundadora da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher e a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro; Carlota Pereira de Queirós, a primeira deputada federal do Brasil; a primeira prefeita de São Paulo, Luísa Erundina; Joanna da Rocha dos Santos, a segunda prefeita eleita no Brasil e governadora do estado do Maranhão; a Heloneida Studart, eleita seis vezes a deputada pelo estado do Rio de Janeiro; a Cristiana Tavares e a Benedita da Silva, que participaram da Assembléia Nacional Constituinte de 1988; Margarida Maria Alvez, sindicalista ruralista, que por doze anos ocupou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande/ PB; Antonieta de Barros, a primeira mulher negra a assumir o cargo de deputada estadual no Estado de Santa Catarina; dentre outras.

¹¹ Maria da Penha é uma mulher que quase morreu após sofrer violência doméstica sequencialmente pelo seu esposo.

Nacional¹² pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007. O conceito de enfrentamento estimula a criação de políticas amplas e articuladas, que procurem abranger a complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões, assim, abarcando tanto o combate como também compreendendo as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, expostos nos Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011, p. 25).

3. O Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – FEV

O processo de criação de um Fórum permanente, de mobilização, articulação e deliberação para impulsionar a Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município de Ananindeua foi uma iniciativa da assistente social e pedagoga Cléa Gomes¹³ e da assistente social Rosana Moraes¹⁴. A ideia da criação surgiu por conta dos alarmantes dados da violação dos direitos das mulheres e da presente necessidade de se aglutinar instituições governamentais e não governamentais para articulação de medidas para a erradicação, principalmente, da violência contra a mulher, como narram as assistentes sociais Rosana Moraes e Cléa Gomes, ao serem questionadas sobre o surgimento do FEV.

Rosana Moraes ratifica:

Eu e a Cléa na época éramos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-CMDM, eu atuava no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM, em Ananindeua, e a Núbia, que era Coordenadora da Mulher, já tínhamos conversado várias vezes sobre a necessidade de criar um espaço que pudesse se aglutinar, [...] justamente consideram essa importância de estar articulando esses serviços e como não tinha nada em Ananindeua, cada um no seu quadrado, a gente viu a necessidade de criar este espaço [...] de articulação de mobilização, de definição de agenda, um espaço contínuo de reuniões sistemático que pudesse construir essa agenda aqui em Ananindeua, que se refere à Política para as mulheres, principalmente ao enfrentamento à questão da violência contra a mulher. Então essa foi a necessidade. Da gente se conhecer, se articular, construir agenda, o que estava muito disperso, às vezes tinha programação no mesmo dia, então foi daí que veio, [...] porque nossa missão enquanto fórum é realmente essa promoção de erradicação da violência contra as mulheres.

A sugestão à criação o FEV, no Município de Ananindeua, foi instituído em 31 de março de 2014, a partir da realização do I Seminário Institucional com o título: *VEM PRA RODA, VEM PRA REDE: A Assistência à Mulher em situação de Violência no Município de Ananindeua*, tendo como

¹² “[...] O Pacto Nacional foi parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste numa estratégia de integração entre governo federal, estadual e municipal no tocante às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e de descentralização das políticas públicas referentes à temática, por meio de um acordo federativo, que tem por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática” (BRASIL, 2011, p. 17).

¹³ Cléa Dias Gomes é pedagoga e bacharel em Serviço Social, trabalha na Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres – SEMMU. É a atual coordenadora do Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Ananindeua – FEV. Presidente da Federação das Mulheres do Estado do Pará e coordenadora da região norte do Brasil na Confederação das Mulheres do Brasil – CMB.

¹⁴ Rosana Ribeiro Moraes é assistente social, mestra em Políticas Públicas pela UFPA, atualmente, é servidora pública com atuação na SEJUDH.

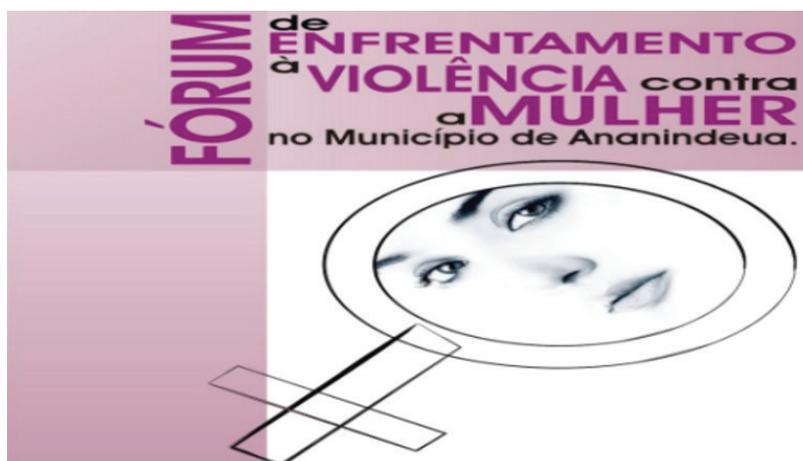
o principal intuito consultar democraticamente e deliberar, com as instituições governamentais e a sociedade civil organizada presente, a respeito da consolidação do FEV.

Após a legalidade social, segundo Cléa Gomes:

[...] depois do seminário que foi deliberada a criação, nós fizemos a primeira reunião como FEV chamando a rede geral, como saúde, educação, assistência, conselho tutelar, [...] a gente chamou todas as redes, [...] chamamos através de um ofício para participar da primeira reunião, nesta reunião foi colocado objetivo, e ai... ficou da gente formalização através de [...] um ofício específico falando do FEV, do objetivo, e convidando a instituição a se credenciar no mesmo, fizemos uma ficha de inscrição, a partir deste ofício, tivemos algumas respostas, [...] por e-mail [...].

Nesse mesmo dia, foi apresentada a imagem de divulgação do fórum:

Figura 1- Imagem de divulgação do FEV



Fonte: Relatório de Gestão do FEV (2014).

O FEV tem como Objetivo instituir e consolidar uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no município, possibilitando ações de prevenção, promoção e atendimento a partir de uma Rede de Serviços governamental e não governamental articulada e integrada em Ananindeua.

O Fórum estabelece um regime de colaboração mútua para a execução de ações cooperadas e solidárias visando à consolidação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com isso, promovendo os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero.

Especificando:

- 1- Possibilitar o atendimento integral e multidisciplinar às mulheres em situação de violência, através da Rede de Atendimento à Mulher, em conformidade com a Lei 11.340/06 e dentre outros marcos legais de enfrentamento a violência contra a mulher.
- 2- Definir e estabelecer diretrizes e normas para a estruturação e desenvolvimento dos serviços, bem como o fluxo e o encaminhamento de mulheres pelos órgãos que compõem a Rede de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica e sexual no município de

Ananindeua.

3- Possibilitar acolhimento integral em Rede às mulheres em situação de violência, sobretudo doméstica e sexual, garantindo condições de saúde física e mental, através de atendimento especializado em tempo hábil;

4- Sensibilizar a sociedade, através das diversas formas de divulgação, quanto aos riscos e danos causados pela violência doméstica e sexual nas vítimas;

5- Garantir o cumprimento do 3º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio que visa à promoção da igualdade de gênero.

O Fórum tem como referência para as suas ações: a Política Nacional e o Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, além das normativas internacionais afins. Estruturou-se a partir de um espaço apolítico partidário, laico, sendo isento de discriminação de raça/etnia, cor, gênero, orientação sexual, classe, religião, concepção política, nível educacional ou condição física.

O FEV não foi criado por ato normativo do Executivo; é um espaço de reflexão, articulação, mobilização e deliberação em favor das políticas de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres no município. Reúne mensalmente instituições governamentais especializadas, ou não, no atendimento às mulheres em situação de violências, iniciativa privada, e representações do movimento social – como associações, grupos de mulheres atuantes ou com afinidade à causa da mulher e da questão gênero.

As reuniões realizadas pelo FEV acontecem uma vez ao mês, ordinariamente, e quantas vezes necessárias, extraordinariamente. A convocação é realizada através de ofício, e-mail e contato telefônico. O local e o horário para realizar o encontro ficam a critério dos membros da gestão, pois não possui sede própria. As reuniões devem ser registradas em livro Ata, sendo de responsabilidade dos membros protegerem esse documento.

Vinte e seis instituições governamentais e não governamentais participam direta ou indiretamente do FEV, como apresentado no quadro 1:

Quadro 1- Instituições participantes do FEV

Nº	Instituição	Sigla
01	Câmara Municipal de Ananindeua	CMA
02	Câmara Municipal de Belém	CMB
03	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Entidades e Lideranças do Estado do Pará	CONDELPA
04	Conselho Municipal da Pessoa Idosa	CMPI
05	Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS
06	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	CMDM
07	Conselhos Tutelares de Ananindeua (I / II / III / IV)	C.T.
08	Corpo de bombeiros de Ananindeua	GBM
09	Escola Superior de Ensino Madre Celeste	ESMAC
10	Federação das Associações e Movimentos Sociais de Ananindeua	FAMOSA
11	Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas	FDSI
12	Grupo Mulheres Lilás	GML
13	Guarda Municipal de Ananindeua	GMA

14	Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	ODM/ Ananindeua
15	Patrulha Maria da Penha	PMP
16	Polícia Militar - Comando do 29º Batalhão	PM
17	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de	SINE/ Ananindeua
18	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	SEGUP
19	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH/PA
20	Secretaria Municipal da Mulher	SEMMU
21	Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho	SEMCAT
22	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude	SECELJ
23	Secretaria Municipal de Educação	EMED
24	Secretaria Municipal de Saúde	SESAU
25	Secretaria Municipal de Segurança e Defesa	SESDS
26	Tribunal de Justiça – 4ª Vara de Violência contra a Mulher, Crianças e Adolescentes	TJPA

Fonte: Relatório de Gestão do FEV.

Os membros do Fórum assinam um “Termo de Cooperação Interinstitucional”, em conformidade com o caráter essencialmente voluntário e acordando com as diretrizes. Os princípios são: Igualdade e respeito à diversidade; Equidade; Autonomia das mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das políticas; Justiça social; Transparência dos atos públicos; Participação e controle social.

Atribuições comuns e/ou específicas dos membros, são:

- 1- Definir procedimentos e fluxos internos, desenhando a interface com a rede de serviços local;
- 2- Investir na formação e qualificação profissional de técnicas e técnicos, bem como na melhoria da infraestrutura existente;
- 3- Notificar às autoridades competentes a suspeita ou confirmação de violência doméstica e sexual de mulheres;
- 4- Acompanhar e fiscalizar permanentemente os serviços previstos no Termo de Cooperação Interinstitucional;
- 5- Criar e manter o banco de dados que registre e gerencie as informações qualitativa e quantitativas das ocorrências e dos atendimentos dos casos, com o propósito de registro, atendimento, acompanhamento e desligamento dos serviços, possibilitando a reconhecimento de indicadores e outras informações para pesquisas e estudos;
- 6- Desenvolver uma política de atenção aos profissionais que atuam junto a essa demanda, considerando a dimensão e a complexidade do fenômeno.

Ao que se refere ao custeio do fórum com materiais para ação ou reunião, Rosana Moraes relata:

Participar da colaboração de cada instituição, ela colabora como pode. Não temos orçamento, não temos CNPJ, é tudo mesmo na base do voluntariado,

na parceria, então a gente articula, para as ações vê quem pode participar, ou alguma coisa e assim a gente vai crescendo junto, é um fórum de ações pactuadas, tudo dividido, ônus e bônus.

No fórum, são realizadas as seguintes atividades: Planejamento e execução de ações preventivas à violência contra mulheres em vários espaços institucionais e comunitários; Discussão sobre os fluxos de atendimento; Realização de estudos de casos; Monitoramento e avaliação do funcionamento dos serviços; Proposição de melhorias para atendimento humanizado, eficiente e eficaz, além de articular proposta para desenvolvimento de Protocolo de Rede no município, com definição de responsabilidades e parâmetros para o atendimento às mulheres; Articulação para políticas de prevenção, proteção e promoção às mulheres; Outras afins com deliberação dos membros, como demonstram as figuras 2 e 3.

Figura 2- Ação Cidadania – DEAM MÓVEL “Projeto Mulher Respeitada é Mulher Empoderada”, no Complexo do CRAS CN VI



Fonte: Relatório das ações do FEV (2017).

Figura 3- Reunião para definir o Plano de Ação de implantação do Pro Paz Mulher Ananindeua, no Pro Paz Mulher/ DEAM



Fonte: Relatório das ações do FEV (2017).

Para Cléa Gomes, as maiores dificuldades durante esses anos foram “[...] as questões da rotatividade do fórum, dos momentos de fluxo, e as instituições às vezes não consegue garantir sua participação contínua, muita troca de participante representante.”. Rosana Moraes aponta a dificuldade do Fórum de guardar os documentos, por não ter um local fixo, muitas vezes se perdendo nas mudanças, o próprio

registro das atividades através dos relatórios e fotografias pode ser considerado uma dificuldade devido à demanda do trabalho. No entanto, Rosana Moraes e Cléa Gomes relataram os resultados conquistados através da articulação, mediação e mobilização do FEV. Como mostram as figuras 4, 5 e 6.

Figura 4- Encerramento da primeira especialização no Brasil voltada para Gestão e Planejamento de Políticas Públicas para Mulheres na Amazônia



Fonte: Facebook do FEV (2019).

Figura 5- Ação contra a naturalização da violência contra a mulher, realizada na Praça da Bíblia, em Ananindeua, dia 25 de novembro de 2016



Fonte: Facebook do FEV (2016).

Figura 6- Reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará para discutir sobre a implantação da DEAM, em Ananindeua.



Fonte: Facebook do FEV (2016).

As articulações feitas no FEV vão para além do horário de trabalho formal, tornou-se, para muitas mulheres e homens participantes, uma causa a ser defendida, crendo que as propagações da informação também podem combater e a violência.

Segundo Rosana de Moraes,

A gente conseguiu a aprovação lá do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, a Coordenadoria Municipal das Mulheres, a Procuradoria da Câmara Municipal para as Mulheres, tudo foram conquistas por dentro do fórum, PROPAZ MULHER que chegou, uma série de atividades casaram através de projetos, como, o projeto que foi com a Polícia Civil feitas em 12 bairros, como uma previa até a chegada da delegacia da mulher, e estamos continuando, né?! Fazemos várias campanhas de ação cidadania, eventos, momentos formativos, eventos diversos, e assim a gente vem construindo esse processo todo, mesmo com os desafios que nós temos.

A DEAM foi um dos maiores ganhos para as mulheres em Ananindeua. O Pro Paz Mulher DEAM/Ananindeua foi instalado no dia 26 de outubro de 2018. Após muitas articulações e mobilizações, num processo que se arrastou por anos. Pode-se afirmar a participação direta do FEV na garantia desse direito.

Figura 7- Imagem da entrada da DEAM Ananindeua/PA



Fonte: Facebook do FEV (2018).

Rosana Moraes e Cléa Gomes dizem que a luta pelos direitos das mulheres é árdua, não há tempo para recuar, Cléa ainda ratifica:

Cada instituição colabora como pode. Não temos orçamento, não temos CNPJ, é tudo mesmo na base do voluntariado, na parceria, então a gente articula, para as ações vê quem pode participar, ou alguma coisa e assim a gente vai crescendo junto, é um fórum de ações pactuadas, tudo dividido, ônus e bônus.

Mesmo com desafios e limitações, o FEV buscou e busca a garantia da unicidade diante de tantas adversidades, confiando na potencialidade de cada ação e atividades. Atua no sentido de realizar políticas eficientes, eficazes e efetivas no município, para proporcionar às mulheres de Ananindeua uma vida livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização dessa pesquisa, pode-se afirmar que a violência contra mulher sempre existiu, sua historicidade foi construída com base na desigualdade de gêneros; assim sendo, a violência é expressão das opressões estruturais desta sociedade, das relações sociais de classe, raça e sexo, e não apenas um fenômeno cultural. Foi através do posicionamento das mulheres como atrizes e autoras de suas próprias histórias que elas conseguiram conquistar seus direitos, passando a construir espaços de lutas e resistências.

É importante apresentar para a academia, sociedade civil e comunidade a atuação das mulheres paraenses que unificam forças, conhecimentos e lutas para construção de um propósito que atinge a sociedade como um todo. Pois, infelizmente, ainda encontra-se dificuldade para obter dados bibliográficos quanto à execução dos trabalhos das mulheres nos municípios paraenses, tão importantes e necessários, mas, muitas vezes, sem registros.

O FEV Ananindeua é uma experiência única no Estado do Pará e uma raridade no país, sendo importante e de grande relevância pública pela missão a que se propõem e vem realizando no município. O fórum é uma grande estratégia para fortalecimento dos direitos das mulheres, um instrumento de fortalecimento da Rede de Serviços governamental. A DEAM é uma grande prova desse árduo trabalho. Hoje, as mulheres em Ananindeua e municípios próximos não precisam ir à capital para serem atendidas, muito embora sua localização atual não favoreça um bom acesso.

Deixa-se a preocupação, neste artigo, quanto à urgência de se discutir sobre a prevenção da vida das mulheres, de estratégias e táticas para criação de novas Políticas Públicas e Sociais para elas, do fortalecimento e permanência dos direitos conquistados com muita luta dos movimentos sociais de mulheres e feministas. Além disso, propõe-se reflexões ao Estado, à sociedade civil e ao ambiente acadêmico quanto a utilização de espaços como o FEV para fortalecimento dos direitos das mulheres e da Rede de Serviços governamentais.

Rosana de Moraes, Cléa Gomes, Márcia Jorge, Kelen Santos, Nilse Pinheiro, Solange Ramalho e demais mulheres que estão à frente desse trabalho devem ganhar visibilidade por suas lutas no Estado. São mulheres da classe trabalhadora que, muitas das vezes, deixam seus afazeres particulares para fortalecer a luta coletiva. Este artigo é dedicado a elas.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia; BARTTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2019.
- BLANCO, S.V.N; BAMBIRRA, V.L.M. A figura feminina no seringal: vozes silenciadas. *Revista Communitas*, Acre, v.1, n.1, p. 144-160, jul/2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/issue/view/55>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BOBBIO, Norberto, 1909- *Dicionário de política*/ Norberto Bobbio; Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; ver. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. *Congresso Nacional*. Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf/view>>. Acesso em: 03 maio 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. *Mapa da violência contra a mulher 2018*. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www2.camaraleg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. *Lei Maria da Penha Lei n. 11.340/2006*. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAMURÇA, Carmen Silva e Silva. *Feminismo e movimento de mulheres*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista materialista. *Temporalis*, Brasília, n.14, p.133-149, jul/dez 2015.

DAVIS, ANGELA. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 15. ed. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

GONÇALVES, Letícia; CONRADO, Mônica. A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA). *Revista Científica: Gênero na Amazônia*. Pará, n.20, p. 105- 114, jul/dez 2021/2022. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13333/9273>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GONZALEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF / Expressão Popular, 2010.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE. *Cidades@*, [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan 2023.

IPEA; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (Org.). *Atlas da Violência 2022*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 20 jan 2023.

LEI 11.340/2002. *Lei Violência Doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em: <[www. Planalto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/le11340.htm).

[com.br](#)>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LEI 12.650 /2012. *Lei Joana Maranhão*. Disponível em: <[www.planalto.com.br](#)>. Acesso em: 21 ago. 2020.

LEI 13.104/2015. *Lei do Feminicídio*. Disponível em: <[www.planalto.com.br](#)>. Acesso em: 27 ago 2020.

LEI 13.641/2018. *Lei Maria da Penha*. Disponível em: <[www.Planalto.com.br](#)>. Acesso em: 25 ago 2020.

LEI 13.642/2018. *Lei de Crimes associados à divulgação de conteúdos misóginos*. Disponível em: <[www.Planalto.com.br](#)>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LEI 8072/1990. *São considerados crimes hediondos*. Disponível em: <[www.planalto.com.br](#)>. Acesso em: 27 ago 2020.

MACEDO, Maria Olivia Beserra. *Mulheres Brasileiras – Do 1º voto às conquistas atuais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

ÖCALAN, Abdullah. *Libertando a vida: a revolução das mulheres*. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4) 1995: p. 9-28.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Déborah Araújo. *Gestão social: incidência no movimento de mulheres no combate a violência contra a mulher. um estudo no movimento de mulheres do nordeste paraense, Capanema, Pará*. Orientador: Luis Carlos Freitas Rodrigues. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2017. Disponível em: <<http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/478>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

TENÓRIO, Emilly Marques. Sobre a lei Maria da Penha e as Medidas de Proteção de urgências judiciais. *Revista Temporalis*, v.18, n,36, p. 220-238, 2018.

TILLY. A. Louise. Gênero, História das mulheres e História social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: p. 29-62.

TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe*. São Paulo: Sundermann, 2017.

A Violência Contra a Mulher na Região Norte do Brasil: reflexões a partir da literatura nacional

El Panorama de la Violencia Contra la Mujer en el Norte de Brasil: reflexiones desde la literatura nacional

The Panorama of Violence Against Women in the North of Brazil: reflections from the national literature

Thaís Carvalho Batista Franco de Moura

Resumo: A pesquisa analisa vertentes sobre a violência contra a mulher na região norte do Brasil. Trata-se de um estudo de natureza exploratória, explicativa e dedutiva e de natureza quantitativa. Foi possível depreender que os estados de Rondônia e Roraima, no ano de 2022, apresentam os índices de feminicídio mais preocupantes. Por sua vez, o cenário do feminicídio no referido ano piorou em comparação com o ano de 2021. A liberação de armas e cortes de recursos para o enfrentamento do problema corroboraram para este quadro. O estudo conclui que é necessário maior compromisso dos gestores públicos no que se refere ao combate à violência contra a mulher, competindo ao governo federal o desenvolvimento de políticas públicas que possam arrefecer o índice de feminicídio no Brasil.

Palavras Chave: Feminicídio. Políticas Públicas. Sociedade Patriarcal.

Resumen: La investigación analiza aspectos de la violencia contra la mujer en la región norte de Brasil. Se trata de un estudio exploratorio, explicativo y deductivo y cuantitativo. Se pudo inferir que los estados de Rondônia y Roraima, en el año 2022, presentan las tasas de feminicidio más preocupantes. A su vez, el escenario de feminicidios en ese año se agravó con respecto al año 2021. La liberación de armas y el recorte de recursos para enfrentar el problema corroboraron esta situación. El estudio concluye que es necesario un mayor compromiso de los gestores públicos en cuanto a la lucha contra la violencia contra la mujer, siendo el gobierno federal el encargado de desarrollar políticas públicas que puedan reducir la tasa de feminicidios en Brasil.

Palabras Claves: Feminicidio. Políticas Públicas. Sociedad Patriarcal.

Abstract: The research analyzes aspects of violence against women in the northern region of Brazil. This is an exploratory, explanatory and deductive and quantitative study. It was possible to infer that the states of Rondônia and Roraima, in the year 2022, have the most worrying rates of femicide. In turn, the scenario of femicide in that year worsened compared to the year 2021. The release of weapons and cuts in resources to face the problem corroborated this situation. The study concludes that it is necessary to have a greater commitment from public managers regarding the fight against violence against women, with the federal government in charge of developing public policies that can reduce the rate of femicide in Brazil.

Keywords: Femicide. Public Policy. Patriarchal Society.

Thaís Carvalho Batista Franco de Moura – Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Mestre em Direito – Universidade do Estado do Amazonas - UEA. L.L.M. pela Università di Pisa/Italia. Especialista em Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais pela Università di Pisa/ Italia. Especialista em Direito Público: Direito Constitucional e Direito Administrativo – Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. Especialista em Direito Tributário e Legislação de Impostos - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. Professora Universitária. Advogada – Franco Jus Consultum
E-mail: batista.thaís@gmail.com

INTRODUÇÃO

No universo dos debates sobre as pautas de gênero, faz-se necessário envidar de forma constante o debate sobre a violência contra a mulher. Tais reflexões, possibilitam visibilizar o quadro de violência no qual meninas e mulheres são expostas diariamente. Este é um fenômeno presente na sociedade contemporânea. Neste caso, entende-se por violência toda forma de sofrimento imposta à figura feminina, seja ela de natureza verbal, física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial (BALBINOTTI, 2018). Em sentido complementar, Paiva (2022) assevera que a violência contra as mulheres pode ser considerada como uma forma torpe de subjugo contra este grupo minoritário determinado.

Por um lado, no que tange a atuação profissional, a mulher, para poder alçar cargos mais elevados nas organizações, acaba enfrentando preconceitos e discriminação a respeito do seu desempenho, competência e capacidade de estar a frente de equipes e gerar resultados (CUNHA, 2017). Parte deste problema está vinculada aos estereótipos de que a mulher é um ser mais frágil e que por isso mesmo não seria capacitada o suficiente para lidar com desafios, visão esta que é errônea (PAULA, 2021). Por outro lado, a sociedade patriarcal, machista, discriminatória e sexista suscita questionamentos sobre o porquê da manutenção deste estado de coisas, uma vez que, segundo a Carta Magna (BRASIL, 1988), todos são iguais perante a lei (AZEVEDO, 2018).

Discutir sobre esta temática da violência contra as mulheres é algo premente e necessário. Pode-se dizer que este é um efeito resultante do que Paiva (2022) nomeia como preconceito social, o qual tergiversa sobre a gravidade de tal situação. Já o estudo engendrado por Nieves (2017) vai além e diz que as mulheres não veem outra alternativa a não ser ir em frente no curso de suas vidas, mesmo que este caminho seja cercado por intolerância, desigualdades e injustiças. Além da referida Carta Magna (BRASIL, 1988), é oportuno mencionar a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a qual representa um importante marco no campo das políticas públicas voltadas para as mulheres.

No campo dos estudos teóricos sobre violência contra a mulher, embora seja possível identificar contribuições como aquelas feitas por Frank (2009), Gonçalves (2018), Paes (2018), Paz (2019), Sampaio (2017) e Souza (2022), ainda há muito o que ser discutido à luz das pesquisas chamadas exploratórias (GIL, 2019; ZANELLA, 2013). Quando a temática da violência contra a mulher é abordada, nota-se escassez de material científico, o que reitera a necessidade da realização de mais pesquisas nesta área. Acredita-se que a produção de mais materiais com esta finalidade ajudaria, por exemplo, a identificar o perfil das mulheres que já sofreram algum tipo de violência. Isto é necessário não somente do ponto de vista científico, mas também para auxiliar na construção de políticas públicas que sejam voltadas para resolver as constantes lacunas atinentes à atenção e segurança das mulheres (SAMPAIO, 2017).

O objetivo geral do estudo consiste em elucidar sobre o panorama da violência contra a mulher na Região Norte do Brasil à luz da literatura nacional. Cumpre registrar que no decurso de pesquisa foi possível verificar contribuições teóricas feitas por Azevedo (2018), Sampaio (2017) e Sousa *et al.* (2022), as quais versam sobre a temática da violência contra a mulher, mas com o cerne dos seus estudos focalizado para a região nordeste do Brasil. Já os dados atinentes à região norte são vistos em levantamentos feitos em nível nacional, como, por exemplo, o mapeamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021). Ainda assim, nota-se a carência de mais estudos que possam desvelar a realidade enfrentada pelas mulheres amazônicas no que tange a temática da violência.

O estudo se justifica por dois fatores. O primeiro deles é teórico e, conforme dito anteriormente, busca robustecer o estado da arte pertinente à violência contra a mulher no contexto amazônico. Há estudos como o que fora feito por Carneiro *et al.* (2022), o qual se dedicou a investigar sobre o estado da arte sobre a violência contra a mulher, mas numa perspectiva nacional. Assim, o estudo busca não somente colaborar com o robustecimento da literatura imanente a este tema na realidade amazônica como também visa estimular a feitura de novas pesquisas nesta área, considerando a relevância do recorte na Região Norte do Brasil, uma vez que os grandes institutos não se debruçam com tanta frequência nesta região do país.

O segundo fator preponderante para a realização do artigo é prático e tem por intuito não somente interpretar os resultados encontrados na literatura como também chamar a atenção para o debate sobre a violência contra a mulher, o qual não pode, em hipótese alguma, ser arrefecido. Embora existam legislações voltadas para assegurar a participação social e a autonomia das mulheres (BRASIL, 1988; 2006), é necessário tanto verificar o cumprimento destas leis como também a existência de políticas públicas que sejam voltadas para a segurança e integridade física das mulheres (SAMPAIO, 2017).

1. Violência Contra as Mulheres: contextualização e escopo conceitual

Ainda no século XXI, a sociedade contemporânea é vista como machista e discriminatória, onde a discriminação e a violência de gênero ainda representam adversidades cujo enfrentamento é indispensável (BALBINOTTI, 2018). Nesse prisma, embora haja legislações que reconheçam os direitos das mulheres, ainda há um longo caminho a ser percorrido no que tange à efetivação do cumprimento destes preceitos (BATISTA, 2017; SAMPAIO, 2017). Assim, a compreensão da questão implica reconhecer os efeitos do machismo e da sociedade patriarcal sobre estas pessoas que, por vezes, convivem com o silêncio societal a respeito das violências por elas sofridas (NIEVES, 2017; SOUZA; LOPES, 2019).

A violência também é compreendida como o uso da força física direcionada à outra parte – pessoa, comunidade, grupo determinado e, ainda, em alguns casos, contra si mesmo – tendo como consequências, entre outras, sofrimento, danos e o óbito (SOUSA *et al.*, 2022). Nesse contexto, a violência contra as mulheres, em quaisquer manifestações, é considerada uma realidade e, também, um problema social decorrente das disparidades entre os gêneros, neste caso, caracterizada por permitir a violência, onde tais atos acabam funcionando como um mecanismo de sujeição da coletividade feminina em relação à masculina (SAFFIOTTI, 2015). Assim, a figura feminina acaba sendo vista muito mais pela função social por ela desempenhada do que necessariamente uma pessoa que possui direitos garantidos (CHAVES, 2015).

No que tange a estes direitos, o contexto internacional traz à baila não somente a Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948) como também a ratificação destes direitos por meio da Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993). Dessa forma, a Organização das Nações Unidas, além de reconhecer o direito das mulheres, declara ser essencial assegurar o combate a toda forma de discriminação contra as mulheres e a garantia da provisão dos meios necessários para sua participação social (ONU, 1993). Entretanto, a realidade se mostra diferente, com episódios cada vez mais frequentes – sobretudo nos últimos anos – de agressões contra as mulheres.

Uma das razões que corroboram com este cenário é de natureza cultural, o sexismo. Este ideário funciona da seguinte forma: o mundo é um lugar justo e o que as pessoas sofrem são re-

flexo daquilo que merecem (LERNER, 1980). Assim, no pensamento de cunho sexista, a violência enfrentada pelas mulheres estaria relacionada a sua condição de inferioridade em comparação aos homens (PAIVA, 2022). Nesse particular, enfatiza-se que, por mais que existam leis cujo teor aponte para a proteção da mulher contra de qualquer tipo de agressão, a própria dinâmica societal viciada, preconceituosa e machista acaba favorecendo um estado das coisas onde a mulher segue em posição de inferioridade à figura masculina (AZEVEDO, 2018; PAULA, 2021; SAFFIOTTI, 2015; SAMPAIO, 2017).

Tais linhas de pensamento são propagadas – notadamente no sentido de reforçar os estereótipos de fragilidade, inferioridade e subjugação femininos – e persistem na sociedade do presente século (PAULA, 2021). Nessa perspectiva, se por um lado há o discurso da necessidade de se criar um mundo mais equânime para todos, por outro, há o silenciamento da sociedade perante a luta cotidiana enfrentada pelas mulheres (BALBINOTTI, 2018; CEPÊDA, 2012; NIEVES, 2017).

Uma das circunstâncias que auxiliam na compreensão dos desafios que a mulher busca superar diz respeito a sua participação no mercado de trabalho. É acertado dizer que o papel das mulheres no contexto organizacional é permeado por barreiras que existem pelo lugar feminino à luz do patriarcado (BALBINOTTO, 2018; SOUZA; LOPES, 2019).

Nesse contexto, além da questão dos estereótipos presente no estudo de Paula (2021), há também a própria realidade de vida enfrentada pelas mulheres, em especial às relacionadas à maternidade, onde realizam verdadeira dupla jornada de trabalho, que engloba as atividades laborais e, ainda, os compromissos com os filhos e outros relativos ao ambiente doméstico (DUARTE; SPINELLI, 2019).

Ainda, importa sinalizar sobre a cultura das organizações que podem acabar reforçando as discriminações sobre a figura feminina – diferenças salariais, assédio moral ou sexual, falta de motivação e outras formas de discriminação (ROEBUCK; THOMAS; BIERMEIER-HANSON, 2019). Assim, as barreiras das estruturas organizacionais, somadas às dificuldades de conciliação entre compromissos pessoais, domésticos, maternidade e atividades laborais, representam um contexto de sobrecarga suportada pelas mulheres no mercado de trabalho (LOPES, 2021), o que revela interfaces de sexismo e preconceito persistentes e reais contra as mulheres (DESCARRIES; MATHIEU, 2010).

A concepção cultural que sustenta esta realidade é chamada de machismo estrutural (BALBINOTTI, 2018; SOUZA; LOPES, 2019). Nesta concepção, um gênero que oprime outro gênero supostamente mais fraco em um cenário resultante de uma dinâmica social fundada nestes parâmetros. Além do gênero, outras formas de discriminações também são evidenciadas, como, por exemplo, as relacionadas à raça, classe social e orientação sexual (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Isto posto, denota-se que pessoas que se enquadram em determinados padrões de ordem biológica, cultural ou financeira acabam sendo privilegiadas nas relações de poder e influência atinentes à realidade em que se encontram inseridas. Em complemento, relevante anotação faz Saffioti (2015) quando pondera que nem homens e nem mulheres usufruem totalmente o valor daquilo que produzem, mas é suportado pela figura feminina um aproveitamento ainda menor se comparado com o dos homens em uma sociedade de classes.

Marx (2007) aponta para a existência de três elementos no mercado de trabalho: a) o empregador, detentor do capital e dos meios de produção; b) o empregado, o qual gera riqueza para a estrutura em que trabalha e, em troca, recebe uma contraprestação pecuniária – salário –; e c) o

prestador de serviços que, por não se enquadrar nos meios formais de empregabilidade, tem que vender sua força de trabalho. Assim, consoante Saffioti (2015), nesta estrutura marcada por uma sociedade patriarcal, a mulher está abaixo do homem, vista como submissa a ele.

Dados da pesquisa realizada por Vasconcelos *et al.* (2021) apontam que 16,7% das mulheres na faixa etária entre 15 a 49 anos já sofreu alguma vez violência do tipo física ou sexual. Isto é o que a pesquisa de Vasconcelos *et al.* (2021) denomina como *Violência por Parceiro Íntimo* (VPI), a qual pode ser constituída como uma forma permanente de abuso do homem sobre a mulher. Além destes dados, o estudo de Vasconcelos *et al.* (2021) aponta a existência de uma prevalência de VPI sobre mulheres negras e de baixo grau de instrução, o que reforça o contexto de submissão da mulher em relação aos homens, situação esta que caracteriza o machismo estrutural e a sociedade discriminatória apontadas por Nieves (2017) e Saffioti (2015).

No âmbito nacional, é reconhecido que, embora a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) represente um marco regulatório sobre o tema, ainda remanescem lacunas e desafios quanto ao seu cumprimento efetivo (AZEVEDO, 2018; SAMPAIO, 2017). A referida legislação apresenta, em seu texto, dentre outros assuntos, a conceituação das seguintes espécies de violência:

- Violência Física: qualquer ação que tenha como intenção infringir a saúde ou a dignidade corporal da mulher;
- Violência Sexual: ações de intimidação com vistas a obrigar a mulher a participar, presenciar ou manter relações sexuais com seu respectivo agressor de forma não consensual;
- Violência Psicológica: se caracteriza por gerar prejuízo para a vítima, seja no que tange a sua autoestima, desenvolvimento ou lado emocional;
- Violência Moral: representada nas formas de injúria, difamação ou calúnia;
- Violência Patrimonial: caracterizada por desvio, retenção ou ainda o aniquilamento parcial ou total de seus bens.

Ainda no campo das legislações conexas com a proteção da integridade física e psicológica da mulher, é oportuno destacar a Lei nº 13.104 (BRASIL, 2015), a qual caracteriza o feminicídio como crime hediondo. Mais recentemente, também entrou em vigor a Lei nº 13.178 (BRASIL, 2018), que trata sobre a importunação sexual e da divulgação de cena de estupro. Todavia, mesmo com a existência destes dispositivos, a violência contra a mulher ainda é uma realidade complexa e que se perpetua na sociedade brasileira (SOUZA; LOPES, 2019). Todas essas percepções apresentadas representam uma cultura social enraizada e que demanda especial atenção para a consituição de mecanismos de mudança, seja por meio de campanhas educacionais, conscientização de adultos e jovens, formação de crianças e ação do Estado para promover efetivas condições para a articulação de redes de atendimento, acolhimento de forma articulada nos diversos ambientes da sociedade brasileira.

Como preceitua Federici (2019), embora a campanha sobre a violência contra a mulher tenha sido impulsionada nos últimos anos, pouco se fez com relação aos tipos de violência externalizados e envoltos no modo societal capitalista.

No caso do Brasil, dados da Agência Patrícia Galvão (2023) apontam que o país é o 5º colocado no *ranking* de homicídios de mulheres. Além disso, existem outros indicadores que reforçam a

gravidade da violência de gênero no quadro societal brasileiro, como a ausência de recursos financeiros, silenciamento e invisibilidade sociais.

Segundo informações da Agência Patrícia Galvão (2023a): a) no Brasil, acontece um estupro a cada 11 (onze) minutos; b) uma mulher é assassinada a cada 2 horas; c) ao menos 503 (quinhentas e três) mulheres são vítimas de agressão por hora; e d) no Brasil, ocorrem 5 (cinco) espancamentos contra mulheres a cada dois minutos. Como se pode ver, mesmo com as vigentes, os dados mencionados são preocupantes.

Nesse sentido, há que se destacar, ainda, dados relacionados ao mencionado aspecto cultural que envolve a violência contra a mulher. Outro levantamento realizado pela Agência Patrícia Galvão (2023b) revela que 31% (trinta um por cento) das mulheres que vivem no campo já foram ameaçadas de morte e que, no período entre 2011 e 2021, 21% (vinte e um por cento) das mulheres quilombolas já foram estupradas – dados que corroboram com as pesquisas realizadas por Lerner (1980) e Paiva (2022), ambas supracitadas, com relação à exteriorização do pensamento sexista.

Por sua vez, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) e replicados em pesquisa organizada por Acayaba e Arcoverde (2022) revelam que, no primeiro semestre de 2022, 699 (seiscentas e noventa e nove) mulheres foram vítimas de feminicídio. Ao ser comparado ao primeiro semestre de 2021, no qual, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), foram registrados 677 (seiscentos e setenta e sete) assassinatos de mulheres, percebe-se um aumento de 3,2% (três vírgula dois por cento) entre os dois períodos analisados. Isto remete ao estudo de Batista (2017), que reitera a necessidade de gestores públicos reconhecerem de forma mais efetiva as mulheres como pessoas protagonistas de direitos a serem usufruídos e com papel ativo na sociedade.

2. Perspectivas sobre a Violência Contra a Mulher na Região Norte.

Especialmente sobre a literatura científica e estudos científicos sobre a violência de gênero com enfoque específico sobre a Região Norte do Brasil, convém registrar que ainda são poucos aprofundamentos se comparados às pesquisas aplicadas às demais regiões do país. Assim, como referido, quando a pauta da violência contra a mulher é debatida, nota-se escassez de material científico, o que reitera a necessidade de maior incentivo à pesquisa. Acredita-se que a produção de um maior número de produção científica com esta finalidade ajudaria, por exemplo, a identificar o perfil das mulheres que já sofreram algum tipo de violência. Isto é necessário não somente do ponto de vista científico, mas também para auxiliar na construção de políticas públicas que sejam voltadas para resolver as constantes lacunas atinentes à atenção e segurança das mulheres (SAMPAIO, 2017).

Nesta perspectiva, em exemplificação, sobreleva-se a pesquisa realizada por Silva (2015), onde foram realizadas coletas de dados junto a gestores responsáveis pela saúde da mulher e violência de gênero na região. Apesar da relevância do estudo, os dados analisados por Silva (2015) foram coletados em forma de relatos, além de artigos que agruparam uma revisão integrativa, com abordagem para a violência contra a mulher numa perspectiva mais global. Outro estudo que segue uma linha de raciocínio semelhante é o da autoria de Silva e Oliveira (2015), o qual se dedicou a averiguar a produção científica nacional sobre a violência contra a mulher entre os anos de 2009 e 2013.

Relevante contribuição também foi realizada por Gomes *et al.* (2013), em que aborda a violência de gênero entre as regiões do Brasil – com base em matérias veiculadas pela mídia paraense. Este trabalho realizou consulta a mais de 1.600 (um mil e seiscentos) exemplares de jornais, tendo como lapso temporal o período entre agosto de 2006 e dezembro de 2010 – ação esta que, de acordo com Gomes *et al.* (2013), resultou na seleção e análise de 974 (novecentos e setenta e quatro) notas sobre violência contra a mulher. Deste levantamento, 68,7% (sessenta e oito vírgula sete por cento) dos registros versavam sobre casos de violência ocorridos contra mulheres na Região Norte, sendo a violência física os casos mais presentes nas referidas notas, conforme Gomes *et al.* (2013).

Por sua vez, em outra análise, Gomes *et al.* (2014) optaram por explorar sob abordagem diferente a veiculação de notas de violência contra a mulher por parte da mídia paraense, desta vez com um intervalo temporal maior. Nesta segunda pesquisa, Gomes *et al.* (2014) elegeram o período entre janeiro de 2001 até dezembro de 2010, com atenção a casos de violência ocorridos na Região Norte veiculados por um determinado jornal que circula no Estado do Pará. No caso do artigo de Gomes *et al.* (2013), o material analisado envolvia, também, casos de violência de todas as regiões do Brasil.

Neste estudo empreendido por Gomes *et al.* (2014), os autores puderam depreender que, no lapso temporal entre 2001 e 2010, as mulheres vítimas de casos de violência sofreram crueldades em diversos níveis. Além disso, Gomes *et al.* (2014) reiteram a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas em prol da segurança, integridade física e dignidade da mulher na sociedade contemporânea. Neste caso, a mídia cumpre o papel de denunciar os casos ocorridos contra mulheres no sentido de chamar a atenção para um problema que, mesmo com as medidas legais existentes (BRASIL, 1988; 2006; 2015; 2018), ainda persiste, dado os casos comumente noticiados na mídia.

Numa perspectiva mais recente, a investigação feita por Vasconcelos *et al.* (2021) apresenta dados que apontam que 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento) das mulheres na faixa etária entre 15 (quinze) e 49 (quarenta e nove) anos já sofreu alguma violência física ou sexual. Isto é o que a pesquisa de Vasconcelos *et al.* (2021) denomina como Violência por Parceiro Íntimo (VPI), a qual pode ser constituída como uma forma permanente de abuso do homem sobre a mulher. Além destes dados, o estudo desses autores aponta a existência de uma prevalência de VPI sobre mulheres negras e de baixo grau de escolaridade, o que reforça o contexto de submissão da mulher em relação a figura masculina, confirmando o machismo estrutural e a sociedade discriminatória conforme Nieves (2017) e Safiotti (2015).

O supracitado estudo revela também dados sobre a violência contra a mulher na Região Norte. Um deles diz respeito à prevalência da violência física grave – assédio, estupro, entre outros. De acordo com Vasconcelos *et al.* (2021), alcança um 19% (dezenove por cento), um percentual mais elevado se comparado com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que apresentam 11% (onze por cento) de prevalência para estes casos. Apesar da relevante contribuição de seu estudo, Vasconcelos *et al.* (2021) asseveram que é necessária a realização de pesquisas mais específicas para a construção e visualização de um panorama mais profícuo sobre a violência contra a mulher no Brasil, uma vez que fatores como desemprego, educação e outros podem influenciar determinados contextos regionais atinentes ao grau de violência de gênero.

Outra contribuição teórica neste sentido é da autoria de Moreira, Bicalho e Moreira (2020), em que o objeto de pesquisa foi a violência contra a mulher em idade fértil na região do norte. O levantamento de dados feito por Moreira, Bicalho e Moreira (2020) foi realizado com

base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação sobre a violência sexual ocorrida em mulheres de idade fértil. Estes dados, de acordo com os autores, permitiram depreender o seguinte:

- a) dos 327 (trezentos e vinte e sete) casos registrados, 83,18% (oitenta e três vírgula dezoito por cento) ocorreram contra mulheres entre 10 (dez) e 19 (dezenove) anos;
- b) a prevalência racial das vítimas é parda, representando 54,74%;
- c) o estado civil mais frequente é o de mulheres solteiras, correspondente a 77,06% dos casos analisados.

Além destes dados, Moreira, Bicalho e Moreira (2020) informam que as agressões acontecem tendo as vítimas se relacionado de alguma forma com os agressores – relação de amizade, de trabalho ou íntima – 81,04% (oitenta e um vírgula quatro por cento), sendo o local mais comum as residências das vítimas 59,33% (cinquenta e nove vírgula trinta e três por cento). A exemplo do que fora dito por Vasconcelos *et al.* (2021), esta pesquisa de Moreira, Bicalho e Moreira (2020) sugestiona o aprofundamento dos estudos a respeito da violência contra a mulher com vistas a elaboração de um diagnóstico mais preciso sobre o perfil das vítimas, agressores e características da violência contra a mulher, especificamente na Região Norte.

3. Procedimentos Metodológicos.

Um dos fundamentos do presente estudo é a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2019), esta vertente metodológica se mostra congruente quando o pesquisador recorre à investigação a livros, dissertações, artigos, teses e outros materiais considerados válidos para fundamentar o seu estudo. De acordo com Nascimento-e-Silva (2020) e Silva e Nascimento-e-Silva (2020; 2022), as bases de dados são os endereços eletrônicos recomendados pela ciência com vistas a encontrar respostas para as perguntas de pesquisa. No caso deste estudo, para a fundamentação teórica da construção textual, foram escolhidos materiais existentes na base de dados *Google Scholar*.

O estudo também se notabiliza por ser exploratório. Para Vergara (2016), as pesquisas de natureza exploratória são aquelas desenvolvidas com vistas a gerar mais conhecimento sobre um determinado tema onde há pouca informação publicada. Isto se mostra conexo à escassez de estudos científicos que possam delinear com maior grau de precisão sobre a violência contra as mulheres na Região Norte. Além disso, o estudo se enquadra na categoria de pesquisa explicativa. No entendimento de Zanella (2013), este tipo de análise busca identificar os fatores que corroboram para o desencadeamento dos fenômenos estudados. Assim, temáticas como o pensar sexista, o machismo estrutural e os privilégios decorrentes de um regime societal capitalista destinados a determinados públicos e somados com a visão equivocada de que mulheres são inferiores aos homens são destrinchadas ao longo do estudo (BALBINOTTI, 2018; CHAVES, 2015; NIEVES, 2017; SOUZA; LOPES, 2019).

O texto também se caracteriza por ser quantitativo. De acordo com Zanella (2013), a dinâmica das pesquisas desta natureza é embasada no uso de instrumentos estatísticos na coleta e tratamento de dados. Assim, buscou-se não apenas registros bibliográficos que demonstrassem dados sobre a violência contra a mulher na região norte do Brasil como também reportagens de veículos de imprensa cujo cerne fosse esta temática. De posse destes materiais, procedeu-se à

análise dos dados localizados em consonância com as literaturas que foram usadas para os aportes teóricos do texto.

A perspectiva do estudo é dedutiva. Na interpretação feita por Wollenhaupt (2004), esta é uma vertente metodológica onde o pesquisador utiliza um raciocínio originado num contexto mais geral para poder explicar o que acontece em cenários mais específicos e particulares. Assim, a partir do quadro nacional da violência contra as mulheres no Brasil, buscou-se compreender a nuances e implicações que caracterizam o assunto, dando enfoque na Região Norte como principal unidade de análise a ser observada e entendida.

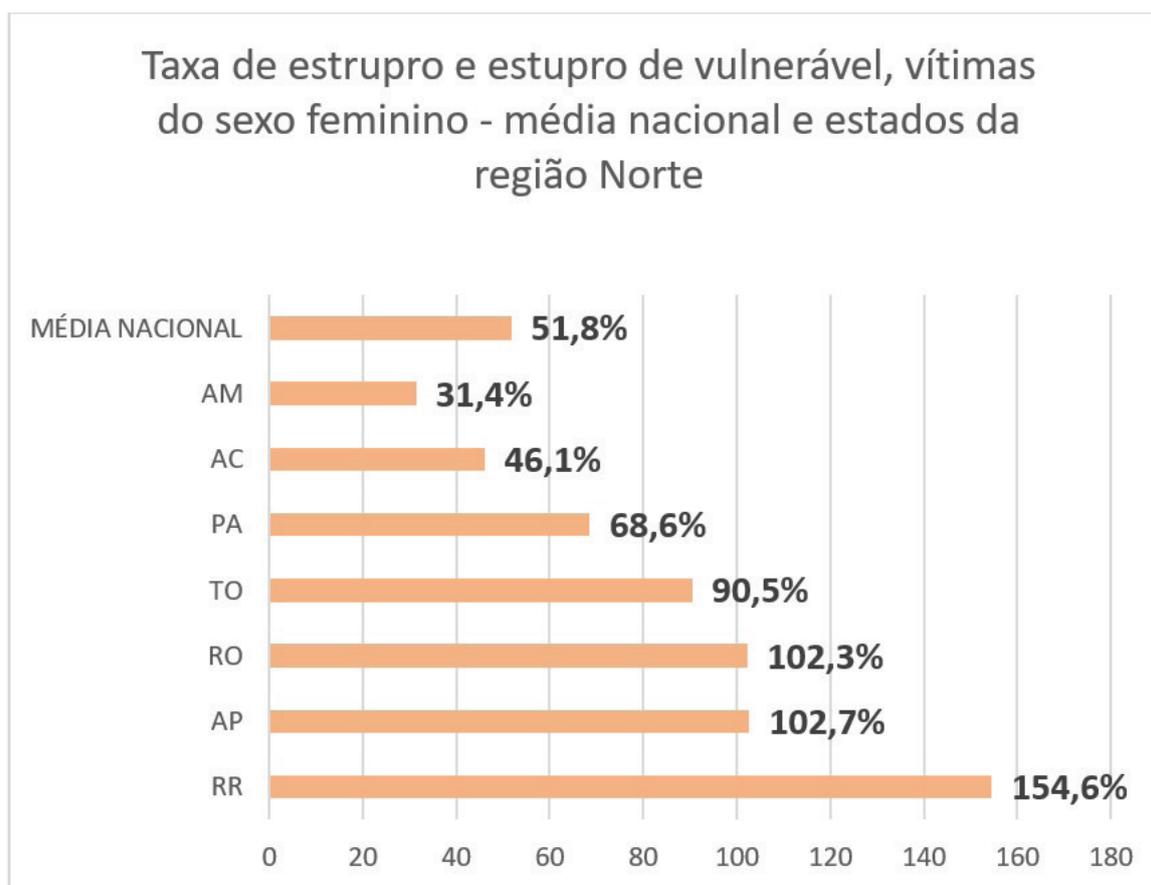
4. Resultados e Discussão.

Neste ponto do estudo, são analisados os resultados sobre a violência contra a mulher na Região Norte do Brasil tendo como referência o ano de 2022. Neste sentido, é pertinente destacar os dados evidenciados pelo Canal Ciências Criminais (2022), que faz alusão à taxa de feminicídios ocorridos em 2022 no Brasil. Dados deste levantamento junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que, entre os anos de 2019 e 2022, a Região Norte foi a que mais apresentou aumento nas ocorrências de crimes contra a mulher (CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2022).

Como mencionado, este é um resultado embasado na comparação entre os anos de 2019 e 2022, onde foi possível identificar um aumento de 75% (setenta e cinco por cento) nos feminicídios conforme o Canal Ciências Criminais (2022). Ainda de acordo com o estudo, o destaque negativo que mereceu relevância diz respeito ao estado de Rondônia, que apresentou um crescimento de 225% (duzentos e vinte e cinco por cento) de feminicídios entre 2019 e 2022 de acordo com o referido Canal Ciências Criminais (2022). Este é um resultado que suscita o debate a respeito da eficácia das mudanças ocorridas na legislação sobre a violência contra a mulher, quando o feminicídio passou a ser considerado crime hediondo (BRASIL, 2015). O estabelecimento desta legislação é positivo, mas necessita estar alinhado ao estabelecimento e implementação de políticas públicas que possam, de fato, garantir a proteção da mulher e, por conseguinte, a punição dos seus agressores (GOMES et al., 2013; 2014; VASCONCELOS et al., 2021).

Outro levantamento correlato e que se refere à Região Norte diz respeito a ocorrência de estupros e estupro de vulneráveis nos Estados brasileiros. Este foi um dos dados destacados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), que conseguiu, com base nas informações das secretarias estaduais de segurança pública e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, gerar um panorama a respeito deste assunto. O Gráfico 1 exhibe os resultados imanentes aos Estados da Região Norte, tendo como base o ano de 2021. É oportuno explanar que, nestes resultados divulgados, a média nacional indica 51,8% (cinquenta e um vírgula oito por cento) de casos para cada 100 (cem) mil mulheres no Brasil. Esta mesma lógica é aplicável aos Estados, sendo que três deles registraram um índice superior a 100 (cem) estupro para cada 100 (cem) mil mulheres.

Gráfico 1: Taxa de estupro e estupro de vulnerável – Região Norte (2021)



Fonte: Elaborado pela autora com base no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021).

Se nos dados expostos pelo Canal Ciências Criminais (2022) o ponto negativo ocorreu em vista dos índices do Estado de Rondônia, no levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), os números mais preocupantes foram do Estado de Roraima, que apresentou 154,6% (cento e cinquenta e quatro vírgula quatro por cento) de casos de estupro e de estupro de vulnerável. Além disso, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) apresenta outros Estados que tiveram suas taxas de estupro acima dos 100% (cem por cento), sendo eles: a) Amapá, com 102,7% (cento e dois vírgula sete por cento); e b) Rondônia, com 102,3% (cento e dois vírgula três por cento). Estes são percentuais que se igualam ou superam o dobro da taxa da média nacional, a qual foi registrada em 51,8% (cinquenta e um vírgula oito por cento), conforme os dados expostos no Gráfico 1. O Estado do Amazonas apresentou o melhor resultado entre os estados da Região Norte, com 31,4% (trinta e um vírgula quatro por cento) de casos registrados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Outro dado que auxilia na compreensão da realidade da violência contra a mulher na Região Norte é presente em Velasco *et al.* (2023), cujo estudo revela os dados do Monitor da Violência. Segundo os números, houve um aumento de 5% (cinco por cento) nos casos de femicídio no Brasil em 2022 em comparação ao ano de 2021. No que se refere aos dados gerais deste levantamento, o Gráfico 2 auxilia na compreensão destes informes.

Gráfico 2: Série Histórica dos feminicídios no Brasil (2017 – 2021)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Velasco et al. (2023).

Na série histórica em análise, é oportuno mencionar que consoante o apontado por Velasco et al. (2023), os Estados de Mato Grosso, Roraima e Tocantins não faziam a contabilização dos seus dados sobre feminicídio. Os dados são importantes para compreender que no período entre 2021 e 2022 houve elevação nos casos de feminicídio no Brasil. Dentre as razões apontadas por Velasco et al. (2023), os seguintes fatores são destacados: a) baixo índice de fiscalização; b) redução por parte do governo de Jair Bolsonaro no período, com relação a destinação e aplicação das verbas para políticas públicas voltadas para as mulheres; e c) liberação e facilitação do acesso a armas, medida esta empreendida pelo governo bolsonarista no referido período.

Outro dado importante apresentado por Velasco et al. (2023) diz respeito ao percentual de homicídios de mulheres nos Estados da Região Norte considerando para cada (cem) 100 mil mulheres em cada Estado. Este panorama é exibido no Gráfico 3. Para efeito de comparação, o gráfico também mostra o resultado da média nacional do indicador em destaque.

Gráfico 3: Taxa de homicídio de mulheres nos estados da Região Norte e a média nacional (ano de 2022)



Fonte: Adaptado pela autora com base em Velasco et al. (2023).

Mais uma vez os Estados de Roraima e Rondônia se destacam por apresentarem as maiores taxas de feminicídio em comparação com demais Estados da Região Norte. Neste cenário, o resultado relativamente mais positivo se deu pelo Estado do Amapá, que se igualou com a média nacional do levantamento demonstrado por Velasco et al. (2023). Todos estes resultados não apenas convergem para a necessidade de maior esforço por parte do Estado no que se refere às políticas públicas voltadas para a mulher como também o próprio repensar no que tange à forma como a questão é tratada, disseminada e discutida. A liberação e facilitação do acesso a armas para a população ou a redução de forma abrupta dos investimentos para as ações voltadas à proteção da mulher são circunstâncias que, além de não resolverem a questão, acabam corroborando para o aumento da violência e do sexismo (AZEVEDO, 2018; PAIVA, 2022; SOUSA *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou explicar sobre a violência contra a mulher no Brasil, especialmente com enfoque para a Região Norte. A prática de pesquisa permitiu averiguar que os Estados de Roraima e Rondônia apresentam os maiores índices de feminicídios considerando parâmetros os casos para cada 100 (cem) mil habitantes. O estudo também permitiu observar o aumento nos números de feminicídio no Brasil entre 2021 e 2022, o que não somente inspira cuidados, mas também a necessidade do aprofundamento do debate sobre o problema, seja em nível nacional ou regional.

Foi possível apreender que a literatura sobre a violência contra a mulher amazônica ainda é escassa, o que justifica a necessidade da realização e incentivo à pesquisa. Além dos dados presentes em anuários

de segurança pública e demais fontes de informação, é imprescindível o desenvolvimento de estudos que permitam observar as características de cada Estado da Região Norte sobre violência de gênero. Além das ações do poder público, relevante investigar com maior grau de precisão quais os fatores que caracterizam estes casos de violência, bem como o que está sendo feito – sobretudo, na seara pública – na tentativa de arrefecer o percentual de casos alusivos a estes crimes.

Dessa forma, o tema sobre a violência praticada contra as mulheres amazônicas, assim como outras formas de discriminação, carece de mais estudos e pesquisas para que seja oportunizada a compreensão de forma mais assertiva. O governo federal recém-empossado possui, neste momento, o desafio de não somente desfazer os equívocos do passado recente como também reforçar e aprimorar a forma como a violência contra as mulheres é tratada e combatida no Brasil. Isto vai além da criação de leis, posto que envolve a criação de uma cultura de valorização da mulher, de lugar de fala, de discurso igualitário, entre outros, dada a acuidade do tema para a construção de uma sociedade menos desigual e que assegure respeito, segurança e demais direitos que, muitas vezes, já são previstos nas legislações.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Feminicídios batem recorde no 1º semestre de 2022 no Brasil quando repasse ao combate a violência foi o mais baixo. *G1 São Paulo*, 7 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/07/feminicidios-batem-recorde-no-1o-semester-de-2022-no-brasil-quando-repasse-ao-combate-a-violencia-contra-a-mulher-foi-o-mais-baixo.ghtml>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO(a). Porque as taxas brasileiras são tão alarmantes? *Agência Patrícia Galvão*, Dossiê Feminicídio, 2023. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#brasil-e-o-5o-no-ranking-de-homicidios-de-mulheres>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO(b). 31% das mulheres do campo já foram ameaçadas de morte. *Agência Patrícia Galvão*, 2023. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/31-das-mulheres-do-campo-ja-foram-ameacadas-de-morte/>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99% um manifesto*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

AZEVEDO, L.A. *Abrindo a caixa da pandora: uma avaliação das estratégias do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú – CE*. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da ESMEC*, v.25, n.31, p. 239 – 264, 2018.

BATISTA, K.B.C. *As políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de saúde do município de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção

sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. *Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga o Dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília: Senado Federal, 2018.

CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS. Taxa de feminicídio no Brasil em 2022. *Canal Ciências Criminais*, Redação, 29 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/taxa-femicidio-brasil/#:~:text=Conclus%C3%A3o,com%20225%25%20a%20mais%20femic%C3%ADdios.>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

CARNEIRO, L.V. et al. O estado da arte acerca da violência doméstica contra a mulher no Brasil. *Research, Society and Development*, v.11, n.1, p. 1 – 10, 2022.

CEPÊDA, V.A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. *Estudos Avançados*, v.26, n.75, p.77 – 90, 2012.

CHAVES, F.N. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE. *Anais...* Manaus, 28 a 30 de maio de 2015.

CUNHA, R.D. “Estereótipos femininos: competência e amabilidade em avaliações implícitas, explícitas e de empregabilidade”. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DESCARRIES, F.; MATHIEU, M. *Entre le rose et le bleu: stéréotypes sexuels et construction sociale de féminin et du masculin*. Québec: Conseil du Statut de la Femme, 2010.

DUARTE, G.; SPINELLI, L.M. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais & Humanas*, v.32, n.2, p. 126 – 145, 2019.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Violência contra as mulheres em 2021*. [s.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contramulheres-em-2021/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022*. [s.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contrameninas-mulheres-2022-1sem.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

FRANK, S. *A violência contra a mulher por parceiro íntimo em artigos científicos: uma revisão sistemática no período 2003 – 2007*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, V.R. et al. Violência contra a mulher nas regiões do Brasil: a versão da mídia paraense. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, v.4, n.3, p. 933 – 945, 2013.

GOMES, V.R. et al. Violência contra a mulher nas regiões do Brasil: a versão da mídia paraense. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*, v.14, p.113 – 128, 2014.

GONÇALVES, P.I.E. *Enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Garanhuns/PE: perspectivas da equipe multiprofissional*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

LERNER, M.J. *The belief in a just world: a fundamental disillusion*. Plenum Press: [s.l.], 1980.

LOPES, H.H. *Liderança feminina: a trajetória das mulheres líderes das cooperativas de crédito*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Negócios). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2021.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

MOREIRA, K.F.A.; BICALHO, B.O.; MOREIRA, T.L. Violência sexual contra mulheres em idade fértil na região norte do Brasil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v.12, n.3, p. 1- 11, 2020.

NASCIMENTO-E-SILVA, D. *Manual do método científico-tecnológico: versão sintética*. Florianópolis: DNS Editor, 2020.

NIEVES, K.F.S. *O sentido da religião na construção de resiliência em contextos de violência contra as mulheres*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Genebra: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conferência Mundial dos Direitos Humanos*. ONU: Viena, 1993.

PAES, É.A. *Violências contra as mulheres em uma delegacia de mulheres do Rio de Janeiro: uma análise histórica da hipossuficiência feminina nos anos 1980 – 1990*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

PAIVA, T.T. *O papel legitimador de percepções de justiça na relação entre o sexismo e a violência contra as mulheres*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

PAULA, E.R. *Mulheres líderes e seus desafios: reflexões a partir da teoria da justificação do sistema*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

PAZ, P.O. *A construção da resiliência de mulheres em situação de violência: perspectivas para o cuidado em saúde*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROEBUCK, A.; THOMAS, A.; BIERMEIER-HANSON, B. Organizational culture mitigates lower ratings of female supervisors. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, v.26, n.4, p. 454 – 464, 2019.

- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SAMPAIO, S.G. “*Quem protege nossas vidas?*” *A percepção das mulheres em situação de violência doméstica sobre a atuação do sistema de justiça e segurança pública – comarca de Salvador/BA*. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SILVA, K.R.C. *Violência contra a mulher: percepção dos gestores responsáveis pelas áreas técnicas de saúde da mulher dos estados e capitais brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- SILVA, R.O.; NASCIMENTO-E-SILVA, D. Impactos do novo Coronavírus nas organizações e as inovações no mundo do trabalho, saúde e educação. In: XI COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE. *Anais...* Universidade da Amazônia, Belém, 10 a 11 de novembro de 2020.
- SILVA, L.E.L.; OLIVEIRA, M.L.C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.20, n.11, p.3523 – 3532, 2015.
- SOUSA, B.S. et al. Violência contra a mulher no Nordeste Brasileiro: tendência temporal de 2009 a 2018. *Interfaces Científicas*, v.9, n.1, p.53 – 67, 2022.
- SOUZA, L.V. *Não tem jeito, vocês vão precisar ouvir*” *Violência obstétrica no Brasil: construção do termo, seu enfrentamento e mudanças na assistência obstétrica (1970 – 2015)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e de Saúde). Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2022.
- SOUZA, R.B.R.; LOPES, Y. Violência contra a mulher, machismo e patriarcado no enquadramento jornalístico. *Revista Pauta Geral*, v.6, n.2, p. 19 – 34, 2019.
- VASCONCELOS, N.M. et al. Prevalência e fatores associados a violência por parceiro íntimo contra mulheres adultas no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. *Rev.Bras.Epidemiol.*, v.24, supl. 2, p. 1 – 27, 2021.
- VELASCO, C. et al. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. *Portal G1*, Monitor da violência, 8 de março de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-femicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- VERGARA, S.C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2016.
- WOLLENHAUPT, S. *Metodologia científica: notas introdutórias*. Porto Alegre: Razão Bureau Editorial, 2004.
- ZANELLA, L.C.H. *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2013.

A Formação de Professoras do Curso de História pelo PARFOR em Torno das Relações Étnico-raciais em Cametá (PA)

La formación de Profesoras de la Carrera de Historia por el PARFOR en Torno de las Relaciones Étnico-raciales en Cametá (PA)

The Formation of Female Teachers of the History Course through PARFOR on Ethnic-racial Relations in Cametá (PA)

Lenise Mendes Rodrigues

Resumo: Este artigo trata da formação de professoras do curso de História da Universidade Federal do Pará (UFPA) no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), com intuito de abordar a formação que receberam de uma única disciplina, denominada História da África, em torno das relações étnico-raciais no desenho curricular. Ela fez a diferença na formação das professoras, trazendo-lhes outro conhecimento da história do continente africano e modificações nas suas práticas escolares e sociais, de modo que aos poucos começaram a colocar em prática essas discussões em determinadas situações que presenciaram nas escolas trabalhadas, em busca de um ensino democrático, no reconhecimento das diferenças e no combate ao racismo. Nesse sentido, abordar essa questão é uma forma de concretização adequada da temática racial.

Palavras Chave: Formação de professoras. PARFOR. Curso de História. Relações étnico-raciais.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo abordar la formación de profesoras de la carrera de historia de la Universidade Federal do Pará favorecidas por el Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR). Con el fin de abordar la formación que recibieron en una sola disciplina llamada Historia de África en torno de las relaciones étnico-raciales en el diseño curricular. Y eso marcó la diferencia en la formación de las docentes añadiendo otro conocimiento de la historia del continente africano y cambios en sus prácticas escolares y sociales. Y que poco a poco empezaron a poner en práctica esas discusiones en determinadas situaciones que presenciaron en las escuelas trabajadas. En búsqueda de una enseñanza democrática, por el reconocimiento de las diferencias y en el combate al racismo. En este sentido, abordar ese tema es una forma de implementar adecuadamente la temática racial.

Palabras Claves: Formación de profesoras. PARFOR. Carrera de Historia. Relaciones étnico-raciales.

Abstract: This article aims to address the training of female teachers of history course at the Federal University of Pará contemplated by the National Plan for Training of Teachers of Basic Education (PARFOR). In order to approach the training they received from a single subject called History of Africa around the ethnic-racial relations in the curricular design. It made a difference in the formation of female teachers, leading to other knowledge of the history of the African continent and changes in their school and social practices. And that, little by little, they began to put these discussions into practice in certain situations that they witnessed in the schools they worked in. In search of a democratic teaching, in the recognition of differences and in the fight against racism. In this sense, approaching this issue is a way of adequately concretizing the racial theme.

Keywords: Formation of Female Teachers. PARFOR. History Course. Ethnic-Racial Relations.

Lenise Mendes Rodrigues – Graduada em História pela Universidade Federal do Pará, Mestra em Educação e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) no Campus Universitário do Tocantins Cametá (PA). E-mail: lenisemendes9@gmail.com

INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é apresentar o resultado de pesquisa de dissertação de mestrado sobre a formação de professoras através do curso de História da Universidade Federal do Pará (UFPA), no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR). O foco da análise foram os estudos sobre relações étnico-raciais ofertados em uma única disciplina no currículo do curso, denominada História da África, que despertou essas docentes para modificações nas suas práticas escolares e sociais, levando-as a outro conhecimento sobre a história do continente africano e do negro no Brasil, em busca de um ensino democrático, no reconhecimento das diferenças e no combate ao racismo.

Nesse sentido, todas as questões apresentadas foram observadas no resultado das entrevistas realizadas com essas docentes, de modo que abordaremos alguns desses pontos neste artigo. Sabe-se que uma única disciplina sobre relações étnico-raciais não é suficiente, pois é preciso uma formação ampla em torno da temática. No entanto, essa situação ocorre devido ao curso de História ser ofertado pelo Campus Belém da UFPA, que apresenta no seu desenho curricular apenas essa disciplina. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no município de Cametá, pois o ano de implementação do PARFOR nessa cidade coincidiu com a criação da Faculdade de História desse campus universitário, motivo pelo qual o programa seguiu o curso de História de Belém.

Godoy (2017) ressalta que o desenho curricular das instituições de ensino superior possui um modelo adotado de formação de professores mediado por currículos conservadores e pouco acessíveis a mudanças, principalmente ao aprofundamento do debate sobre a cultura africana e afro-brasileira na formação docente. Em suma, é necessário que as instituições de ensino superior programem e ampliem a discussão da temática étnico-racial nos currículos de formação inicial do professor, articulando-a com o contexto educativo.

É preciso ampliar essas questões principalmente para professores atuantes na educação básica, pelo fato de passarem por determinadas situações em sala de aula relacionadas a alguma prática de racismo ou discriminação racial entre alunos, pois o PARFOR é um programa que veio valorizar os professores que possuem apenas o magistério. Em busca de uma formação inovadora, inclusive no Pará, foi ofertado o PARFOR, na primeira licenciatura, aos docentes que não tinham uma formação de nível de graduação. Por esse motivo, era preciso mudar a realidade da formação desses professores, e isso trouxe uma oportunidade para esses docentes, que foram contemplados com diferentes cursos oferecidos nos campi da UFPA (UFPA, 2019).

Apesar de o curso de História ter ofertado apenas uma única disciplina, ainda assim ela fez a diferença na formação dessas professoras, por isso o foco da pesquisa na escolha de professoras e não de professores, por conta de suas histórias de vida e desafios, na condição de mulheres e professoras que enfrentam vários problemas em seu caminho, articulando a sua vida profissional e pessoal com os estudos para alcançar a sua formação acadêmica. Outra situação que demonstra ainda mais o motivo dessa escolha é o fato de que a primeira turma ofertada pelo programa ao todo teve 40¹ discentes, sendo composto por 32 mulheres e apenas 8 homens. E, no final do curso, formaram ao todos 22 discentes, dos quais 20 eram mulheres e 2 homens². No entanto, através desses dados, percebemos a presença mais de mulheres do que homens. Além disso, a pesquisa contou com a participação de 5 professoras de comunidades quilombolas, ribeirinhas e do espaço

¹ <https://www.ascom.ufpa.br/links/outros/clas.pdf>

² Informações repassadas por uma das entrevistadas da pesquisa, professora Jucirene Freitas Alves.

urbano, sendo que 4 são professoras das escolas de Cametá/PA e 1 do município de Baião/PA, das quais trouxeram importantes contribuições sobre a formação que receberam pelo PARFOR e, principalmente, sobre a disciplina de História da África.

Sabe-se que a formação inicial e continuada dos professores é de suma importância para o trato pedagógico da diversidade na educação básica. É por esse motivo que deve sempre ocorrer a relação entre a universidade e a escola básica nessas discussões em busca de um compromisso cívico em torno das relações étnico-raciais no processo de formação das novas gerações de professores, o que constitui duas perspectivas: como favorecedora de práticas pedagógicas mais efetivas e como construtora de práticas docentes pensadas a partir dos agentes escolares (CARVALHO *et al.*, 2019).

Morrone (2019) ressalta que a presença das relações étnico-raciais na formação inicial e continuada dos professores deve apresentar a esses docentes uma formação crítica para que possam observar a forma como a temática é abordada nos recursos pedagógicos, nos livros didáticos e no currículo escolar, em busca de uma aprendizagem que reconheça a diversidade cultural para o rompimento de preconceitos e estereótipos na comunidade escolar. Essa diferença só ocorre a partir do momento em que temos contato com leituras relacionadas à questão e quando isso é oportunizado nos espaços acadêmicos.

Portanto, iremos observar as principais informações que essas docentes receberam da única disciplina sobre esse tema ofertada pelo curso de História do PARFOR e as mudanças em suas práticas pedagógicas para prover um outro ensino pautado no reconhecimento e valorização da diversidade cultural do Brasil.

1. A Presença do PARFOR no Campus Universitário de Cametá (PA)

Na busca de uma aprendizagem adequada na formação dos educandos da educação básica, algumas questões giram em torno dessa contribuição, como é o caso da formação docente, tanto a inicial quanto a continuada. É fundamental que o docente tenha a sua formação profissional atualizada, pois a todo momento se modificam as informações sobre o mundo e o nosso país, surgem várias situações na sociedade, sendo relevante abordar essas discussões na sala de aula, além de serem necessárias novas metodologias para um melhor aperfeiçoamento dos alunos, com intuito de despertar o interesse para as aulas ministradas pelos professores.

Diante disso, o governo propõe políticas públicas voltadas para a educação, e uma delas é a formação docente, surgindo, com isso, o PARFOR a partir da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, da Presidência da República, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em exercício nas redes públicas da educação básica (UFPA, 2019).

O programa foi lançado em 28 de maio de 2009 como uma ação emergencial devido às exigências da LDB na formação dos professores com ensino superior (UFPA, 2019). É um programa que valoriza a formação dos professores que atuam na educação básica, principalmente daqueles que possuem apenas o magistério, em busca de uma formação inovadora no ensino superior com práticas pedagógicas atualizadas, com novos conhecimentos para a educação básica, com intenção de despertar o interesse dos alunos. Nas aulas desses professores, muitas vezes, a forma de ensinar

acaba tornando-se monótona, sem muito desenvolvimento na aprendizagem dos educandos (RODRIGUES, 2021).

Alguns objetivos específicos são propostos pelo PARFOR como forma de entender o que se pretende buscar nessa formação dos professores da educação básica:

- a) Promover o acesso dos professores em exercício na rede pública de educação básica à formação superior exigida pela LDB;
- b) Consolidar os fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, nos termos do Decreto nº 6.755/2007, como instâncias de debate, organização e acompanhamento da formação docente em cada unidade da Federação;
- c) Fomentar a articulação entre a educação básica e a educação superior, inclusive na pós-graduação, as instituições de ensino superior (IES) e a escola básica;
- d) Despertar o interesse dos professores formadores para a realização de estudos e pesquisas sobre formação docente, utilizando as vivências e as trocas de experiências e saberes advindos do estreito contato desses formadores com docentes em pleno exercício;
- e) Elevar a qualidade da formação docente nas escolas de educação básica (UFPA, 2019).

Esses objetivos específicos do PARFOR são uma forma de alcançar a formação docente adequada, principalmente para cumprir as exigências da LDB quanto aos professores atuantes na educação básica que possam trabalhar aquela disciplina com formação em nível superior; o apoio de fóruns estaduais para organização e debate da formação docente e da relação entre educação básica e ensino superior deve dar-se em torno dessa formação, percebendo-se que os professores, além de adquirir conhecimento, devem ser pesquisadores e levar para os cursos de graduação suas experiências e vivências das escolas onde lecionam.

O programa começou a expandir-se por todo o Brasil, chegando ao Estado do Pará através da Universidade Federal do Pará (UFPA). A presença do PARFOR na UFPA ocorreu através de um Termo de Assinatura de Adesão ao ACT entre a Reitoria, a CAPES³ e a Secretaria de Estado de Educação do Pará para oferta dos cursos regulares de primeira licenciatura destinados aos docentes da educação básica sem formação em nível de graduação (UFPA, 2019).

Todos os campus da UFPA começaram a se organizar para receber o programa, e isso despertou o interesse dos primeiros municípios, que se comprometeram a levar esse novo ensino para contemplar professores atuantes na educação básica para terem uma formação no nível superior.

Tudo foi apresentado de forma detalhada pelo PARFOR para que se pudesse saber como funciona e ser colocado em prática. O programa na UFPA foi vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG). Outros pontos foram estabelecidos pela Coordenação-Geral, como uma agenda de visitas às unidades acadêmicas da UFPA envolvidas com a formação docente para prestar esclarecimentos sobre os ordenamentos do programa e garantir a adesão por parte das subunidades acadêmicas responsáveis pela reconfiguração dos projetos pedagógicos e atendimento das demandas de formação (UFPA, 2019).

Diante de toda essa organização do PARFOR, em julho de 2009, começaram a ser ofertados os primeiros cursos de licenciatura na Plataforma Freire⁴, com início das atividades acadêmicas

³Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴ É um sistema desenvolvido pelo MEC por meio do qual o professor se inscreve em cursos oferecidos pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, com o objetivo de adequar a sua graduação.

ocorrendo em janeiro de 2010. Os primeiros municípios a ofertar o programa foram Abaetetuba, Bragança, Belém e Cametá, com matrícula inicial de 482 alunos, sendo esses os primeiros campus da UFPA a ofertar os cursos do PARFOR. No primeiro momento, foram ofertados seis cursos: Ciências Naturais, Geografia, História, Matemática, Letras/Língua Portuguesa e Pedagogia, conhecidos na educação básica sob a forma de disciplinas pelos professores que trabalham na sala de aula, sendo essa uma maneira de se identificarem na área em que estavam atuando, para que pudessem se inscrever no processo seletivo do programa (RODRIGUES, 2021).

Dentre esses campi, o município que chamou a atenção foi Cametá, local da nossa pesquisa, que ofertou cinco cursos: História – foco deste artigo –, além de Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia. Em suma, isso mostra a atenção e o compromisso desse polo com o programa. Além de Cametá, os campi de Abaetetuba e Bragança também se comprometeram a atuar de modo inaugural na adesão ao PARFOR, na luta pela formação dos professores em exercício na educação básica pública paraense (UFPA, 2019). O interesse nessa questão foi um dos motivos da presença do programa em Cametá.

Para o funcionamento do programa no Campus de Cametá, o apoio foi dado pela Coordenação Local do PARFOR, que ficou à frente das demandas como forma de explicitar a relevância da articulação em face da diversidade social, cultural e educacional de nossa região. Cabe à Coordenação Local, articulada com a Coordenação-Geral, a Coordenação dos Cursos do PARFOR, a Coordenação do Campus e as direções das faculdades, construir os meios necessários para a realização de um ensino de qualidade, que é a finalidade da instituição (PEREIRA *et al.*, 2017).

Entretanto, as atividades de ensino do PARFOR devem seguir as mesmas atividades de pesquisa e extensão propostas pelo Campus de Cametá, uma vez que o programa propõe a formação no ensino superior, devendo os professores atuantes na educação básica receber esse mesmo tipo de formação acadêmica (RODRIGUES, 2021).

O gerenciamento de quase todos os cursos do PARFOR no Campus de Cametá foi feito pelas faculdades do Campus de Belém, pois, em Cametá, alguns cursos ainda não tinham faculdades, como é o caso do curso de História, que estava surgindo em 2009. Já o curso de Pedagogia foi gerenciado no próprio Campus de Cametá, que já tinha sua Faculdade de Educação, pois foi um dos primeiros cursos do campus e há 30 anos forma profissionais nessa área. Isto foi observado na fala de uma secretária que trabalhou em 2017 na secretaria do PARFOR do campus:

Esses cursos, assim com carga horária menor, que são História, Ciências, Geografia, Filosofia e Sociologia, eram todos coordenados por Belém, porque aqui em Cametá, no caso, não tinha faculdade, entendeu, eles é que coordenavam Espanhol, tudo era para lá, então era de acordo com PPC de lá. Aí, como Cametá tem a Faculdade de Educação, que é faculdade de Pedagogia, então quem coordenava era faculdade daqui; aí, por isso o projeto político-pedagógico é daqui, entendeu? (SECRETÁRIA DO PARFOR: JOANA DE JESUS WANZELER CUNHA)

Essas informações ajudam a entender como se dava a organização desses cursos ofertados pelo PARFOR, que apresentavam carga horária menor, e a ausência de algumas faculdades naquele momento no Campus de Cametá, motivo pelo qual os cursos foram gerenciados pelo Campus de Belém, diferentemente do curso de Pedagogia, que foi gerenciado com o seu projeto pedagógico de

acordo com o da Faculdade de Educação do Campus de Cametá (RODRIGUES, 2021).

Enfim, as informações fazem entender toda a organização da presença do PARFOR na UFPA no Campus de Cametá, principalmente no gerenciamento do curso de História, para assim se compreenderem os motivos de seguir o desenho curricular da Faculdade de História do Campus de Belém. Desse modo, veremos na próxima seção um pouco do curso de História do PARFOR e alguns pontos das falas das professoras sobre a formação que receberam pelo programa, suas histórias de vida como mulheres e profissionais.

2. O Curso de História do PARFOR e a Percepção dessa Formação pelas Professoras Atuantes na Educação Básica

O curso de História do PARFOR no Campus de Cametá foi um dos primeiros cursos ofertados em 2009, sendo ofertado mais de uma vez nos anos seguintes pelo programa. No entanto, apresenta algumas atribuições no seu projeto político-pedagógico, que foi estruturado de acordo com o curso de História do Campus de Belém, devido à ausência, naquele primeiro momento, da Faculdade de História no Campus de Cametá, como vimos anteriormente. Entre seus objetivos, apresenta-se que o curso de História deverá possibilitar o desenvolvimento de um conjunto de habilidades necessárias à licenciatura plena, através da mobilização e reflexões sobre o saber da História e os usos dessa formação do cidadão. A compreensão da prática do ensino de História se orienta também pelo exercício recorrente das formas de operar desse campo do conhecimento. Com efeito, ao discutir a epistemologia e a metodologia em História, busca-se compreender o movimento do homem do tempo (UFPA, 2011).

O curso de História do PARFOR oferece a habilitação em licenciatura, pois considera que o professor é um produtor de conhecimento, e a formação para a produção de conhecimento histórico deve constituir a formação para a docência, de modo que, ainda que a habilitação ofertada para os alunos do plano em questão seja unicamente a licenciatura, a formação ofertada não descuidará das competências necessárias para a produção de conhecimento histórico (UFPA, 2011). Nesse sentido, o curso ofertado é de licenciatura, pois é voltado para professores que atuam na educação básica, aperfeiçoando mais a formação desses professores com novos conhecimentos e a atualização de suas práticas metodológicas – tudo isso em busca não só de obtenção do título de ensino superior, mas também de nova ampliação de seus conhecimentos.

Nóvoa (2002) destaca que a formação dos professores não se constrói por acumulação de cursos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir nas pessoas e dar um estatuto ao saber da experiência, para que possam assumir a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e participar como protagonistas no desenvolvimento das políticas educativas.

Diante disso, espera-se um tipo de perfil para ser formado o professor no curso de História do PARFOR, o qual deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de professor historiador, em todas as suas dimensões, o que pressupõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais da sua difusão no âmbito pedagógico. Nesse sentido, o curso forma o profissional de História fundamentando-se no exercício da pesquisa em sua capacidade de produzir conhecimento, especialmente na escola, sem esquecer os demais espaços de exercício profissional (UFPA, 2011).

Essas são algumas das informações constantes no projeto político-pedagógico relacionadas ao curso de História. No entanto, é fundamental observar como ocorreu todo esse desenvolvimento, na prática, através da fala das professoras que participaram da entrevista. Foram elaboradas questões relacionadas à formação que receberam pelo programa e os desafios que enfrentaram para a conclusão do curso, estando o restante das perguntas voltado ao contato que tiveram com a disciplina única, História da África, o que será visto na última seção deste artigo.

Como vimos anteriormente, as docentes vêm de comunidades quilombolas, ribeirinhas e do espaço urbano. Cada uma delas traz um pouco de sua história de vida, tanto do lado pessoal como do profissional, e apresenta seus esforços para ampliar seus conhecimentos em busca de um ensino de qualidade para seus alunos. Pelo fato de já terem constituído família e uma profissão, o retorno aos estudos foi percebida por essas docentes como um desafio de não conseguirem concluir os mesmos. Entretanto, a força de vontade e persistência de cada uma conseguiu enfrentar todos os desafios para alcançar seus objetivos pela formação do ensino superior em uma instituição pública e federal.

No entanto, as entrevistas ocorreram pessoalmente na casa de algumas professoras, outras foram feitas nas escolas onde trabalham e no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP) do município de Cametá. Nos dias marcados com cada professora, pudemos perceber que todas elas se sentiram à vontade ao repassar as informações para a pesquisa, onde assinaram o termo de consentimento de autorização de suas falas para o trabalho acadêmico⁵. Iremos apresentar algumas das falas dessas docentes referentes à formação que receberam pelo programa e o que mudou após essa formação. Uma das abordagens é a da professora Maria Idiléia⁶, que atua em escolas ribeirinhas no município de Cametá:

Eu já trabalhava na disciplina de História, aí era muito difícil; quando vim estudar História eu vim ver que era muito diferente. Meu Deus, a diferença que é desde o momento que tava estudando, quando já ia trabalhar. Terminava em julho, em agosto, terminava com aquela garra toda do que aprendi. Aí isso foi facilitando meu trabalho, porque agora já tinha uma outra visão pra trabalhar com a disciplina de História, foi uma mudança total na minha vida, que até me achava assim confiante agora no meu trabalho, né, não trabalhava à toa mais, porque antes pegava, pegava o livro de História e ia vendo assim as disciplinas, o conteúdo. Aí, procurando, eu ia lendo, interpretando e dando a minha aula. Mas depois daí, não, já fui vendo com outra visão, uma nova visão, a gente ia com aquela garra toda. Trabalhei depois mais confortável, mais confiante, traçando meus objetivos melhor. (PROFESSORA MARIA IDILÉIA)

Segundo a professora, a formação recebida pelo PARFOR contribuiu para ela trabalhar de forma adequada a disciplina de História na sala de aula, pois, antes dessa formação, a docente sentia dificuldades para trabalhar a disciplina com seus alunos, e essa formação lhe despertou a força de vontade para lecionar melhor na sala de aula. Diante disso, é fundamental que a formação docente, seja inicial ou continuada, possa fazer parte de todo o momento do desenvolvimento profissional

⁵ Foi utilizado o gravador de telefone celular para a gravação das entrevistas nas seguintes datas: 18/10/2019, 27/10/2019, 16/11/2019, 14/12/2019 e 18/12/2019.

⁶ Professora Maria Idiléia Batista Cohén. Trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Corrêa Cruz, comunidade ribeirinha Guajará de Cima, município de Cametá-PA.

do professor, pois não apenas aperfeiçoa sua prática pedagógica como também possibilita um ensino inovador para seus alunos.

Segundo Nörnberg (2017), é necessário reconhecer que as professoras-discentes são sujeitos do conhecimento, o que significa lhes conceder o direito de dizer algo sobre a sua formação, seus programas e os cursos a que são sujeitas, inclusive no que tange aos saberes específicos da profissão docente, a fim de garantir a síntese entre titulação e bom desempenho. No entanto, a formação inicial, também continuada pelo PARFOR, exige do professor-formador o desenvolvimento de intencionalidades pedagógicas que possibilitem às professoras-discentes se situarem no contexto educativo no tempo e no espaço presente, estabelecendo articulações com a prática docente, além de refletir sobre suas experiências, reconstruindo saberes e conhecimentos sobre o cotidiano escolar.

Além do depoimento da professora Maria Idiléia, temos, sobre esse tema, as contribuições da professora Jucirene⁷, que leciona em uma escola da comunidade quilombola Calados, no município de Baião (PA). Ela apresenta um pouco dessa formação, que lhe trouxe mudanças na vida profissional:

Olha, a formação foi ótima pelo PARFOR, porque foi oportunidade para muitos professores que não tinham realmente condição de pagar um nível superior, então isso veio pra melhorar a educação. Então muitos professores se formaram, eu sei que principalmente nós do interior. Ouvi muita dificuldade, principalmente em questão de se estabelecer aqui em Cametá, que a gente não tinha, né, mas pra mim foi até melhor, porque conheci pessoas ótimas daqui de Cametá, que eu pude ficar com elas, aqui o SINTEPP⁸, né, que eu agradeço muito. Mas eu senti muita dificuldade nessa questão, principalmente que teve um ano que eles não deixaram nós ficar mais aqui no SINTEPP. Aí fiquei com as minhas coisas na praça, sem saber pra onde ir. Aí liguei pra um colega meu que ficava aqui no SINTEPP também, só que ele estudava nessa, uma aqui, era Pedagogia, mas estudava nessa lá, praça, em frente à praça aí. Ele conversou com o SINTEPP lá de Baião, que vieram e alugaram uma casinha pra nós ficar, né, senão não tinha como nós ficar pra estudar. Mas não tinha como se estabelecer aqui, né, então essa foi uma dificuldade que nós enfrentamos. Ainda meus filhos, que tive que deixar, né, a minha filha, que tem 16 anos hoje, tá, ainda era uma criança, ainda, quando comecei a estudar. Aí o marido, né, tudo isso é uma dificuldade, porque não queria que viesse pra Cametá estudar, já tinha uma graduação, ele não queria que fizesse essa aí, pedia pra minha filha fazer chantagem comigo: 'Não... não vai estudar, venha cuidar de nós, venha cuidar de seus filhos'. Aí eu falava: 'Não, minha filha, essa oportunidade pra mim e pra vocês'. Eu conversava com ela, porque eu vou me formar, e se eu me formar, vou passar a ganhar mais e vou poder ajudar vocês, vou poder dar um futuro melhor pra vocês. (PROFESSORA JUCIRENE)

A professora Jucirene trouxe alguns pontos de discussão, tanto quanto à formação recebida pelo PARFOR como também nas dificuldades que encontrou para fazer o curso. Com relação à

⁷ Professora Jucirene Freitas Alves. Trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Corrêa de Medeiros, comunidade quilombola Calados, município de Baião-PA.

⁸ É uma associação sem fins lucrativos, fundada em 23 de outubro de 1988, onde se reúne a classe de professores para lutar por seus direitos.

formação recebida pelo programa, esta foi considerada por ela como uma boa formação aos professores, assim como também o programa é visto como uma oportunidade de ofertar curso de nível superior gratuito, pois nem sempre o professor tem condições de pagar alguma instituição particular. Outro ponto diz respeito às dificuldades de manter os estudos no município de Cametá, o que é um desafio para quem é de outra cidade, como foi o caso da professora e de seus colegas de curso, que estavam instalados num local onde funcionava uma associação que reúne a classe de professores para lutar pelos seus direitos. Depois, foram impedidos de continuar mantendo-se nesse lugar, daí os esforços da professora ao pedir ajuda de outros colegas para conseguir um espaço para se instalarem novamente durante o período dos estudos, conseguindo, enfim, ficar numa casa alugada pela prefeitura do município de Baião.

Além dessa situação, a questão familiar foi outro ponto enfrentado pela professora, pois seu marido não queria que ela estudasse e usava os filhos para fazer chantagem e impedir seus estudos. A professora, para convencer seus filhos, argumentava dizendo que não podia desistir dos estudos, que trariam benefícios não só para ela como também para eles. Diante disso, percebem-se os desafios que a mulher enfrenta na sociedade para conquistar seus objetivos na busca da sua independência financeira através dos estudos, sendo às vezes impedida de adentrar outros espaços devido à falta de apoio de seu próprio companheiro ou pelas dificuldades impostas pela própria sociedade, que vê a mulher apenas como dona de casa.

Percebe-se que a mulher apresenta uma carga de tarefas resultante de conciliar trabalho e família e se sente cobrada por se dedicar aos negócios e minimizar seu tempo na convivência familiar. Com isso, é fundamental o apoio do cônjuge nos cuidados domésticos, com os filhos e seu apoio emocional, de modo a contribuir na redução de tarefas da mulher dentro de casa e incentivar a esposa em sua trajetória profissional (CRAMER; CAPELLE; SILVA *apud* REIS *et al.*, 2018, p. 400).

Por último, temos a fala da professora Maria Edite⁹, que leciona na educação básica há 40 anos no município de Cametá, trabalhando no espaço urbano. Chama a atenção a persistência com que ela busca alcançar seus objetivos:

Olha, a formação foi a melhor possível, não saiu de lá, é... bem aprimorado. Aquele que não quis, porque nós tivemos um curso de qualidade, tá, eram professores excelentes, tá, e as dificuldades se sabe que são muitas, né, a gente passou por muitas dificuldades, né, de pesquisa, é. Às vezes nossos colegas que moravam longe, nós tínhamos colegas de Baião, nós tínhamos colegas lá pra lá de Belém, que ela vinha, mas graças a Deus ela conseguiu. E nós tínhamos colegas também dentro da cidade que perdeu a oportunidade de se formar por algum problema, né, abandonou o curso, né? Então essas dificuldades a gente encontra em qualquer parte, mas a persistência da gente deve ser focada naquilo, e a minha era focada, que era meu objetivo me formar. (PROFESSORA MARIA EDITE)

A professora ressalta de modo objetivo a positividade de ter tido uma formação de qualidade e com excelentes professores, e que uma oportunidade dessas os professores precisam aproveitar, ressaltando que as dificuldades surgem no meio do caminho e que até ela passou por essas situações. Ela presenciou os desafios enfrentados pelos colegas professores de outros municípios e pelos que moravam em Cametá, de modo que alguns acabaram desistindo do curso; mas, para não

⁹ Professora Maria Edite de Andrade Pantoja. Trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista, município de Cametá-PA.

perder a oportunidade de cursar uma licenciatura em nível superior gratuita, põe foco na persistência de enfrentar os desafios e alcançar esses objetivos.

Souza e Farias (2019) analisam que atuar no PARFOR é uma oportunidade de colocar em prática diferentes possibilidades de pensar o ensino de História com novas abordagens para uma turma de discentes composta por pessoas que já trabalham ou pertencem a diferentes grupos étnicos e sociais, como remanescentes de quilombos e ribeirinhos. Por serem alunos-professores que trabalham com imensas dificuldades e limitações e se deslocam de suas cidades ou localidades para estudar no PARFOR, afastando-se de suas casas e famílias, isso é ainda mais difícil, como se observou no PARFOR.

Enfim, as falas destacadas das professoras mostram a luta dessas docentes para retornar aos estudos, mesmo já com família, enfrentando todas as dificuldades para alcançar a formação em nível superior, demonstrando sua capacidade nos estudos, na busca de uma melhor formação profissional.

3. A Formação da Única Disciplina História da África nas Práticas Escolares das Professoras Contempladas pelo Curso de História do PARFOR

A Lei nº 10.639/2003, atualizada pela Lei nº 11.645/2008, incluiu a história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica com intuito de abordar outro conhecimento pautado na valorização desses grupos sociais, no combate ao racismo e nos estereótipos no espaço escolar. É preciso que haja compromisso de toda a comunidade escolar, principalmente dos professores, para atender de forma adequada às exigências dessas legislações.

Ferreira (2021) ressalta que as instituições de ensino superior devem viabilizar mudanças curriculares nos cursos de licenciatura para incluir disciplinas obrigatórias que discutam a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, de acordo com a Lei nº 11.645/2008, para que haja uma melhor formação teórica dos futuros professores com intuito de estarem preparados para abordar temáticas na sala de aula das instituições de ensino básico, médio e superior, e que esses docentes e suas comunidades mantenham relações de conhecimento formal e não formal.

Diante disso, podemos observar que o desenho curricular do curso de História do PARFOR ainda não atende às exigências da Lei nº 11.645/2008, pois o resultado das análises do projeto político-pedagógico do curso mostra que o currículo ainda segue modelo superficial, apresentando apenas uma única disciplina denominada História da África, com a carga horária de 85 horas. O currículo não inclui essas questões de forma abrangente, diferentemente do curso de História ofertado pelo Campus de Cametá, que já vem se adequando à legislação.

Essas questões foram ressaltadas por Leal, Barros e Brito (2018), segundo os quais o currículo de História do programa segue o modelo da sede da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, o que ressalta a necessidade da ampliação da temática afro-brasileira e indígena nesse currículo, por ainda predominar nele um modelo eurocêntrico, diferentemente do currículo do curso de graduação em História do campus da UFPA em Cametá, local desta pesquisa, o qual atualizou seu projeto pedagógico de acordo com a Lei nº 11.645/2008. A importância dessa ampliação permite instrumentalizar a formação docente com conteúdos pertinentes às necessidades de cada uma das comunidades beneficiadas pela formação do PARFOR. O ano de implementação do PARFOR em Cametá coincidiu com a criação da Faculdade de História no Campus Universitário daquele mu-

nicípio; contudo, o desenho curricular de base para o curso de História não seguiu as diretrizes da recém-criada faculdade, mas o desenho curricular do curso de História de Belém.

Nesse sentido, apesar de o curso de história do PARFOR ter ofertado apenas essa única disciplina, isso fez a diferença na formação das professoras, de modo que cada uma traz um pouco dessa contribuição na formação que receberam para propiciar um outro ensino nos espaços escolares. Apresentaremos os depoimentos das professoras sobre as contribuições que receberam da disciplina História da África e se isso despertou interesse para discutir a temática com seus alunos.

No primeiro momento, tem-se a contribuição da professora Isaltina¹⁰, que leciona em escolas de educação básica na área urbana do município de Cametá:

Ela abriu espaço na mente da gente no conhecimento maior, algumas coisas assim que a gente não conheceu, umas coisas que confesso mesmo que não conheceu. Fui conhecer, falar sobre as leis e ver que nós podemos unificar esse conhecimento no nosso planejamento, desenvolver com os alunos, sobretudo os adolescentes, né, jovens adolescentes que têm um certo desconhecimento das coisas. Então ele ampliou assim a mente da gente, mas alertou, né, uma coisa mais clara pra gente entender melhor e saber como trabalhar, né? Nós aprendemos como a trabalhar porque a gente tinha assim uma coisa fechada. Mas aí, através de... apesar do pouco tempo, né, de ser só essa disciplina, mas a gente abriu a mente um pouco, ampliou o conhecimento, e a gente soube como lidar depois com os alunos, né, como colocar, incluir no nosso planejamento, no nosso plano de ação, que é importante, entendeu, pra mim foi importante. Ainda faltou muito, mas focou só um comecinho, não se aprofundou muito, mas não chegou aonde a gente tava querendo mais. (PROFESSORA ISALTINA)

Percebe-se que a professora analisa a disciplina de História da África de modo geral, sem detalhar como a disciplina foi trabalhada na sala de aula e quais foram as leituras discutidas naquele momento. No entanto, a professora ressalta que a disciplina trouxe contribuições positivas para sua formação, oportunizando outra visão sobre o assunto para incluí-lo nos planejamentos escolares e colocar em prática essa temática com os alunos. Apesar de tudo isso, a professora reconhece que o curso de História deveria ter mais disciplinas relacionadas à temática africana, pois esse primeiro momento apenas apresentou esse assunto para uma melhor compreensão.

Schmidt (1999 *apud* OLIVA, 2003) ressalta que a história da África é um dos temas negligenciados por nosso ensino. Uma falta mais grave, quando sabemos que todos os brasileiros são descendentes dos africanos. Como falar de um assunto tão vasto em pouco espaço? É preciso concentrar-se em alguns aspectos, como: primeiramente, mostrar aos alunos que os africanos são, na verdade, diferentes uns dos outros, e apenas alguns desses povos vieram como escravos para o Brasil; em segundo lugar, rejeitar os clichês próprios de filmes, desenhos animados e quadrinhos etnocêntricos, ao estilo de Tarzan e Fantasma. Procuremos transmitir nosso próprio sentimento de encanto e surpresa com as maravilhosas criações dos povos africanos, como as pirâmides de Méroe, a vida intelectual agitada em Tombuctu, as geniais esculturas iorubás etc.

¹⁰ Professora Isaltina dos Santos Barra. Trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Noêmia Martins, município de Cametá-PA.

A próxima análise é a da professora Jucirene, já citada neste artigo. Ela apresenta suas impressões a respeito da formação que recebeu pela disciplina:

Sobre a História da África, até hoje a gente tem dificuldade pra trabalhar a História da África, porque a gente tinha uma visão muito deturpada sobre a África, que lá só existia pobreza, né, doenças, que via em várias cidades da África aquelas crianças, pareciam... é... tudo desnutrida, né. Mas não, através das pesquisas a gente vai descobrir que não, que é muito rico, né, é um país muito rico, que tem oportunidade lá também, porque até os alunos também achavam isso, porque quando fui fazer minha entrevista, que eu perguntava pra eles, eles falavam isso, o que eles viam na televisão, muitas vezes o que eles viam nos livros, aquela pouca coisa no livro, que ainda coloca às vezes no livro didático a foto da criança mais desnutrida que tem... Daí eu me interessei a pesquisar, ler outros livros didáticos, a pesquisar mesmo sobre o continente e tudo que... Porque a gente acha pouco material, até isso a gente tem muita dificuldade, mas eu relia meu material do programa, aí pegava vários livros didáticos, né, que tinha de História pra mim ver. (PROFESSORA JUCIRENE)

Observa-se que a professora trata da visão negativa que é repassada sobre o continente africano, com uma imagem distorcida da história da África, e isso acaba resultando na presença da inferioridade e superficialidade do continente. Contudo, a professora ressalta as contribuições das pesquisas que ela começou a fazer sobre o continente, o que acabou trazendo o lado positivo que o continente africano possui, levantando vários materiais de estudo, como o material que recebeu da disciplina, para compreender melhor as informações. Percebe-se a grande contribuição desse material para a docente, apesar das informações que retratam a realidade de como a história da África é vista por cada um de nós. Mesmo assim, sua fala trata o continente africano como um país devido a essa forte imagem deixada pela ideologia eurocêntrica para a humanidade. Com novos estudos, leituras e pesquisas em torno dessas questões, aos poucos, vai rompendo-se a construção desses estereótipos da mente do ser humano.

Outra contribuição trazida neste artigo é a da professora de comunidade quilombola Maria Benedita¹¹, que leciona em escolas da educação básica do município de Cametá, na comunidade quilombola Porto Alegre. Ela faz análise e reflexão importantes sobre a atenção que essa temática deve ter para as comunidades quilombolas:

Realmente foi ofertado apenas uma disciplina de História da África, mas não supriu toda a necessidade que bastava no caso pra gente, né, a gente, como principalmente pra mim como estudante de História e que mora em uma comunidade quilombola. Mas o pouco que o professor passou pra mim, que aliás que o professor foi ótimo mesmo, maravilhoso, que foi o professor Augusto Leal¹². Ele, o que... o pouco tempo que ele passou com a gente ele transmitiu muita coisa interessante pra gente, muita coisa que eu não sabia, que eu não tinha conheci-

¹¹ Professora Maria Benedita Gomes Borges. Trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, comunidade quilombola de Porto Alegre, município de Cametá-PA, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gaspar Viana, comunidade Pau de Rosa, município de Oeiras-PA.

¹² Professor Associado da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, onde Coordena o Grupo de Pesquisa História em Campo (GHISCAM).

mento. Ele conseguiu transmitir pra gente, pelo menos pra mim, eu gostei demais da disciplina. (PROFESSORA MARIA BENEDITA)

A professora ressalta que a oferta de uma única disciplina em torno da história do continente africano não é suficiente para a formação de um professor da área de História e, principalmente, de comunidade quilombola, pois é preciso levar uma formação adequada para os remanescentes quilombolas na busca pela valorização da história da comunidade e reconhecimento de sua identidade étnica e cultural. Apesar disso, a professora diz que a disciplina trouxe contribuições positivas através dos conhecimentos repassados pelo professor citado por ela, e sabe-se da importância do papel do professor acadêmico ao levar um conhecimento adequado em busca de um bom desenvolvimento na aprendizagem dos discentes.

Diante disso, Ferreira (2021) diz que os professores de história devem ter conhecimentos da história africana e indígena para apresentar aos alunos com intuito de desmistificar o preconceito que temos em relação ao continente africano e à cultura afro-brasileira, para associar as histórias e o racismo enfrentados em ambos os continentes e culturas e poder ver a história em diferentes perspectivas, pois só assim é construída uma formação crítica para os alunos.

Dando continuidade às falas das professoras, temos a contribuição da professora Maria Edite, já citada neste artigo, sobre a formação que recebeu pela única disciplina do curso de História:

É, realmente foi uma disciplina ofertada, é, sobre a História da África, mas é... essas contribuições ela... trouxe assim uma... um legado de conhecimentos pra gente, né, que a gente não tinha nem noção, né, que quando a gente faz Pedagogia a gente não tem essas disciplinas. É, então foi muito bom, e o nosso professor, é, apesar de que a gente tinha às vezes, que a gente não entendia o que ele falava, mas né... num aquilo, num, não foi um problema pra gente. É, vamos assim ir a fundo na temática da História da África, né? Ele era um professor muito legal, muito bom e... foi muito importante, é... a gente... eu pelo menos, é... aprender coisas sobre a temática que nunca passava pela cabeça, só tinha aquele conhecimento dos livros, né, falava superficialmente, né, o que era África, né, então foi muito bom ter uma visão diferente do continente. (PROFESSORA MARIA EDITE)

A professora ressalta que a disciplina de história da África trouxe um outro conhecimento sobre a temática, diferente do que é observado nos livros didáticos, que têm informações superficiais e sem fundamento. Segundo ela, não é percebida a importância desses estudos no curso de Pedagogia, pois essas questões devem ser trabalhadas não só no curso de História, como também em outras áreas de licenciatura. A professora também apresenta as contribuições do professor que ministrou a disciplina para compreender as informações.

Sobre as análises da formação recebida pela disciplina de História da África, temos a fala da professora Maria Idiléia, que, através do contato com essa disciplina, despertou para colocá-la em prática em certas situações que foram percebidas por ela na escola onde trabalha:

Esse mesmo tempo que tava cursando essa disciplina da História da África. Aí veio aluno novo lá pra nossa escola, então era bem mesmo negro, sabe. Quando ele chegou na escola, os coleguinhas começaram a ficar fazendo

*bullying*¹³ com ele, a gente observava eles cochichando com outros colegas, né. ‘Olha, esse menino é muito preto, ele é negro’. Muitos falavam assim: ‘É uma saca de carvão’. E isso, sabe, eu fui coincidente, eu já tive com ele, tenho que conversar com esses alunos, conversar com eles, porque engraçado que tinha negro, mas o negro já morava lá. Os meninos negros já moravam lá, e eles já estavam tão acostumados com o negrinho que tava lá, que eles falavam entre aspas, e quando chegou esse menino negro lá. Eu gostava de ver quando o menino subia na ponte da escola, eles cochichavam e ficavam rindo dele. E ele passava, ele tinha chego de Belém, a mãe dele mudou pra lá, ele com lá e isso. Aí fiquei, sabe, eu falei assim: ‘Meu Deus, olha a visão deles... das crianças’. Às vezes a gente não percebe isso na escola, às vezes a gente tem aquele olhar assim, sabe, aquele olhar pedagógico. Não era só eu que observava, só que os outros colegas ficavam rindo: ‘Espia como tratam o menino que chegou novo aí’. Aí, meu Deus do céu, aí com que já tava com História da África que tava vendo, assim mesmo já foi com os alunos, já fui conversando com a turma onde o aluno não tava, né, nas outras turmas, conversando que não é assim, a pessoa ser negro tem a mesma oportunidade, e quando terminou o ano os meninos já estavam de bem enturmado com ele. Aos passos lentos que você vai desconstruindo. (PROFESSORA MARIA IDILÉIA)

A professora relata o que presenciou na escola onde trabalha: a chegada de um menino negro na comunidade ribeirinha, o qual começou a receber apelidos dos coleguinhas da escola pelo fato de ter a pele bem escura, sendo chamado de “saca de carvão”. E isso a professora relacionou à prática de *bullying* contra o menino, e podemos ir mais adiante, pois essa situação também está relacionada ao racismo. Como ela estava tendo a formação da disciplina História da África, começou a colocar em prática algumas ações com os alunos, principalmente os meninos que estavam fazendo isso com o aluno novo; começou a dialogar com as turmas da escola como forma de apresentar uma outra visão sobre a valorização e o reconhecimento do negro no Brasil. O contato com essa disciplina foi fundamental na busca dessas mudanças no espaço escolar.

De acordo com Pires, Morais e Silva (2019), é urgente a construção de uma educação que considere as relações étnico-raciais e contribua de maneira significativa na formação de alunos ribeirinhos, de modo que eles aprendam a conviver com as diferenças étnicas e culturais presentes na sociedade brasileira, especialmente na Amazônia. Esse tem sido um dos desafios enfrentados pelos professores das escolas ribeirinhas.

Além das contribuições da professora Maria Idiléia de ter colocado em prática a formação que recebeu com essa única disciplina no espaço escolar, temos as análises da professora Jucirene, que também começou a trazer novas abordagens sobre a questão racial aos seus alunos.

Depois da minha formação eu quebrei muito tabu na minha sala de aula, porque a gente podia fazer uma pesquisa na sala de aula, perguntar a cor do aluno, ninguém falava que era preto, né, porque era negro, né, ninguém falava. Todo mundo: ‘Não, sou pardo’. Professor: ‘E você? Qual sua cor?’ ‘Eu sou pardo.’ Sabe por quê? Porque eles já tinham essa visão que os pretos sofreram, é racismo, é... a questão de... dele mesmo sofrerem também preconceito de falar que eles eram

¹³ É uma prática sistemática e repetitiva de atos de violência física e psicológica, tais como intimidação, humilhação, xingamentos e agressão física, de uma pessoa ou grupo contra um indivíduo.

preto, que sofreram preconceito de na sala de aula, né, de falar assim: ‘Ah, porque já foi é... já foi... escravo’. Então ninguém queria ser, todo mundo ficava olhando, porque antes ia uma pesquisa pra sala de aula pra perguntar as cores dos alunos, eu ficava olhando pros meus alunos que eram preto, que eles falavam que eram pardos. Aí depois eu tentei conversar com eles, falei: ‘Não é bem assim. Olha, os negros tão tendo muita oportunidade, né, essa visão é deturpada que você tem, eu tive uma formação e também eu pensava assim, mas hoje em dia não penso, então você não pode pensar assim, você tem que ter orgulho da sua cor’. (PROFESSORA JUCIRENE)

Percebe-se, através da formação que obteve da disciplina de História da África, que a professora começou abordar uma outra visão do negro aos seus alunos como forma de combater o preconceito racial em torno deles para que possam reconhecer e valorizar a sua cor da pele. Nesse sentido, a professora considera que a formação que recebeu sobre essas questões foi primordial para ter outro conhecimento sobre a questão racial.

Portanto, observa-se no depoimento de cada professora sobre a disciplina História da África uma outra visão do continente africano, não mais pautada pelo lado negativo. Porém, elas reconhecem que o curso de História deveria ter ampliado mais o tratamento dessa questão, principalmente para as professoras que trabalham e são de comunidades quilombolas. Mesmo assim, o curso fez a diferença em suas práticas pedagógicas, como no caso das professoras Maria Idiléia e Jucirene, que começaram a trabalhar o diálogo com os alunos para combater certos comportamentos deles sobre a cor da pele e o respeito com os alunos negros na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o PARFOR é um programa que veio contemplar professores atuantes na educação básica que possuem apenas o magistério. Os professores contemplados pelo programa vêm de diferentes realidades de comunidades quilombolas, ribeirinhas e do espaço urbano. Como foi observado nas entrevistas com as professoras, cada uma trouxe um pouco de suas experiências escolares para o espaço acadêmico, e percebe-se que a formação ofertada a essas professoras pelo programa através do curso de História ocorreu de forma positiva para elas levarem novas práticas pedagógicas à sala de aula.

Apesar de seu público-alvo, o programa perdeu a oportunidade de tratar de forma abrangente as relações étnico-raciais no desenho curricular do curso de História ofertado pela UFPA do Campus de Belém, de acordo com a Lei nº 11.645/2008. Sabe-se que são professoras atuantes na educação básica e em algum momento devem ter presenciado alguma situação de racismo ou preconceito entre os alunos, e, de certo modo, não tinham então estratégias para combater aquela situação. No entanto, observa-se que o desenho curricular do curso apresentado naquele momento é de um currículo eurocêntrico e superficial, pois apresenta uma única disciplina relacionada às relações étnico-raciais, denominada História da África, e se espera que mais adiante possam ser atualizados o desenho curricular e o projeto pedagógico do curso de acordo com as exigências da Lei nº 11.645/2008.

Mesmo tendo o curso ofertado essa única disciplina no currículo, ela fez a diferença na formação das professoras, que ressaltaram que a disciplina trouxe outro conhecimento sobre o

continente africano, não mais pautado numa visão negativa. Porém, perceberam que deveria haver mais disciplinas relacionadas a essa temática para uma ampliação maior dos seus conhecimentos, principalmente o das professoras de comunidades quilombolas, como a professora Maria Benedita, que ressaltou isso. Além disso, esse conteúdo recebido na disciplina despertou a atuação das professoras nas escolas onde lecionam para combater qualquer tipo de situação de racismo entre os alunos e a valorização da sua cor de pele, como foram vistos nos relatos das professoras Maria Idiléia e Jucirene.

São, portanto, fundamentais os estudos voltados à formação docente para levantamento das mudanças de atualização nas práticas pedagógicas e dos desafios que essas professoras enfrentaram, como mulheres, para conseguir prosseguir nos estudos em busca da formação em nível superior. Apesar do pouco avanço da formação em torno das relações étnico-raciais nessa disciplina, ela fez a diferença na formação dessas professoras, sendo preciso concretizar, de forma adequada, o tratamento dessas questões étnico-raciais na educação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosana Itaparica de; SALGADO, Rosilene da Silva Monteiro; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BRITO, Nicelma Josenila Costa de. A Lei nº 10.639/2003 – notas sobre a implementação depois 16 anos. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BRITO, Nicelma Josenila Costa de; SILVA, Carlos Aldemir Farias (Org.). *Escola básica e relações raciais*. 1. ed. Tubarão, SC: Copiart, 2019. p. 171-194.

FERREIRA, João Rydllem Alcantara. Formação docente e a inclusão das relações étnico-raciais na Educação Básica. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-8, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GODOY, Eliete Aparecida de. A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a Lei nº 10.639/03. *Revista de Educação*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 77-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducao/article/view/3433>>. Acesso em: 1 set. 2019.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro; BARROS, Thamires Beatriz Braga; BRITO, Igor Alessom Dantas. Quando educação e cultura se encontram: quilombolas, ensino de história e o PARFOR como ação afirmativa. In: DOMINGUES, Andréa Silva et al. (Org.). *Linguagens e resistências*. Cametá, PA: Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, 2018. p. 125-138.

MORRONE, Maria Lúcia. Introdução aos estudos culturais africanos e indígenas na educação básica do Brasil: descolonização curricular e formação docente. In: NEVES, Miranilde Oliveira (Org.). *Currículo: distintas abordagens epistemológicas*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2019. p. 207-216.



NÖRNBERG, Nara Eunice. A formação de professores no programa PARFOR: construção de sentido e legitimação. In: SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira; FRISSELLI, Rosângela Ramsdorf Zanetti (Org.). *O PARFOR, a formação e a ação dos professores da educação básica*. Londrina: PARFOR/UDEL, 2017. V. 1.

NÓVOA, António. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421- 461, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300003>>. Acesso em: 13 set. 2021.

PEREIRA, Dilma Cardoso; GAIA, Dorielson do Carmo Rodrigues; SILVA, João Batista do Carmo; CASTRO, Osvaldo Luis Martins de. Formação e valorização da carreira docente: contribuição e os desafios da Coordenação Local do PARFOR no Campus Universitário do Tocantins/UFPA. In: SILVA, João Batista do Carmo; LOPES, Jorge Domingues. (Org.). *PARFOR: práxis amazônicas na formação dos professores da educação básica*. Cametá, PA: Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, 2017. p. 13-27.

PIRES, Esmeraldo Tavares; MORAIS, Tatiane da Silva; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Práticas de professoras ribeirinhas e a Lei nº 10.639/03. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BRITO, Nicelma Josenila Costa de; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. *Escola básica e relações raciais*. 1. ed. Tubarão, SC: Copiart, 2019.

REIS, Thompson Augusto; DIAS, Aline Souza; OLIVEIRA, Elenice Oliveira; COSTA, Jeanne Alves; CREMONEZI, Graziela Oste Graziano; SPERS, Valéria Rueda Elias. Desafios e Conflitos da Mulher na busca da Ascensão na Carreira Profissional. *Revista de Carreira & Pessoas*, v. 8, n. 3, p. 398-412, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/36820>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RODRIGUES, Lenise Mendes. *A Formação para as relações étnico-raciais, pelo PARFOR, no curso de História: currículo e trajetória de professoras egressas de Cametá (PA)*. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2021.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, Willian Gaia. O ensino de História no Plano Nacional de Formação Docente-PARFOR: Entre a experiência da pesquisa e a docência com alunos-professores. In: COSTA, Antonio Maurício Dias; FARIAS, Willian Gaia. *Olhares cruzados de Clío: ensino de história e temas de história da Amazônia*. Belém, PA: PAKA-Tatu, 2019. (PARFOR/UFPA, Educação e Formação de Professores na Amazônia, v. 5).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. *Projeto Político-Pedagógico do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica do Curso de Licenciatura em História*. Adaptado pelo PARFOR de interesse do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. *Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*. Relatório de gestão do PARFOR da UFPA: 2009 a 2019. Red. Edmar Tavares da Costa, Márcio Lima do Nascimento, Josenilda Silva. Belém: UFPA, [2019].



A Representação de Mulheres Negras na Política Brasileira: um estudo da interseccionalidade entre raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020

La Representación de las Mujeres Negras en la Política Brasileña: un estudio de la interseccionalidad entre raza y género en las elecciones municipales de 2016 y 2020

The Representation of Black Women in Brazilian Politics: a study of the intersectionality between race and gender in the 2016 and 2020 municipal elections

Mariana Costa da Silva
Carlos Augusto da Silva Souza
Jade Neves Moreira

Resumo: O presente artigo tem como objetivo demonstrar, por meio de uma análise interseccional entre gênero e raça, a participação de mulheres negras na política eleitoral, com base na análise comparada dos dados referentes às eleições municipais de 2016 e 2020. O problema proposto consiste em verificar a existência de diferenças no perfil sociopolítico das mulheres negras em comparação com as mulheres brancas, de forma a dimensionar se alguma variável de cunho sociopolítico exerce influência na incorporação política das mulheres na esfera eleitoral. A partir de uma análise descritiva de natureza exploratória, que permite observar discrepâncias ou convergências entre os valores das variáveis componentes de um mesmo fenômeno, os dados demonstraram a existência de diferenças no perfil social entre os grupos raciais, pois as mulheres negras, especialmente as pretas, possuem menores níveis de formação superior, apresentam menor padrão de idade, apresentam um grande contingente de mulheres solteiras e tem maiores possibilidades de eleição nos partidos de esquerda.

Palavras Chave: Eleições. Raça e Gênero. Sub-representação. Interseccionalidade.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo demostrar, a través de un análisis interseccional entre género y raza, la participación de mujeres negras en la política electoral, a partir del análisis comparativo de datos referentes a las elecciones municipales de 2016 y 2020. El problema propuesto consiste en comprobar la existencia de diferencias en el perfil sociopolítico de las mujeres negras frente a las mujeres blancas, con el fin de medir si alguna variable sociopolítica influye en la incorporación política de las mujeres en el ámbito electoral. A partir de un análisis descriptivo de carácter exploratorio, que permite observar discrepancias o convergencias entre los valores de las variables componentes de un mismo fenómeno, los datos demostraron la existencia de diferencias en el perfil social entre los grupos raciales, ya que las mujeres negras, especialmente las pretas, tienen menores niveles de educación superior, tienen un estándar de edad más bajo, tienen un gran contingente de mujeres solteras y tienen mayores posibilidades de elección en los partidos de izquierda.

Palabras Claves: Elecciones. Raza y Género. Subrepresentación. Interseccionalidad.

Abstract: This article aims to demonstrate, through an intersectional analysis between gender and race, the participation of black women in electoral politics, based on the comparative analysis of data referring to the 2016 and 2020 municipal elections. The proposed problem consists of verifying the existence of differences in the sociopolitical profile of black women compared to white women, in order to measure whether any sociopolitical variable exerts influence on the political incorporation of women in the electoral sphere. Based on a descriptive analysis of an exploratory nature, which allows observing discrepancies or convergences between the values of the component variables of the same phenomenon, the data demonstrated the existence of differences in the social profile between racial groups: black women have lower levels of higher education, have a lower age standard, have a large contingent of single women and have greater chances of being elected in leftist parties.

Keywords: Elections. Race and Gender. Underrepresentation. Intersectionality.

Mariana Costa da Silva – Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará. E-mail: coostamariana@hotmail.com

Carlos Augusto da Silva Souza – Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. E-mail: carlossouza@ufpa.br

Jade Neves Moreira – Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará. E-mail: jade.nevesmoreira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Mesmo o Brasil sendo um país conhecido por sua ampla diversidade étnica, social e cultural, os espaços de poder pouco refletem a diversidade tão característica da cultura e da população brasileira. A diversidade racial na representação política constitui-se como um exemplo desta situação, haja vista que os cargos eletivos, em sua maioria, são ocupados por políticos do gênero masculino e da raça branca, fato este que torna as mulheres, em geral, e as mulheres negras, em particular, como grupos carecedores de voz política efetiva perante as instâncias de deliberação pública (YOUNG, 2006, p. 169).

A constatação acima se confirma quando analisamos a composição dos poderes Legislativo e Executivo, levando-se em consideração as características da população residente em nosso país. Neste aspecto, segundo dados da pesquisa realizada pelo IBGE, em 2019, as mulheres já correspondiam a mais da metade da população brasileira, mas, em contrapartida, nas eleições municipais de 2020, apenas 15,7% dos eleitos para os cargos de vereador e prefeito eram mulheres (TSE, 2020).

Da mesma forma, quando analisamos a composição das Câmaras Legislativas e dos Executivos Municipais pelas lentes da interseccionalidade entre as variáveis raça e gênero, observa-se que o abismo existente entre representantes e representados é, nitidamente, ainda maior. Isso porque, assim como em diversos outros setores da sociedade, as mulheres negras possuem muito mais dificuldades em obter êxito em suas candidaturas do que os demais grupos raciais, notadamente o de mulheres brancas.

No pleito municipal de 2020, dentre o percentual total de mulheres que foram eleitas como vereadoras ou como prefeitas, apenas 38,6% foram de mulheres autodeclaradas negras (pretas ou pardas), enquanto que 59,7% foram de mulheres autodeclaradas brancas (TSE, 2020).

A dificuldade que as mulheres apresentam em ingressar em carreiras políticas e, sobretudo, em lograr êxito em suas candidaturas decorre de diversos obstáculos que lhes são impostos dentro e fora das estruturas partidárias e do cenário eleitoral, tais como o machismo, o patriarcado e o conservadorismo que norteiam a estrutura social brasileira, além de variáveis institucionais, como dificuldades no financiamento de suas campanhas e ocupação de cargos de destaque na hierarquia das organizações partidárias.

No caso de mulheres negras, especificamente, somam-se aos obstáculos expostos um outro elemento, a saber, o racismo estrutural do qual elas são vítimas em razão da cor de sua pele. Tais aspectos fazem com que, dentro do gênero feminino (que já está sub-representado na esfera política), haja um grupo ainda mais sub-representado: o de mulheres pretas e pardas.

Na concepção de Almeida (2019), as formas de discriminação que tem a raça como fundamento se manifestam por meio de atos, conscientes ou inconscientes, que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender de seu grupo racial pertencente.

Essa situação, chamada por Carl James (1996) de “Racismo Estrutural”, indica uma situação histórica em que a sociedade se desenvolve com base em estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que reproduzem modos e ações que naturalizam determinadas práticas discriminatórias.

Neste sistema, a sociedade é estruturada de maneira a excluir grupos minoritários do acesso a direitos e a participação em instituições deliberativas, de forma a anular ou impedir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de determinados direitos e liberdades fundamentais no campo político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

O racismo estrutural se manifesta mediante diversas dimensões e se conecta com situações discriminatórias de diversas matizes e se conjuga com situações de preconceito sofridas pelas pessoas em relação ao seu gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idioma, crenças, deficiência, entre outras características produtoras da exclusão.

Por outro lado, essa forma de racismo apresenta diversas dificuldades de percepção em razão de um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas enraizadas em nossa cultura e presentes no dia a dia da população, promovendo, mesmo que sem a intenção, a segregação e o preconceito racial (JAMES, 1996).

Silva (2017) mobiliza o conceito de pigmentocracia para ilustrar que a incidência do racismo também se manifesta de acordo com determinados traços físicos e com a tonalidade da cor da pele de determinada pessoa. Neste aspecto, essa ideia evidencia que aspectos fenotípicos como a textura do cabelo, formato do nariz, tonalidade da cor da pele, entre outros, também influenciariam no processo de discriminação, exclusão e preconceito, evidenciando que, quanto mais escura é a tonalidade da pele ou mais características da raça negra uma pessoa carrega, mais o racismo se manifesta.

De qualquer forma, a dificuldade de acesso das mulheres negras na esfera político-eleitoral e a sub-representação destes sujeitos na ocupação de cargos executivos e legislativos é um consenso entre os pesquisadores que abordam essa temática. Porém, de acordo com Campos e Machado (2015), os estudos que visam a demonstração dos motivos que ocasionam a sub-representação desta população no campo político ainda são escassos e não oferecem respostas conclusivas para a explicação causal desta situação. Para os autores, a ausência de diagnóstico quanto aos motivos geradores da sub-representação leva, inclusive, a impossibilidade de criação de mecanismos institucionais destinados à inclusão política das mulheres negras nas instâncias deliberativas (CAMPOS; MACHADO, 2015).

É por esta razão que o estudo dos fatores que dificultam a inserção das mulheres em geral e das mulheres negras em particular se torna importante, tanto para orientar os movimentos sociais organizados na luta para reduzir as desigualdades sociais, quanto para a proposição de políticas de inclusão social, que possibilitem uma representação mais igualitária que reflita a diversidade e as especificidades raciais existentes e também permita melhorar os instrumentos institucionais de inclusão e representação, que levem à construção de uma democracia mais justa e inclusiva.

O presente artigo, portanto, deve ser entendido no contexto desta discussão, tendo como objetivo demonstrar, por meio de uma análise interseccional entre as variáveis gênero e raça, a sub-representação de mulheres negras na política brasileira, com base na análise dos dados referentes às eleições municipais ocorridas nos anos de 2016 e 2020.

O problema proposto consiste em demonstrar, através de variáveis comparativas dos dados referentes às eleições legislativas municipais, quais as diferenças e semelhanças no perfil sociopolítico das mulheres negras em comparação com as mulheres brancas, de forma a dimensionar se alguma variável de cunho sociopolítico exerce influência na sub-representação entre os grupos na esfera eleitoral.

O artigo está estruturado em cinco seções. Na sequência dessa introdução, discute-se, na segunda unidade, a participação feminina na legislação brasileira, a partir de uma abordagem histórica que procura resgatar a luta feminina na busca por direitos e igualdade na esfera política. Na seção seguinte, discute-se a influência da adoção das cotas de gênero na inclusão das mulheres na esfera eleitoral e as críticas que se faz à eficácia deste instrumento no caso brasileiro. Na quarta seção,

aborda-se especificamente o debate sobre a interseccionalidade entre raça e gênero na esfera política e por que esta discussão é importante para entender a influência da variável raça na exclusão de mulheres da esfera política. Por fim, na última seção, apresentamos a metodologia, descrição e análise dos dados referente às diferenças encontradas no perfil sociopolítico das mulheres a partir do recorte racial, com base nos resultados das eleições municipais de 2016 e 2020.

1. Participação Política Feminina na Legislação Brasileira

Em 1932, por meio do chamado movimento sufragista, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto a partir da aprovação do Código Eleitoral, tendo sido tal direito previsto constitucionalmente apenas na Constituição de 1934 (ALVARES, 2014). Porém, apenas em 1984, o Brasil ratificou a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher”, promulgada pela ONU, em 1979, a qual, entre outros dispositivos, prevê que os Estados-membros devem tomar todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra a mulher na vida pública e política do país, garantindo às mulheres, entre outros direitos, o direito de votar e de serem votadas (ONU, 1979).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, considerada como marco jurídico de transição democrática e de institucionalização dos direitos humanos no Brasil, ainda que tenha sido o primeiro dispositivo a prever a igualdade de gênero em direitos e obrigações, foi insuficiente em garantir, de fato, essa isonomia, principalmente na esfera dos direitos políticos.

Seguindo a omissão dos constituintes originários, a Lei nº. 9.096/95 – Lei dos Partidos Políticos, em sua publicação original, não fez qualquer menção às candidaturas femininas, tampouco às políticas em prol de assegurar a participação feminina nas eleições. Somente em 1997, sob pressão do movimento feminista, a publicação original da Lei nº. 9.504/97 – Lei das Eleições – passou a determinar que os partidos políticos devessem reservar 30% de suas candidaturas a um dos sexos nas disputas eleitorais para a composição do poder Legislativo na esfera federal, estadual e municipal.

Como a lei não obrigava os partidos a cumprirem a cota, mas apenas reservar as vagas, novamente a pressão do movimento feminista se intensificou, sendo que, em 2009, por meio da Lei nº 12.034/2009, houve a alteração do art. 10, § 3.º, da Lei das Eleições, dispondo que os partidos deveriam não apenas reservar, mas, sim, preencher o percentual mínimo de 30% das candidaturas por um dos gêneros, sendo aplicada punição de cassação das chapas àqueles partidos que descumprissem essa obrigatoriedade.

Entretanto, conforme observa Araújo (2013), a Lei de Cotas não foi suficiente para reduzir a condição de sub-representação a que as mulheres estavam submetidas, devido a influência de fatores institucionais, como, notadamente, a dificuldade de acesso ao financiamento de campanha, considerada uma variável absolutamente indispensável para aumentar as chances de eleição das candidaturas femininas.

Em 2015, o movimento feminista conseguiu nova vitória, com a aprovação da Lei nº 13.165/2015, que determinou que os partidos políticos reservassem um percentual mínimo do chamado Fundo Partidário à criação e manutenção de programas destinados a aumentar a participação política das mulheres.

Em 2018, essa conquista foi ampliada, pois o plenário do TSE, por unanimidade, entendeu que os partidos deveriam reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Finan-

ciamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário para o financiamento das candidaturas de mulheres, devendo esse mesmo percentual ser cumprido pelos partidos na divisão do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão entre os candidatos e as candidatas lançados pelos partidos.

Apesar de um inegável aperfeiçoamento na legislação eleitoral com o intuito de fomentar a participação política feminina, ainda há muito a ser realizado, pois a condição de exclusão se manifesta de diversas formas, seja na produção de candidaturas fictícias, seja na dificuldade de inclusão de mulheres pretas e pardas que atendam a diversidade racial existente na sociedade brasileira.

Por esta razão, consolidar a igualdade de gênero na esfera representativa se estabelece como uma condição necessária para o aperfeiçoamento democrático, mas, além disso, torna-se necessário que esta inclusão seja acompanhada de políticas inclusivas, que estabeleçam a equidade racial como variável fundamental para a produção de justiça social na produção dos corpos legislativos.

2. As Cotas de Gênero em Prol da Representatividade Feminina

A baixa representatividade feminina na política é um problema que atinge quase todos os países democráticos e, em razão disso, a partir de um movimento iniciado nos países europeus, diversos Estados adotaram políticas com o objetivo de aumentar a participação política de grupos minoritários nas esferas representativas, em especial, a representação feminina (MIGUEL e CARDOSO, 2006, p. 364).

Segundo Pipa Norris (2013, p. 18), a adoção de “políticas de igualdade de oportunidades” e “estratégias de discriminação positiva” se torna condição fundamental para aumentar a qualidade da democracia que se estabelece em diversos países do mundo.

Young (2006, p. 170) concorda com essa afirmação ao destacar que mecanismos, como o estabelecimento de cotas em listas partidárias, reserva de cadeiras nos parlamentos e representação proporcional, são fundamentais para aumentar a representação de mulheres, de minorias sociais, raciais ou étnicas, e outros grupos sociais com clara fragilidade na positivação de direitos.

De fato, devido ao reconhecimento da condição de fragilidade social a que alguns grupos estão submetidos na política eleitoral, o protocolo assinado na Conferência de Beijim, em 1995, passou a orientar os países membros a adotarem política de cotas para grupos fragilizados (ALVARÉS, 2014).

No Brasil, apesar da adoção da cota de gênero ter sido inserida no sistema eleitoral desde 1997, os estudos indicam que este dispositivo não foi suficiente para alterar a situação de exclusão das mulheres nas esferas representativas. Como exemplo disso, no ranking global de mulheres ocupantes de cargos executivos, governamentais e parlamentares, elaborado pela União Interparlamentar (IPU) e pela Organização das Nações Unidas, em 2022, o Brasil ocupa a 143ª posição, dentre os 192 países analisados, tendo o pior resultado na representação feminina entre todos os países sul-americanos (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2022).

Isto tem indicado que o simples estabelecimento das cotas de gênero nas listas partidárias não pode ser interpretado como condição suficiente para garantir maior equidade na representação política entre os gêneros na esfera eleitoral. Para que determinada candidatura se transforme, de fato, em representação, diversos fatores devem ser analisados, como: o tipo de lista adotado pelo sistema, a presença de mulheres nas hierarquias partidárias, os tipos de cotas adotadas, as penalida-

des previstas em caso de descumprimento, o modo de fiscalização a ser aplicado, a distribuição dos recursos de campanha, entre outras variáveis.

Neste aspecto, Biroli (2018) e Biroli e Migel (2019) evidenciam que olhar a representação apenas por fatores institucionais limita o alcance e um diagnóstico mais preciso sobre as causas da sub-representação feminina. Para os autores, além dos já citados fatores institucionais, a desigualdade dos gêneros na política eleitoral deve ser estudada a partir de um conjunto de fatores que obstaculizam a carreira política das mulheres, tais como: a divisão desigual de tarefas domésticas, a dupla jornada de trabalho, as diversas formas de assédio e violência às quais as mulheres estão submetidas diariamente, a ausência de apoio no interior das organizações partidárias, o sexismo e o machismo existente na sociedade brasileira, os diversos estereótipos ligados aos papéis de gênero, a exposição de seus corpos e características pessoais pela mídia e pelos eleitores e a ausência de políticas mais efetivas que incentivem e assegurem a participação política feminina nas instâncias deliberativas.

Assim, verifica-se que a busca pela igualdade de gênero e a busca por um cenário no qual homens e mulheres possam ter os mesmos direitos e oportunidades nos espaços políticos ainda é um caminho longo a ser percorrido pelas mulheres, o que ainda é mais cheio de obstáculos em se tratando de mulheres pretas ou pardas.

3. A Interseccionalidade entre Raça e Gênero na Esfera Política

Conforme indicado anteriormente, a adoção da política de cotas de gênero nas listas partidárias não foi capaz de dirimir a hegemonia masculina estrutural presente no campo político brasileiro e, assim, aumentar a representatividade feminina na esfera do poder Legislativo.

Por outro lado, quando tratamos de representatividade feminina na política, é preciso que se compreenda que, além do pequeno número de cargos políticos ocupados por mulheres, há outro fator que não é levado em consideração nos estudos sobre representação feminina na esfera eleitoral: o baixo índice da presença de mulheres negras nos espaços de decisão, que é infinitamente inferior à presença de mulheres brancas nos mesmos espaços de deliberação pública.

Dessa maneira, para entendermos a situação da mulher negra na política brasileira, devemos, primeiramente, reconhecer o fato de que as mulheres não formam um grupo homogêneo, devendo os estudos reconhecerem as características, as especificidades, as dificuldades e as lutas que marcam a posição social atribuída às mulheres negras e que não se estendem ao feminismo fundamentado em padrões brancos e eurocêntricos. Logo, as mulheres não-brancas, além de sofrerem com o sexismo, sofrem, também, com o racismo que as tornam muito mais vulneráveis socialmente se comparadas às mulheres brancas.

Em um contexto de patriarcalismo e de preconceito racial, as mulheres negras, pelo fato de não serem homens e, ao mesmo tempo, por não serem vistas como mulheres em si, ocupam um lugar marginalizado na sociedade. Isto é o que Grada Kilomba (2019, p. 190) considera como uma ausência dupla, onde as mulheres negras são consideradas como a antítese da masculinidade e do machismo que permeia as sociedades contemporâneas.

De forma semelhante, Sueli Carneiro (2002, p. 210) afirma que as mulheres negras estão submetidas às múltiplas formas de exclusão social que geram danos em todas as dimensões de suas vidas, desde a ocupação de cargos com menor prestígio e remuneração, uma expectativa de vida cinco anos menor que a de mulheres brancas, até a chance menor de virem a se casar um dia.

Ademais, de acordo com dados publicados pelo Atlas da Violência de 2019, 66% de todas as mulheres assassinadas naquele ano eram negras. Da mesma forma, dados do IBGE (2020) informam que 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha de pobreza, índice bem superior à incidência de mulheres brancas.

A discrepância existente entre mulheres brancas e não-brancas foi preponderante para que estas últimas pudessem se organizar em prol da busca pelos seus direitos que, até então, eram ignorados pelo movimento feminista branco.

Collins e Bilge (2021, p. 42) destacam que, em meados da década de 1970, ativistas feministas negras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro intensificaram a luta pelos interesses das mulheres não-brancas, tendo estas, inclusive, precedido a concepção contemporânea de interseccionalidade criada em 1985 por Kimberlé Crenshaw.

De acordo com Collins e Bilge (2021, p. 16), o conceito de interseccionalidade consiste, principalmente, no fato de que as relações sociais e individuais são influenciadas por relações entre características, como raça, classe, etnia, gênero, religião, nacionalidade, entre outras. Destacam-se que estas características se sobrepõem e atuam de maneira unificada, criando eixos de subordinação que interferem em todos os aspectos da vida em sociedade.

A interseccionalidade é fundamental para se compreender que não há um único tipo de opressão e que a ocorrência de um tipo não exclui os demais tipos de opressão dos quais o indivíduo pode ser alvo. Ou seja, as opressões não se excluem, mas, em verdade, elas se acumulam e se cruzam no processo de produção da invisibilidade social a que alguns grupos estão submetidos em relação a outros. Em outras palavras, mulheres não-brancas sofrem por serem mulheres, por serem negras, por serem pobres, por terem baixa escolaridade, entre outros marcadores da exclusão, o que as coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade e marginalização perante os demais grupos da sociedade.

Ressalte-se que reconhecer as disparidades existentes entre as mulheres não significa deslegitimar ou minimizar os efeitos da opressão vivida por mulheres brancas em relação à opressão vivida por mulheres negras. Trata-se de reconhecer que as mulheres negras carregam especificidades e enfrentam problemas que não atingem diretamente as mulheres brancas, justamente por estas não serem vítimas do racismo e das consequências acarretadas em sua vivência em razão da experiência cumulativa entre o racismo e o sexismo.

A abordagem interseccional é, portanto, essencial para a análise da participação feminina na política na medida em que, por meio dela, atestamos que, além dos fatores que obstaculizam a participação feminina na política, como a discriminação de gênero, a desigualdade entre homens e mulheres, as mulheres negras contam com mais um obstáculo a ser enfrentado: o racismo estrutural.

Reconhecendo a existência da exclusão racial, em 2019, a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), por meio da Consulta Pública, fez os seguintes questionamentos junto ao Tribunal Superior Eleitoral: I) Possibilidade de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda em rádio e TV já concedidos às mulheres em geral, na proporção de 50% para mulheres brancas e 50% para mulheres negras; II) Possibilidade de criação de cotas raciais a serem cumpridas pelos partidos políticos nos mesmos moldes das cotas de gênero já existentes; e III) Possibilidade de distribuição de 30% dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda em rádio e TV para os candidatos negros.

Diante disso, em agosto de 2020, o Plenário do TSE entendeu que: I) os recursos financeiros e o tempo de propaganda em rádio e TV deveriam ser divididos na proporção de 50% para candidatas brancas e 50% para candidatas negras; e II) os recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e o tempo de rádio e TV devem ser destinados ao custeio das candidaturas de homens e mulheres, brancos e negros na exata proporção das candidaturas lançadas pelos partidos.

Em relação ao estabelecimento de uma reserva de candidaturas pelos partidos políticos, em percentual a ser preenchido por candidatos negros, o Plenário do TSE respondeu negativamente, posto que tal política deve ser implementada pelo Congresso Nacional em razão de sua competência. Tendo tais regras já sido implementadas nas eleições ocorridas em 2020.

4. Aspectos Metodológicos da Pesquisa

Para estabelecer padrões comparativos entre o perfil sociopolítico das vereadoras eleitas a partir de um recorte de raça e gênero, a pesquisa utilizou-se dos dados da ficha de inscrição das candidaturas presentes na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, relativo aos resultados das eleições municipais de 2016 e 2020.

Os dados foram organizados a partir dos seguintes marcadores: município, cargo em disputa, idade, escolaridade, gênero, raça, estado civil, partido dos candidatos e ideologia partidária. A população alvo da pesquisa foi composta por todas as mulheres eleitas e não eleitas ao cargo de vereador nos municípios brasileiros, estabelecendo um recorte por grupo racial, de acordo com os critérios adotados pelo IBGE: Amarelas, brancas, indígenas, pretas e pardas.

É válido destacar que, no Brasil, quase não há pesquisas sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e resultados eleitorais, em razão de que não havia dados confiáveis sobre a variável raça nos repositórios de dados do Tribunal Superior Eleitoral e nos órgãos estaduais e regionais.

A partir de 2014, entretanto, o TSE passou a incorporar a autodeclaração racial nas fichas de inscrição de candidaturas, o que possibilitou a formação de um banco de dados mais preciso sobre a distribuição das candidaturas com base em critérios de raça, gênero e outras variáveis que possibilitaram construir um perfil mais seguro sobre a diversidade sociopolítica das candidaturas e dos eleitos com base em critérios raciais.

Apesar do critério da autodeclaração sofrer críticas por parte de determinados segmentos do movimento negro, a autoidentificação encontra abrigo entre os especialistas, pois está ligada à forma como a pessoa, em sua subjetividade, identifica-se como pertencente a determinado grupo, compartilhando aspectos da cultura, costumes, crenças, valores e práticas identitárias (SOARES, 2008).

Neste aspecto, Panizzi (2016) esclarece que a autodeclaração é desejável em relação a outros critérios por oferecer autonomia aos indivíduos e, ao mesmo tempo, impedir que o Estado, por meio de uma imposição, determine quem é, ou não, pertencente a determinado grupo racial.

Além do mais, o critério da autodeclaração se constitui como um procedimento consagrado internacionalmente, tendo sido ratificado na Declaração de Durban, durante a reali-

zação da *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância*, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

De qualquer forma, a autodeclaração é o critério usado pelo TSE para identificar os grupos raciais no momento de inscrição das candidaturas, sendo este o critério utilizado pela pesquisa no tratamento dos dados. Neste aspecto, a partir da interseccionalidade entre raça e gênero, foram realizadas comparações entre as eleitas negras (pretas e pardas) e as brancas, grupo este que tem demonstrado predominância quando se trata da participação feminina na política.

Descartou-se, para efeito comparativo, as candidaturas amarelas e indígenas, devido à discrepância quantitativa em relação aos outros grupos, o que poderia comprometer a análise dos dados. Portanto, foram analisadas no artigo somente três das cinco categorias de cor/raça utilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral: branca, parda e preta.

O modelo estatístico utilizado consistiu de uma análise descritiva através do método de proporcionalidade, que permite observar as variações das partes em relação ao todo. Esse tipo de pesquisa se torna relevante para os objetivos deste estudo, porque permitem estabelecer medidas de associação entre variáveis que podem ajudar a esclarecer se as diferenças observadas entre os grupos apresentam alguma relevância explicativa, a partir da interseccionalidade entre raça e gênero.

4.1. A Distribuição das Candidaturas entre os Gêneros nas Eleições Municipais de 2016 e 2020

Os dados eleitorais sobre a composição das bancadas legislativas na esfera da representação política vêm demonstrando que, independentemente do grupo racial, a condição de sub-representação a que as mulheres estão submetidas se apresenta como uma característica marcante do sistema político brasileiro.

Os dados das duas últimas eleições municipais, entretanto, demonstram que podem estar havendo mudanças nos indicadores das candidaturas, pois, apesar dos homens ainda se manterem como o grupo dominante nas listas partidárias, no transcurso da eleição de 2016 para 2020, houve uma expansão bastante expressiva na participação feminina enquanto candidatas. Esta expansão ocorreu nos três grupos raciais analisados (com poucas variações), numa proporção um pouco acima do percentual exigido pela Lei de Cotas (30%).

Entre as candidaturas da raça branca, por exemplo, na eleição de 2016, verifica-se que as mulheres representavam cerca de 34,0% do total das candidaturas, enquanto que os homens representavam 66,0%. Em 2020, as mulheres brancas passaram a representar cerca de 36,1% das candidaturas, enquanto que os homens brancos reduziram sua participação para 63,9%.

No grupo representado pelas candidaturas pretas, as mulheres representavam apenas 31,1% das que disputaram a eleição de 2016, enquanto que os homens pretos representavam 68,9% do total candidatos. Na eleição de 2020, houve uma ligeira mudança a favor das candidaturas femininas, pois as mulheres passaram a contribuir com 34,5% das candidaturas contra 65,5% das candidaturas masculinas.

A mesma situação pode ser verificada entre as candidaturas da população autodeclarada parda, pois, em 2016, as mulheres entre as candidaturas deste grupo racial representavam 30,8% do total das candidaturas, mas expandiram sua participação para 32,9% em 2020.

Tabela 1 – Total de candidaturas a vereador no Brasil por cor/raça e gênero – 2016 e 2020

Cor/raça	2016					2020				
	Total	Feminina		Masculina		Total	Feminina		Masculina	
		Freq.	%	Freq.	%		Freq.	%	Freq.	%
Branco(as)	223960	76151	34,0	147809	66,0	235702	85054	36,1	150648	63,9
Pretos(as)	39380	12243	31,1	27137	68,9	54208	18722	34,5	35486	65,5
Pardos(as)	174360	53747	30,8	120613	69,2	199446	65554	32,9	133892	67,1
Total	437700	142141	32,5	295559	67,5	489356	169330	34,6	320026	65,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

NOTA: Excluiu-se da base de dados os candidatos que não declaram a cor/raça, ou que apresentavam duplicidade de informação.

Apesar de uma variação bastante pequena do ponto de vista estatístico, mas significativa para os padrões de uma eleição municipal, a expansão da participação feminina enquanto candidatas é um dado animador, pois demonstra que as conquistas institucionais estabelecidas recentemente na legislação eleitoral estão estimulando as mulheres a disputar espaços de poder em um ambiente dominado por homens, utilizando estratégias de enfrentamento às barreiras impostas pelo sistema político, que sempre desprezou a força política que as mulheres exercem enquanto um segmento capaz de influenciar na tomada de decisões, especialmente na arena legislativa.

Por outro lado, o aumento quantitativo de mulheres como candidatas não significa que as barreiras para a exclusão de mulheres foram sanadas, pois ainda há muito a ser feito para atingirmos a tão almejada equiparação de direitos na esfera da representação política e a redução da desigualdade entre os gêneros nas instâncias deliberativas.

4.2. Mulheres Eleitas para as Câmaras Municipais em 2016 e 2020

A partir da desagregação dos dados, levando-se em consideração apenas o percentual de vereadores eleitos e sua distribuição entre os gêneros, os resultados indicam que o aumento no número de candidaturas teve um reflexo positivo na eleição de mulheres, mesmo que de forma tímida.

Os dados dos resultados eleitorais, descritos na tabela 2, permitem revelar que, no transcurso das duas eleições analisadas, o percentual de mulheres eleitas teve um crescimento bastante significativo entre os grupos raciais considerados. As mulheres brancas saíram de 14,8% de eleitas em 2016 para 17,6% em 2020, as pardas saíram de 11,9% de eleitas em 2016 para 14,1% em 2020 e as pretas saíram de 11,3% em 2016 para 13,5% em 2020.

Essas observações corroboram o fato de que o fenômeno da sub-representação atinge as mulheres como um todo, dado que a grande maioria dos eleitos, em todos os grupos raciais, são homens e, apesar das evidentes conquistas demonstradas pelos dados, as mulheres ainda se apresentam numa condição de sub-representação, pois o percentual de candidaturas e de eleitas ainda é muito reduzido em relação ao potencial eleitoral que a mulheres representam, principalmente, em razão de sua posição majoritária na pirâmide demográfica do país.

Tabela 2 – Total de eleitos(as) a vereador(a) no Brasil por cor/raça e gênero – 2016 e 2020

Cor/raça	2016					2020				
	Total	Feminino		Masculino		Total	Feminino		Masculino	
		Freq.	%	Freq.	%		Freq.	%	Freq.	%
Branca	33031	4875	14,8	28156	85,2	30992	5458	17,6	25534	82,4
Pretos(as)	2919	330	11,3	2589	88,7	3564	484	13,5	3080	86,4
Pardos(as)	21447	2549	11,9	18898	88,1	22174	3128	14,1	19046	85,9
Total	57397	7754	13,5	49643	86,5	56730	9070	16,0	47660	84,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Por outro lado, quando desagregamos os dados e analisamos apenas as mulheres e sua distribuição entre os grupos raciais (tabela 3), verifica-se que as mulheres negras (pretas e pardas) apresentam desempenho sistematicamente menor em relação às mulheres brancas, ou seja, as mulheres negras constituem 55,4% da população feminina do país, mas elegeram apenas 37,1% do total de candidatas, enquanto que as mulheres brancas foram responsáveis por 62,9% do total de mulheres eleitas para a composição das bancadas legislativas nos diversos municípios do país.

Subdividindo-se as mulheres autodeclaradas negras entre pretas e pardas, verifica-se que as mulheres pretas apresentam maiores desvantagens em sua inserção nas esferas deliberativas, pois elegeram apenas 4,2% na eleição de 2016 e 5,3% em 2020, enquanto que as pardas elegeram 32,9% em 2016 e 34,5% em 2020.

Isto revela que o componente racial é, sim, um obstáculo adicional à eleição de mulheres, mas a exclusão se apresenta de forma hierarquizada de acordo com a presença de determinados atributos que se manifestam a partir de um conjunto de características que marcam o componente racial em cada pessoa.

Esta evidência corrobora à ideia da existência da exclusão baseada na pigmentocracia, que consiste na defesa da ideia de que quanto mais pigmentada é a cor da pele de uma pessoa, mais segregação racial ela irá sofrer.

Ao contrário da ideia contida nos discursos do racismo estrutural, que identifica a discriminação como resultado do pertencimento do sujeito à determinada raça, a pigmentocracia reconhece que a tonalidade da cor da pele somada a outras características componentes da raça negra (formato do nariz, dos lábios e o tipo de cabelo) influenciam no processo de exclusão. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele e outras características raciais serão decisivas para o tratamento desigual que a sociedade dará a ela.

Tabela 3 – Percentual de Mulheres eleitas a vereadora no Brasil por cor/raça – 2016 e 2020

Mulheres	2016		2020	
	Freq.	%	Freq.	%
Branca	4875	62,9	5458	60,2
Pretas	330	4,2	484	5,3
Pardas	2549	32,9	3128	34,5
Total	7754	100,0	9070	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

4.3. Diferenças entre as Eleitas a Partir da Escolaridade

O cruzamento entre as variáveis cor/raça e escolaridade das eleitas indica que possuir níveis altos de escolarização é um critério de seleção que se impõe sobre as candidaturas de todos os grupos raciais. Isto fica evidente ao se observar que os três grupos elegeram, majoritariamente, candidatas que possuíam, primordialmente, o ensino superior completo, vindo, logo a seguir, o ensino médio completo.

Entretanto, na análise comparativa entre os grupos raciais, observa-se que as mulheres eleitas autodeclaradas brancas possuem curso superior numa proporção bem acima das mulheres pretas e pardas, com 50,6% em 2016 e 56,4% em 2020. Em sentido oposto, estão as mulheres autodeclaradas pretas, que possuem a menor proporção de mulheres com formação superior entre os grupos selecionados, com 37,9% em 2016 e 49,6% em 2020.

Isto indica que, na esfera da representação política, em relação à escolarização, verifica-se a reprodução da desigualdade econômica e social existente no país, pois, conforme demonstrado por pesquisas anteriores, a população negra, de forma geral, está excluída das universidades e apresentam maiores dificuldades de inserção e permanência nos cursos de formação superior existentes no país.

Estas evidências parecem comprovar que o cenário de exclusão política se assenta em diversas bases de hierarquias raciais, onde, quanto mais escura é a cor da pele, mais os indivíduos são subalternizados e com mais entraves para sua incorporação nas esferas de construção da cidadania e, conseqüentemente, na esfera da representação política.

Isto reforça as considerações expostas por diversos pesquisadores (CARNEIRO, 2006; CAMPOS e MACHADO, 2015; BIROLI, 2018) sobre a necessidade de políticas de ações afirmativas, como forma de reduzir a desigualdade racial quanto ao acesso a recursos educacionais que reforçam a exclusão e as desigualdades no acesso às arenas decisórias e ao mercado de trabalho de uma forma geral.

Tabela 4 – Mulheres Eleitas a vereadora por cor/raça e escolaridade – 2016 e 2020

Raça Escolaridade	Brancas				Pretas				Pardas			
	2016		2020		2016		2020		2016		2020	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lê e escreve	31	0,6	42	0,8	4	1,2	5	1,0	22	0,9	30	1,0
Fundamental completo	316	6,5	253	4,6	27	8,2	29	6,0	183	7,2	159	5,1
Fundamental incompleto	205	4,2	147	2,7	17	5,2	16	3,3	139	5,5	130	4,1
Médio Completo	1527	31,3	1609	29,5	135	40,9	153	31,6	922	36,2	1044	33,4
Médio Incompleto	96	2,0	109	2,0	6	1,8	10	2,1	58	2,3	55	1,8
Superior completo	2469	50,6	3078	56,4	125	37,9	240	49,6	1109	43,5	1584	50,6
Superior incompleto	231	4,7	220	4,0	16	4,8	31	6,4	116	4,5	126	4,0
Total	4875	100,0	5458	100,0	330	100,0	484	100,0	2549	100,0	3128	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

4.4. A Faixa Etária das Eleitas e o Recorte Racial

Quando a variável raça é analisada em conjunto com a variável idade, nota-se que as mulheres brancas, pretas e pardas eleitas compartilham uma distribuição bastante semelhante entre as faixas etárias em ambas as eleições consideradas. A faixa etária que mais elegeu mulheres se situou entre 40 a 49 anos nos três grupos raciais.

Entretanto, entre as mulheres autodeclaradas brancas, em segundo lugar, vem a faixa etária de 50 a 59 anos, enquanto que, entre as mulheres pretas e pardas, a segunda faixa etária que mais elegeu mulheres foi entre 30 a 39 anos.

O fato de um elevado percentual de mulheres negras eleitas terem comparativamente uma faixa etária menor em relação às mulheres brancas pode ser explicado pelo capital social exigido informalmente pelo sistema político, entre eles a elevada escolarização, como visto na discussão anterior.

Neste aspecto, como só muito recentemente as mulheres negras começaram a expandir seu capital social através das políticas de ações afirmativas, que possibilitaram melhores condições de acesso à educação superior e aos cursos de pós-graduação, os resultados desta política parecem ter se refletido na inserção tardia destas mulheres na esfera política, o que explicaria sua menor idade em relação às mulheres brancas.

É válido destacar que as mulheres jovens (18 a 29 anos) e as idosas (60 anos ou mais) apresentaram os menores percentuais em relação às outras faixas etárias, indicando que a inserção desses grupos no Legislativo municipal é bastante reduzida, principalmente se for levada em consideração a proporção que esses grupos representam no total da população brasileira, sendo 20,9% entre os jovens de 18 a 29 anos e 14,6% para os idosos com 60 anos ou mais (IBGE/2017).

De qualquer forma, os dados indicam que o fator etário não se constitui como um critério capaz de diferenciar significativamente os grupos raciais em relação ao perfil das eleitas para a composição do poder político na esfera municipal.

Tabela 5 – Mulheres eleitas a vereadora no Brasil por cor/raça e idade – 2016 e 2020

Faixa etária	Brancas				Pretas				Pardas			
	2016		2020		2016		2020		2016		2020	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
18 a 29 anos	361	7,4	389	7,1	18	5,5	40	8,3	173	6,8	210	6,7
30 a 39 anos	1238	25,4	1372	25,1	86	26,1	124	25,6	713	28,0	860	27,5
40 a 49 anos	1570	32,2	1842	33,7	130	39,4	175	36,2	879	34,5	1145	36,6
50 a 59 anos	1279	26,2	1388	25,4	73	22,1	104	21,5	616	24,1	700	22,4
60 anos ou +	427	8,8	467	8,6	23	6,9	41	8,5	168	6,6	213	6,8
TOTAL	4875	100,0	5458	100,0	330	100,0	484	100,0	2549	100,0	3128	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

4.5. O Perfil das Eleitas a Partir do Recorte entre Raça e Estado Civil

Em relação ao estado civil, os dados demonstram que, independentemente do grupo racial, as eleitas eram, em sua maioria, casadas, pois este marcador apareceu com mais de 50% de vantagem em relação aos outros marcadores do estado civil, tanto na eleição de 2016 quanto na de 2020.

Entretanto, apesar da grande proporção de mulheres casadas entre as eleitas, esta condição se apresenta de forma diferenciada quando se leva em consideração os diferentes grupos raciais. Entre as mulheres brancas, as casadas se apresentam como maioria em relação às pretas e pardas. Em 2016, por exemplo, as mulheres brancas casadas constituíam cerca de 64,5% entre as eleitas, enquanto que, entre as mulheres pretas, as casadas representavam apenas 54,2% e, entre as pardas, 59,6%. Em 2020, essa situação quase não apresentou alterações, visto que as mulheres brancas eram 58,3% casadas, enquanto que as pretas 52,1% e as pardas 56,8%.

É válido destacar, entretanto, que, no transcurso da eleição de 2016 para 2020, em todos os grupos raciais analisados, as mulheres solteiras estão aumentando sua participação na representação política, enquanto que as mulheres casadas estão diminuindo sua participação percentual na esfera da representação legislativa.

No caso das mulheres brancas, as solteiras representavam 23,4% das eleitas em 2016 e passaram a ocupar 28,3% das eleitas em 2020. Entre as eleitas autodeclaradas pretas, as solteiras representavam 33,3% em 2016 e passaram a representar 36,7% em 2020. Entre as pardas, também se identificou uma expansão das eleitas que se reconheciam como solteiras, pois, em 2016, esse grupo representava 30,6% e passou a representar 32,8%.

Um dado importante a observar é que, entre o grupo representando pelas mulheres solteiras, as mulheres autodeclaradas pretas se apresentam como o grupo em que mais candidatas foram eleitas com esse perfil, vindo, logo a seguir, as pardas e, por último, as mulheres brancas.

Isto parece confirmar as suposições ilustradas por algumas pesquisadoras (Pacheco, 2008; Souza, 2008), que indicam a presença de desvantagens em relação ao matrimônio em razão da cor da pele. Segundo esses estudos, é possível defender a tese da solidão afetiva como consequência de atributos raciais, pois, segundo as autoras, o fenômeno da desvalorização da mulher negra pode ser observado em situações da conjugabilidade, em que as mulheres negras apresentam poucas condições de serem vistas como uma opção para se tornarem esposas e parceiras quando comparadas aos outros grupos raciais.

Os estudos sobre a relação entre matrimônio e raça estabelecem diversas explicações para a solidão que as mulheres negras convivem em relação à disponibilidade de parceiros para o estabelecimento de relações afetivas duradouras. Em primeiro lugar, tem havido uma redução de uniões entre casais da mesma raça, em razão de que os homens negros que ascendem socialmente demonstram desejar se relacionar com mulheres brancas, buscando, nesta forma de relação, um maior reconhecimento ou status social. Da mesma forma, as mulheres negras são rejeitadas por homens brancos, o que deixa as mulheres negras em permanente desvantagem em relação à construção de relações afetivas que levem ao casamento.

Tabela 6 – Mulheres eleitas a vereadora no Brasil por cor/raça e estado civil – 2016 e 2020

Estado Civil	Brancas				Pretas				Pardas			
	2016		2020		2016		2020		2016		2020	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Solteira	1142	23,4	1542	28,3	110	33,3	178	36,7	781	30,6	1025	32,8
Casada	3144	64,5	3180	58,3	179	54,2	252	52,1	1519	59,6	1777	56,8
Separada/ divorciada	418	8,6	564	10,3	31	9,4	41	8,5	172	6,7	236	7,5
Viúva	171	3,5	172	3,1	10	3,0	13	2,7	77	3,0	90	2,9
TOTAL	4875	100,0	5458	100,0	330	100,0	484	100,0	2549	100,0	3128	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nota: excluiu-se os autodeclarados indígenas e amarelos devido a sua reduzida participação nas eleições de 2016 e 2020.

4.6. A Eleição de Mulheres a Partir da Interseccionalidade entre Raça e Ideologia Partidária

A partir de um recorte que levou em consideração a ideologia partidária dos grupos raciais, as eleitas foram agrupadas de acordo com a ideologia de seus partidos (direita, centro e esquerda¹) e, com isso, identificou-se que, tanto entre as mulheres autodeclaradas brancas quanto entre as pretas e pardas, os partidos de direita foram os que mais elegeram mulheres tanto na eleição de 2016 quanto em 2020, numa proporção bastante superior aos partidos de esquerda e centro.

Este dado, considerado de forma agregada, parece contrariar os estudos que informam que os partidos de esquerda são mais abertos para a incorporação de grupos minoritários entre seus quadros e na promoção da cidadania inclusiva. Entretanto, o baixo desempenho dos partidos de centro e de esquerda na eleição de mulheres parece apresentar relação com o formato do sistema partidário existente no Brasil, pois os partidos de direita são maioria no Brasil, com a presença de 19 legendas nas disputas eleitorais municipais, contra 6 partidos de centro e 10 de esquerda.

Neste aspecto, Nicolau (1996) informa que, no cenário político brasileiro, os partidos possuem raízes frágeis na sociedade e não têm capacidade de criar laços de lealdade entre os candidatos e as siglas. Isto porque, em um processo altamente competitivo como o brasileiro, os candidatos procuram os partidos com base em cálculos sobre suas reais chances de conquistar uma vaga no parlamento e não por critérios de proximidade ideológica.

¹ A classificação ideológica dos partidos foi inspirada em Tarouco e Madeira (2013): **CENTRO:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Verde (PV), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido da Mobilização Nacional (PMN). **DIREITA:** Solidariedade (SD), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Avante (PT do B), Partido Social Liberal (PSL), Partido Social Democrata Cristã (PSDC), Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Cristão (PSC), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Republicano (PR), Partido Progressista (PP), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Ecológico Nacional (PEN), Democratas (DEM), Partido Novo (NOVO) e Partido da Mulher Brasileira (PMB). **ESQUERDA:** Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Pátria Livre (PPL), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Rede Sustentabilidade (REDE).

Ademais, Souza, Oliveira e Martins (2022) acrescentam que as candidaturas são impulsionadas por determinações provenientes de situações de conjuntura, e tanto a eleição de 2016 quanto a de 2020 ocorreram em um contexto de intensa criminalização midiática dos principais partidos de esquerda e uma considerável expansão das bancadas conservadoras na esfera da representação política. Como consequência destes eventos, houve grandes mudanças no posicionamento dos eleitores a respeito dos partidos que lançaram seus candidatos, resultando em um redirecionamento de candidaturas de acordo com suas reais chances de vitória nos municípios.

Por outro lado, é válido observar que, na comparação entre os grupos raciais, os partidos de esquerda tiveram maior presença de mulheres autodeclaradas pretas em sua composição, pois elegeram 34,0% do total de mulheres eleitas em 2016 e 34,9% em 2020.

Entre as mulheres autodeclaradas pardas, os partidos de esquerda elegeram 25,1% em 2016 e 20,6% em 2020. Já entre as mulheres autodeclaradas brancas eleitas pelos partidos de esquerda, estas representaram apenas 22,8% em 2016 e 17,8% em 2020, o que não invalida inteiramente o argumento de que os partidos de esquerda são mais abertos para a participação e recrutamento de minorias entre seus quadros políticos.

Tabela 7 – Mulheres eleitas a vereadora no Brasil por cor/raça e ideologia partidária – 2016 e 2020

Ideologia Partidária	Brancas				Pretas				Pardas			
	2016		2020		2016		2020		2016		2020	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq.	%	Freq	%	Freq.	%
Esquerda	1062	22,8	974	17,8	108	34,0	169	34,9	611	25,1	644	20,6
Centro	1512	32,5	1541	28,2	73	22,9	91	18,8	587	24,1	650	20,8
Direita	2075	44,6	2943	53,9	137	43,1	224	46,3	1237	50,8	1834	58,6
TOTAL	4649	100,0	5458	100,0	318	100,0	484	100,0	2435	100,0	3128	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nota: excluiu-se os autodeclarados indígenas e amarelos devido a sua reduzida participação nas eleições de 2016 e 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração dos papéis de gênero na sociedade brasileira resulta na subalternidade das mulheres em diversos âmbitos. O campo político não se encontra isento disso, pois a desigualdade entre homens e mulheres, ao se manifestar de forma institucionalizada através do Estado e também no mercado de trabalho, impõe uma série de desafios e obstáculos à inserção das mulheres na política.

No entanto, a vulnerabilidade que atinge a vida das mulheres na sociedade está distribuída desigualmente entre elas. Determinados grupos de mulheres podem dispor de desvantagens ou privilégios em relação às outras dependendo da posição de classe, raça, nacionalidade, sexualidade ou idade que ocupam. Isto implica dizer que, nesse contexto, as características biológicas assumem a função de justificar assimetrias não apenas entre homens e mulheres, mas também no interior dos dois grupos.

Sendo assim, são as mulheres negras e pobres as mais afetadas por esse sistema de dominação. As múltiplas opressões que lhes são impostas, associadas ao fato de ser designada, principalmente a elas, a execução do serviço doméstico remunerado, é um fator que favorece a liberação de outro

grupo de mulheres – mais favorecido nas hierarquias de classe e raça – para o desempenho de demais atividades, inclusive na esfera pública.

Os dados levantados pelo estudo mostram esta realidade na prática. As mulheres que conseguem superar as barreiras do sexismo e adentrar o campo político institucional na condição de parlamentares são, em sua maioria, mulheres brancas (as quais constituíram mais de 50% das vereadoras eleitas nas duas eleições analisadas), possuindo entre 40 e 49 anos de idade, com escolaridade de nível médio e/ou superior completo, casadas e filiadas a partidos de direita.

Esse cenário pode ser considerado como ainda mais desfavorável às mulheres negras que, como já se disse, possuem menores expectativas de vida, de casamento e de acesso a um sistema educacional de qualidade, pois precisam enfrentar a dupla opressão do sexismo e do racismo estrutural que se apresentam em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade (Feminismos Plurais)*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ALVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira: quem vota? quem se candidata?. *Cadernos Pagu* (UNICAMP, impresso), v. 1, p. 119-166, 2014.
- _____. Beauvoir: o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres. *Revista do NUFEN*, v. 6, p. 6-14, 2014.
- ARAÚJO, Clara M. O. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos ADENAUER*, São Paulo, v. 1 p. 11-3-, 2013
- BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: Danusa Marques; Thiago Aparecido Trindade (Org.). *Poder e desigualdades: gênero, raça e classe na política brasileira*. 1º ed. São Paulo: Paço Editorial, 2019, v.1, p. 21-52.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 121-151.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 209-214, jan. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>>. Acesso em: 20 out. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Hill Patrícia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Mulher negra, essa quilombola*. Folha de São Paulo. Folhetim. Domingo 22 de novembro de 1981.

INSTITUTO ALZIRAS. *As Prefeitas brasileiras e os partidos políticos* – 1. ed – Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2020. Disponível em: <<http://preefeitas.institutoalziras.org.br/>>. Acesso: 29 Set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2019*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6408#resultado>>. Acesso em: 18 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2019*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6786#resultado>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). *Monthly ranking of women in national parliaments*. Genebra, 01 mai. 2022. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=5&year=2022>>. Acesso em: 04 mai. 2022.

JAMES, Carl E. *Perspectives on racismo and the human servisse sector: a case for change*. University of Toronto Press. 2 revised ed. 1996

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/set. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/vzPBqZBY8rxfJq-Z5yHqXnXw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso: 06 jun. 2022.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94*. Rio de Janeiro, FGV editora, 1996.

_____. *Sistemas Eleitorais*. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NORRIS, Pippa. Recrutamento Político. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23827839002>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres*. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *"Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar"; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008 (Tese de Doutorado).

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* (34). 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>>. Acesso em: 29 abr. 2022.



SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. Salvador: *Revista Direito UNIFACS – Debate virtual*. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/Carlos%20Augusto/Downloads/4760-18201-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Carlos%20Augusto/Downloads/4760-18201-1-PB%20(5).pdf)>

SOUZA, Claudete Alves da Silva. *A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Ciências Sociais, 2008.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; OLIVEIRA, Cloves; MARTINS, Joyce Leão. *As minorias políticas: a sub-representação dos gêneros, raças e etnias*. In: Antônio Lavareda; Helcimara Telles. (Org.). *Eleições municipais na pandemia*. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 168-191.

YOUNG, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.



Educação Superior do Campo, Juventude Ribeirinha e Práxis na Amazônia Paraense: a promoção da auto-organização das egressas em seus territórios

Educación Superior del Campo, Jóvenes Rivereros y Práctica en la Amazonia Paraense: la promoción de la autoorganización de los graduados en sus territorios

Higher Countryside Education, Youth Ribeirinha and Práxis in the Amazon Paraense: the promotion of self-organization by graduates in their territories

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz
Monica Castagna Molina

Resumo: O estudo é um resultado parcial da pesquisa de tese que tem como objetivo compreender as contribuições do processo formativo da Licenciatura em Educação do Campo –LEdoC – da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba/PA, para a promoção da auto-organização das Jovens Ribeirinhas egressas deste curso em seus territórios, através da análise de sua práxis em diferentes espaços socioprofissionais e comunitários. Verificou-se, na pesquisa de campo e entrevista semi-estruturada, realizadas na ilha do Capim e Xingu em março de 2023, que a história, a trajetória, a atuação e a auto-organização da jovem ribeirinha egressa no território da Amazônia Tocantina tem sido constituído pela sua formação nos movimentos sociais e também na LEdoC, na defesa de seu território contra o projeto da Cargill S.A. na região da ilha do Capim e Xingu.

Palavras Chave: Educação superior do campo. Juventude Ribeirinha. Práxis.

Resumen: El estudio es un resultado parcial de la investigación de tesis que tiene como objetivo comprender las contribuciones del proceso de formación de la Licenciatura en Educación en el Campo -LEdoC - de la Universidad Federal de Para-UFPA, - Campus de Abaetetuba/PA, para la promoción de autoorganización de los Jóvenes Ribereños egresados de este curso en sus territorios, a través del análisis de su praxis en diferentes espacios socioprofesionales y comunitarios. Se constató en la investigación de campo y entrevista semiestructurada, realizada en la isla de Capim y Xingu en marzo de 2023, que la historia, trayectoria, actuación y auto-organización de los jóvenes egresados ribereños en el territorio de la Amazonía tocantina ha constituido por su formación en movimientos sociales y también en LEdoC en la defensa de su territorio frente al proyecto de Cargill S.A. en la región insular de Capim y Xingu.

Palabras Claves: Educação superior do campo. Juventude Ribeirinha. Práxis.

Abstract: The study is a partial result of the thesis research that aims to understand the contributions of the training process of the Degree in Education in the Field-LEdoC - of the Federal University of Para-UFPA, - Campus of Abaetetuba/PA, for the promotion of self-organization of the Riverside Young People who graduated from this course in their territories, through the analysis of their praxis in different socio-professional and community spaces. It was verified in the field research and semi-structured interview, carried out on the island of Capim and Xingu in March 2023, that the history, trajectory, performance and self-organization of the young riverside egress in the territory of the Tocantina Amazon has been constituted by her training in social movements and also in LEdoC in the defense of their territory against the Cargill S.A project. in the Capim and Xingu island region.

Keywords: Higher rural education. Riverside Youth. Praxis.

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz – Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília e professora na Universidade do Estado do Pará. E-mail: larissavizufpa@gmail.com

Monica Castagna Molina – Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de PósGraduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. E-mail: mcastagnamolina@gmail.com

INTRODUÇÃO

O território amazônico é compreendido neste trabalho em sua complexidade, entre avanços e retrocessos, que, por um lado, demonstra uma grande exploração e dominação territorial, com violências que se amplificam com a instalação maciça de corporações exportadoras de *commodities*, mas que, por outro lado, neste mesmo território amazônico, é compreendido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde existem e persistem diversas formas de resistência e se realizam determinadas relações sociais (MALHEIRO et al, 2021; MOLINA, 2017).

De acordo com Santos (2020, p.55), a Amazônia é vista como a “menina dos olhos do mundo”. Desde a expansão da ocupação do território, na década de 70, essas ocupações e disputas não cessaram. O capital imperialista, nos últimos anos, tem avançado com grandes projetos, com o objetivo de se apropriar dos recursos naturais e expulsar os povos tradicionais habitantes da sua imensa floresta. Há, sem sombra de dúvidas, um processo crescente de desterritorialização.

A Amazônia sofre com o desmonte ocorrido nas leis de abertura para exploração das terras indígenas por grandes conglomerados apoiados no governo Bolsonaro (2019-2022), sendo este o cenário ideal da comercialização da Amazônia pelo agronegócio-minério- hidronegócio, exploração das jazidas de minério e a exportação de madeira.

Nesse contexto, o território ribeirinho em Abaetetuba/PA¹ tem sofrido e resistido à grande degradação do território, mesmo estando cada vez mais difícil essa resistência; com o aumento de conflitos e mortes no campo, as mulheres ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentadas, têm indo à luta na busca de resistir a esses ataques catastróficos em seus territórios.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2022), em Abaetetuba, o conflito pelas águas (barragens e açudes), contra a empresa Hydronorte Alunorte, atingiu 7.000 (sete mil) famílias na ilha do Capim. Essa realidade recai fortemente sobre a vida de muitos ribeirinhos e ribeirinhas que existem nesse território, que tem sido tão cobiçado por grandes conglomerados do capital internacional. Neste caso, tem-se o caso do Porto da Cargill, que tem assombrado o território ribeirinho do Baixo Tocantins, em especial, neste estudo, a ilha do Capim e a Xingu, que fica situada na baía do rio Capim. A ilha é dividida em cinco identidades territoriais (Quebra Pote, Terra Firme, Marituba, Caratateua e Vila Católica) e a reserva ecológica que faz parte do Assentamento Agroextrativista² PAE Santo Antônio da ilha do Capim (SOUZA; RAMOS; SILVA e MODESTO, 2018).

Nos últimos anos, no Brasil, tem se reproduzido e constatado nas pesquisas acadêmicas também, bem como nos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, que há um movimento que foi fortemente bancado pelo então governo bolsonarista, da bancada ruralista (oligarquia agrária), que representa, na história do Brasil, a maior centralização de recursos, a maior repressão e opressão para com os povos originários, ribeirinhos, camponeses, mulheres, homens do campo, articuladas com outras frações de classe que são identificadas e analisadas como: a) bancada da bala (milicianos); b) bancada da bíblia (fundamentalismo religioso pentecostal, “católico carismático ou da Opus Dei, e outras formas religiosas judaicas ou maçônicas, sempre integradas ao neoliberalismo).

¹O município de Abaetetuba-PA está localizado na porção setentrional do Estado do Pará, na microrregião do Baixo Tocantins, distantes a 60 km, em linha reta de Belém. Esse município possui extensão territorial de 1.610,654 km², limita-se ao Norte com o Município de Barcarena e o rio Pará; ao Sul, com o município de Igarapé-Miri; a Leste, com o município de Moju e, a Oeste, com o município de Limoeiro do Ajurú e com a Baía de Marapatá (SILVA, RAVENA E FERREIRA, 2022)

² Criado pela Portaria N° 55 de 16 de dezembro de 2005/INCRA.

mo”); c) a bancada do “Boi” (agronegócio); e, finalmente, a do Banco (capital financeiro internacional) (RIBEIRO; SILVA, 2022, p.187).

Entre as categorias que causaram conflitos por água, destaca-se, no ano de 2021, a mineração internacional, tendo sido responsável por 29,60% deste tipo de conflito. Entre os mais atingidos foram escolhidos para serem destruídos, com a conivência do Governo, ribeirinhos (em 19,49%); quilombolas (14,47%) e indígenas (17,10%). Nesta conjuntura (entre 2020 e 2021), destacam-se os estados de Bahia, Pará e Minas Gerais. (Ibid, p.193)

Na mesma linha de análise, há a importância de se investigar e observar as diferentes formações societárias e comunais, onde as mesmas precisam se organizar partindo de si mesmas em uma ação abaixo do poder selvagem, ou seja, movimentam-se em classe para alinhar-se enquanto luta de classes contra o capital. Como exemplo, o protagonismo camponês dos anos 1990 e 2000 e, hoje, “o protagonismo indígena que se constitui, e afirma para além das fórmulas do enquadramento marxista domesticado nas academias ocidentais ou aquele imposto abstratamente pelas Internacionais.” (RIBEIRO e SILVA, 2022, p.188).

Em relação às mulheres e às mulheres como liderança dos movimentos sociais, tem-se cada vez mais “corpo-território” abusado, violado e exterminado com crueldade e que tem sido publicamente amenizado, tanto pelo Estado como pelos interesses privados. As mulheres indígenas têm sido, nos últimos anos, particularmente, as mais afetadas em termos de perseguição e violência³ no país. Assim, a violência contra mulheres nos conflitos do campo tem sido configurada sobre ameaça de morte e a intimidação, que representam 31,25% e 13,54% das violências sofridas por elas; a humilhação situa-se como a quinta violência mais sofrida por mulheres, representando 7,29% (RIBEIRO e SILVA, 2022).

Além desses dados, vale também reiterar que, para as mulheres quilombolas, a humilhação representa a violência mais recorrente, representando 40% do total. É, pois, a principal violência sofrida por elas mais do que os homens, sendo que, para eles, a violência de humilhação representa 25% das violências sofridas.

Há uma nítida sinalização de que a humilhação indica o agravante de ser negro (a) e ser mulher nos conflitos no campo, isto é, a condição entre gênero, raça, classe e território estão intrinsecamente relacionadas e precisam assim ser analisadas. A condição de agravante de ser uma mulher quilombola mostra-se ainda mais gritante quando observamos o conjunto das violências sofridas por elas entre os anos de 2011 a 2021: 21,13% das violências foram estupros. (RIBEIRO e SILVA, 2022, p.191)

Apesar destes absurdos conflitos e violências contra a vida de mulheres no campo, elas seguem lutando ininterruptamente por um viver digno, uma vez que seus corpos são territórios que fecundam vidas e representam vidas em seus lugares de fala, resistência, existência e luta. As mulheres do campo emergem na tessitura que articula passado, presente e futuro, “impregnado de necessidades defensivas para estar vivo como comunidade. O existir comunal se faz a partir de um

³ Sobre os conflitos no campo no Brasil, os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2021) registram 27 conflitos trabalhistas, sendo que o maior registro ocorreu em Ourilândia do Norte, com garimpo, Extração de minério – ouro.

viver ancestral que carregamos pelo compromisso com as gerações que passaram e as que virão.” (Ibid, p. 194).

Nesse viés, a Educação do Campo, em especial a LEdoC, ganha força por estar situada exatamente nas confluências de forças entre as classes. É preciso ampliar os estudos, as pesquisas que estejam entre o debate e ataques sobre gênero, raça, classe, onde se tem tentativas de bloquear a reorganização “das relações entre mulheres e homens.” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO; 2020, p.20).

O curso da LEdoC, que vem sendo desenvolvido em todo o território brasileiro⁴, está vinculado a um projeto histórico de construção de uma nova perspectiva social que busca transformar o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, que tem sido tomado como estratégia de compreensão e luta de diversas problemáticas inerentes ao campo no Brasil, isto é, perpassam desde aspectos econômicos, políticos, educacionais e as próprias relações sociais, em que destacamos as relações de gênero, classe e raça. Ou seja, nesse contexto do encontro das águas com sujeitos ribeirinhos e ribeirinhas, a formação na LEdoC também tem contribuído para que os sujeitos se auto-organizem e se fortaleçam nos movimentos sociais e contra-hegemônicos ao grande projeto do Capital, como no caso o projeto portuário da Cargill na ilha do Xingu no Baixo Tocantins (GONÇALVES, 2019).

Não obstante, é imprescindível atribuir à presente pesquisa o sentido de novidade, e também de urgência, uma vez que há grande necessidade de pesquisar as mudanças que também vêm acontecendo na ilha do capim em função da devastação do capital internacional no interior de Abaetetuba, que demarca a luta pelo direito da vida humana, sem distinção de classe, gênero, raça, lugar, identidade; a educação como direito à classe trabalhadora, que, nesse território, é resultado da luta em movimento dos movimentos sociais em sua totalidade e dialética.

Em síntese, e concordando com Biroli, Viggione e Machado (2020) e Gonçalves (2019) sobre a importância que se tem e da urgente necessidade que se toma nesse contexto, a pesquisa enfatiza a vida do/no campo como vidas que importam! As vozes de mulheres ribeirinhas, quilombolas, acampadas que sofreram e sobreviveram nos últimos tempos sob forte pressão do Estado e do capital, importam!

Partindo dessas reflexões, as premissas que se pode inferir:

- a) Os estudo e pesquisas sobre mulheres do campo representam a luta histórica, educativa, política e social de seres humanos que sempre tiveram suas vozes caladas e reprimidas e de que é inquestionável e, ao mesmo tempo, urgente tornar visível no campo teórico e prático da Educação e da Educação do Campo. Um movimento contra-hegemônico, que paute a História da mulheres, o direito da mulher, o respeito, pois o Patriarcado é um sistema que está enraizado em toda sociedade;
- b) A formação de educadoras carrega, em seu bojo histórico, questões de gênero , raça, classe, influenciando e influenciado diretamente as políticas públicas educacionais no Brasil;
- c) Questões de gênero, raça, classe, no campo da Educação do Campo na Amazônia Tocantina, representam um estado de luta e posicionamento social e político, logo, descaracterizando a falácia do neoconservadorismo, que tenta diminuir os movimentos pela igualdade de gênero, raça e classe.

⁴ São mais de 30 Instituições ofertando o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em todo o território brasileiro.

Neste viés, compreende-se a importância desta proposta para ressaltar a necessidade de estudos e pesquisas sobre essas categorias específicas que engendram o presente estudo: Educação superior do Campo, Juventude Ribeirinha, auto-organização e Práxis.

1. Educação Superior do Campo

O ponto de partida deste texto é a ideia de que a educação e a formação de educadores e educadoras constituem campos de disputa que demarcam dois tipos de concepções formativas: 1) aquelas que buscam a alienação e conformação dos homens e mulheres à realidade dada; e 2) outras que buscam a transformação e emancipação social e dos sujeitos. Tais diferenças de concepções formativas tem lados opostos: um focado no trabalho e outro focado no capital. Com base nesse pressuposto, orienta-se como compreensão de que a Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC é um curso que adota o regime de alternância pedagógica entre Tempo Universidade (TU) e Tempo e Comunidade (TC), é a Pedagogia da Terra dos povos da terra e com os povos da terra, tendo como propósito a articulação entre educação e a realidade específica do campo, visando contribuir (direta e indiretamente) para o desenvolvimento local, além de trazer valores humanísticos para a sociedade (GIMONET, 2014).

Ou seja, trata-se de uma formação destinada à classe trabalhadora do campo, que propõe a formação integral de educadores(as) para além da sala de aula, pautada em três dimensões: preparar para a habilitação na docência por área de conhecimento, para a gestão de processos educativos escolares e para a gestão de processos educativos comunitários (MOLINA et al, 2017).

A Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC é produto de lutas, resistência e insistência que, a partir dos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998 e que ainda hoje está em vigência, mesmo que sob fortes tensões, conquistaram o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que acentua para a formação de educadores e educadoras do campo e para “que se constitua desde a especificidade do campo (que inclui uma estrita relação entre educação e processos de desenvolvimento comunitário)”, é, pois, um projeto de formação de educadores e educadoras que toma como referência a Pedagogia Socialista (CALDART, 2011, p.99).

No Campus de Abaetetuba da UFPA, o curso foi instituído em 2010, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, com objetivo de assegurar uma Educação do Campo que contextualize conhecimentos a serem desenvolvidos para o mundo do trabalho, em seu movimento de integração entre os conhecimentos práticos, políticos, culturais, sociais e econômicos (UFPA, 2016a).

Assim, o curso vislumbra o exercício do trabalho a partir de discursos de identidade, perfis, currículo vinculados aos povos do campo, onde se fundamenta um projeto de formação de educadoras e educadores que valoriza a vida no campo em sua diversidade, é pensar o campo dialogando com os conteúdos, com a realidade, com a atualidade, com as famílias, comunidades formando lideranças de equipes para o desenvolvimento e protagonismo dos sujeitos em sua coletividade.

Nessa perspectiva, as dimensões formativas das jovens mulheres ribeirinhas que participam da LEdoC também estão situadas nesse trabalho, onde se deve responder às necessidades do educador e educadora que atua com populações ribeirinhas, quilombolas, pesqueiro, assentados, nos aspectos tanto pedagógicos quanto do contexto político, social, cultural e econômico que esses

sujeitos vivem. Pois é nessa compreensão da realidade local que ela(s) poderá(ão) contextualizar a(s) sua(s) prática(s) pedagógica(s) numa perspectiva contra-hegemônica ao capital, aos projetos neoliberais que estão, cada vez mais, avançando em seus territórios.

Às LEdoCs compete formar criticamente os educadores que por elas passam, de tal forma que seus egressos tenham as condições necessárias de promover a formação da juventude camponesa que frequente as escolas do campo nas quais esses educadores atuem, não apenas socializando com eles conhecimentos científicos da área de habilitação à qual se titularam, mas também promovendo, nesses processos de socialização, práticas pedagógicas capazes de contribuir com os processos de auto-organização desta juventude, na perspectiva de construir processos produtivos e de geração de renda que lhes possibilite continuar existindo como camponeses. (MOLINA e MARTINS, 2019, p.30-31)

Nesse viés, a discussão de gênero e a educação superior do campo é, sobretudo, essencialmente pela necessidade histórica de resgatar, refletir sobre a história de muitas mulheres que foram e são silenciadas, agredidas, violentadas cotidianamente, e isso não é diferente com as ribeirinhas, quilombolas e indígenas; mas também é de resistência, de formação escolar e política, que também são alternativas para a emancipação dessas mulheres em seus territórios, como é a LEdoC, em diferentes espaços do campo no Brasil. É preciso (trans)formar essa forma escolar que se apresenta desvinculada da realidade, da vida, do trabalho dos sujeitos do campo, em especial das mulheres, para que se reconheçam, se posicionem, se valorizem contra à reprodução da sociedade patriarcal, que ressalta, por exemplo, que a violência contra mulheres deva ser considerada como “normal”, que precisa ser assim ou que sempre foi assim.

Em tempos de negação de direitos, continuar a caminhada em defesa dos outros sujeitos oprimidos e violentados é um ato de resistência. (BIROLI, VAGGIONE e MACHADO, 2020).

Em síntese, as leituras e interrogações que estão presentes a cada busca por conceitos sobre gênero, luta de classes e formação de educadoras ribeirinhas, internalizam significados e sentimentos de força, de formação, de ruptura e lutas por emancipação.

Conhecer a historicidade sobre a inserção e exploração de mulheres na sociedade precisa ser mediada como campo de identificação de quem são essas mulheres nos seus espaços de reafirmação de lutas na garantia de direitos. Por isso, pensar em uma formação humana com um outro paradigma pedagógico é ampliar o olhar sobre a história das mulheres do campo, das mulheres que sempre estão organizando, trabalhando, conduzindo os movimentos, porém, poucas vezes são ouvidas e vistas.

Assim, pensar a LEdoC como projeto de sociedade “possui caráter de ação afirmativa na contribuição para a transformação da realidade do campo e para a emancipação de homens e mulheres (camponeses, assentados, ribeirinhos, assalariados, populações tradicionais)” que, por muito tempo, foram oprimidos (FALEIROL e FARIAS, 2017, p.4).

Nesse sentido, a pesquisa que se apresente neste espaço tem rosto, história, território, cor e luta definida: é de uma jovem ribeirinha egressa do Curso de Licenciatura em educação do Campo, da LEdoC/UFPA Abaetetuba, e sua atuação e participação no **IV Grito das Águas** – com o tema “Água sagrada. É direito. Não mercadoria.” –, ocorrido no dia 20 de março, no Porto Igarapé Areia, na comunidade São José Vilar, que reuniu cerca de 500 pessoas de 42 comunidades das ilhas de Abaetetuba.

Essa experiência foi de suma importância para compreender a auto-organização da egressa, que será identificada como Rosa⁵, através da análise de sua luta e resistência junto com vários ribeirinhos e ribeirinhas que gritam, resistem, lutam em defesa de seu território contra o grande projeto de destruição da Cargill.

Em síntese, a Educação Superior do Campo se apresenta como projeto alternativo de sociedade, propõe a emancipação humana e a transformação da estrutura da sociedade por meio de um projeto contra-hegemônico, pensado junto com os movimentos sociais. Se apresenta como um caminho para construção de um modelo de educação que corresponda e valorize os povos e saberes do Campo.

2. Juventude Ribeirinha

As lutas feministas “produziram avanços na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro em diversas partes do mundo, mas permanece alto o nível de estupros e assassinatos de mulheres por homens com quem tiveram relações afetivas.” (BIROLI e MIGUEL, 2014, p.3).

Esse movimento de ruptura e emancipação provoca a pensar e buscar situar que a formação que nesse espaço de lutas e memórias se delimitam dando significado, aportando sentido às palavras e à pesquisa que transitam por vertentes tão necessárias e atuais sobre mulheres do campo na Educação do Campo, são sujeitos que sobrevivem sobre grandes conflitos territoriais e mundiais, lutando pela garantia de seus direitos, por respeito, pela vida, por saúde e educação, dentre outras demandas. São mulheres de cor, raça, classe e opiniões que ainda hoje possuem presença negada e direitos retirados. Um viver que, historicamente, foi construído com pouca ou quase sem reconhecimento e dignidade prisioneira de uma sociedade classista, desigual, racista, preconceituosa e conservadora.

Para Gonçalves (2019), as questões de gênero no campo não estão desarticuladas dos aspectos gerais da luta histórica por relações de igualdade entre homens e mulheres, muito menos são meras reproduções desta. São demarcações que constroem reflexões e práticas no seio da luta de classes, pois nenhuma forma de análise deve estar neutra das subjetividades do que vem a ser, a cada tempo, compreendido e disseminado enquanto uma luta social e histórica das mulheres.

No movimento histórico, é possível perceber a apropriação e divisão de estudos sobre o feminismo que se incorporam em epistemologias analíticas a partir do sujeito, do contexto, da classe e raça. São corpos, memórias e culturas que são e foram silenciadas durante séculos (SAFFIOTTI, 2013). Estudar hoje sobre essa categoria é enveredar por um caminho científico consubstancialmente necessário para a compreensão da história das mulheres na sociedade, bem como a busca necessária por essa articulação teórica e prática/práxis nas instituições de debate, educação e de políticas públicas.

Isto posto, cabe situar que gênero é compreendido nesta pesquisa para além de uma categoria analítica, mas como uma categoria histórica. Gênero é uma categoria política, cultural, determinante/determinada pela divisão sexual e social do trabalho. Além disso, gênero é uma categoria necessária de inflexão do pensamento “que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher, dos quais é extremamente precoce abrir mão” (SAFFIOTTI, 2013, p. 18).

⁵ Rosa faz referência a uma jovem mulher da ilha do Capim, egressa da LEdoC do Campus da Universidade Federal do Pará de Abaetetuba. Atualmente, é estudante no curso de mestrado em Sustentabilidade, junto aos povos e territórios tradicionais na Universidade de Brasília (PESQUISA DE CAMPO, 2023).

Assim, a orientação para a compreensão do gênero se situa na dimensão crítica, onde os sujeitos são compreendidos em suas relações a partir da divisão de classes, olhar para a sociedade capitalista e compreender o todo em que está inserido o sujeito. Desse modo, Saffioti (1987, p. 275-276) destaca:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se passa com frequência, o gênero não regula somente relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher.

Por isso, é importante situar que a construção teórica que demarca essa tese possui cor, gênero, classe, é um movimento histórico situado no tema da Educação do Campo. Ou seja, a formação no curso da LEdoC ofertada às jovens ribeirinhas na Amazônia Tocantina são demarcações que constroem reflexões e práticas no seio da luta de classes, onde se observa que, no centro desse movimento, estas mulheres são seres situados social, econômica, cultural, política, ambiental e historicamente. São múltiplas determinações que estão presentes no processo de formação das jovens ribeirinhas egressas da LEdoC. Assim, para Gonçalves (2019, p.210):

a mulher camponesa em suas práticas de reprodução e produção da vida desafiam constantemente dois dos principais fundamentos do capitalismo: a propriedade privada, na defesa da reforma agrária e na luta cotidiana nos acampamentos, assentamentos e lotes, movimentos sociais/sindicais; e a família nuclear burguesa, de base patriarcal, no momento em que se auto organizam, ocupam espaços profissionais e políticos de tradição machista e implementam pautas históricas, que perfazem o processo de emancipação feminina.

Neste espaço formativo, estas mulheres têm definido história, projeto, cultura, luta, resistência, reforçando no curso de Licenciatura em Educação do Campo sua identidade de mulheres ribeirinhas do campo, além disso, reforçam também as possibilidades dessas jovens estarem ocupando espaços de trabalhos que são necessários para o fortalecimento das comunidades, de seus territórios, de sua identidade. Gonçalves (2019) pontua que as mulheres que acessam o Curso da LEdoC passaram por diversas barreiras sociais pela vida, e, muitas vezes, essas dificuldades estão ancoradas por serem quem são e de onde são, mulheres oriundas da classe trabalhadora em geral; indissociavelmente, encontram-se articuladas dificuldades de classe, gênero, raça, desigualdade socioeconômica.

As/os jovens ribeirinhos(as)⁶ são aqueles que vivem a realidade das ilhas, furos⁷, caminhos do rio Tocantins e Pará. Essa juventude apresenta singularidades, constituídas a partir das suas relações sociais, de sua condição de classe, da sua história, de seus saberes e conhecimentos.

⁶ Sobre a situação do domicílio na região Norte, os jovens da zona rural representam 17,5 %, enquanto os jovens da zona urbana representam 5,1 %. Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentam instituição de ensino (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018).

⁷ Os furos são caminhos mais estreitos de água formados pelos rios. Os furos são canais com entrada e saída.

Compreende-se que a definição de juventude é uma construção social, histórica, e é demarcada pela questão de classe social. A pesquisa sobre a auto-organização de jovens ribeirinhas egressas da LEdoC e sua práxis possibilita a reflexão acerca de uma realidade que envolve, hoje, uma parcela da classe trabalhadora, que faz parte do movimento social que mantém a juventude como fruto da organização social e política dos interesses e anseios dos povos do campo.

Sobre a categoria juventude, nos baseamos em Groppo (2011, 2020), Frigotto (2004, 2009), Spósito (2002) e Mandetta (2013), que a definem como uma construção social e histórica: não é possível falar em juventude genericamente, pois cada grupo social constitui uma concepção de jovem.

Nesse sentido, não é possível falar em juventude ribeirinha sem levar em consideração as diferenças que apresentam entre si – de sexo, cor, raça e origem social:

Dessa maneira, há diferentes representações sociais sobre juventude: ser jovem em periferias urbanas não é a mesma que ser jovem em bairros abastados; assim como há diferenças entre o jovem de classe média que ingressa no mercado de trabalho após a formação universitária e o jovem das camadas populares que ingressa no mercado de trabalho antes de terminar a sua formação escolar básica. (MANDETTA, 2013, p. 39)

A definição de juventude é uma construção social, histórica, e é demarcada pela questão de gênero, raça e classe social. Nesse sentido, nosso foco é olhar para esta juventude da classe trabalhadora do Baixo Tocantins⁸, onde, segundo o IBGE (2018), se registrou maior participação em relação ao seu contingente populacional, estimada em 31,56% (269.997 jovens). Dentre os municípios da Região de Integração - RI, Abaetetuba apresentou o maior número de jovens (51.096), seguido por Cametá (42.918 jovens).

Na pesquisa de Azevedo (2022), a singularização de juventudes ribeirinhas e quilombolas é compreendida no território do Baixo Tocantins a partir do contexto sociocultural de seus territórios, das condições de vida, nas percepções e apreensões a partir da realidade em que estão inseridos, na construção dos seus projetos de vida, ou seja, o estudo e pesquisa sobre as mulheres ribeirinhas no Baixo Tocantins egressas da LEdoC são demarcados por: a) a realidade que estão inseridas, compreendendo o território como espaço de disputa de classes, projetos de grandes empresas capitalistas na região; b) gênero, raça, classe e território; e c) educação e luta de classes. São esses contextos que se integram ao sentido de se pesquisar o território amazônico em sua totalidade e contradições. Conforme comenta a jovem ribeirinha:

[...] ser mulher ribeirinha é, não sei como formular isso, mas é porque tá dentro da gente e talvez colocar isso em palavras seja difícil. Talvez eu tenha que pensar sobre isso. Mas é algo que vem de dentro, que vem da ancestralidade, que vem de nossos ancestrais [...] talvez, eu não saiba traduzir esse meu pertencimento em palavras.[...] o rio é quem atea assim, quem margeia a nossa vida, e é a partir dele que a gente se constrói e constrói tudo que estar ao redor,

⁸ Seguindo a FAPESPA (FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, 2020), a RI do Tocantins é formada por 11 municípios, o que representa 10% da população do Estado. Abaetetuba é o município mais populoso da região, com 156.292 habitantes (18%), seguido por Cametá, com 136.390 habitantes (16%) e Barcarena, com 122.294 habitantes (14%); com taxa de crescimento populacional de 1,83% entre 2010 e 2018, acima da média estadual de 1,46% (FADESP, 2020, p. 12).

então é nessa relação com o rio e com a natureza que a gente vai se constituindo dentro das lutas, dos processos de associativismo dentro da comunidade, de partilha de conhecimento, de saber de uma construção coletiva[...] (ROSA, pesquisa de campo, 2023)

É dentro desse contexto que a pesquisa sobre a juventude ribeirinha ganha força, em Abaetetuba, que possui aproximadamente setenta e duas (72) ilhas, entrelaçadas por rios, furos e igarapés, ou seja, é um espaço assentado numa “geografia de ilhas, de estradas e de ramais e dentro dele estão onze comunidades quilombolas existentes e diversas outras que são identificadas como ribeirinhas” (CPT e MORIVA, 2009, *apud* POJO, 2015, p. 148).

A jovem ribeirinha Rosa, sujeita da pesquisa, pertence ao território das ilhas de Abaetetuba, Ilha do Capim, é filha de agricultor, pescador, extrativista, formada na primeira turma (2016) de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA de Abaetetuba, com habilitação em Ciências Sociais e Humanas e, atualmente, é estudante de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Território Tradicionais na Universidade de Brasília.

Rosa é uma jovem mulher ribeirinha que mantém sua relação e posição frente à luta dos movimentos das ilhas em torno do projeto portuário Terminal de Uso Privado (TUP) da multinacional Cargill Agrícola S.A, em Abaetetuba-PA, projeto este que está diretamente associado à expansão/invasão da produção do agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio para novas fronteiras espaciais, com forte impacto no conjunto da Amazônia (MALHEIRO, et al, 2021).

Segundo Silva, Ravena e Ferreira (2022, p.3), o projeto tem como objetivo construir o maior porto fluvial graneleiro, em capacidade de movimentação no Arco Norte. “Na região, Abaetetuba passará a receber as barcaças com soja trazidas de Santarém-PA, inserindo-se na economia globalizada como corredor de exportação de commodities” correspondendo aos interesses e anseios do mercado internacional.

A multinacional Cargill atua no Brasil desde 1965 e é uma das maiores companhias do agronegócio mundial. As intenções de construção do terminal fluvial graneleiro no Pará completa a estrutura logística da multinacional, garantindo o aumento da capacidade de escoamento da safra brasileira de grãos, pois representa uma alternativa para os portos saturados do Sul e Sudeste do país. (SILVA; RAVENA e FERREIRA, 2022, p.4)

Essa realidade demarca a vida de muitos ribeirinhos e ribeirinhas que existem e resistem neste território que tem sido tão cobiçado por grandes conglomerados do capital internacional. O projeto é explorar, ocupar e desterritorializar os povos do campo, enfraquecendo cada vez mais a cultura, a identidade, a educação dos sujeitos que estão há séculos vivendo nesse território.

Assim, em cada época e em cada sociedade, a educação reflete as condições do desenvolvimento social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a relação de forças entre as classes envolvidas. A luta pela escola de qualidade que respeite as necessidades e a realidade da classe trabalhadora tem sido uma briga secular; a luta de jovens mulheres ribeirinhas, quilombolas, pescadoras, assentadas, atingidas por barragem é real e urgente.

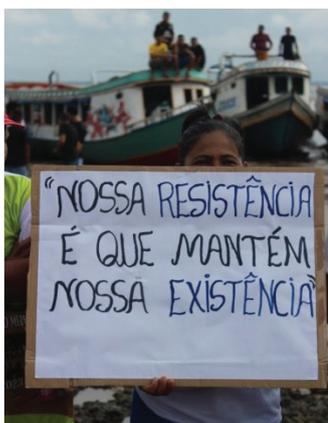
3. Da Auto-organização à Práxis

No dia 22 de março de 2023, na ilha do Xingu, no porto Igarapé Areia na comunidade São José Vilar, ocorreu o **IV Grito das Águas** com o tema “Água Sagrada. É direito. Não mercadoria”, onde se reuniram cerca de 500 pessoas de 42 comunidades das ilhas de Abaetetuba (PA). O encontro de tantos representantes comunitários, mulheres, homens e crianças, jovens, adultos e idosos, denunciaram as ameaças que vêm sofrendo em seus territórios, em especial, pela Cargill S.A, como já foi mencionado anteriormente. Esse projeto avança na ocupação dos rios e modificam violentamente o modo de vida dessas populações, modificam os espaços de onde retiram seus alimentos, a pesca, a caça, isto é, todo o seu sustento (MALHEIROS, et al, 2021).

O **IV o Grito das Águas** é um movimento organizado pelas comunidades e representações institucionais como a Cáritas Rainha da Paz, entidade membro da Cáritas Brasileira Regional II, Movimento dos Ribeirinhos Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Comissão Pastoral da Terra - CPT Guajarina, Colônia de pescadores Z -14, Cáritas Comissão Diocesana e Ribeirinha de Enfrentamento aos Grandes Projetos, e da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. Mas esse encontro só foi possível de ser vivenciado pois Rosa participa diretamente de sua organização, junto com os moradores ribeirinhos da ilha do Capim e Xingu.

Nessa imersão de pesquisa de campo e participação nesse profundo, e necessário, encontro das águas (conforme Imagens 01 e 02), é possível afirmar o quanto esses sujeitos são envolvidos e estão lutando pelo direito à vida, à comida, pelo seu direito de ter direito à água. A auto-organização é compreendida enquanto organicidade coletiva desses sujeitos, é por meio de sua materialização que ocorre o fortalecimento do movimento de resistência coletiva de determinado grupo social.

Imagem 01 - Mulheres reivindicando seu território. **Imagem 02** - Mulheres reivindicando respeito.



Fonte: IV Grito das Águas, 2023.



Fonte: IV Grito das Águas, 2023.

Pistrak (2011) acentua que a auto-organização sem a existência do coletivo na escola soviética é um projeto que nasce morto. Isto é, não pode existir projeto de escola e formação de educadores e educadoras sem que exista a valorização e intensificação do trabalho e organização coletiva.

A auto-organização vislumbra, dentro da composição curricular e pedagógica das LEdoCs, o fio condutor para a tomada de consciência dos coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam e se reconhecem no processo formativo de sujeitos de direito.

Conforme argumenta Silva, Ravena e Ferreira (2022, p.7):

As comunidades tradicionais de Abaetetuba estão organizadas e engajadas na luta pelos direitos comuns, como recursos naturais, água, território, manutenção da vida, saberes e práticas coletivas enraizadas nos seus modos de existência social. O movimento social local, formado por pescadores, extrativistas, açaicultores, carpinteiros, lavradores, artesãos, marítimos, ribeirinhos, constituem uma somatória de categorias sociais, não apenas luta de resistência ao poder da empresa.

É nessa realidade, de luta, resistência, trabalho, educação, auto-organização e práxis que Rosa está inserida, sua atuação tem sido, desde muito jovem, nos movimentos sociais, nas formações da comunidade Ecresial de Base, e sua formação e pertencimento foi reforçado na LEdoC e, agora, no curso de Mestrado da UNB.

É compreendendo sua identidade enquanto ribeirinha que Rosa tem contribuído na organização das lutas e na melhoria da educação, da política e da formação de sua comunidade. Ela tem um protagonismo essencial na sua comunidade, sua auto-organização tem sido baseada e construída através de pesquisa, formação, junto à sua comunidade para melhorar a vida de todos. Como ela afirma:

[...]Eu cresci dentro de uma comunidade tradicional, dentro de uma família tradicional. Minha principal base é a comunidade Ecresial de Base, que foi ali dentro que eu cresci, que eu me formei, que eu comecei a participar dos movimentos, (éé...) das pastorais, então desde muito cedo, por conta da minha família eu fui engajada dentro desses processos. É, mas para mim auto identificar como ribeirinha, por exemplo, eu só vim ter a, talvez, não sei se chamaria de consciência, mas de me apropriar mesmo disso, quando eu entrei dentro da Universidade e não foi um processo muito fácil, porque quando eu entrei na Universidade o Curso de Educação do Campo, ele tem um olhar, assim, diferenciado, principalmente dos outros cursos quando olham. [...]aí eu passei a entender que era importante eu me auto afirmar como ribeirinha, como pertencente a uma comunidade tradicional e isso foi se tornando importante nesse processo para mim. Mas eu só fui assim, passar não a valorizar, mas a me auto afirmar mais ainda quando eu cheguei no mestrado e que ali eu vi o quanto era importante eu defender essa minha identidade, que é a identidade também da minha comunidade. (ROSA, pesquisa de campo, 2023)

É nesse movimento que se faz necessário pontuar, a partir de um projeto que se apresenta articulado às questões de luta de classes, para garantir uma outra forma de lecionar que esteja ancorada a um projeto educativo que seja organizado e pensando pela classe trabalhadora, pelos movimentos sociais, das lutas correspondentes ao compromisso de uma nova sociedade, uma nova hegemonia. Toda práxis é atividade, mas atividade intencional, pois se pauta no trabalho, na ação e na transformação do sujeito e do meio em que está inserido (VÁZQUEZ, 2011).

A Práxis torna-se, neste espaço de lutas em que há a organização coletiva, a perspectiva da construção de uma nova forma escolar, na qual se busca formar educadores e educadoras capazes

de constituir, em sua prática pedagógica, a articulação entre escola e comunidades camponesas, entre a escola e a vida, isto é, entre a escola e o trabalho, entre estudo e a produção material da vida.

Araujo, *et al* (2014) apontam que a práxis requer, antes de tudo, uma atitude intencional diante da proposta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, com a apropriação do conhecimento como resultante de ações didáticas em torno da unidade teoria-prática, e em que as verdades resultem da imersão dos sujeitos no trato com a realidade, compreendida em sua totalidade.

Concordando com os autores e observando o processo de auto-organização da referida egressa da LEdoC, os ribeirinhos e ribeirinhas desenvolvem práticas social, cultural, educativa, ambiental e econômica que são cruciais para sua sobrevivência e existência. São intelectuais orgânicos⁹ que se organizam e se comunicam pelos interesses e anseios coletivos, o **IV Grito das Águas** em Abaetetuba, do povo, da natureza, das águas e de tudo que constitui o território ribeirinho, representa, com toda sua grandeza e diversidade, a vida; as vidas que, sob ameaça dos grandes empreendimentos da empresa Cargill, se unem, se organizam e lutam!

Nesse sentido, é possível acentuar caminhos na formação de educadoras no interior da Amazônia, nas instituições federais, na sociedade capitalista que não seja alienante, isto é, que não seja reprodutora da ordem vigente, mas, sim, que questione a forma escolar atual, questione a sociedade, os grandes projetos que têm sido cada vez mais presentes na Amazônia Tocantina. E que o trabalho contextualizado em seus saberes e conhecimentos historicamente constituídos, onde seja possível ultrapassar a formação fragmentada da classe trabalhadora nas escolas públicas do Campo e, assim, materializar a formação de educadoras(es) para além do capital.

Desse modo, é possível considerar, a partir dos resultados iniciais, que a inserção da egressa na LEdoC ajudou a fortalecer sua identidade enquanto jovem ribeirinha e tem sido importante para a sua auto-organização junto com os movimentos sociais ribeirinhos, para a luta e resistência do projeto portuário na Ilha do Capim e Xingu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a LEdoC, juventude ribeirinha, auto-organização e práxis, materializa-se na transformação e emancipação dos sujeitos e de seus processos formativos. A escola do campo é estudada, problematizada e construída para ter função social; essas são questões indissociáveis, pois aí se centraliza o desafio entre teoria e prática, entre trabalho como princípio educativo, auto-organização dos sujeitos em seus territórios. Por isso, a formação está pautada na emancipação dos sujeitos do campo, em sua coletividade, onde forma e conteúdo não se separam, onde as jovens ribeirinhas desse processo formativo compreendem sua própria história e a realidade como um todo.

Evidencia-se que, nesse movimento de rompimento e emancipação, situa-se sobre a educação e formação humana a partir da classe trabalhadora, nesse espaço de lutas pela vida, pela água, pelo território, aporta-se sentido às palavras e às pesquisas que incitam, por vertentes tão necessárias e atuais, sobre as mulheres do campo que enfrentam grandes conflitos territoriais em seu dia a dia, ocupando agendas na busca por respeito, vida, alimento, saúde e educação. São pessoas de cor, raça, classe e opiniões que, ainda hoje, possuem presença negada, direitos retirados, dignidade prisioneira de uma sociedade que se constituiu “eticamente” veloz no machismo estrutural, que, pela

⁹O termo orgânico, para Gramsci, se refere ao sentido vital do intelectual, que está relacionado às classes fundamentais de um determinado modo de vida social. Onde tem sido desenvolvido o intelectual orgânico em cada espaço, seja na estrutura ou superestrutura (GRAMSCI, 2001, no caderno 12).

divisão sexual do trabalho, reverbera sobre a polidez de gênero, raça, classes e educação (BIROLI e MIGUEL, 2014).

Tão logo, a emergência social e educativa que se faz no âmbito da Educação do Campo enquanto luta de classes é, sem dúvida, inquestionável. Portanto, compreende-se o curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC - como parte desta luta e como conquista dos movimentos sociais, uma vez que é fruto do documento final da *II Conferência Nacional de Educação do Campo*, realizada em 2004. Ou seja, em torno da história da Educação do Campo, há movimento de profunda luta por direitos dos povos do campo, dentre eles, ribeirinhos e ribeirinhas que fazem parte desse universo dialético (CALDART, 2010).

Realizar a pesquisa sobre a formação das jovens ribeirinhas a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo e de como essa formação tem contribuído em sua atuação no mundo do trabalho, ou de como contribui para mudar a vida de sua comunidade, de seu território, é uma proposta que recai na investigação sobre a função social da escola, da Universidade, na vida da juventude ribeirinha, e sobre as estratégias desse espaço formativo como um espaço de emancipação das mulheres.

De uma juventude que, muitas vezes, é esquecida pelas políticas públicas, são seus saberes, vivências que vêm sendo deixadas de lado, como corrobora Arroyo (2014), são os considerados in-humanos, os in-humanizados, os in-educáveis.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, et al. O ensino integrado como projeto político de transformação social. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 161-186, jan./abr. 2014.

ARROYO, M. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2ª ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2014.

AZEVEDO, Grazielle de Assunção. *Juventudes Ribeirinha e Quilombola na FADECAM/UFPA: histórias e projetos de vida*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo - FADECAM da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, L.F. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____; VAGGIONE, J.M. MACHADO, Maria das Dores. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2020.

CALDART, R. *Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 127-154. (Cadernos do Iterra, n. 15, setembro 2010).

_____. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Orgs). *Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-122.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo – Brasil 2021*. CPT Nacional – Brasil. Goiânia, abril de 2022

FALEIROL, Wender. FARIAS, Magno N. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul./set., 2017

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: ALGEBAILLE, E. *Educação pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lampararia; Faperg, 2009. pp.17-24.

GIMONET, J.-C. Da experiência pedagógica à alternativa educativa. In: BAUER, Carlos. et al. (org.). Texto produzido para o *VIII Colóquio de Pesquisa em Instituições Escolares: pedagogias alternativas*. UNINOVE-SP. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GONÇALVES, M.S.N. *Gênero e Formação Docente: análise da formação das mulheres do campo do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da UNB. Brasília, DF, 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, vol. 2*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. A questão dos intelectuais Cadernos do Cárcere, v.2, Caderno 12.

GROPPO, L.; SOUSA, J. T. (org.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.

GROPPO, L. et al. *Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas: política, educação, cultura e religião*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estado do Pará*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MALHEIRO, Bruno. Et al. *Horizontes Amazônicos: para pensar o Brasil e o mundo*. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MANDETTA, F. A. Juventude, Trabalho e Escolarização: uma análise da trajetória de jovens de classes populares de Sosas. Campinas, SP. In: SOUZA, Neri. *Juventude e emprego: educar para qual trabalho?* Campinas: SP: Edições Leitura Crítica; ALB, 2013

MOLINA, Mônica. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul./set. 2017.

_____; MARTINS, Maria de Fátima. (orgs). *Formação de Formadores: reflexões em Educação do campo no Brasil*. 1ed. Belo Horizonte: Autentica, 2019.

PISTRAK, Moisey M. [1924]. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

POJO, Eliana C. O rural quilombola do rio Baixo Itacuruçá-PA: aspectos da cultura, educação e ruralidade. *Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP*, v.6, n.1, p. 143-164, jan./jun. 2015

RIBEIRO, Ana Maria Motta. SILVA, Ana Cláudia Matos. Violência contra mulheres no campo no Brasil: produto de agência de classe da oligarquia agrária, visto por uma Sociologia “desde abaixo”. In: *Conflitos no Campo – Brasil 2021*. CPT Nacional – Brasil. Goiânia, abril de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. *A Mulher na Sociedade de Classes - Mito e Realidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013

SANTOS, Jenijunior. *Licenciatura em Educação do Campo e Território Ribeirinho: desafios e potencialidades na formação de educadores para a resistência na Amazônia*. 2020. 238f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, João S. N. RAVENA, Nirvea. FERREIRA, Vanilda. Maré de resistência: a luta do movimento social ribeirinho frente à implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, V. 03, N.17 Set./Out. 2022.

SOUZA, Jobson. RAMOS, M. SILVA, A. MODESTO, R. A pesca e o pescador: relatos da experiência vivida na Ilha do Capim, Abaetetuba, Pará. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018*. Acesso em 29 de abril de 2023, em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/984/439>>

SPÓSITO, M. P. (Coord.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Campus Universitário de Abaetetuba. [*Plano pedagógico do curso Educação do Campo: PPC atual 2016-2019*. Abaetetuba, 2016a]. Disponível em: <<http://fadecam.ufpa.br/images/anexos/PPC%20Edu.%20Campo%20atual.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Memórias Silenciadas: os modos de viver das quebradeiras de coco de São Miguel do Tocantins

Memorias silenciadas: los modos de vivir de las quebraderas de coco de São Miguel do Tocantins

Silenced Memories: the babassu coconut breakers' ways of living from São Miguel do Tocantins

Juscelino Laurindo dos Santos

Wiliana Carneiro Carvalho

Resumo: Tendo como foco as quebradeiras de coco babaçu da cidade de São Miguel do Tocantins, região do Bico do Papagaio/TO, este artigo traz as estratégias de resistência dessas mulheres representadas pela luta por terra e permanência no território, por autoafirmação enquanto grupo social e por manutenção dos modos de vida individual e coletivo. A partir das memórias e narrativas que construíram suas identidades e culturas, a força da oralidade leva adiante histórias e tradições. Ao romperem com o anonimato que lhes foi imposto, essas mulheres transformam-se em guerreiras cujas armas são o seu ofício.

Palavras Chave: Quebradeiras de coco. Resistência. Memória. Narrativas. Identidades.

Resumen: Este artículo trata de las quebraderas de coco *babaçu* de la ciudad de São Miguel do Tocantins, región Bico do Papagaio/TO, a partir de sus estrategias de resistencia representadas por lucha por tierra y permanencia en el territorio, búsqueda de autoafirmación como grupo social y mantenimiento de los modos de vida individual y colectivo. Desde las memorias y narrativas que construyeron sus identidades y culturas, la fuerza de la oralidad lleva adelante historias y tradiciones. Al romper con el anonimato que les fue impuesto, esas mujeres se transforman en guerreras cuyas armas son su oficio.

Palabras Claves: Quebraderas de coco. Resistencia. Memoria. Narrativas. Identidades.

Abstract: Focusing on the babassu coconut breakers from São Miguel do Tocantins in the area of Bico do Papagaio, this article discusses these women's strategies of resistance represented by the fight for land, the struggle to stay in the territory, for self confirmation as a social group and for maintenance of the individual and collective ways of life. From the memories and narratives which built their identities and cultures, the strength of orality carries on the histories and traditions. When breaking through the anonymity imposed on them, these women transformed themselves into warriors whose weapons are their work.

Keywords: Coconut breakers. Resistance. Memory. Narratives. Identities.

Juscelino Laurindo dos Santos – Mestre em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social (UFT), Graduado em Pedagogia pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Raimundo Paulino - REICLARTE - Araguaína (TO). E-mail: juscelinogeografia@hotmail.com

Wiliana Carneiro Carvalho – Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, Mestra em Letras Ensino de Língua e Literatura pela UFT, Graduada em Letras Português e Francês pela UFPI, Professora da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá - Araguaína (TO). E-mail: wilianaccarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

A região do Bico do Papagaio é um lugar marcado por lutas pela terra e pela permanência no território. Nesse espaço, revelam-se as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras de coco babaçu para acessar os babaçuais e evidenciar a importância de seu fruto enquanto gerador de renda para a comunidade. Nesse contexto, somos direcionados(as) a compreender a memória que essas mulheres constroem a partir de suas vivências no lugar onde estão inseridas.

Para tanto, esta investigação está sustentada em autores que escreveram sobre memória, narrativa e resistência, como Paul Ricouer, Ecléa Bosi, Alessandro Portelli, Paul Thompson e Maurice Halbwachs, além de outros que pesquisaram modos de viver e narrativas da região do Bico do Papagaio (Maranhão e Pará), como Siney Ferraz, Elton Negreiros, Olívia Cormineiro e Kathiane Brito.

Ao abordar a construção do lugar e da paisagem dos narradores da ribeira, Silva (2017) destaca a ligação entre os modos de viver dos sertanejos e o lugar onde construíram sua relação com a terra e com os rios a partir da própria maneira de ver e de sentir o lugar. Segundo o autor, a construção dos modos de vida dos sertanejos se dá no dia a dia; é na prática e na vivência que se constroem os sentimentos de pertencimento e afetividade em relação ao lugar. Na direção das inquietações de Kathiane Brito (2019), em seu estudo intitulado *Não existe babaçu livre em terra presa*, somos provocados a pensar as estratégias usadas pelas quebradeiras de coco para exercerem autonomia e resistência nos babaçuais. A autora evidencia a organização dessas mulheres em defesa de seu território e da manutenção de seus modos de viver por meio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), cuja importância é constatada nas ações jurídicas e na construção das pautas de reivindicação diante dos governos Federal, Estadual e Municipal. As lutas organizadas pelo movimento também marcam sua busca pela manutenção dos modos de viver, pela continuação das narrativas e pelo direito de viver de acordo com as suas culturas — dentro de suas terras e de seus territórios — com dignidade humana.

Ressignificando a Região do Bico do papagaio, em seu estudo sobre os modos de vida dos sertanejos pobres nos vales do Araguaia e Tocantins, Cormineiro (2010) mostra que esses também tiveram que construir estratégias de resistência para sobreviver ao abandono do Estado. No babaçu, no peixe e na mandioca, esses homens e mulheres veem meios de sobreviver e diminuir a pobreza que assola a região. Sua pesquisa sobre a região do antigo Norte de Goiás, atual Tocantins, buscou

[...] compreender e reconstruir os modos de viver dos sertanejos pobres a partir da percepção de que as lutas sociais e culturas são diferenciadas, mas são também parte de um mesmo processo de construção e transformação da vida que faz com que entender o passado ajude a compreender o presente e projetar o futuro. (CORMINEIRO, 2010, p. 14).

Quando a autora diz que a transformação da vida nos proporciona entender o passado, compreender o presente e projetar o futuro, constatamos que os modos de viver das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins são, também, uma forma de tentar compreender o futuro e as possibilidades geradas a partir da quebra do coco.

Considerando as pesquisas que buscaram compreender os modos de vida dos sertanejos da região Norte do Tocantins, utilizamos como fontes algumas obras que nos ajudaram a pensar os

modos de vida, as narrativas e as memórias das quebradeiras de coco babaçu enquanto mulheres que tiveram que construir estratégias de resistência contra o avanço do capital hegemônico dentro do seu território. Um grupo social que, invisibilizado diante do poder público, cristaliza a coragem da sertaneja quebradeira de coco ao desafiar a dureza da vida e enfrentar os latifundiários.

De acordo com Santos (2021), a Interseccionalidade está diretamente relacionada à mulher preta, pois as regras do patriarcado lhes impõem uma carga de vulnerabilidades, que carregam no corpo, como afirma:

Vivem as consequências da interseccionalidade, a dificuldade, as opressões e repressões. As intersecções entre gênero, raça/etnia e classe, pois a maioria é negra/preta, com pouca escolaridade não corresponde às imposições à cultura do patriarcado (SANTOS, 2021, p. 04).

Pela ótica do capitalismo, as quebradeiras de coco babaçu são vistas como uma ameaça aos projetos de expansão da região Norte do Tocantins. Para essas mulheres, que estão do lado oposto ao do rio dos privilégios, a palmeira de babaçu de pé é sinal de esperança para si e para os seus. A maioria são pretas. Nessa vereda epistêmica, Akotirene (2018, p. 55) afirma ser através desta “articulação da raça, gênero, classe e território que os fracassos das políticas públicas são revertidos em fracassos individuais”.

A necessidade de políticas públicas são fundamentais na preservação das florestas de babaçu e para a manutenção da vida e dos modos de viver dessas mulheres. Todos os produtos extraídos da quebra do coco babaçu são transformados em renda, e movimentam a economia local. A planta fornece meios para a produção de objetos e alimentos úteis no dia a dia, como continua Santos (2021):

As diversas utilidades da palmeira e do coco babaçu determinam os modos de viver dessas mulheres. A música retrata o dia a dia das quebradeiras que precisam do coco babaçu para trabalhar e ter renda. “Para os pobres, este coco é meio de vida” é um verso que traduz a importância dada ao babaçu para as mulheres que vivem dele (coco babaçu). É uma reivindicação, uma denúncia aos órgãos competentes da necessidade e da urgência da preservação das palmeiras de babaçu, pois os babaçuais estão cada dia mais distantes das comunidades. (SANTOS, 2021, p. 49).

É através da luta pelo direito de preservação das florestas de babaçu que elas vão deixando as sombras da história oficial, marcando e demarcando seu lugar no mundo, mostrando-se através do seu pertencer e sentir o mundo, no balançar das palhas das palmeiras, dos cachos de coco que caem com o vento, mas resiste e continua firme. Assim, é também a quebradeira de coco, se construindo e lutando pela permanência no seu território.

A memória das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins pode ser compreendida como vestígio das muitas lutas por seu direito de existir e manter suas tradições e modos de viver de acordo com dinâmicas próprias. A memória, assim, é fonte importante na manutenção dos modos coletivos dessas mulheres. Bosí nos provoca a pensar a memória como o gatilho para acessar as imagens remotas:

Mas, daria a memória coletiva conta da explicação de todos os fatos de memória, mormente do que chamamos a lembrança individual? É o caso das imagens remotas, talvez da mais antiga que consigamos evocar. (1983, p. 330).

A memória coletiva é a afirmação desse grupo de quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins. Ela é repassada às futuras gerações para que os modos de viver do grupo sejam compreendidos. Na perspectiva de Ricoeur (2007, p. 133), a memória coletiva pode ser apreendida “[...] como uma coletânea de rastros deixados pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos envolvidos”. A memória é guardiã das narrativas das interlocutoras desse grupo específico das quebradeiras de coco, e a oralidade, uma das maneiras de registrar suas lutas a partir do território que ocupam.

Entre os sujeitos que habitam a cidade de São Miguel, localizado ao norte do Estado do Tocantins, existe uma quantidade significativa de quebradeiras de coco babaçu. Assim, tentar compreendê-las é colocá-las como personagens na historiografia oficial do estado do Tocantins. É retirá-las do anonimato, dando-lhes o direito de ter suas vozes ouvidas, suas memórias registradas, suas narrativas e histórias escritas a partir de seus lugares de fala.

As narrativas dessas mulheres foram a principal fonte desta pesquisa, pois compreendemos que a oralidade, nesse grupo secularmente excluído do sistema formal de ensino, é uma das fontes confiáveis para se conhecer seus modos de viver. Várias dessas vozes foram ouvidas por meio de entrevistas sem interrupções, realizadas nas casas dessas mulheres, nos seus quebradores de coco¹.

Os testemunhos orais dos narradores são os protagonistas deste trabalho, pois têm o importante papel de ajudar a compreender muitas histórias e redescobrir outras, ressuscitar personagens, compreender a força das tradições e descobrir novos saberes, outras “epistemes” dessas mulheres. Seus relatos desvelam e despertam o rompimento da visão preconceituosa que, por vezes, é alimentada e disseminada pelos portadores dos códigos e signos do poder.

1. As Quebradeiras de Coco Babaçu e Suas Relações com o Território

Na região norte do Estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio², concentra-se a maioria das palmeiras de babaçu e a maioria das quebradeiras de coco do Estado, cujas memórias foram acessadas a partir do seu território e do seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017). Ouvir as narrativas do lugar social e da construção social dessas mulheres é dar-lhes o direito de ter seus modos de vida e suas narrativas registrados com fidedignidade e de acordo com suas memórias.

Por meio da quebra do coco, essas mulheres conseguem criar seus filhos e se manter em seus territórios. Nesses territórios, que rompem as fronteiras físicas da terra, é que se cons-

¹ Terreiros onde se quebra coco babaçu, em que as mulheres coletam e levam o coco para esse lugar, fazendo montes de coco. São pequenas latadas, isto é, quatro estacas para dar suporte às palhas de coco babaçu, que tem como função a proteção do corpo da chuva e do sol, assim como, também, demarcar o espaço da quebradeira.

² A região do Bico do Papagaio está localizada entre os rios Araguaia, a Oeste, e Tocantins, a Leste; fazendo fronteira entre o Estado do Pará, a Oeste, e Maranhão, a Leste. Seu território é composto por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguaatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/bico-do-papagaio/>.



troem as identidades, os modos de viver, a cultura e a resistência. Nesse sentido, o território é também um instrumento de formação de cultura, identidades e modos de viver dos sujeitos. Esses sujeitos — que, em certo aspecto, foram e são o próprio território — carregam na memória marcas culturais e sentimentos de pertencimento ao lugar que habitaram/habitam; marcas da sua construção enquanto indivíduos desterritorializados pela força do capital hegemônico.

Os instrumentos de trabalho da quebradeira são um “cofo, um machado e um macete”. Assim, cada vez que ela levanta seu braço, não é só um braço que se levanta, mas é a sua história sendo escrita; cada coco que parte é uma maneira de dizer “Estou aqui, esse é meu território, pedaço da minha história”. Nesse ato, existe toda uma carga simbólica operando em sua realidade.

As quebradeiras de coco babaçu têm, de certo modo, suas identidades construídas pelo lugar, pelo espaço no qual estão inseridas. Nessa direção, Saquet discorre:

É nesse contexto que faço uma reflexão sobre as diferentes abordagens do conceito de território, considerando a territorialidade e evidenciando as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no real, ou seja, a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N); sobre os aspectos inerentes à base filosófica de cada abordagem; sobre o reconhecimento ou não dos tempos históricos e coexistente (multiescalaridade) ou da relação espaço tempo; sobre as mudanças (descontinuidade) e permanência (continuidade) e, a consideração ou não do movimento a partir da constituição de redes de circulação e comunicação, de relação de poder e da própria identidade (caráter simbólico-cultural). (SAQUET, 2003, p. 19).

Partindo desse conceito de território na abordagem das relações do homem em sociedade (SAQUET, 2003), direcionamo-nos a Bourdieu (2007), a partir do qual podemos perceber que as condições materiais de existência são elementos que podem influenciar na construção de identidades e culturas e nos modos de viver:

[...] cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que as unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posições relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência. (p. 1).

No aspecto da prática profissional, as quebradeiras de coco pertencem a uma classe de trabalhadoras rurais; elas são vistas como trabalhadoras com poucas habilidades ou competências para dinamizar a economia do lugar onde habitam. A força do capital globalizado fica evidenciada quando essas mulheres são impedidas de colher o coco nas fazendas. Isso as força a criar mecanismos de sobrevivência dentro do território, que, para as comunidades tradicionais, é algo que transcende o físico, como nos ajuda a compreender Haesbaert:

[...] enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e cons-

trução de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (2006a, p. 121).

Nessa perspectiva, o fortalecimento das desigualdades pode ser visto como uma consequência da dominação do grupo hegemônico no território em que as mulheres praticam a atividade de quebrar coco.

2. O coco babaçu como gerador de renda

As quebradeiras de coco babaçu, no território da cidade de São Miguel do Tocantins, sempre tiveram que buscar suas próprias estratégias para manter vivas suas tradições, memórias, identidades e histórias. O espaço dado a elas dentro da história dessa cidade foi, de certo modo, invisibilizado. Dando ouvido a essas mulheres, buscamos compreender sua própria visão sobre o trabalho ao acessar e analisar suas narrativas e memórias a partir do seu lugar. Vejamos o que diz Dona Maria sobre seu ofício:

A quebra de coco representou tudo na minha vida, que eu criei todos os meus filhos quebrando coco. Comprava arroz, carne, café, açúcar, tudo que uma casa picisa. Eu fazia tudo com a quebra do coco, quebrando coco. Nessa data eu quebrava dez quilos, doze quilos. Botava adjunto de vinte muié, quebrava dois, três sacos de coco [...]. Adjunto era assim: a gente juntava aqueles cocos um mês, juntano, só juntano né? Aí, quando ele tava já largando (a amêndoa soltando da casca do coco), a gente juntava dez, quinze muié e botava pra quebrar aqueles coco de adjunto da gente. A gente trocava dia, eu quebrava pras outras, pras pessoas. Assim, uma comparação: eu quebrava um dia pra ela, se eu quebrasse dez quilos, ela tinha de quebrar dez quilos pra mim. Sobre isso é que a gente botava esse adjuntão [...]. (Dona Maria, 19/07/2019)

A narradora manifesta a importância do coco babaçu na sua história e na criação de seus filhos, mostrando o valor da contribuição da mulher no sustento da casa. Também nos revela a forma com que as mulheres se organizam para ajudar umas às outras, revelando que seu trabalho acontece em conjunto e que, no ato da quebra, ocorre uma troca de informação. O “adjunto”³, por exemplo, é uma troca, uma organização que demonstra a necessidade de realizar o trabalho de forma dinâmica. Brito (2019 p. 32) faz uma reflexão sobre a importância do babaçu para as mulheres: “[...] às mulheres, cabe o trabalho de coletar os cocos aos pés do babaçu, ou mesmo retirá-los das palmeiras”, isto é, há uma cultura marcadamente feminina, transmitida por muitas gerações de mulheres.

A fala de Dona Maria representa, ainda, a gratidão ao coco babaçu por esse ter sido — apesar das dificuldades e da escassez de recursos — um produto que as ajudou na criação dos filhos. Quando a narradora diz que a quebra “representou tudo na minha vida”, compreende-se que o coco babaçu era sua única possibilidade de gerar renda, de se autoafirmar como sujeito capaz de prover recursos mínimos para arcar com as despesas da família.

Uma vez que o poder econômico tem uma força imensurável na vida das pessoas, os sertanejos, mesmo diante das dificuldades, ainda têm uma pequena margem de manobras na condução

³ Um mutirão de mulheres que quebram o coco umas para as outras.

das suas realidades. A situação de vulnerabilidade social das quebradeiras de coco remete à precariedade do acesso aos mecanismos que lhes possam dar condições mínimas de se autoafirmarem e se redescobrirem dentro do próprio grupo social, rompendo o *apartheid* imposto pela “força nua do dinheiro” (BOURDIEU, 2007, p. 14). Portanto, o status social imposto a essas mulheres pelo patriarcado não foi capaz de tirar-lhes a voz, mas de transformá-las em guerreiras que redescobriram a força do seu ofício como elemento de geração de renda e de prestígio dentro do seu próprio território.

A fala de dona Maria, mencionada anteriormente, retrata a construção de uma identidade ligada à sua classe social: a classe de trabalhadoras rurais, de quebradeiras de coco. Todas elas têm as mesmas condições de vida, sofrem as mesmas vulnerabilidades sociais e estão ligadas da mesma forma ao território e a seu ofício diário.

As quebradeiras de coco babaçu encontraram, nessa atividade, um caminho para ousar a ter voz. Tentaram viabilizar, de alguma maneira, o registro de suas próprias narrativas com as peculiaridades daqueles que não tiveram acesso aos códigos e signos da leitura e da escrita.

Complementando a voz de Dona Maria sobre o ofício de quebrar coco, temos o discurso de Dona Luiza:

O coco trouxe tudo na minha vida, sou aposentada hoje e meu marido também, mas eu faço é gostar de quebrar coco, gosto de quebrar coco no mato, gosto de sentir o cheiro da terra molhada, do mato, ver as palhas das palmeiras balançar com o vento, ver os cachos de coco caírem no chão, gosto de fazer carvão. Cozinhar com carvão me parece que a comida fica mió. Me sinto bem tirando azeite de coco, o cheiro me lembra minha mocidade, me lembro da minha mãe que já morreu. Só lavo meus pratos com sabão de coco, dá mais inspuma. Esse sabão comprado nun é bom não. Quando eu tô no mato eu num penso em nada, parece que eu fico mais tranquila, minha cabeça esfria é muito, gosto de suntá o silêncio dentro do baxão da Quinô”. (Dona Luiza Sousa, 19/07/2019)

Para essas mulheres, a terra é algo sagrado; suas memórias estão conectadas à terra. Na concepção da narradora, o balanço das palhas de coco babaçu, provocado pelo vento, representa uma canção não cantada, não ouvida. Contudo, segundo seu depoimento, esse é um momento em que a mulher sente acalmar o coração e a alma e realimenta suas esperanças. O gatilho da sua memória é disparado toda as vezes em que ela sente o cheiro da terra molhada, do azeite de coco. Suas memórias são evocadas por esses rituais em que a força do simbólico opera na realidade dessas mulheres. Sobre isso, Bourdieu (2007, p. 17) nos diz:

Desta forma, tudo se passa como se os sistemas simbólicos estivessem destinados pela lógica de seu funcionamento enquanto estrutura de homologias e de oposições, ou melhor, de desvios diferenciais, a preencher uma função social de associação e dissociação, ou então, a exprimir os desvios diferenciais que definem a estrutura de uma sociedade enquanto sistemas de significações, arancando os elementos constitutivos desta estrutura, grupos ou indivíduos, da insignificância. (BOURDIEU, 2007, p. 17).

O simbólico se manifesta como força capaz de alimentar e retroalimentar as memórias dessas mulheres. Dessa forma, o cheiro da “terra molhada” seria a reafirmação do seu lugar de fala e a possível visualização do seu próprio corpo ao encher-se de vida: “gosto de sentir o cheiro da terra molhada”.

As quebradeiras carregam as memórias de suas ancestralidades, seus costumes, suas tradições, suas manifestações religiosas e seus modos de viver. Na perspectiva de Ricoeur (2007, p. 133), a memória coletiva constitui-se “[...] uma coletânea de rastros deixados pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos envolvidos”. Na frase “Lembro da minha mãe”, fica subentendida a força das lembranças.

A fala também mostra que outras vozes não tiveram o direito de ser ouvidas, e que, portanto, constituem memórias silenciadas, narrativas cimentadas e culturas extintas pela força do patriarcado. Ao lembrar-se de sua “mocidade”, cristaliza-se a alegria de evocar lembranças e memórias apesar da dureza da vida — e de se posicionar diante de um mundo que ainda tenta negar suas próprias existências e seu protagonismo dentro da história oficial de São Miguel do Tocantins.

3. A Memória como Representação de Lutas e Fortalecimento das Identidades

A vida de mulheres quebradeiras de coco babaçu, no território de São Miguel do Tocantins, representa os infinitos grotões de miséria espalhados pelo Norte do Tocantins e as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras que vivem do extrativismo, da colheita e da quebra do coco. O imaginário é construído, histórica e geograficamente, sobre a microrregião do Bico do Papagaio, principalmente em relação ao acesso das quebradeiras ao território.

Dentro do território onde vivem, as quebradeiras de coco tentam manter seus modos de vida, reafirmando a todo tempo suas identidades construídas a partir das práticas culturais desenvolvidas há muitos anos. Por muitas décadas, e ainda hoje, esses modos de viver, em São Miguel do Tocantins, conduzem e traçam a força das mulheres, que lutam para resistir à dureza da vida por meio do machado, do macete e dos braços. No dia a dia da quebra do coco babaçu, tornam-se portadoras de uma cultura, uma tradição e uma habilidade que diminuíram a fome de seus filhos e que as fizeram resistir à imposição do poder econômico.

Na comunidade de São Miguel, o coco babaçu teve e ainda tem papel principal na vida de muitas famílias que veem na palmeira a oportunidade de se alimentar, vestir e calçar, já que as desigualdades sempre acompanharam essas comunidades. A esperança das quebradeiras de coco babaçu transcende a dureza de suas vidas, como fica evidenciado em uma das músicas que trata do seu cotidiano. Na letra da canção, *As encantadeiras*⁴ falam do babaçu que utilizam no dia a dia e de suas múltiplas utilidades:

Xote das quebradeiras de coco

Ei! Não derruba esta palmeira.

Ei! Não devora os palmeirais.

Tu já sabes que não pode derrubar,
precisamos preservar as riquezas naturais.

O coco é para nós grande riqueza,
é obra da natureza, ninguém vai dizer que não.

⁴ É o nome do CD gravado pelas quebradeiras de coco babaçu com a participação de mulheres quebradeiras de coco dos Estados do Tocantins, Maranhão e Piauí.

Porque da palha só se faz casa para morar.
Já é meio de ajudar a maior população.
Se faz óleo para temperar a comida,
é um dos meios de vida para os fracos de condição.
Reconhecemos o valor que o coco tem,
a casca serve também para fazer o carvão.
Com óleo de coco, as mulheres caprichosas
fazem comidas gostosas de uma boa estimação.
Merece tanto seu valor classificado que,
com óleo apurado, se faz o melhor sabão.
Palha de coco serve para fazer chapéu,
da madeira faz papel ainda aduba o nosso chão.
Talo de coco também é aproveitado,
faz quibane, faz cercado para poder plantar feijão.
A massa serve para alimentar o povo.
Está pouco o valor do coco, precisa dar atenção.
Para os pobres, este coco é meio da vida.
Pisa no coco, Margarida! E bota leite no capão.
Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!
Seja um pouco mais corajosa, segura na minha mão.
Lutemos juntas com coragem e com amor
para o governo dar valor a esta nossa profissão.
Santa Maria é a nossa companheira,
grande força verdadeira que protege esta nação.
Que fortalece a nossa luta pouco a pouco.
E a mulher que quebra o coco pede a sua proteção.

O *Xote das quebradeiras de coco* retrata fielmente as diversas utilidades do coco babaçu; seu uso, de certo modo, determina os modos de viver dessas mulheres. A música, em certa medida, retrata o dia a dia das quebradeiras de São Miguel do Tocantins. Expõe a vida e a sobrevivência das quebradeiras que estão ligadas à palmeira. Isso se aplica porque muitas mulheres veem a palmeira como uma mãe. No refrão, o trecho “para os pobres, este coco é meio de vida” cristaliza a importância do babaçu para a sobrevivência das quebradeiras que criaram — e criam — seus filhos por meio desse trabalho.

A música é uma reivindicação dessas mulheres, uma denúncia aos órgãos competentes da necessidade e urgência da preservação das palmeiras de babaçu. A letra simboliza a marcação de território, o fortalecimento das identidades e, acima de tudo, a afirmação de suas humanidades diante do capital hegemônico. Essa interpretação é apreendida por uma das protagonistas do movimento pelo direito das quebradeiras de coco babaçu, dona Raimunda Gomes da Silva. “Raimunda, a Quebradeira”⁵, como é conhecida, relata: “[...] de certo tempo pra cá é que eu vim entender o que é que as músicas falam, de quem é que elas estão falando”. Ela reconhece, na letra, o pensamento coletivo em defesa das quebradeiras de coco.

⁵ A denominação se dá em função do documentário *Raimunda, a Quebradeira*. Produção de Public Propaganda e Marketing. Coprodução da Fundação Padre Anchieta TV Cultura, Rede Sat/TV Palmas-TO. Edição II DOC TV. Cineasta: Marcelo Silva. Coordenação Louislene de Jesus P. Souza. Palmas: Public Propaganda e Marketing, 2007. DVD (51 min. e 55s.), son., color.

4. A Quebra do Coco Babaçu como Herança Cultural

A atividade das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins é exercida, principalmente, por mulheres, como evidencia a Revista *O Chamado do Babaçu*:

A quebra do coco babaçu é uma atividade tradicionalmente destinada às mulheres. Desde meninas, elas acompanham suas mães e avós aos babaçuais. Coletam os frutos desprendidos das palmeiras, enchem os cestos e os levam aos pontos de quebra do coco. Em grupos, sentam-se no chão e, com o fio do machado voltado para cima, batem o macete no coco até soltar as amêndoas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003, p. 6).

As meninas, desde cedo, acompanham suas mães e avós aos babaçuais, evidenciando que a atividade das mulheres sertanejas e quebradeiras de coco é uma prática cultural, faz parte de seus modos de viver no território. Quando essas meninas acompanham suas mães e avós, vão absorvendo e introjetando a quebra do coco babaçu enquanto possibilidade de sobreviver; vão assimilando as práticas culturais das matriarcas e do grupo familiar. Isso se confirma nos estudos de Silva (2017, p. 57):

As memórias do tempo da infância nos mostram como são construídas as relações dos homens com o espaço e o modo como esse é transformado em território a partir das experiências que tiveram sobre ele. Na vivência com os adultos, meninos e meninas, aprendem a realidade da vida e constrói a partir de si e dessa interação com o mundo adulto moldando a partir daí a maneira que vão perceber a realidade. (SILVA, 2017, p. 57).

A partir das relações construídas com os adultos em seu espaço de convivência, na lida diária da quebra do coco babaçu, meninos e meninas são capazes de desenvolver aprendizados como uma herança cultural. Aprendem a trabalhar com tudo que as palmeiras são capazes de ofertar.

Sob a ótica de Silva Neto, observa-se o sentimento de cooperação entre elas:

A cooperação entre as quebradeiras de um mesmo povoado na coleta e quebra do babaçu é frequentemente lembrada como uma das principais características do trabalho no coco, ainda que seja bastante comum perceber quebradeiras realizando suas atividades isoladamente, no mato ou nos quintais de suas casas. (SILVA NETO, 2010, p. 8.443).

O autor destaca a cooperação entre as quebradeiras de coco babaçu, um dos principais elos que, de certa forma, conectam os modos de vida compartilhados. Essas mulheres buscam, no trabalho conjunto, fortalecer suas culturas e identidades no lugar ao qual sentem pertencer.

Nessas formas de organização e cooperação, as narrativas das quebradeiras ganham força; na oralidade, essas mulheres conseguem levar em frente suas histórias de luta e de resistência. Ao redor dos montes de coco, em círculo, elas rememoram suas histórias e trazem vozes do passado para fortalecer suas lutas atuais.

No documentário *Raimunda, a Quebradeira*, dona Raimunda reafirma a quebra do coco babaçu enquanto luta pela vida:

Eu não luto pela morte, eu luto pela vida, pela paz. Que cada companheira que seja trabalhadora rural, elas entendam que tem que lutar pelo objetivo dos seus filhos e das outras e também cada político, cada senhores, cada senhoras que chegarem no poder, por favor, por favor, acreditem no meu pensamento e no pensamento de muitas outras pessoas que luta por essa paz, como a irmã Dorothy⁶, Josimo⁷ e outras pessoas. E lute para que nós tenhamos um mundo de paz. Eu quero morrer na minha cama da doença que Deus me dá. Não quero morrer matada não. O senhor sabe que eu não quero isso. (DOCUMENTÁRIO *Raimunda, A Quebradeira*, 2007)

Quando a narradora diz “eu não luto pela morte, eu luto pela vida, pela paz”, compreendemos que, para essas mulheres, a quebra de coco representa as lutas pela vida de seus filhos, pela manutenção de seus modos de viver, pela dignidade humana; representa a esperança de dias melhores. Quando Dona Raimunda diz que luta pela vida, percebe-se que essas mulheres estão ligadas afetivamente à terra, ao babaçu, às suas tradições e às suas práticas culturais. Estão interligadas a tudo que o babaçu é capaz de lhes proporcionar.

A memória de dona Raimunda nos direciona a pensar a importância das muitas lutas pelo direito dos povos tradicionais de conservar seus modos de viver e de permanecer no território. É uma memória interligada afetivamente a seu povo (as quebradeiras de coco), uma memória coletiva. No documentário, ela clama: “Por favor, por favor” para que deem crédito a seu pensamento e ao pensamento de outras pessoas que lutaram — e lutam — pela paz, como a irmã Dorothy e o padre Josimo. No seu clamor, fica cristalizada a força da memória coletiva quando ela evoca dois personagens da história que lutaram pelo direito de os trabalhadores rurais permanecerem no seu território e pela preservação de seus modos de viver e de sentir a vida.

As lutas das quebradeiras de coco babaçu estão ligadas aos movimentos em defesa da vida das populações tradicionais que retiram das palmeiras da terra seu sustento. A partir das memórias acionadas por dona Raimunda, é possível perceber, ainda, a existência de situações de risco a que estão sujeitas: “Eu quero morrer na minha casa da doença que Deus me dá. Não quero morrer matada não”. Ou seja, situações de violência são vividas pela grande maioria das mulheres quebradeiras, já que, na busca pelo coco, muitas vezes são impedidas de acessar os babaçuais.

As quebradeiras de coco babaçu são muito vulneráveis socialmente. Como já referido, são, em sua maioria, mulheres não alfabetizadas e negras que sofrem opressão sistemática

⁶Dorothy Stang, conhecida como Irmã Dorothy foi uma religiosa norte-americana naturalizada brasileira. Pertencia às Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, congregação religiosa fundada em 1804 por Santa Julie Billiard e Françoise Blin de Bourdon. Foi assassinada 12 de fevereiro de 2005, em Anapú-Pará, na ocasião de seus trabalhos pastorais, de suas lutas pelo reflorestamento da região e de inimizades de fazendeiros da região que se diziam proprietários das terras que seriam utilizadas no projeto.

⁷Josimo Moraes Tavares foi um sacerdote católico brasileiro, coordenador da Comissão Pastoral da Terra. Foi assassinado em 10 de maio de 1986, em Imperatriz, no Maranhão, a mando de fazendeiros da microrregião do Bico do Papagaio, por sua defesa dos trabalhadores rurais.

em seu dia a dia. Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire nos permite perceber os efeitos da opressão:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão. Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e relacionamento da necessidade de lutar por ela. Luta que pela felicidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando essa se revista da falsa generosidade referida. (1994, p. 8).

As formas de opressão a que se refere Freire dizem respeito aos que sofrem opressão em uma constante; na maioria das vezes, são aqueles em situação de maior vulnerabilidade que, na labuta diária, vivem uma espécie de “preparo para a vida” e compreensão do que vem a ser “[...] o significado terrível de uma sociedade opressora” (1994, p. 8).

Por muito tempo dona Raimunda liderou a comunidade de Sete Barracas em São Miguel do Tocantins. Foi lá que, em 2018, ela faleceu e foi enterrada. Essa comunidade, estabelecida a partir da década de 1950, é desvelada por Ferraz:

Foi constituída por um grupo que fazia parte de uma frente agrícola originária do Maranhão e que, atravessando o rio Tocantins, dirigiu-se para o norte de Goiás, posteriormente (1988) Tocantins. Nessa época intensificou-se a ocupação da região entre Araguaia-Tocantins, território recoberto pela mata de babaçu e por grandes manchas da mata características da pré-Amazônia. (1998, p. 112).

De acordo com o autor, o território era recoberto pela mata de babaçu, onde as quebra-deiras de coco da comunidade utilizavam/utilizam o babaçu como elemento de sua cultura de subsistência. Ferraz ainda nos diz que essa comunidade “[...] reúne um grupo social marcado pela pobreza e pela participação marginal na organização econômica. Preserva, entretanto, um vigor cultural que garante a sua identidade” (1998, p. 144). Em Sete Barracas, a memória coletiva – construída por muitos que viveram/vivem lá e que participaram/participam da sua construção – resiste à força do avanço do capitalismo sobre os nativos desse território.

A memória é, em certa medida, construída a partir de várias outras memórias e identidades; trata-se da memória coletiva do grupo social em que o indivíduo se sente inserido; nesse caso, um grupo colocado à margem da sociedade. A memória acessada pela narrativa de dona Maria José traz vários sentimentos reveladores, como a angústia, o medo, a força e a resiliência de encarar a dureza da vida com a morte do marido e com as poucas possibilidades que tinha:

[...] como eu ia criar meus filhos sem a ajuda do meu marido e ainda prenha? Pari esse último no hospital, mas a criança nasceu morta, Deus levou, Deus sabe o que faz, né!? Voltei pra casa e fui trabalhar. A quebra de coco babaçu foi tudo pra mim, foi meu marido, foi minha mãe, foi meu pai, foi tudo, tudo, tudo mermo. Eu passava o dia no mato com o meu monte de menino quebrando coco

[...]. Sofri muito, muito, muito mermo praque demorei muito tempo pra me aposentar por viúva mais de cinco anos. Assim, a quebra do coco pra mim foi minha valença. (Dona Maria José, 20/07/2019)

Na entrevista, ela também menciona: “Vivia trabalhando na roça com meu marido e meus doze filhos”. Suas palavras evocam a memória do grupo familiar e uma memória coletiva construída por muitas vozes. A memória individual e a coletiva são caracterizadas, respectivamente, por Pollak:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (1992, p. 2).

A forma como dona Maria José relata seu dia a dia mostra que vivia dentro do padrão da coletividade, conforme os sujeitos que habitavam/habitam o território da cidade de São Miguel do Tocantins. Os acontecimentos pessoais, como a perda do marido, demonstram a força da mulher que viu na quebra de coco um meio para criar seus filhos. Sua identidade é quase uma extensão do território, uma ligação com a terra e com o que a terra conseguia/consegue produzir. Se, para Hall (2006, p. 11), “[...] a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”, as identidades, das quebradeiras de coco babaçu são formadas a partir das experiências sociais impostas pela dinâmica da própria construção do território que ela habita; experiências vividas e sentidas no decorrer da sua construção social.

Os modos de vida partem da construção inerente ao lugar, das crenças religiosas e das culturas que são elementos da natureza; são parte e símbolo da própria paisagem do território. As histórias nos revelam vários sentimentos, várias sensações, explicitando algumas revoltas carregadas por esse grupo de trabalhadoras rurais, como podemos perceber na voz de dona Maria da Luz:

Sou neta de uma quebradeira de coco, filha de uma quebradeira de coco, sou quebradeira de coco, mas só sou quebradeira de coco praque a pobreza me obrigou, a gente era muito pobre, pobre, pobre mermo [...]. É muito triste, triste, triste mermo fazer uma coisa que não dá gosto, nun sabe!? Se eu tivesse tido a oportunidade, eu queria era trabalhar em qualquer coisa, menos quebrando coco. Mas Deus quis foi assim, né!? [...]. A minha mãe não sabe ler, assina só com o dedão. Mermo assim, ela não me colocou na escola não, num aprendi nada. Pari sete filhos, mas botei todos na escola. [...] Tenho sessenta anos, quebro coco mais num gosto não. (Maria da Luz, 20/10/2019)

Para dona Maria da Luz, a quebra de coco – uma herança cultural de seu grupo social – é um ofício de muito sacrifício, uma provação, um trabalho realizado sem vontade. Ela faz parte de um grupo de trabalhadoras excluídas do processo do ensino formal, desvelando gerações dos que não têm oportunidade de estudar nem de acessar o conhecimento que é valorado pela sociedade e que é capaz de dar acesso a posições de prestígio social.

Sua fala também nos faz perceber a força da ancestralidade quando assume: “sou neta de uma quebradeira de coco, filha de uma quebradeira de coco, sou quebradeira coco”. As-

sim, reafirma o poder das práticas culturais e dos modos de viver dentro do grupo familiar que, costurados no tempo, não lhe deram a chance de ter outra profissão. Indivíduos como dona Maria da Luz veem na escola um espaço de privilégios. Para as quebradeiras de coco que não se apropriaram dos códigos de leitura e escrita, a história oral se torna a única ferramenta capaz de assegurar suas histórias para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias e as narrativas são fontes históricas de grande valor para pesquisadores que trabalham com as ciências sociais, pois são uma maneira de compreender as infinitas vozes amordaçadas e esquecidas dentro do território que, nesse caso, é a cidade de São Miguel do Tocantins. As memórias são uma forma de as quebradeiras de coco babaçu se fazer presentes em um mundo que nega suas existências.

As quebradeiras, enquanto sujeitos que apenas exercem papéis de figurantes, deveriam representar personagens de destaque na história. Por meio de suas memórias narradas é que se pode devolver-lhes o protagonismo e dar-lhes a envergadura e o status social dentro da historiografia da cidade de São Miguel do Tocantins.

Não há dúvida de que o próprio ato de viver de acordo com seus costumes e sua prática confere a essas mulheres uma postura de “rebeldia” aos olhos de um sistema que nega a existência de suas vidas. A simplicidade, nos seus modos de viver, representa sua insubordinação ao capital hegemônico. Na interseccionalidade, diretamente relacionada à mulher preta, as regras do patriarcado impõem uma grande carga de vulnerabilidades.

As memórias das quebradeiras de coco babaçu precisam ser continuamente revisitadas. Suas narrativas precisam ser registradas para que as gerações futuras conheçam e reconheçam as infinitas e plurais vozes dos nativos de São Miguel do Tocantins. É preciso identificar, nos modos de viver dessas mulheres, suas manifestações de identidades e culturas, que ganham corpo e vida no dia a dia e que são fonte de uma história registrada por muitas vozes.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRITO, K. S. *Não Existe Babaçu Livre em Terra Presa*. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão. São Luiz/MA, 2019.

CANTO DE TRABALHO. *Xote das quebradeiras de coco*. Disponível em: <<https://lyricstranslate.com/pt-br/cantos-de-trabalho-xote-das-quebradeiras-de-coco-lyrics.html>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CORMINEIRO, O. M. M. *Trilbas, Veredas e Ribeiras: Os Modos de Viver dos Sertanejos Pobres nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins (Séculos XIX e XX)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2010. 259 f.

DOCUMENTÁRIO: *Raimunda, A Quebradeira*. Produção de Public propaganda e Marketing. Coprodução da Fundação Padre Anchieta TV Cultura, Rede Sat/TV Palmas-TO. Edição II DOC TV. Cineasta: Marcelo Silva. Coordenação Louislene de Jesus P. Souza. Palmas: Public Propaganda e Marketing, 2007. DVD (51min.55s.), son., color.

FERRAZ, S. *O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete barracas em busca de um elo*. Imperatriz: Ética editora, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um debate. *Revista Geografia*. Ano IX, n. 17, 2007. p. 19-46.

HAESBERT, R. *Mito desterritorialização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

HAESBAERT, R. *Território Alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006a.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania, DHP, 1992, p. 31.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Coordenadoria de Agroextrativismo. Secretaria de Coordenação da Amazônia. *O Chamado do babaçu: Produtos para conservar os palmeirais*. 2003.

POLLAK, M. Estudos Históricos: Memória e identidade social. V.05, n.10, 1992, p. 200-212.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. *Dossiê [online]*. Sociologia, Porto Alegre, ano 8. Jan/julho 2006, p.208-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/n15.Pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RIBEIRO. Djamila. *O que é Lugar de Fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Juscelino Laurindo. 2021. *As filhas das palmeiras do coco babaçu: memórias e narrativas de modos de vida de quebradeiras de coco de São Miguel do Tocantins (TO)*. 131 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína.

SAQUET, M. Para (re)pensar a geografia: colonização italiana, tempo e territórios, *Anais do XIII Encontros Nacional de Geógrafos*, 2003, UFPA/ AGB, João Pessoa/ PB, p. 1-14.

SECOM. Portal de Turismo do Estado do Tocantins. *Turismo do Tocantins*. Bico do Papagaio. Palmas, 2020. Disponível em: <<https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/bico-do-papagaio/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, E. N. *Memórias de uma territorialização na construção do lugar e da paisagem: cultura e modos de viver dos narradores da Ribeira*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Território) - Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins. Araguaína, 2017.

SILVA NETO, N. M. Trabalho como símbolo: Ensaio sobre a dimensão simbólica do trabalho no coco no Bico do Papagaio. In: XIX Encontro Nacional do COMPEDI, 2010, Fortaleza. *Anais eletrônicos*. Fortaleza/CE, 2010, p. 8.439-8.462.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. e trad. Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed., São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda, 2012.

Discursos da Mulher Prostituta em *Menina que Vem de Itaiara*

Discursos de la Mujer Prostituta en Menina que Viene de Itaiara

Speeches of The Prostitute in Menina que Vem de Itaiara

Guthemberg Felipe Martins Nery

Laura Maria Silva Araújo Alves

Resumo: Da leitura da obra *Menina que vem de Itaiara* (1996), da literata paraense Lindanor Celina, identificamos os discursos explícitos e implícitos sobre personagens femininas prostitutas em uma pequena cidade fictícia do interior da Amazônia, nos anos de 1920 e 1930. De cunho documental, a análise romanesca da obra segue a perspectiva discursiva de Bakhtin sobre as personagens femininas prostitutas e suas multiplicidades de vozes com percepções dissonantes em relação à figura e postura da mulher prostituta. Há uma polifonia discursiva que retrata as personagens prostitutas a partir dos valores ideológicos como mulheres-damas, sedutoras, insubmissas e transgressoras, diferente do estereótipo de mulheres recatadas e do lar.

Palavras Chave: Lindanor Celina. Romance. Mulheres. Prostitutas. Menina que vem de Itaiara.

Resumen: De la lectura de la obra *Menina que vem de Itaiara* (1996), de la literata paraense Lindanor Celina, identificamos los discursos explícitos e implícitos sobre personajes femeninas prostitutas en una pequeña ciudad ficticia del interior de la Amazonia, en los años 1920 y 1930. De cunho documental, el análisis romanesco de la obra sigue la perspectiva discursiva de Bakhtin sobre los personajes femeninos prostitutas y sus multiplicidades de voces con percepciones discordantes en relación a la figura y postura de la mujer prostituta. Hay una polifonía discursiva que retrata a los personajes prostitutas a partir de los valores ideológicos como mujeres-damas, seductoras, insumisas y transgresoras, diferente del estereotipo de mujeres recatadas y del hogar.

Palabras Claves: Lindanor Celina. Romance. Mujeres. Prostitutas. Menina que vem de Itaiara.

Abstract: From the reading of the book *Girl who comes from Itaiara* (1996), by Lindanor Celina, from Pará, we identified the explicit and implicit discourses about female characters who were prostitutes in a small fictional town in the interior of the Amazon, in the 1920s and 1930s. the novelistic analysis of the work dries Bakhtin's discursive perspective on the female prostitute characters and their multiplicities of voices with dissonant perceptions in relation to the figure and posture of the prostitute woman. There is a discursive polyphony that portrays the prostitute characters based on ideological values as ladies-women, seductresses, insubmissives and transgressors, different from the stereotype of errand and housewives.

Keywords: Lindanor Celina. Romance. Women. Whores. Girl who comes from Itaiara.

Guthemberg Felipe Martins Nery – Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPA).
E-mail: guthembergmartins@gmail.com

Laura Maria Silva Araújo Alves – Professora de Infância, Cultura e Educação na Faculdade de Ciências da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPA). E-mail: laura_alves@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Os documentos guardam fatos e registros de questões históricas, capazes de desvelar a presença, atuação e lugar ocupado pela mulher no contexto de épocas passadas. Entre o variado repertório documental, destacamos a literatura como uma singular fonte com possibilidade para empreender-se estudos e pesquisas históricas sobre o universo feminino. O texto literário, tomado como um documento, mesmo constituindo um tipo particular de fonte, na qual a dimensão artística, no caso literária, não pode ser deixada de lado, fornece o vislumbre da história vivida por diferentes sujeitos femininos. Segundo Chartier (1990), todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, enquanto representação do real, carrega um testemunho que cria um real na própria historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita.

Nas páginas das obras literárias, é possível encontrar vestígios passíveis a inúmeras possibilidades de leitura interpretação de versões outras da realidade feminina no passado que, muitas vezes, contradizem a dos relatos oficiais. Tais versões da realidade da mulher são fornecidas por meio da singular percepção de um observador privilegiado, o autor-escritor, que, mesmo quando não possui o objetivo explícito de “fazer história” com a escritura de sua obra literária, acaba por registrar e fornecer pistas com capacidade de “dizer a história”. Com esse mesmo olhar, Alves e Araújo (2011, p. 72-73) destacam:

A literatura, entendida como prática simbólica, configura-se como a formulação de uma outra realidade que, embora tenha como referência constante o real no qual o autor e o leitor se inserem, guarda com a vida vivida uma relação não de transparência, mas de reconstrução. O autor-escritor, no momento de produção do texto (romance e contos), traz para a escrita a sua compreensão do real, bem como o projeto da realidade pretendida. Ele re(a)presenta a realidade, tendo a linguagem literária como signo.

Essas versões da realidade re(a)presentada nos documentos literários fazem parte de universos ficcionais paralelos ao universo em que os sujeitos humanos “reais” vivem. Contudo, precisamos lembrar que todo e qualquer texto ficcional toma como referente constante o contexto do real, no qual o autor-escritor se insere, pois, como destaca Ferreira (2021, p. 67), toda narrativa de ficção está sempre enraizada na sociedade “em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias e desejos, explorando ou inventando formas de linguagem”.

No que tange aos documentos literários, com indícios da realidade de outras épocas, ressaltamos a importância da ficção produzida pela escritora paraense Lindanor Celina, que, através de um cuidadoso exercício de linguagem artística, criou uma multiplicidade de personagens femininas de protagonismos, consciências e vozes que dão visibilidade e penetram de maneira ampla e generosa na condição da mulher paraense, nas décadas iniciais do século XX. Sob o prisma dessas considerações, objetivamos, neste trabalho, analisar a literatura romanesca de Lindanor, e responder a seguinte questão: quais percepções ressoam nos discursos explícitos e implícitos, entretecidos por Lindanor Celina acerca da figura e postura de mulheres prostitutas da fictícia cidade de Itaiara, nos marcos temporais de 1920 e 1930?

Para que possamos alcançar o objetivo de responder ao questionamento levantado, seguimos pelos caminhos metodológicos da pesquisa do tipo documental. Optamos por utilizar um tipo

singular de fonte documental, a literatura, mais especificamente o texto romanesco. De acordo com os estudos de Tozoni-Reis (2002, p. 9), a literatura romanesca pode ser considerada uma fonte documental capaz de relevar traços de uma determinada realidade, pois ela carrega “uma expressão da realidade histórica e social, embora a expressão dessa realidade seja articulada a elementos estéticos”. Segundo o autor, é justamente o caráter estético presente nos dados fornecidos pelos romances que lhes conferem uma força expressiva para uma compreensão diferenciada da realidade, uma realidade compreendida pela ficção.

Em vista do pensamento acima, objetivamos capturar traços da realidade de mulheres prostitutas de outra época por meio da ficção presente no documento romanesco de Lindanor Celina. Os aspectos conceituais da história da mulher são baseados nos aportes teóricos propostos por Elóidia Xavier (1998), Guacira Louro (2003), Jane Almeida (2014), Margareth Rago (1991) e Mary Del Priore (2011). Além disso, o balaio de vozes das personagens contidas no romance foi apreciado por meio da análise do discurso, ancorada na perspectiva analítico-discursiva da categoria de discurso polifônico de Mikhail Bakhtin (1981). Por discurso polifônico, entendemos como o entrelaçamento de múltiplas vozes da vida social, cultural e ideológica que coexistem no interior do plano discursivo de uma obra. Tal profusão de vozes é percebida nos diálogos e ações de personagens que atuam como sujeitos pensantes, ao apresentarem consciências independentes para falarem sobre si mesmo, sobre o outro e sobre a percepção da realidade ao redor, pois é no romance polifônico onde encontramos discursos “do ‘eu’ do outro não como objeto, mas como sujeito” (BAKHTIN, 1981, p. 6).

Este artigo estrutura-se, além da introdução, em três seções: a primeira ilustra análise sobre os discursos da prostituta Isa Apetitosa, evidenciando as diversas percepções acerca da figura e postura da personagem; na segunda seção serão analisados os discursos da prostituta Diana Debalde, exibindo os diferentes pontos de vista materializados sobre a personagem; e, por fim, a terceira traz as considerações finais, pontuando as principais questões emergidas neste estudo. Desse modo, este texto apresenta-se como um convite para conhecer discursos outros romanescos escritos por Lindanor Celina, que congregam um coro de vozes acerca de questões fundamentais da vida de mulheres prostitutas e expressam, ainda, seus desejos, identidades, transgressões e conquistas diante de uma pequena cidade do interior paraense no início do século XX.

1. Discurso da Prostituta Isa Apetitosa

Lindanor Celina Coelho de Miranda, ou Lindanor Celina, mais comumente chamada, foi professora, jornalista e escritora. Nascida no município de Castanhal-PA, nordeste do Estado do Pará, transitou ainda menina para a cidade de Bragança-PA, localidade onde cresceu, e que posteriormente serviu de inspiração para a produção de seus textos literários. Ao longo de sua extensa carreira voltada para as letras, escreveu e publicou diversas obras literárias no Brasil e na Europa, produção que vai de romances a crônicas, retratando variados assuntos da Amazônia paraense, e de algumas cidades europeias. Uma de suas obras mais reconhecidas é, sem dúvida, o romance *Menina que vem de Itaiara*, objeto de nossa atenção.

O romance *Menina que vem de Itaiara*, publicado em 1963 pela Editora Conquista, e reeditado em 1995 e 1996¹ pela Editora Cejup, é considerado o livro de largada de Lindanor Celina no mundo das letras. O texto apresenta em sua trama as aventuras e dramas vivenciados pela menina Irene, narradora e personagem principal do romance, em uma pequena cidadezinha localizada no

¹ Nesta pesquisa, esclarecemos utilizar a edição do romance publicada no ano de 1996.

Nordeste do Pará, inclusive com características similares à cidade de Bragança-PA. É através de Irene que conhecemos o variado núcleo de mulheres narradas nas páginas do romance, dentre elas, destacam-se a figura e postura da imensidão de personagens femininas, que, geralmente, carregam vozes consoantes com o discurso da mulher a ser admirada e seguida pela sociedade de Itaiara das décadas iniciais do século XX, mais especificamente 1920 e 1930, isto é, mulheres esposas, mães, donas-de-casa, guardiãs da vida privada. Contudo, nesta obra, também circulam discursos de personagens femininas com figuras e comportamentos insubmissos, transgressores aos padrões impostos à época, sujeitos atuantes na vida pública, como “mulheres da vida, ruas inteiras delas, em lugar daquele tamaninho” (CELINA, 1996, p. 31).

No romance estudado, percebemos que os discursos onde ecoam vozes acerca da mulher transgressora são os referidos à personagem Isa Apetitosa. É sobretudo através do enunciado-discursivo de Irene e de outros personagens que conhecemos Isa, a quem raríssimas vezes é dada a palavra, de forma total e avassaladora. Tais discursos buscam, quase sempre, caracterizar a personagem sob a visão de um sujeito feminino cuja identidade faz alusão ao negativo e lascivo, a uma postura e figura demonizada e sexualizada: “Bonita como o diabo, um morenã, viçosa que fazia gosto” (CELINA, 1996, p. 96). Conforme a percepção dos outros, Isa era valorada sob a imagem da sedução e erotismo, e assim ganhou o “apelido mais tarde soubemos, ‘Isa Apetitosa’” (CELINA, 1996, p. 96).

Conforme a narrativa, Isa tornou-se a mais nova vizinha da menina Irene, quando se aposou de uma velha e pequena barraca localizada nos fundos de sua casa, antiga moradia do finado Manuel Firmino. Não demorou para a mulher conquistar primeiro a curiosidade, em seguida a simpatia e amizade tanto da menina-protagonista quanto de Alba, sua irmã mais nova: “ela logo descobriu, tocando-a, através da cerca. Mas nem se zangou, cara feia não fez, antes mandou-nos um sorriso que era mesmo um convite, de doce” (CELINA, 1996, p. 96). Com o fortalecimento dessa afetuosa relação de amizade, as meninas passam a realizar diárias visitas à casa da mulher, geralmente após as aulas do grupo escolar, para receberem doces e afagos. No entanto, certo dia, a empregada Domingas chegou diante da mãe das crianças, dona Adélia, e portou a escandalosa notícia:

Tomando café, manhãzinha, antes de sair para o grupo, ouvimos a Domingas dizer: “Senhora sabe, dona Adélia, que tem morador novo na casa velha dos fundos? E diz-que é mulher-dama”. Mamãe alarmou-se: “mulher-dama?! Mas então essas meninas têm de deixar de uma vez de andar por lá. Não estou dizendo? Vamos ter pano pras mangas”. (CELINA, 1996, p. 96)

Notamos, no trecho, acima o entrelaçar das vozes de Domingas e dona Adélia, personagens ocupantes do respeitado núcleo de mulheres de família da cidade, enunciarem discursos convergentes à ideologia religiosa e moral a qual apontava Isa Apetitosa personificando a imagem e postura de meretriz, mulher dama, isto é, sujeito feminino marginalizado ao ser valorada por aspectos devassos e perigosos, já que trabalha na comercialização sexual do corpo em troca de dinheiro. A respeito dessa classificação marginal de sujeito, Louro (2003, p. 16) explica que os grupos provenientes de ocupações centrais, tidos como aqueles com identidades “normais”, têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros, eles “falam por si e também falam pelos ‘outros’ (e sobre os outros)”, estabelecendo contornos e demarcadores de fronteiras.

Assim sendo, conforme as vozes e consciências das personagens mulheres prevalecentes no romance, Isa não podia ter qualquer contato com Irene e Alba, tão pouco com outros sujeitos de Itaiara, pois a ideologia moral e religiosa retratava as mulheres profissionais do sexo como criaturas do demônio, desassossego familiar, ao fazerem qualquer homem, pai de família “perder a cabeça”.

Almeida (2014) explica que, no século XIX e XX, o discurso ideológico de caráter moral e religioso vai reger a sexualidade da mulher ao associá-la à figura santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito. Em contrapartida, a mulher desviante, transgressora, principalmente a prostituta, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à desobediência, afinal: “Se a primeira era o espírito e a santidade, a segunda seria carnal e pecadora, levando homens à corrupção do caráter e do corpo” (ALMEIDA, 2014, p. 64). E assim era concebida e valorada a imagem e postura de Isa Apetitosa, aos olhos e percepções da sociedade e dos moradores itaiarenses, como mulher desvirtuada, que subvertia os padrões e valores da época, afastando-se do princípio do sexo como meio de procriação para usufruir uma vida plena de emoções, independência financeira e conduzir homens aos caminhos da perdição.

A protagonista Irene releva os homens “de moral irrepreensível” que foram seduzidos por Isa Apetitosa para o tortuoso caminho da desventura, da tentação e do prazer. Seu discurso descreve a cena em que avistou o: “Pedro Galo entrou, fecharam a porta. Curioso, se falavam, era cochichado, porque voz nenhuma escutei. Um bom pedaço, bem uma hora, foi que saiu montou no cavalo, e foi-se. Daí por diante, repetiam-se as suas visitas” (CELINA, 1996, p. 98). E expõe, ainda, o repertório de homens seduzidos pelo encanto e erotismo da mulher: “Vi também o João Clóvis, o seu Mariano, da Parta. Até levei um susto. Esse casado, pai de um bando de filhas moças...!” (CELINA, 1996, p. 98). Nos trechos destacados do romance, percebemos a voz da narradora-protagonista Irene acentuar a profusão de sujeitos masculinos que passaram a realizar livres e fiéis visitas ao espaço privado do casebre da nova vizinha, muitos inclusive casados, pois suas aventuras extraconjugais eram justificadas, como explica Del Priore (2011, p. 161), devido a infidelidade masculina ser “explicada pelo comportamento ‘naturalmente poligâmico’ do homem. Em casa, a paz conjugal deveria ser mantida a qualquer preço e as aventuras’ consideradas como passageiras”.

Conforme a negativa reputação de Isa Apetitosa se espalhava na pequena cidade do interior, Irene e Alba estavam proibidas de trocar quaisquer amenidades com sua querida, porém, desvirtuada e imoral vizinha. Para Louro (2003), a vigilância, a censura e as mais diversas estratégias de disciplinamento perante questões envolvendo a sexualidade feminina apenas servem para potencializar a vergonha e a culpa, bem como para aguçar perguntas, dúvidas e fantasias. Certamente, a obra *Menina que vem de Itaiara* aborda este aspecto, revelando como o discurso que reforçava o controle sobre as práticas sexuais e eróticas de Isa Apetitosa parecia não sufocar a curiosidade e interesse de Irene, conseguindo apenas impulsionar gradativamente o cometimento de atos transgressores, pois a narradora-protagonista, ao se mostrar como sujeito que buscava não se limitar à ideologia religiosa e moral da época, enuncia que: “Foi proibirem, a tentação cresceu” (CELINA, 1996, p. 96).

Portanto, Irene, ao considerar injustas as proibições, e em desafio às ordens impostas, apresenta inclinações subversivas e continua a manter contato diário com a prostituta. Em suas proibidas incursões à barraca de Isa Apetitosa, através da interação dialógica com a mulher, começa a idealizá-la como a figura e postura de uma princesa, vivendo no interior de um casebre repleto de mimos, a exemplo dos deliciosos “bombons, chocolate, lanches e agrados” (CELINA, 1996, p. 96) que costumava ganhar, e, inclusive, do luxuoso “robe de cetim laquê que era um fascínio [...]

mim. Um fascínio e também uma inveja” (CELINA, 1996, p. 96). Tal aspecto fornece indícios do quanto Isa Apetitosa, sujeito consciente de sua atração perante os homens, sabia como satisfazer e fidelizar seus clientes para obter mais lucros em seus programas, ganhando não apenas dinheiro, mas também acumulando bens através da sedução.

Para Irene, a imagem de Isa Apetitosa apresentada sempre no espaço privado da casa, bem arrumada com seus vestidos de florzinha e cheirando a sabonete fino, possuía certos preceitos morais e modelo de comportamento incomum para uma mulher dama. Conforme ilustra o enunciado-discursivo da menina, a personagem exaltava uma tipificação diferente das prostitutas “vulgares” em trânsito pelos espaços públicos de Itaiara, sobretudo as ruas, e que se definiam através do apelo sexual e nudez para atrair clientes quando “andavam quase nuas, debochadas se mostravam, arrancavam-lhes os maridos rindo, só para fazê-las sofrer” (CELINA, 1996, p. 97). Em consonância com o discurso enunciado por Irene, a voz de dona Adélia e de Domingas também destacam a percepção sobre o singular requinte apresentado por Isa diante da presença dos moradores da pequena cidade interiorana do Pará:

Passou, seguiu, deixando na vereda os seus perfumes. A domingas, que ia conosco, quando bastante distante falou: “Mas, dona Adélia, quem vê essa mulher, nem diz o que é...” Mamãe: “Pois não é, Domingas, tem um trato, certa postura...” “Senhora sabe que ela está indo à casa de dona Zefinha, que Astésia está costurando pra ela?” Sim, mamãe já a vira na casa dos Nogueira. Mas isso em sossegadas horas, ia provar os vestidos. Os vizinhos nos falatórios, se admirando como seu Moisés nisso consentia. Mas talvez exagerassem. Desde que ela se portasse com respeito, havia mal nisso? Dona Zefinha aliás lhe dissera que a Isa, quando lá estava, era uma senhora, nem um cigarro acendia. (CELINA, 1996, p. 99)

Nesta mesma linha de pensamento advindas das diferentes consciências das personagens do romance, Margareth Rago (1991), no livro intitulado *Os prazeres da Noite*, também aponta certas distinções e particularidades de mulheres que trabalham com a prostituição no início do século XX, na cidade de São Paulo. Para a autora, o mundo da prostituição, quando passou pelo crivo do negativo, do sombrio, da brutalidade humana, foi metaforizado através de duas imagens antagônicas: da prostituição chique, a qual evoca imagens de prazer e tranquilidade, ao mesmo tempo de violência e depravação; e da prostituição de baixo meretrício, que inevitavelmente vem associada à imagem da animalidade da carne, da bestialidade do sexo, do gozo irrefreável e da orgia sem limites, atestando o último degrau de degradação atingido pela humanidade.

Independentemente de Isa Apetitosa não compor imagem e postura convergente à de prostituta de baixo meretrício, o fato é que o pai de Irene, seu Geraldo Shneider, proibiu a menina de estabelecer qualquer contato com a vizinha, tendo visto que, segundo Elódia Xavier (1998), existia uma hierarquia visível na representação do poder mantido pelo homem, o protetor/provedor da família e responsável pelo bem-estar de todos. Dessa forma, conforme detectamos, em certa ocasião seu Geraldo Schneider, homem bom, amoroso com as filhas, tratando-as sempre com muito carinho, quando descobre as clandestinas visitas de Irene e sua irmã ao recinto domiciliar de Isa Apetitosa, impõe ameaças caso desobedeçam novamente a seu pátrio poder: “Tornarem a voltar, uma vez que seja, à casa dos fundos, serão castigadas. Aquela mulher é uma meretriz” (CELINA 1996, p. 97). E assim, Irene, mesmo contrária ao ponto de vista e exigência do pai, aceitou suas or-

dens por compreender ser apenas uma menina que “não me governava e, ainda a contragosto, tive de me ausentar da barraca dos fundos. Porém quem sentiu a proibição foi Alba. Era quem mais se havia apegado à nova vizinha” (CELINA, 1996, p. 97).

Proibida de interagir com a figura da polêmica vizinha, a menina Alba “prorrompeu em censuras contra papai, achando-o pela primeira vez um homem ruim, sem coração” (CELINA, 1996, p. 97). Como é possível notarmos nos discursos romanescos emitidos, cada personagem possui seu ponto de vista sobre a figura e postura de Isa Apetitosa e o defendem a partir de suas próprias visões de mundo. As vozes dos personagens de *Menina que vem de Itaiara*, feita por Lindanor Celina, correspondem à polifonia proposta por Bakhtin, pois são vozes que se confrontam, mas não se submetem, pois ninguém abre mão de seus pontos de vista, formando discursos plenivalentes, independentes em relação uns aos outros. Afinal, a voz de Irene possui “independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis” (BAKHTIN, 1981, p. 3).

Irene vez por outra ouvia falar das andanças de Isa Apetitosa pela cidade, ou a via transitando a caminho do igarapé, mas, nessas horas, acompanhada de sua mãe, nem podia falar com a prostituta, mostrar que ainda pensava nela, restando-lhe apenas a indecisão e conflito de diferentes vozes no âmago da sua autoconsciência: “Falava com ela, não falava, olhava, não olhava, daria um sorriso, passaria durinha” (CELINA, 1996, p. 99). A personagem Isa Apetitosa, por sua vez, mesmo tendo consciência de não ser bem aceita em locais públicos devido à legitimação de uma identidade estigmatizada, de mulher “falada”, de mulher “de vida ruim”, indicava não abrir mão de seus direitos de ir e vir, assim como parecia não dar importância ao coro de vozes preconceituosas que se levantavam em Itaiara. Desse modo, não se sujeitando à privação imposta, andarilha pelas ruas da cidade, cumprimentava a todos que cruzavam seu caminho, em demonstração de gentileza e compostura: “Boa-tarde, dona Adélia”. Não é que mamãe, sem nenhum azedume ou prevenção, respondeu: ‘Boa-tarde, dona Isa’” (CELINA, 1996, p. 99).

Notamos, no transcorrer da narrativa, indícios da personagem Isa Apetitosa não apresentar visão de ser uma mulher em conflito valorativo com sua profissão envolvendo os prazeres do corpo como instrumento de trabalho, pois a mesma, em nenhum momento, indica carregar a voz de eterna sofredora, em relação ao peso da ideologia de caráter moral e religioso que visava tanto regradar suas práticas sexuais quanto discriminar sua imagem e lugar ocupado. Tão pouco parecia se importar ou ficar constrangida com o falatório de outros moradores da cidade, honrados senhores e senhoras que demonstravam seus preconceitos em relação à profissão da personagem, e a condenavam do humano convívio. Pelo contrário, tratava-se de uma prostituta inteligente e segura de si, com a percepção dos efeitos sedutores sobre seus clientes, que desenvolveu estilo profissional único, vivendo conforme suas próprias particularidades, valores ideológicos e convicções que visavam garantir seu sustento ou aquisição de bens materiais.

Por fim, dentre outras circunstâncias de análise que poderíamos fazer a respeito de Isa Apetitosa, destacamos o discurso de Irene contando o desfecho da personagem, daquela mulher:

Primeira rapariga que eu vira de perto, e que com tanta simpatia nos conquistara. Isa vivia agora por conta de seu Pedro Galo, nem sei por que conserva o nome rapariga, se era ver dona casada. Aquele seu Pedro que antigamente só a visitava, como os outros, era hoje o dono e senhor de sua casa, de sua vida. (CELINA, 1996, p. 167)

Como observamos no destino da personagem, dois aspectos podem ser destacados: o primeiro acentua o romance de Lindanor Celina, visto sob a ótica do discurso polifônico de Bakhtin, como um gênero inacabado, em formação, onde seus personagens estão sujeitos a novas mudanças, sendo “sempre representadas em um processo de evolução que nunca se conclui” (BEZERRA, 2013, p. 191). O segundo aspecto, por sua vez, destaca como a personagem consegue livrar-se da profissão de prostituta, passando a assumir outra identidade ao aproximar-se da figura e postura da mulher de família ao manter relações sexuais apenas com um homem, e viver em condição semelhante ao leito conjugal, afinal, para a mulher da referida época, o “casamento e a maternidade eram a sua salvação; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamento em desacordo com a moral cristã” (ALMEIDA, 2014, p. 63).

A partir desses (e outros) aspectos acentuados, Isa Apetitosa pode ser considerada uma prostituta, no mínimo, diferente para aquela sociedade em que viveu, sujeito feminino forte e com mentalidade impositiva capaz de criar formas de existências próprias, ficando com quem realmente queria e, mesmo não estando casada, mantinha prática sexual monogâmica, prática socialmente, pois conforme as convenções femininas prevalecentes à época: “Era o melhor, o mais sensato, ser de um só” (CELINA, 1996, p. 99).

2. Discursos da Prostituta Debalde Diana

A prostituta Debalde Diana, assim como Isa Apetitosa, também compõe o núcleo de personagens mulheres descritas sob a figura transgressora insubmissa, no contexto da obra *Menina que vem de Itaiara*. A voz da narradora-protagonista descreve a impactante chegada da mulher à pequena cidade do interior paraense. O episódio ocorreu em uma tarde, quando Irene brincava junto de outras crianças e viu descer a rua aquela distinta moça, corpo magro e bem vestido, o rosto pintadíssimo, tudo nela “era diferente das outras, nem digo das modestas e acanhadas do bairro, mas das ricas e elegantes da cidade.” (CELINA, 1996, p. 167).

Ao avistarem a imagem daquela singular mulher, a criançada interrompeu o momento lúdico, as comadres das janelas pararam num repente suas conversas apenas para verem a passagem da mulher “feito uma deusa, em nossa rua tão feinha.” (CELINA, 1996, p. 167). Não demorou para as honradas senhoras, mulheres de família, crescerem os “olhos às mulheres de aliança no dedo, cabelos despenteados e unhas sujas, mulheres honestamente recebendo a barrela e o refogado. Acenderam-se aqueles olhos num brilho que eu, menina, mal sabia dessas coisas, bem que vi que bom não era. Sim, diverso do nosso espanto era o espanto das honradas senhoras” (CELINA, 1996, p. 167). As expressões de espanto, curiosidade e repulsa diante a distinta figura e postura da personagem Debalde Diana não surgiram por acaso.

Em uma cena que merece destaque, percebemos discursos que apontam o interesse de Debalde Diana no estabelecimento de relações com os moradores de Itaiara, realizando pequenos gestos para conquistar as crianças e, quem sabe, um viver junto às mulheres de famílias (consideradas pessoas plenas de aspectos religiosos e morais). Porém, devido a visão estigmatizada sobre sua profissão e sua identidade como mulher perigosa, devassa e pecadora, seus gestos não passavam de atitudes vãs. O episódio a seguir, exemplifica as tentativas da prostituta em conquistar espaços comuns ao buscar interagir com as mulheres de valor, bem como o estereótipo negativo e lascivo da prostituta que recaía sobre si: “as honradas senhoras do quarteirão haviam-na irremediavelmente condenado e

proscrito do humano convívio. Diana se mostrava gentil, obsequiosa, cumprimentando sorridente a todos. Em vão acariciava as crianças, dando-lhes bombons” (CELINA, 1996, p. 168).

Em consonância com a ideia anteriormente mencionada, Margareth Rago (1991, p. 52), ao fazer alusão à repressiva moral da época, explica que a prática do sexo era considerada “pecado e doença ao mesmo tempo”, cabendo à mulher o restrito uso do sexo durante o casamento convencional e a reprodução, caso contrário, eram severamente punidas. E assim acontecia com a personagem Debalde Diana, pois as mulheres de família, quando presenciaram a tentativa da prostituta de interagir com seus filhos, tratavam de colocá-los para dentro, aos gritos. Que nem fosse uma lazarenta” (CELINA, 1996, p. 168). Em outro trecho da obra, também é possível identificar as emissões de juízo e valor presente na multiplicidade de vozes das honradas mulheres de Itaiara. Tais vozes aconselhavam as personagens femininas, sobretudo as moças ainda jovens que não haviam contraído matrimônio nesta faixa etária, sobre o risco de manterem qualquer relação interpessoal com Debalde Diana e serem apontadas como mulheres damas:

As virtuosas mulheres prescreveram às filhas a mais severa proibição: “Tem nada que viver de agarrado com as meninas de seu Guimarães. Essa prima deles é uma mulher da vida”. Ao que outra vizinha ajuntava: “Estou é dona Aurora receber em casa uma bicha dessas, as meninas já se pondo mocinhas, que coisa! Quando chegou essa sujeita?”. (CELINA, 1996, p. 167-168)

Sobre a rejeição perpetrada pelos moradores da cidade diante da existência da profissional do sexo, Louro (2003) explica que os membros de dados grupos sociais costumam treinar seus sentidos para perceberem e decodificarem marcas e aprenderem a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias maneiras que se expressam. Portanto, Debalde Diana, ao utilizar seu corpo como forma de sustento e, acima de tudo, como espaço de poder e prazer, sofria com o juízo de valor emitido a seu respeito, bem como a marginalização, pelo fato de contrariar os comportamentos, as normas de conduta e os valores morais e religiosos da sociedade da época.

Divergente da usual visão preconceituosa apresentada pelo arranjo de vozes das demais personagens femininas da cidade, Irene, enquanto sujeito de consciência independente, buscava apreciar a figura de Debalde Diana a partir de uma perspectiva própria, não definindo a mulher apenas pela sua profissão. Em uma passagem do romance, a narradora-protagonista enuncia o diferente (e humanizado) modo de tentar compreender aquela mulher: “Mas, eu, toda vez que a via, buscava, no fundo de seus olhos pestanudos, nos belos traços de seu rosto, nos mínimos gestos seus, a sombra da ruindade, e nada. Não vi senão a bela Diana” (CELINA, 1996, p. 168). Esse aspecto presente na obra de Lindanor Celina reforça sua autêntica polifonia romanesca, pois, no plano discursivo, os personagens e suas vozes, todas são válidas e nenhuma se sobrepõe a outra. Ainda que, por determinada questão social e moral, uma determinada ordem possa a ser dada e obedecida, isso não quer dizer que aquela é uma verdade aceita, pois, como esclarece Bakhtin (1981, p. 2), os personagens do romance polifônico não são “apenas objetos do discurso do autor, mas os próprios sujeitos desses discursos diretamente significantes”.

Assim como Irene, dona Adélia também procurou entender Debalde Diana apartada da visão estigmatizada de prostituta, ressaltando a polifonia bakhtiniana no texto romanesco de Lindanor Celina. Ao tentar compreendê-la segundo as condições de vida que a conduziram ao tortuoso

ramo de profissional do sexo, dona Adélia descobriu a tocante história da mulher nascida na cidade de Itaiara, oriunda de família pobre e repleta de muitos filhos, ainda pequena, mudou-se para tentar a sorte em Belém e, pondo-se moça, embelezou e não viu outro caminho na vida a não ser cair no mundo da prostituição para auxiliar a familiar. Desse modo, a personagem dona Adélia não teve coragem “de imitar a Neném Feitosa e demais vizinhas, fechando-lhe a porta” (CELINA, 1996, p. 168), procurou não condenar e menosprezar Debalde Diana por seu modo de vida diferenciado, permitindo, inclusive, com que a personagem realizasse frequentes visitas à sua casa, espaço doméstico, privado, onde as mulheres constroem suas “relações familiares, os laços de família” (XAVIER, 1998, p. 13).

Com a crescente amizade de Diana junto ao núcleo familiar de dona Adélia, a menina Irene deixa entrever qualquer resquício da percepção negativa de prostituta advinda da figura e postura apresentada pela mulher quando enuncia: “depressa esqueci que ela era rapariga, tão normal me aparecia, nas conversas, nas brincadeiras conosco. Nem namorado seu descobri nunca, embora nisso pudesse meus reparos, atrás de algo que lhe justificasse a má fama” (CELINA, 1996, p. 168). De acordo com a voz da narradora-protagonista, Diana não ostentava aparência de mulher que portava qualquer mancha ou mácula, pois, diferente de algumas mulheres de Itaiara que, para garantirem a oportunidade de um bom casamento, procuravam aventurar-se em relações sexuais no mais absoluto segredo, ela afirma que: “Jamais vi homens rondando a casa de seu Guimarães, nem Diana pelos cantos escuros, como tantas moças donzelas do bairro” (CELINA, 1996, p. 168-169).

Debalde Diana, com quase três meses convivendo na pequena cidade do interior paraense, passou a ter certeza que o núcleo familiar de Irene aceitava e apreciava sua companhia, encarando-a com respeito e igualdade, mesmo tendo ciência de sua atividade no ramo da prostituição. Porém, tinha consciência da indiferença e menosprezo perpetrado por parte das demais senhoras de Itaiara, que apresentavam dificuldades em compreender e aceitar maneiras diferentes de viver, e tentavam moldar a identidade do sujeito feminino. Talvez este destoante aspecto provocou na personagem tamanha revolta, a ponto de praticar ousada atitude e ser “apanhada no igarapé das Ora-Veja, feito Eva, no meio de um bando de homens, essas tantas noites” (CELINA, 1996, p. 169), demonstrando o afronte tanto às honradas e tradicionais famílias quanto à preconceituosa sociedade itaiarense, que empunhava repressivas regras e comportamentos a serem seguidos pelas mulheres, o que propiciava a marginalização da mulher prostituta.

Após o polêmico episódio, Debalde Diana partiu inesperadamente da cidadezinha, sem ao menos se despedir de Irene e sua família. Este aspecto sinaliza o quanto o romance de Lindanor Celina, apreciado à luz do discurso polifônico de Bakhtin, não se dá de forma acabada, isto é, os rumos e caminhos trilhados por seus personagens não estão pré-definidos pela autora, que concebe a cada um deles a liberdade de escolhas por não conhecer seus destinos. “Cada atitude da personagem está inteiramente no presente e neste sentido não é predeterminada; o autor a concebe e representa como livre.” (BAKHTIN, 1981, p. 23).

A cena final do discurso sobre Debalde Diana, descrevendo a personagem expondo as partes íntimas de seu corpo e praticando relações sexuais com vários homens em local público, tem um sabor de crítica, botando no chão os valores tradicionais de uma pequena cidade do interior paraense. O afrontoso comportamento da personagem originou muitas histórias a seu respeito, que não deixaram de ser contadas e recontadas pelas tradicionais famílias, pois um corpo íntimo e sexuado tornou-se gradativamente aquele que “veria afrouxar as disciplinas do passado em benefí-

cio do prazer” (DEL PIORE, 2011, p. 106). Tais histórias descrevem o polêmico episódio de uma subversiva mulher que desafiou a repressiva sociedade da “moral e bons costumes”. Essas histórias causaram ainda um misto de sentimento nas mulheres, como, por exemplo, o “maior espanto meu, e mais pena e mais desencanto e mais vergonha” (CELINA, 1996, p. 196), e, quem sabe, também não incentivou outras mulheres a serem o que quiserem, ou lutarem contra as repressivas normas que condenavam a prática das mulheres de exteriorizar as necessidades e prazeres sexuais de seus corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os documentos literários com indícios da realidade histórica da mulher paraense, procuramos enfatizar o romance ficcional *Menina que vem de Itaiara*, da escritora Lindanor Celina. As páginas do romance congregam uma trama ficcional repleta de discursos capazes de conduzir o leitor a uma extraordinária e profunda visão crítica, reflexiva e sensível acerca da polifonia de personagens femininas que convergem e divergem das regras legitimadas pelo prevaletente no seio familiar de muitas cidades do interior da Amazônia paraense nas primeiras décadas do século XX (1920-1930).

No rol de personagens femininas ilustradas na obra, buscamos, especialmente, destacar discursos onde emanam vozes sobre figuras e posturas das prostitutas presentes na narrativa, percebidas e tratadas como transgressoras e marginalizadas devido a suas práticas contrárias aos valores morais de Itaiara, isto é, uso da sedução e venda do corpo para a conquista do sustento e autonomia. As duas prostitutas ficcionais de Lindanor, aqui analisadas, apresentam-se como mulheres portadoras de vozes e consciências antônimas, que não se deixam abater pelos preconceitos e buscam conquistar seus espaços e suas vivências com maior liberdade e dignidade no contexto da pequena cidade. Ambas, conforme suas ações e posturas, despertam visões outras a respeito de si, o que proporciona a ilustração de personagens com identidades plurais e que muito se assemelham com mulheres reais e atuantes na prostituição.

Por fim, numa leitura mais cuidadosa do romance, podemos considerar Lindanor Celina entretecer discursos de personagens prostitutas com singularidades para decidir os rumos de seus destinos, porém, cada uma escolhendo seu desfecho à sua maneira, de forma imprevisível. Enquanto Isa Apetitosa viverá uma relação estável, monogâmica e condizente aos valores morais femininos, Debalde Diana será marcada pelo escândalo, pela vida sexual promíscua e livre. Deste modo, as duas prostitutas descritas em *Menina que vem de Itaiara* são ilustradas com percepções e modos plurais de agir, demonstrando como a prostituição feminina pode se constituir não apenas sob um ponto de vista preconceituoso e negativo, mas conforme diversos pontos de vistas evocados nas vozes de sujeitos que se inserem, vivem e mantêm relações dialógicas em cada momento específico da história.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. *O legado Educacional do século XX no Brasil*. 3ª. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2014, p. 55-101.
- ALVES, L. M. S. A.; ARAÚJO, S. M. S. Castigos corporais e disciplinamento na escola: um estudo a partir da literatura brasileira. In: Castro, A. C.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. P. (Org.). *Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste*. São Luís: EDUFMA, UFPB, Café e Lápis, 2011, p. 67-100.
- BAKHTIN, M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1981.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto 5ª Ed., 1ª reimpressão, 2013.
- CELINA, L. *Menina que Vem de Itaiara*. Belém: Editora Cejup, 1996.
- CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DEL PRIORE, M. *Conversas íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- FERREIRA, A. C. A fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2021.
- LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 07-35.
- RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- TONOZI-REIS, M. F. C. *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2022.
- XAVIER, E. *Declínio do Patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

Mães Acompanhantes de Crianças com Cardiopatia Congênita: vivências em contexto de hospitalização em Belém do Pará

Acompañamiento de Madres de Niños con Cardiopatías Congénitas: experiencias en el contexto de hospitalización en Belém do Pará

Accompanying Mothers of Children with Congenital Heart Disease: experiences in the context of hospitalization in Belém do Pará

Amanda Cristina Ribeiro da Costa

Rivânia da Silva Lima

Resumo: O presente artigo é fruto da residência em Atenção à Saúde Cardiovascular da Universidade do Estado do Pará, na área do Serviço Social. Objetivo: conhecer as vivências de mães acompanhantes de crianças cardiopatas durante a internação hospitalar em Belém, Estado do Pará. Metodologia: Pesquisa exploratória de cunho qualitativo. A coleta de dados realizou-se mediante entrevista com aplicação de um questionário semiestruturado. Resultados: Foi possível construir o perfil socioeconômico e se aproximar da realidade dessas mulheres por meio de seus relatos, os quais permeiam o processo de descoberta da cardiopatia, redes de apoio e as principais dificuldades durante a internação. Conclusão: A cardiopatia congênita de um filho causa transformações na vida de mulheres, deste modo, é fundamental a melhora do serviço público de saúde e de apoio durante este processo.

Palavras Chave: Mães. Crianças. Cardiopatias Congênicas. Internação hospitalar.

Resumen: Este artículo es el resultado de la residencia en salud cardiovascular en la Universidad del Estado de Pará en el área de Trabajo Social. Objetivo: conocer las experiencias de madres que acompañan a niños con enfermedades del corazón durante la hospitalización en Belém, Estado de Pará. Metodología: Investigación cualitativa exploratoria. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas con la aplicación de un cuestionario semiestruturado. Resultados: Fue posible construir el perfil socioeconómico y acercarse a la realidad de estas mujeres a través de sus relatos, que permean el proceso de descubrimiento de la cardiopatía, las redes de apoyo y las principales dificultades durante la hospitalización. Conclusión: La cardiopatía congénita de un niño provoca cambios en la vida de las mujeres, por lo que es fundamental mejorar el servicio de salud pública y el apoyo durante este proceso.

Palabras Claves: Madres. Niños. Cardiopatías congénitas. Internamiento hospitalario.

Abstract: This article is the result of residency in cardiovascular health care at the University of the State of Pará in the area of Social Work. Objective: to know the experiences of mothers accompanying children with heart disease during hospitalization in Belém, State of Pará. Methodology: Exploratory qualitative research. Data collection was carried out through an interview with the application of a semi-structured questionnaire. Results: It was possible to construct the socioeconomic profile and approach the reality of these women through their reports, which permeate the process of discovering the heart disease, support networks and the main difficulties during hospitalization. Conclusion: The congenital heart disease of a child causes changes in the lives of women, so it is essential to improve the public health service and support during this process.

Keywords: Mothers. Children. Congenital heart diseases. Hospital internment.

Amanda Cristina Ribeiro da Costa – Professora Dr^a. Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Orcid: [0000-0003-1765-2972](https://orcid.org/0000-0003-1765-2972). E-mail: amandacostaufpa@gmail.com

Rivânia da Silva Lima – Assistente social, Especialista em Atenção à Saúde Cardiovascular pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) pelo Programa de Residência Multiprofissional; Especialista em Saúde da Mulher e da Criança pela Universidade Federal do Pará (UFPA) pelo Programa de Residência Multiprofissional. Orcid: [0000-0001-9424-9314](https://orcid.org/0000-0001-9424-9314). E-mail: lima.rivania@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O interesse pela construção dessa pesquisa ocorreu devido à experiência como residente multiprofissional em Serviço Social da Universidade do Estado do Pará (UEPA) na Fundação Hospital das Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), na área da atenção à saúde cardiovascular, unidade hospitalar com serviços integralmente ofertados pelo Sistema Único da Saúde (SUS). Como assistente social, realizamos de forma diária na clínica pediátrica desta instituição, lócus da pesquisa, acolhimentos sociais e visitas sociais de acompanhamento no leito às crianças que se encontram em internação hospitalar devido à Cardiopatias Congênitas (CC).

CC são responsáveis, em grande parte, por provocar morte na primeira infância. Descobrir a comorbidade logo no pré-natal, serviço ofertado pela Unidade Básica de Saúde (UBS) do território da gestante, ou nos primeiros dois dias após o nascimento, é essencial para iniciar o tratamento adequado, evitando o óbito precoce (BRASIL, 2017).

Observou-se, durante a experiência profissional como residente na clínica pediátrica, a presença feminina no cuidado com as crianças internadas, entre elas, principalmente, as mães, seguidamente as avós, tias e irmãs, e, raramente, a presença em período integral masculina. Verificou-se também esta incidência nas literaturas que tratam sobre o tema em questão.

Em uma sociedade que ainda mantém uma visão patriarcal e machista, a mulher é colocada como a principal responsável pelo cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos, exercendo este papel social. A autora Vasconcelos (2009), ao discutir sobre o papel da mulher, reflete que existe uma hierarquia de poderes: ao homem, cabe desempenhar as atividades remuneradas para a sobrevivência do capital como um trabalho produtivo, já para a mulher, cabe o trabalho improdutivo, aquele que envolve o cuidado com os integrantes da família, que não traz lucros para o capital, que influencia na divisão de tarefas entre os gêneros.

Dentre outros motivos que fortalecem a presença materna como acompanhante, pode-se relacionar, sobretudo, o fato desta ser a única cuidadora da criança – não possuir condições financeiras para contribuir com sua rede de apoio uma segunda pessoa –, ou não possuir confiança em deixá-la – uma ruptura que, mesmo que momentânea, poderia intensificar o sofrimento da criança e de sua mãe dentro de um contexto tão exaustivo como o hospitalar, afetando a sua qualidade de vida (MACEDO, 2015). Além disso, demonstra culpa em se afastar do filho nesse processo, segundo as pesquisadoras Zanello e Porto (2016, p. 16), “as mulheres se culpam, quando mães, por cuidarem demais, por cuidarem de menos, por não cuidarem”.

Podemos também refletir, conforme a realidade vivenciada, que a responsabilidade feminina pelo cuidado ainda é cobrada e naturalizada por profissionais de saúde dentro de instituições que representam um Estado, a serviço do patriarcado, que questionam a troca do acompanhamento da criança entre mãe e pai, indagam esta troca como uma exceção ao contexto hospitalar, o que intensifica a cobrança de mulheres para sua estritamente função materna, como se a figura masculina não possuísse a capacidade de gerir o cuidado com a higiene da criança, a alimentação e o afeto. Essa forma de enxergar as mulheres foi construída para uma divisão de tarefas mediante ao gênero, devido à desigualdade entre os sexos, masculino e feminino, que moldam as relações sociais. Para as autoras, pesquisadoras em discussão de gênero, Cisne e Santos (2018, p.43):

O exercício do poder patriarcal não se restringe ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao

desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação”.

A presença da CC atinge em vários aspectos a vida de mulheres, no âmbito social, familiar, trabalhista, educacional, matrimonial, formas de lazer, no autocuidado e em outras particularidades. Ter uma criança com CC é necessitar estar dedicado ao seu tratamento de saúde, seja ele durante a hospitalização ou fora do contexto hospitalar, visto que o paciente cardiopata exige sérios cuidados contínuos e por toda a sua vida. Esse percurso pode incluir internações e reinternações hospitalares para cuidados especializados e invasivos, como cirurgias cardíacas e procedimentos como o cateterismo cardíaco e terapêutico, assim como o acompanhamento ambulatorial, transferência para hospitais da alta complexidade de outros Estados via Tratamento Fora de Domicílio (TFD) Estadual, inserção da criança em cuidados paliativos ou óbito.

A preocupação dos pais quando descobrem o diagnóstico de CC é constante, evitam que a criança corra, frequente a escola – na tentativa de protegê-la de possíveis riscos. Quando se interna uma criança com CC, interna-se também, na maioria das vezes, uma mãe, que são reconhecidas como as cuidadoras principais por componentes da equipe, que precisa, naquele processo, cuidar adequadamente do seu filho, seguir as orientações da equipe de enfermagem, aguardar por procedimentos que serão dolorosos e, ao mesmo, que podem levá-lo ao óbito, dividir a enfermaria com outras mães, de outras culturas e hábitos, e abdicar da sua vida externa. Logo, o apoio às mães é fundamental (MENDONÇA, 2018).

Quase sempre tais mulheres apresentam aparentes vulnerabilidades sociais, como o trabalho intenso com o cuidado de vários integrantes da família, não somente com a criança com CC, renda familiar insuficiente para o acesso a bens básicos, como itens de higiene pessoal, local do território de moradia que não possui o suporte necessário ao acompanhamento de saúde, fazendo com que a mulher precise permanecer sozinha, longe do apoio familiar e de amigos. Desta forma, este presente estudo se propôs a conhecer as vivências de mulheres que se encontravam acompanhando suas crianças cardiopatas internadas em ambiente hospitalar.

1. Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, com o interesse de alcançar uma visão ampla sobre o tema, para que os resultados obtidos e analisados contribuam para a construção de novos estudos avançados. Através de uma abordagem qualitativa, com utilização de um questionário semiestruturado, aplicado individualmente na forma de uma entrevista, teve por objetivo adquirir os dados necessários durante a pesquisa de campo. Realizou-se, também, pesquisa bibliográfica, a qual proporcionou ao estudo a aquisição de conceitos, conteúdos, referenciais teóricos e autores que tratam da temática em questão, contribuindo para a análise dos dados (GIL, 2008).

A pesquisa qualitativa vem ganhando destaque em estudos da área da saúde, sendo um fator promissor nas pesquisas com seres humanos, a fim de não somente pesquisar procedimentos, tecnologias, mas sendo necessário humanizar a forma de se pesquisar, dar voz às pessoas que estão vivenciando processos de saúde-doença, importante para a desconstrução do modelo estritamente biomédico, ampliando a disseminação de conhecimentos e o diálogo entre os diversos profissionais que compõem uma equipe multiprofissional dentro do SUS (DESLANDES; GOMES; MOREIRA, 2020).

No decorrer deste artigo, dentro das discussões dos resultados, serão apresentados os relatos das vivências das mães das crianças e dados das condições sociodemográficas. A entrevista conteve perguntas pré-estabelecidas: foram 19 (dezenove) perguntas fechadas e 05 (cinco) abertas. As mesmas puderam se expressar a respeito do seu cotidiano, tratando-se sobre a descoberta da CC e o percurso vivenciado até a internação hospitalar; principais dificuldades que envolvem a internação hospitalar e a rede de apoio.

Os dados coletados das perguntas fechadas foram estruturados em planilha Excel 2013 – para que as informações contidas nos questionários semiestruturados fossem tabuladas e analisadas –, divididos por tópicos e utilizando-se de estatística descritiva. De posse das entrevistas transcritas, todas as respostas foram tratadas no programa Microsoft Word 2013, pelo qual foi possível realizar uma análise qualitativa das respostas mais expressivas para reflexão e discussão – os relatos serão apresentados em tabelas e na forma de citações.

Utilizou-se o método histórico dialético como base para esta pesquisa, visto que a vivência diária na clínica pediátrica durante a internação das mães é um recorte complexo das relações externas ao hospital. Conforme o pensamento de Netto (2011), um método investigativo que se atenta através da reprodução mental perpassando por mediações em vista de alcançar a totalidade do seu objeto de estudo. Logo, este estudo se compromete em conhecer a realidade, histórias de vidas, do movimento dessas pessoas dentro de um contexto, buscando a perspectiva de totalidade, na medida em que busca compreender os determinantes da realidade apresentada, de modo que este objeto de estudo não seja percebido de maneira fragmentada, a-histórica e acrítica.

Em se tratando dos cuidados éticos, este questionário semiestruturado fora aplicado nos meses de julho à agosto do ano 2022 (dois mil e vinte e dois), após a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FHCGV (Número do Parecer: 5.399.424), via plataforma Brasil, de acordo com a Resolução 466/12, assinatura da carta de anuência pelo responsável atestando formalmente a autorização da instituição concedente a pesquisa de campo e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por cada participante.

2. Resultados e Discussão

A amostra a que este estudo se aplicou foram de 13 (treze) mulheres acompanhantes de crianças internadas que estavam em pré ou pós-operatório de cirurgia cardiovascular, ou pós-procedimento do cateterismo, dentre elas, 12 (doze) mães e 01 (uma) avó com guarda definitiva, sendo a responsável pela criança desde o nascimento. As participantes foram identificadas pela letra “P”, variando da participante P1 a P13.

Logo abaixo, estão apresentadas as características sociodemográficas das participantes (Tabelas I e II), que também serão discutidas junto aos relatos das mesmas.

Tabela 1: Características Sociodemográficas das Participantes (I)

Part.	Idade	Raça	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Condição Trabalhista	Renda Familiar	Habitação	Quant. De Filhos
P1	27	Parda	Casada	Ens. Superior	Pedagoga	Informal	1 Salário	Agregada /Alvenaria	1
P2	51 (Avó)	Parda	Casada	Ens. Superior	Pedagoga	Contrato Temporário	02 a 04 Salários	Própria /Madeira	3

P3	26	Branca	Un. Estável	Ens. Técnico	Tec. Enfermagem	Desempregada	01 Salário	Cedida /Alvenaria	1
P4	28	Parda	Un. Estável	Ens. Fund. Inc.	Não Possui	Desempregada	01 Salário	Própria /Alvenaria	2
P5	46	Parda	Un. Estável	Ens. Médio	Agricultora	Informal	01 Salário	Própria /Madeira	4
P6	39	Parda	Un. Estável	Ens. Médio	Agente Comunitária de Saúde	Concursada	02 Salários	Própria /Madeira	3
P7	37	Preta	Un. Estável	Ens. Médio	Manicure	Informal	02 Salários	Própria /Alvenaria	4
P8	33	Parda	Viúva	Ens. Médio	Auxiliar de Serviços Gerais	Contrato Temporário	01 Salário	Agregada /Madeira	2
P9	44	Parda	Un. Estável	Ens. Fund. Inc.	Não Possui	Desempregada	01 Salário	Própria /Madeira	5
P10	41	Parda	Solteira	Ens. Sup. Inc.	Não Possui	Desempregada	02 a 04 Salários	Própria /Alvenaria	2
P11	26	Parda	Solteira	Ens. Médio	Não Possui	Desempregada	02 Salários	Própria /Alvenaria	2
P12	38	Parda	Solteira	Ens. Médio	Vendedora de Roupas	Informal	01 Salário	Própria /Alvenaria	5
P13	46	Parda	Un. Estável	Ens. Fund. Inc.	Governanta	Desempregada	01 Salário	Agregada /Alvenaria	1

Part. = Participante; Ens. = Ensino; Sup = Superior; Fund. = Fundamental; Un. = União; Quant. = Quantidade.

Fonte: Elaboração Própria

A idade mínima das entrevistadas foram de 26 (vinte e seis) anos e a máxima 46 (quarenta e seis); 09 (nove) delas possuía relacionamento conjugal, 02 (duas) como casadas, 07 (sete) conviviam em união estável, 03 (três) solteiras e 01 (uma) viúva. O impacto de possuir uma criança cardiopata na família acarreta repercussões nas relações sociais como as conjugais, devido às inúmeras demandas e desafios existentes. Para Rossi e Rodrigues (2007), quando uma criança adoce, toda a família fica envolvida no processo do adoecimento, tanto a criança quanto a família, e são impactadas pelo diagnóstico, tratamento e hospitalização.

Se tratando do quesito raça, 11 (onze) delas se consideravam pardas, 01 (uma) delas branca e 01 (uma) preta. Logo, 12 (doze) participantes eram consideradas pertencentes à comunidade negra – conforme o Estatuto da Igualdade Racial, pardos e pretos fazem parte do mesmo grupo (BRASIL, 2010). Há estudos que apontam que mulheres pertencentes à raça negra recebem menos atenção no pré-natal quando gestantes e orientações acerca de possíveis complicações na gravidez, parto e pós-parto, assim como estão mais suscetíveis a vivenciarem desigualdades sociais, e ainda serem vítimas do racismo estrutural em instituições de saúde (LEAL, 2017). Portanto, coletar essa informação em pesquisas realizadas na área da saúde, torna-se fundamental para fomentar o debate sobre a desigualdade racial ainda vivenciada por pessoas negras.

Somente 01 (uma) das participantes possuía uma condição trabalhista com segurança, as demais estavam trabalhando na informalidade, sem acesso a seguros previdenciários, tentando empreender por conta própria, em contratos temporários ou desempregadas. Algumas se dedicavam exclusivamente ao cuidado com a criança e se ocupavam integralmente das atividades domésticas, não possuindo uma profissão, sendo um trabalho não remunerado e não reconhecido pelo sistema capitalista.

Sobre a quantidade de filhos, 09 (nove) delas possuíam mais de um filho – que quase sempre ficavam aos cuidados de outros familiares, em grande parte, também representados pela figura feminina –, a preocupação ficando dividida entre o cuidado com a criança hospitalizada e os outros que ficaram em casa é uma realidade presente, como mostra a fala da P11: “eu tenho um neném de 01 ano, aí tá bem difícil, mas a avó dele tá com ele, até ela terminar de se recompor do pós- cirúrgico”.

Tabela 2: Características Sociodemográficas das Participantes (II)

Part.	Município	TFD	Tem. De Internação	Idade do Pac.	Sexo do Pac.	Benefício
P1	Belém	Não se aplica	19 Dias	11 Meses	Masculino	Auxílio Brasil
P2	Santarém	Sim	19 Dias	12 Anos	Masculino	Não
P3	Ananindeua	Não se aplica	24 Dias	01 Ano e 02 Meses	Masculino	Auxílio Brasil
P4	Curuçá	Sim	27 Dias	6 Anos	Feminino	BPC 87
P5	Santarém	Sim	20 Dias	02 Ano e 02 Meses	Feminino	BPC 87
P6	Garrafão do Norte	Não	14 Dias	10 Meses	Masculino	Não
P7	Belém	Não se aplica	20 Dias	06 Meses	Feminino	Não
P8	Nova Esperança do Piriá	Sim	35 Dias	12 Anos	Masculino	Não
P9	São Domingos do Capim	Sim	18 Dias	02 Anos	Masculino	BPC 87
P10	Imperatriz do Maranhão	Não	16 Dias	09 Anos	Masculino	BPC 87
P11	Altamira	Sim	28 Dias	08 Anos	Feminino	BPC 87
P12	Tomé-Açú	Sim	04 Meses	06 Meses	Feminino	Auxílio Brasil
P13	Ananindeua	Não se aplica	14 Dias	08 anos	Masculino	Não

Part. = Participante; TFD = Tratamento Fora de Domicílio; Tem. = Tempo; BPC = Benefício de Prestação Continuada; Pac = Paciente.

Fonte: Elaboração Própria

As entrevistadas estavam, no mínimo, há 14 (quatorze) dias em ambiente hospitalar, porém, uma delas, a P12, estava há 04 (quatro) meses como acompanhante em um longo processo de internação de sua filha e sem perspectiva de alta médica. A respeito da renda familiar, 08 (oito) delas sobrevivem somente com um salário mínimo (R\$ 1212,00 = um mil, duzentos e doze reais), condição socioeconômica que implica no acesso dessas mulheres a itens essenciais, em um contexto de crise com o aumento de preços de alimentação e entre outros bens básicos. A P3 relatou que “a minha renda é só do auxílio brasil, eu gasto só com ele, que tem que comprar medicamento. Meu marido é pedreiro, ele tenta suprir todas as nossas necessidades”.

Em alguns casos, crianças com CC possuem acesso ao Benefício de Prestação Continuada destinados à Pessoa com Deficiência (BPC 87), devido à gravidade do quadro clínico e à neces-

sidade de realizar acompanhamento a longo prazo, por ser uma doença crônica que interfere no desenvolvimento social, intelectual, e, futuramente, ao acesso ao trabalho, influenciando na qualidade de vida (PEREIRA, 2017), sendo esta a realidade de 05 (cinco) crianças.

2.1. Descoberta da Cardiopatia Congênita e o Percurso Vivenciado até a Internação Hospitalar

O fluxo de atendimento vivenciado por pacientes internados na FHCGV se dá através de encaminhamento da rede de serviços de saúde, via regulação do SUS da UBS de sua moradia, ou via urgência e emergência através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), visto que o hospital é porta aberta para tratamento cardiológico, onde o paciente adentra para receber atendimento com intervenções imediatas no Serviço de Emergência Cardiológica (SAT/SERC).

Este fluxo pode ser também oriundo da clínica obstétrica desta mesma fundação hospitalar, onde a genitora comumente foi paciente no pré-natal de alto risco complementar, quando o feto em formação ou a mesma, durante a gestação, já apresentava comorbidades cardiovasculares a serem tratadas. Logo, ao ser diagnosticada com CC, a criança, desde a gestação ou seu nascimento, precisa do acompanhamento no Serviço Ambulatorial (SAM) da FHCGV com especialistas em cardiopediatria, pediatria, odontologia, dentre outros profissionais, assim como o acesso a exames especializados.

Desta forma, a seguir, estão alguns relatos das participantes acerca deste processo de descoberta da CC e o percurso vivenciado até a internação.

Tabela 3: Relatos acerca da descoberta da cardiopatia congênita

PARTICIPANTE	RELATO
P4	Ela nasceu no hospital de Castanhal e na alta dela a médica falou que ela tinha um problema cardíaco então com um mês e meio ela fez um eco e aí a gente veio pra cá com dois meses e foi dado o diagnóstico certo, ela fez o cateterismo com três meses, a gente recebeu alta e depois disso ela ficou aguardando e ficamos aguardando a cirurgia dela, com cinco anos de espera, ela agora tá com um aneurisma na aorta. Futuramente ela vai ter que aguardar as duas artérias do pulmão crescerem pra ela retornar aqui pra fazer um cate pra ver se vai fazer mais uma cirurgia.
P5	Depois que ela nasceu, aí ela foi pro regional e ficou na UTI neonatal, e lá foi descoberto que ela era cardiopata e aí encaminharam pra cá pra Belém pra fazer o tratamento do coração, mas só que todos esses tempos custou muito agora que foi chamada, foi dois anos esperando ser chamada na regulação pra primeira consulta, a doutora daqui autorizou pra ela ficar pra fazer a cirurgia.
p9	Eu percebi dentro de um mês ele teve uma cansaça muito forte, respirava muito diferente, aí eu peguei e fui no médico, aí eles foi e pediram um Eco, onde eu moro não batia e eu sem condições pra bater também aí eu fui na emergência aí eles me deram encaminhamento lá pro hospital onde eu tive ele em Castanhal aí ficamos lá três dias e depois eles mandaram pra cá pra uma avaliação, nessa avaliação eu entrei em desespero e pedi muito por ajuda e pedi muito leito pra ele ficar quando ele operou a primeira vez, ele tava com um mês e pouco, aí ele fez a primeira cirurgia do coração quase pra completar dois meses.

P12

Eu descobri que ela era cardiopata na primeira consulta dela que eu fui com a pediatra quando ela nasceu, avaliou ela e já viu que ela tinha furos no coração aí ela já me encaminhou pra cá pra eu fazer uma consulta com a cardiopediatra no CIIR e aí eu vim fazer a consulta com ela, aí fez eletro e eco e foi confirmada que era cardiopata, aí voltei pra Tomé Açú com dois dias ela passou mal, aí fui pra UPA com ela, aí voltei pra casa, passou mal de novo, voltei pro hospital de novo, aí viram que o coração dela já tava grande, ela tava com pneumonia, aí já fiquei no aguardo de um leito pra cá, depois de 05 dias consegui o leito, ela já foi direto pra UTI, passou 03 meses lá na UTI e saiu ontem, fez cirurgia, traqueostomia e bolsa de colostomia.

Fonte: Elaboração Própria

Conforme os relatos acima, foi possível visualizar que, quando se trata do processo de descoberta da CC, identificação do diagnóstico, início do tratamento, acesso à cirurgia cardíaca, podemos perceber que o fluxo nem sempre foi igual; diante de barreiras econômicas, longitudinais e de serviços públicos limitantes, este caminho pode ser mais longo e dificultoso. A espera por uma cirurgia por 05 (cinco) anos, ou uma consulta especializada por 02 (dois) anos, conforme os relatos das participantes P4 e P5, respectivamente, demonstram a fragilidade da rede do SUS.

Pereira (2002) reflete que, desde a elaboração do SUS, há tentativas em dificultar a sua execução, constituída por pessoas apoiadoras do Neoliberalismo, articuladas a um governo conservador que impede os avanços do SUS por meio de justificativas que envolvem crises financeiras e ampliando processos burocráticos. A autora define esse entrave como “trincheira contra-reformista” (PEREIRA, p.46).

Foi notável, durante o acompanhamento social destas mulheres e suas crianças, as consequências da burocratização do SUS, que vai de encontro ao que é estabelecido na Constituição Federal (CF) de 1988, com barreiras que dificultam o acesso a serviços, medicamentos, com ofertas insuficientes de recursos humanos, laboratoriais, uma longa espera por atendimentos e encaminhamentos desde a atenção básica do SUS, principalmente para aquelas mulheres que residem em municípios do interior, em zonas rurais do Estado do Pará; e, quando necessitam do tratamento especializado, dependem do processo de regulação com cotas que são insuficientes à população (LIMA, 2022).

Observou-se, durante a passagem pela clínica pediátrica, alguns relatos de famílias que necessitaram buscar o suporte da justiça via Ministério Público (MP). No Estado do Pará, é grande o número de pessoas que procuram os serviços da justiça para garantir o direito à saúde, acessar medicamentos, procedimentos, leitos, que já são ofertados pelo Estado (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

No ano 2017, foi aprovado o Plano Nacional de Assistência à Criança com CC, através da Portaria N° 1727 (um mil, setecentos e vinte e sete), o qual apontou que mais de 80% (oitenta por cento) do total de recém-nascidos que nascem com a comorbidade irão necessitar realizar procedimento cirúrgico em algum período da sua vida, e que grande parte deles serão submetidos, logo no primeiro ano de vida, à correção em bloco cirúrgico (PORTARIA, N° 1.727, 2017).

A FHCGV é a única referência, no Estado do Pará, no SUS para recém-nascidos e crianças que possuem indicação de correção cirúrgica cardiovascular. Um estudo feito nesta instituição em 2018 (CORREIA; HARADA; OLIVEIRA; ROJAS, 2019) mostrou que a maioria dos óbitos neo-

natais que ocorreram neste ano foram de pacientes oriundos de municípios longínquos da capital Belém. Por ser a única referência da região paraense e que se localiza na Amazônia – importante frisar esse recorte geográfico –, este estudo também trouxe reflexões com relação às desigualdades socioeconômicas e de acesso a serviços públicos que atingem populações ribeirinhas, rurais, extrativistas, indígenas – que são ainda mais vulneráveis –, as quais, mesmo residindo em um Estado rico em recursos naturais, podemos, com tal reflexão, sinalizar que não há uma divisão da riqueza socialmente produzida.

É necessário avançar na gestão do SUS e estabelecer formas de descentralizar para os municípios o acesso a exames e acompanhamentos especializados com planejamento estratégico, conhecimento das particularidades regionais, visto que a disponibilidade desses serviços focalizados somente na capital do Estado não está sendo suficiente. O Pará possui 13 (treze) centros regionais de saúde, um total de 144 (cento e quarenta e quatro) municípios, os quais, dentre eles, 108 (cento e oito) possuem gestão plena e 36 (trinta e seis) gestão básica, o que dificulta o diagnóstico precoce e um tratamento eficaz em cardiopediatria (SESPA, 2016). Isso pode ser expressado conforme o relato a seguir:

(...) quando ele necessita do tratamento em tempo correto, é muito difícil entrar aqui devido ter muitas crianças com o mesmo problema que é a cardiopatia congênita aí se você não correr até de uma forma digamos até bruta, da gente pedir pra poder eles chamarem e aí acaba até que a criança chega a falecer pra conseguir chegar aqui, tinha mais de 60 crianças na frente dele e ele não tinha como esperar, como eu não consegui entrar pelo SAT, eu tive que vir pelos outros meios, tava esperando uma ligação pra poder operar, e ele tendo crise. (P10)

2.2. Principais Dificuldades que Envolvem a Internação Hospitalar

O ambiente hospitalar que recebe pacientes e acompanhantes é impessoal, possui uma organização institucional cercada por normas, restrições, limitações, para que se mantenha a ordem, não levando em consideração os desejos, as necessidades objetivas e subjetivas dos pacientes e seus acompanhantes, para que atenda às necessidades da equipe médica e multiprofissional, seus horários, e os recursos financeiros que atendem à instituição, como a qualidade da alimentação hospitalar, serviços de limpeza, entre outros (MINSEN; OLIVEIRA; SILVA, 2021). Ademais, seguiremos com os seguintes relatos, que tratam das principais dificuldades das participantes durante a internação hospitalar.

Tabela 4: Relatos sobre as principais dificuldades que envolvem a internação hospitalar.

PARTICIPANTE	RELATO
P2	A dificuldade é pelo fato de vir sozinho pra cá, já vim da casa de apoio, vim trazendo minhas coisas, to aqui há um mês, a dificuldade na questão da roupa, já aconteceu das minhas roupas estarem todas sujas. As cadeiras de dormir doem muito as costas, to dormindo quase sentada todo esse tempo.
P3	Eu já passei 03 dias sem almoçar e sem jantar porque não tava entrando a comida, o sono quase zero, pelo fato de tá desconfortável numa poltrona.
P6	A dificuldade é grande, a gente vem de muito longe, sem família, sem ninguém, tem alimentação, tudo, mas ficamos um pouco desesperada, não saber o dia de voltar, mas acho que a vida de mãe é essa, é sofrer, tenho que tomar banho com ele, lavar a roupa no banheiro e deixar pra enxugar lá.

- P7 As minhas dificuldades aqui, tanto as mães da cidade e do interior, é por exemplo, muitas não tem onde lavar roupa, colocar pra secar e a gente precisa, a gente tem que lavar no quarto e não tem onde colocar, não pode colocar na janela pra pegar um sol, a gente não pode colocar em lugar nenhum aí fica sem roupa, com roupa úmida, e isso é uma dificuldade até por questões de contaminação, por mais que o hospital diga que não pode lavar roupa no local, deveria ter uma maneira da gente fazer isso né? Cuidar da higiene.
- P12 A minha principal dificuldade logo quando eu cheguei que ela foi pra UTI foi a questão de onde eu ia ficar, fui pra uma casa de apoio, a gente tá longe da família, dos meus filhos, pra mim isso foi o pior de todos, já vai pra quatro meses que to aqui, na verdade a vida da gente fica pra trás, a gente vai aprender a conviver com outra realidade com uma vida que jamais a gente já havia imaginado.

Fonte: Elaboração Própria

Podemos refletir a respeito da sobrecarga física, mental, financeira, principalmente para aquelas mulheres que são provedoras da renda da família, possuem filhos que ainda requerem os seus cuidados em seu domicílio e são oriundas de municípios distantes do Estado. Como descrito na Tabela 2 (dois), 11 (onze) das entrevistadas não residem em Belém, e necessitam buscar refúgio de hospedagem fora do hospital quando a criança precisa ser transferida para a UTI para se recuperar de cirurgias cardíacas, ou devido agravamento do quadro clínico. Há, diante disso, questões importantes ainda a serem trabalhadas pela instituição de saúde, como a estadia digna dessas mulheres, visto que a FHCGV não possui alojamento conjunto para as mesmas permanecerem como acompanhantes em unidades intensivas, no entanto, principalmente a mãe é estimulada pela equipe de profissionais a participar de forma assídua e diária nas visitas.

É importante destacar que está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 12 (doze), que o recém-nascido, criança, ou adolescente, deve ficar, mesmo em ambientes de UTI, acompanhados em tempo integral por um de seus pais, ou pessoa legalmente responsável, e que a instituição de saúde deve proporcionar estadia digna para a permanência (ECA, 2019).

É urgente a necessidade de evoluir na assistência ofertada aos pacientes cardiopatas para que esteja em consonância com as legislações norteadoras de proteção à infância e também ofertar condições dignas de acompanhamento para as mães ou responsáveis que precisam fazer estadia prolongada no hospital, como acesso a serviços de lavanderia, citado em grande parte pelas participantes como umas das principais dificuldades, que podem, inclusive, interferir nos cuidados com a saúde, como bem mostra a fala da P7, na tabela acima.

2.3. Rede de Apoio

É importante que mães de pacientes cardiopatas se sintam seguras com o tratamento realizado, pois o acompanhante tem um papel imprescindível de ofertar suporte à criança, que, durante o tratamento – seja ele pré ou pós-operatório –, passa por procedimentos bastante dolorosos, horas em jejum, risco iminente de morte, afastado da sua casa e de seus próprios brinquedos, pai, avós, tios, primos e amigos (RAMOS, 2007).

Quando perguntadas sobre a sua rede de apoio dentro de todo esse processo, permeado por tensões, as participantes expressaram os seguintes relatos abaixo.

Tabela 5: Relatos quanto à rede de apoio.

PARTICIPANTE	RELATO
P1	A minha mãe o meu esposo traz as coisas pra mim, eu só tomo mesmo um banho por dia que é na hora que vem me visitar que eu não confio em deixar ele com outra pessoa. Seria bom se o hospital deixasse pro bebê cuidar duas pessoas, mas eu tive muita ajuda de mãezinhas que me ajudou, uma pessoa sozinha com um bebê é difícil.
P2	Fiquei aqui 03 dias com dor no dente, eu não queria falar pra ninguém né, depois falei pra assistente social ela me encaminhou pro médico, ele viu que tava inflamado, não conseguia ir comprar o remédio, lembrei de uma amiga da minha nora e pedi ajuda, ela trouxe a medicação.
P4	A minha ajuda é uma amiga aqui de Belém que também tava com uma filha aqui internada, ela vem buscar as minhas roupas pra lavar, quando ela foi pra UTI eu paguei hospedagem pra eu ficar, por cinco dias, vou levar os comprovantes pro TFD pra ver se eles me pagam de volta.
P6	Não tenho visitas, to aqui há 16 dias, e não recebi nenhuma visita e tenho que me manter aqui só.
P7	Eu recebo ajuda quando preciso ir no banheiro, eu peço pra técnica, e a visita é ruim pra mim, não tem quem venha, o meu esposo só sai 18h do trabalho e a visita aqui é inviável o horário, já que é 15:30h.

Fonte: Elaboração Própria

Podemos observar, na fala das participantes, que, durante o contexto de hospitalização, há a restrição da rede de apoio devido, principalmente, à distância geográfica entre o hospital e suas residências; quando necessitam de auxílio, dependem de outras mães que estavam também vivenciando a mesma situação, como o caso da P1 e da P4, ou para a própria equipe profissional que as acompanha, como o caso da P2, que era oriunda do município de Santarém.

Percebe-se também, conforme a fala da P4, a necessidade de melhorar o suporte do Estado em serviços como o TFD, sendo um programa fundamental e que poderia ser melhor organizado, porém, o mesmo também se encontra em um contexto de precarização com custeios financeiros de diárias pagas insuficientes e com repasse burocratizado que deveria manter o paciente e seu acompanhante com assistência para adquirir bens de forma imediata como alimentação, repouso em casa de apoio e deslocamento dentro da cidade. Além disso, cada município no Estado do Pará oferta os serviços de forma regionalizada e diferenciada, alguns fazem repasse financeiro direto, outros somente ofertam transporte em veículo da prefeitura, e tem aqueles que não possuem casas de apoio, necessitando o acompanhante do paciente ser encaminhado para instituições filantrópicas e/ou religiosas (FERNANDES, 2010).

A precarização da saúde está intrinsecamente relacionada aos ajustes fiscais através da redução de investimentos em saúde, cortes de repasses, focalização de programas; descaracteriza o caráter da universalidade e está dizimando os serviços que deveriam ser ofertados integralmente; a austeridade fiscal no Brasil vem se agravando e reduzindo a participação do Estado na oferta de recursos públicos, sendo que há o crescimento da população que necessita de tais serviços, levando inúmeras pessoas, como as mulheres e as crianças deste estudo, a terem o processo saúde-doença acentuados (SANTOS, 2018).

No cotidiano, dentro de uma perspectiva da feminização do cuidado, vemos mulheres sobrecarregadas, cobradas para que estejam sempre disponíveis às necessidades dos integrantes de sua

família e com jornadas de trabalho infinitas (SILVA, 2020). Mulheres acompanhantes também precisam receber visitas, afeto, cuidados com a saúde mental e física. A atenção à mãe da criança com CC é fundamental, visto que convivem com intensas preocupações, “os medos e as dependências da mãe são evidenciados quando ela dá à luz uma criança com defeito. Como, para muitas delas, o coração é o órgão mais vital do corpo, este tipo de diagnóstico provoca uma grande apreensão” (RIBEIRO; MADEIRA, 2006, p.43). Podemos, ainda, observar que algumas não recebiam visitas devido aos horários fixados pela própria instituição, como é o caso da P7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal apresentar as vivências de mães acompanhantes de crianças com anomalias cardíacas congênitas, suas condições sociodemográficas e relatos acerca do processo de descoberta da doença, principais dificuldades durante o período de internação hospitalar e sua rede de apoio.

É importante frisar que este trabalho foi construído durante a residência multiprofissional na FHCGV, considerando que esta instituição é a referência em tratamento cardiológico na rede SUS, vimos a realidade de 13 (treze) mulheres que estavam afastadas do seu convívio familiar e comunitário, e na responsabilidade de serem acompanhantes de suas crianças durante esse processo de adoecimento, permeado de dores, sofrimentos, perdas, mudanças de vidas, hábitos, convivendo com novas pessoas diariamente, necessitando de suporte institucional, de profissionais atentos e dispostos a atuar de forma humanizada e crítica.

O cuidado com a higiene pessoal, sono regulado, alimentação, ficaram comprometidos aos ditames de normas e recursos hospitalares, como observamos no decorrer dos relatos; algumas entendem que aquela internação é tão necessária que não se percebem num cenário de sofrimento seu, ou o diminuem, não dando a sua devida importância, priorizando exclusivamente o tratamento de saúde, como expressado na fala da P6: “a gente vem de muito longe, sem família, sem ninguém, tem alimentação, tudo, mas ficamos um pouco desesperada, não saber o dia de voltar, mas acho que a vida de mãe é essa, é sofrer”.

O ideário ultraneoliberal, caracterizado pela minimização do Estado na chamada “área social”, é componente do sistema sócio metabólico do capital na atual conjuntura. Sendo fielmente defendido pelo governo federal em vigência durante os anos de 2019 a 2022, com a disseminação de práticas individualistas, privatistas, de ajuste fiscal com alto impacto na formulação e execução de políticas públicas, garantindo, assim, a acumulação do capital financeiro por uma pequena parcela da população composta pela classe burguesa.

Observamos algumas formas de expressões da questão social representadas nas diversas falas destacadas neste estudo, desde a dificuldade de se adentrar no espaço hospitalar, devido ao processo burocrático da regulação, com poucas ofertas de leitos, até a oferta de serviços mínimos institucionais. De acordo com o método de Marx, podemos visualizar, conforme os resultados, o movimento dessas pessoas dentro de uma totalidade, em uma realidade social de um Estado que oferece pouco para os serviços públicos, forçando uma grande massa da população a padecer em condições sub-humanas; a parte deste todo são estes sujeitos com suas mães, que correm risco de morte caso o Estado dificulte o seu acesso à saúde, e sofrendo, assim, as consequências dos ditames capitalistas. Vale destacar que essas mediações ontológicas e reflexivas são possíveis a partir do

momento em que a pesquisadora, como residente, consegue, por meio deste trabalho, fazer a suspensão do cotidiano e realizar uma reflexão ética das determinações que envolvem esse processo.

Descortina-se, aqui, a partir dos elementos da realidade verbalizados pelas mães acompanhantes, que a vivência de cuidado na internação hospitalar está mediada pela divisão social e sexual do trabalho e pela questão de raça e gênero, situadas no âmbito da reprodução social.

Faz-se necessário o fortalecimento dos espaços democráticos de discussão junto aos movimentos sociais dentro da política de saúde, participação do coletivo em tomadas de decisão dentro dos conselhos de saúde e nas conferências de saúde, para que a situação de crianças que dependem do tratamento de saúde não sofra prejuízos para a manutenção da vida, assim como para que haja mais segurança, conforto para acompanhantes de crianças internadas tanto dentro da instituição de saúde que os recebem como em espaços como casas de apoio.

Com a finalidade de empoderar essas mulheres com orientações assertivas e contribuir para a garantia de direitos, no final das entrevistas, cada uma delas receberam um folder intitulado “A Criança e a Cardiopatia Congênita”, elaborado pela pesquisadora, como devolutiva à participação, conteve informações a respeito do conceito sobre esta condição de saúde, somados aos direitos da criança cardiopata, como aquele em internação em UTI, o BPC 87, TFD, carteira de gratuidade intermunicipal e passagem livre em viagem interestadual, e onde podem buscar estes serviços.

Este presente estudo defende que o Estado deve estar comprometido para a ampliação dos recursos ofertados em hospitais da média e alta complexidade do SUS, onde recebem famílias paraenses e que é urgente à melhora, desde a atenção básica. Acredita, também, que a contribuição desta pesquisa venha a estimular novos estudos avançados sobre o tema, além de almejar a formulação de políticas públicas e sociais para a devida intervenção com este público. Podemos concluir que o apoio a crianças, mães, responsáveis, devem ser inerentes ao contexto de uma hospitalização tão delicada e necessária em uma perspectiva de garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estatuto da igualdade racial*. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Saúde. *Aprova o Plano Nacional de Assistência à Criança com Cardiopatia Congênita*. Portaria N°1.727, de 11 de julho de 2017.

_____. Ministério da Saúde. *Uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

_____. Ministério Da Saúde. *Síntese de evidências para políticas de saúde: diagnóstico precoce de cardiopatias congênitas*. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Judicialização da Saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução*. Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. Brasília-DF, 174 p. 2019. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2019/03/relatorio-judicializacao-saude-Inspere-CNJ.pdf>>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

_____. *LEI Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Título I, Artigo 3. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário oficial da União, 1990.

_____. *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social, 8)

CORREIA, Diana de Oliveira; HARADA, Kathia de Oliveira; OLIVEIRA, Cláudia Maria Maciel; ROJAS, Márcia de Fátima Maciel. Óbitos neonatais em uma unidade de terapia intensiva pediátrica, Belém, Pará, Amazônia oriental: diferentes realidades, diferentes perspectivas. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v5, n. 10, p. 20789 – 20799 oct. 2019. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3972>>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MOREIRA, M. C. N. As abordagens qualitativas na Revista Ciência & Saúde Coletiva (1996-2020). Artigo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12):4703- 4714, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/F5XjBvxf3863JvvXdsJDFfN/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

FERNANDES, Silvio Darley Pereira. *Tratamento fora do domicílio no quarto e sétimo centros regionais de saúde do Estado do Pará: informações úteis para o planejamento da gestão do trabalho no SUS*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, Maria; CARMO, Cleber; GAMA, Silvana Granado; PEREIRA, PACHECO, Ana Paula; SANTOS, Ricardo Ventura. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.

LIMA, Juliana G. et al. Barreiras de acesso à Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos do Oeste do Pará. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/Dx3YmKdqfdJzMSjYBZp7KQg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.

MACEDO, E. C.; SILVA, L. R.; PAIVA, M. S.; RAMOS, M. N. P. Sobrecarga e qualidade de vida de mães de crianças e adolescentes com doença crônica: revisão integrativa. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, jul.-ago. 2015; 23(4): 769-77. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/WS-GZjfM4qcmGgvV8MPv8bTs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.

MENDONÇA, Claudia Roberta Lima Furtado de. Sobre ocupar-se de cuidar do filho no hospital: o que dizem as mães de crianças cardiopatas?. *Rev. Ter. Ocup. Universidade de São Paulo*. 2018, set-dez.; 29(3):263-9. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&>>

q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiCgJie7cXzAhU4qJUCHX40BEsQFnoE-CAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frto%2Farticle%2Fdownload%2F145138%2F151423&usg=AOvVaw3RoCOITVKJdM9SE_w_S0M8s>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

MINSSEN, Maria Eduarda de Araújo; OLIVEIRA, Maria Gisele Cavalcanti de; SILVA, Flávia Pereira da. “Acompanhante também precisa de acompanhamento”: Reflexões sobre a rotina das mães em uma Enfermaria Pediátrica Cardiológica. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, e37110716604, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16604/14931>>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

NETTO, José Neto. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

PEREIRA, Éverton Luís et al. Perfil da demanda e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) concedidos a crianças com diagnóstico de microcefalia no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3557-3566, nov. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021103557&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de julho de 2021

PEREIRA, P. A. P. A saúde no sistema de seguridade social brasileiro. *Revista SER Social*, n. 10, p. 33-56, 2002.

RAMOS, Sílvia da Encarnação de Barros. *Os familiares cuidadores da criança com doença de mau prognóstico: fundamentos para uma intervenção no âmbito dos cuidados paliativos*. [dissertação]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 2007.

RIBEIRO, C.; MADEIRA, A. M. F. O significado de ser mãe de um filho portador de cardiopatia: um estudo fenomenológico. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 42-49, mar. 2006.

ROSSI, C. S.; RODRIGUES, B. M. R. D. As implicações da hospitalização para a criança, sua família e equipe de enfermagem. Um estudo exploratório descritivo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, Niterói, v. 6, n. 3, não paginado, 2007.

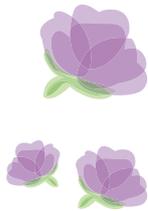
SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 2303-2314, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/ZgbMjYykCWRkccrSPQrqWjx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

SESPA, DIVISÃO DE SERVIÇOS. *Quadros demonstrativo de municípios em gestão plena e básica*. Atualizado em 28/04/2016. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/Municipios%20Gestao%20Plena%20e%20Basica%20-%20SESPA.pdf>>. Acesso em: 09 de outubro de 2022.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V C; ABREU, K. E ; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *REVISTA FEMINISMOS*, v. 8, p. 149-161, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114/23913>>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

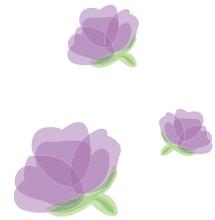
VASCONCELOS, M. Responsabilidades Familiares. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Revista do Observatório da Igualdade de Gênero*, Brasília, 2009.

ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia*. Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: CFP, 2016. 178p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24590/1/CAPITULO_DispositivoMaternoProcessos.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.



Seção

B



Relatos de Experiência



Notas sobre a Experiência da Produção Audiovisual como Parte de uma Pesquisa de Doutorado sobre Estupro na(s) Amazônia(s)

Apuntes sobre la Experiencia de Producción Audiovisual Durante una Investigación Doctoral sobre Violación en la(s) Amazonía(s)

Notes on the Experience of Audiovisual Production During a Phd Research on Rape in the Amazon(s)

Mailô de Menezes Vieira Andrade

Resumo: O presente texto tem como objetivo refletir sobre a experiência de produzir audiovisual como parte de uma pesquisa de doutorado em Direito Penal sobre os sentidos do estupro na(s) Amazônia(s). A produção da obra cinematográfica não mudou somente a mim, mas impactou a pesquisa da tese. Em que medida a pesquisa foi afetada pelos encontros com as protagonistas e pela produção da obra em si? Como retornar à tese e “(re)habitá-la”? A experiência de fazer cinema no doutorado em Direito envolveu um processo de construção coletiva da obra visual e compôs um pedaço do meu trabalho de campo sobre o qual procurei refletir nessa primeira parte da tese. Proponho trazer essas primeiras reflexões, além de apresentar o processo de realização e produção da obra audiovisual, em toda a sua amplitude.

Palavras Chave: Estupro. Amazônia(s). Cinema.

Resumen: Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre la experiencia de producción de material audiovisual como part de una investigación de doctorado en Derecho Penal sobre los significados de la violación en la Amazonía. La producción de la obra cinematográfica no solo me cambió, sino que también impactó en mi investigación de tesis. ¿En qué medida la investigación fue afectada por los encuentros con los protagonistas y por la propia producción de la obra? ¿Cómo volver a la tesis y “(re)habitarla”? La experiencia de hacer cine durante mi Doctorado en Derecho implicó un proceso de construcción colectiva de la obra visual y compuso una pieza de mi trabajo de campo sobre la cual traté de reflexionar en esta primera parte de la tesis. Propongo traer estas primeras reflexiones, además de presentar el proceso de realización y producción de la obra audiovisual, en toda su amplitud.

Palabras Claves: Violación. Amazonas. Cine.

Abstract: This text aims to reflect on the experience of producing audiovisual material as a part of a doctoral research in Criminal Law on the meanings of rape in the Amazon. The production of the cinematographic work not only changed me, but also impacted my thesis research. To what extent was the research affected by the encounters with the protagonists and by the production of the work itself? How to return to the thesis and “(re)inhabit it”? The experience of making cinema during my Doctorate in Law involved a process of collective construction of the visual work and composed a piece of my fieldwork on which I tried to reflect in this first part of the thesis. I propose bring these first thoughts, in addition to presenting the process of realization and production of the audiovisual work.

Keywords: Rape. Amazon. Cinema.

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva expressar em palavras, e inscrever em texto, a experiência de produzir uma obra audiovisual em meio ao meu doutorado em Direito Penal pela Uerj, ainda em curso, sobre os sentidos do estupro no contexto amazônico. É uma tentativa, por isso mesmo inacabada e imperfeita, de comunicar, refletir e elaborar o vivido, ouvido e, sobretudo, sentido em campo durante as etapas de produção do curta-metragem – e como fomos, tanto eu quanto a minha pesquisa, afetadas e lançadas a um desconfortável estranhamento que tem, desde então, conduzido-me a novos caminhos.

Buscarei abordar os percalços dessa aventura – afinal, é um formato pouco explorado nos Programas de Pós-Graduação em Direito e, até então, nunca feito por mim – e da maneira como não só foi possível traduzir o aporte teórico e metodológico assumidamente feminista em linguagem fílmica, mas de que forma eles foram incorporados enquanto elementos conceituais, sensoriais e estéticos que transbordam significações e criam imagens poderosas que aguçam sentidos e afetam corporalidades dos espectadores, em um exercício de alteridade provocado diante da dor e do sofrimento vivido após eventos críticos e violências traumáticas que demandam reconhecimento.

"*Os sentidos do estupro na Amazônia*" é um curta-metragem de 23 minutos tecido pelas narrativas de mulheres que experienciaram violência sexual, através de entrevistas filmadas na região e emaranhadas por imagens de paisagens locais, com realização pelo Edital de Audiovisual da Lei Aldir Blanc Pará 2020.

No documentário, gravamos três encontros da interlocução entre as diretoras da obra e mulheres cis que sofreram estupro(s) no decorrer de suas vidas. Assim como na proposta inicial do projeto de tese aprovado no processo seletivo no PPGD/Uerj, sob orientação da Professora Vera Malaguti Batista, o curta-metragem se centra na escuta de sobreviventes de estupro, nas suas vozes e corporalidades, e constrói imagens cinemáticas que denunciam um *continuum* na região de violações às mulheres e seus corpos, que as acompanha ao longo de toda a vida.

Demonstrarei, adiante, que o estilo do cinema de conversação de Eduardo Coutinho e sua concepção do "documentário como encontro" marcou a produção – tendo na oralidade, no ato da palavra e na narrativa das protagonistas os aspectos mais fundamentais da obra.

O contexto de efervescência feminista em que estamos inseridas foi essencial para encontramos narradoras dispostas a compartilharem suas trajetórias em frente às câmeras, cabendo à toda equipe criar condições e espaços seguros para que elas pudessem relatar o que quisessem sobre o assunto, usando seus termos, assumindo a condição de sujeitas da sua própria história.

O registro audiovisual dessas narrativas se insere em um cenário mais amplo de disputa de sentidos que circulam sobre o estupro, que constituem imaginários relativos aos cenários em que ele acontece e contra quem é cometido. As histórias compartilhadas dão conta de uma vasta rede de personagens que sofrem com as violações, assim como de significações que perpassam a violência e a forma como ela se impõe às mulheres de maneira banal e, em igual medida, devastadora. Ao mesmo tempo, as interlocutoras elucidaram os mais variados modos pelos quais se opõem às violações de seus corpos e às relações assimétricas de poder que atravessam costumeiramente suas vidas, dando especial atenção às formas pelas quais elas próprias têm se reinventado para habitar um mundo despedaçado pela violência.

Além de ser capaz de sensibilizar de modo diferente os resultados de uma pesquisa científica,

o filme e todos os seus componentes visuais e sonoros apresentam grande potencial para se tornarem um instrumento aliado à luta das mulheres na Amazônia, ao documentar histórias silenciadas de um grupo subalternizado e situado às margens emudecidas. O produto artístico expande as possibilidades de lugares/espacos/pessoas que podemos adentrar para propor discussões sobre estupro na Amazônia e permite a expressão de uma realidade sofrida e encoberta na esfera do espaço público.

Ao criar a oportunidade de fala e escuta através do encontro para as gravações, acredito que também foi possível observar uma ausência eloquente (como se costuma dizer no Direito) e bastante significativa do sistema penal nos seus caminhos. Vimos concepções de justiça serem mobilizadas, desatreladas de noções de vingança, pena, punição e prisão, e muito mais relacionadas ao reconhecer e cuidar de uma dor, ao se reerguer, ao não se culpar, ao ajudar outras mulheres, a viver uma vida boa, apesar de tudo isso. Assim, do projeto científico ao artístico e, posteriormente, na produção do curta-metragem até a montagem, edição e corte final, o sistema penal não pareceu ser relevante nas histórias contadas – surgindo como nota de rodapé das suas narrativas –, o que é um dado etnográfico que muito interessa ao campo do Direito Penal e da Crítica Criminológica.

No tópico 1, comentarei sobre o processo do Edital de Fomento à Cultura que premiou o “Projeto de Documentário - Sentidos do Estupro” até o início da pré-produção. No tópico 2, demonstrarei como chegamos às protagonistas e a campanha-convite que realizamos através das redes sociais. No tópico 3, narrarei o encontro com as protagonistas. No tópico 4, procuro pensar sobre a possibilidade do cinema documental servir de corpo e memória da dor e do espectador ser testemunha dela. Por fim, nas Considerações, apresento algumas reflexões finais.

Uma contribuição que espero, tanto da pesquisa quanto do filme, é provocar fraturas no interdito e silenciamento em torno do tema, trazendo-o para o debate público, desta vez, a partir daquelas que o sofreram, das mulheres, das sobreviventes, desde seus olhares, de suas experiências e vivências, através de suas vozes, palavras, gestos e significações, colocando-as em circulação e confronto.

Considero que o filme pode ser um documento que empresta corpo e serve à impressão do sofrimento, à construção de memória coletiva, ao registro audiovisual de dor (e o choro compartilhado, tanto na filmagem das cenas, quanto durante as exibições realizadas até aqui, e que mostram isso), em uma linguagem que circula em espaços públicos. “Os Sentidos do Estupro na Amazônia” (2021) é um convite para se sentir o sofrimento dessas e de tantas mulheres. Mas ele é, mais que tudo, a documentação do agenciamento e das *sobrevivências* ao estupro e à(s) violência(s) na(s) Amazônia(s).

Por fim, escrevo também para que o meu relato da experiência sobre articular um diálogo entre produção de conhecimento e arte, dirigindo e roteirizando um documentário durante o doutorado (tudo para voltar à pesquisa novamente, escrevendo sobre ter feito cinema na tese), possa servir de estímulo ao campo do Direito para expandir linguagens e, com isso, públicos.

1. Os Projetos e o Edital

Em dezembro de 2019, fui aprovada no processo seletivo para cursar o doutorado em Direito Penal na Uerj, com um projeto bem recepcionado pelos avaliadores da banca, em que propunha estudar os sentidos do estupro no contexto amazônico, desde relatos de mulheres sobreviventes dessa violência.

O tema decorre de grande inquietação minha, surgida durante o mestrado em Direitos Humanos pelo PPGD/ UFPA – no qual pesquisei a cultura do estupro em casos penais com estudo de acórdãos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), de julgamentos envolvendo o tipo penal de estupro do ano de 2017 –, na medida em que percebi a existência de poucas análises, no Brasil, que partissem de entrevistas com pessoas vitimadas pelo estupro e que se debruçassem sobre as interpretações conferidas por elas à experiência de violação – não raras vezes, concorrentes às hegemônicas e àquelas observadas sendo mobilizadas pelos aparelhos do sistema penal. Tal escassez investigativa me causou uma sensação incômoda de ausência em relação à teorização sobre o estupro em contextos mais localizados, que fornecessem quadros mais adequados para o entendimento de quais estruturas a movem, como são experienciadas, de que maneira as narrativas entram em disputa no procedimento penal, como são mobilizadas pelo senso comum, de que forma conferem sentido a ela etc.

Os interditos sobre estupro são ainda maiores na Amazônia e o apagamento do tema é duplicado, uma vez que a região possui um forte histórico de silenciamento por conta do processo colonial, instaurado pelos invasores europeus e continuado pelo Estado brasileiro via colonialismo interno, até o momento presente (BELTRÃO, 2016). O impedimento não é à toa, pois a violência do estupro assume papel estratégico na subalternização de mulheres e nas “guerras sem trégua” ou “guerras sem fim” vividas pela população amazônica e, “como tudo na Amazônia é grandioso e só a hipérbole nos contempla” (BELTRÃO, 2016, p. 76), o estupro, enquanto ato violento, desliza por entre ações cotidianas e momentos de conflito, em um *continuum* incessante, do tamanho (e duração) de vidas inteiras, do início ao fim.

A pesquisa de doutorado começou a ser pensada como um produto audiovisual possível no contexto dos primeiros meses da pandemia de Covid-19, nas trocas e nos encontros virtuais durante o isolamento social autoimposto por categorias de pessoas que podiam – como eu, na condição de pesquisadora/bolsista CAPES, e amigas que construíram esse projeto comigo, trabalhadoras da área da cultura (já tão afetada pelo bolsonarismo). O recolhimento e a sensação de suspensão da vida nos deram vontade, desejo, urgência de criar algo comum entre nossos mundos (da academia e da arte), em que pudéssemos nos emaranhar. Assim, o projeto de tese foi adaptado para um formato de proposição de documentário, e Débora McDowell¹ foi quem me guiou (ensinou, orientou e tranquilizou da mesma forma) durante todas as etapas de produção, além de assiná-lo como codiretora e roteirista.

O novo projeto compartilhava pressupostos teóricos com a pesquisa de doutorado (já que fazia parte dela) e, do mesmo modo, orbitava em torno do registro audiovisual de entrevistas com mulheres que experienciaram o estupro, com a intenção de dar ênfase ao som, de fazer ecoar suas vozes e narrativas a partir de como elas experienciam, dão sentido à violência e, sobretudo, opõem-se a um mundo hostil – o que se manteve até o corte final do documentário (e marca presença também nesse escrito).

Disse acima que o estilo do cinema de conversação de Eduardo Coutinho e sua maneira de fazer cinema documental constituíram referência estética e conceitual importante para a criação da proposta de obra cinematográfica. Sua concepção de documentário – “o documentário como

¹ Débora é paraense, jornalista de formação, documentarista desde 2015, cujos projetos desenvolvidos partem de vozes e regiões sub-representadas no cinema e na mídia. É diretora dos filmes “A mulher sem chão” (em processo), “Transamazonia” (2019), “Não serei interrompida” (2019) e “Tapume” (2017). Portifólio disponível em: <<https://www.deboramcdowell.com/>>

encontro” (FIGUEIRÔA, BEZERRA e FECHINE, 2003) – orientou não apenas o projeto, mas a roteirização, montagem, edição do filme e, acima de tudo, a direção e a condução das filmagens. Assim como nas obras de Coutinho, a relação dialógica entre o ato da fala e da palavra ao ato da escuta – para o cineasta, “ninguém fala sozinho” e saber ouvir é essencial, uma “escuta sensível da alteridade” (2003) – dão fôlego e justificam algumas escolhas da direção e montagem, como a *auto mise en scène*, quando nos colocamos em cena através de imagens refletidas ou mediante a manutenção no corte de perguntas abertas feitas às protagonistas durante nossa interlocução.

Embora sejam vários os filmes e documentários contemporâneos que abram espaço para que se discuta e, principalmente, se fale em primeira pessoa sobre a experiência do estupro, elegemos o cinema de Coutinho e seu modo de documentar como a principal referência artística, porque buscamos narrativas como o resultado de uma interação na qual a linguagem verbalizada é conectada com a de cunho corporal através de um estímulo à fala e à performatividade.

Optamos pelo registro de narrativas, tendo-as como inscrições com uma sequência lógica interna (KOFES, 1994) – o que influenciou na estruturação do roteiro, montagem e edição do filme, já que foi a ordenação dada pelas próprias interlocutoras que determinaram as sequências (e ritmo) do filme. Os relatos nos deram acesso aos sentidos atribuídos e à experiência corporificada das interlocutoras e, por isso, tudo constitui linguagem e comunica. Tal qual a fala, os silêncios (o indizível), os gestos e as ações têm sentidos – tanto as das protagonistas, quantos as nossas, da equipe, propositalmente inseridas no enquadramento.

As narrativas contêm, desde sua formulação, uma análise sobre a experiência vivida de quem está narrando; não são elementos desconexos e incoerentes e, portanto, fadados a só adquirirem sentido quando reordenados pela pesquisadora (KOFES, 1994). Isso permite a reafirmação de que as narrativas são dotadas de sentido próprio situado na interação, de modo que os relatos podem ser lidos na ordem dada e cuja preservação deve ser observada.

O estudo de narrativas promove giros epistemológicos da maior importância e põe em xeque pressupostos de distanciamento exigidos em campos do saber (e, de igual modo, da arte), de modo que trabalhar com narrativas é se situar politicamente (LOPES, FACINA e SILVA, 2019). A partir da virada narrativa que afetou diversas áreas do conhecimento, pôde-se compreendê-la enquanto performance e corporalidade, na qual os sujeitos que narram reinventam, reiteram e modificam a si mesmos e as suas experiências ao se colocarem diante do outro (LOPES, FACINA e SILVA, 2019).

Em frente às câmeras, pudemos assistir a esse processo acontecer com as protagonistas que, ao compartilharem conosco suas trajetórias e histórias de vida – e pelos motivos que o fizeram –, politizaram suas histórias e seus atos, cotidianos, de resistência.

Para sua realização, contamos com a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que destinou recursos financeiros federais aos Estados para a realização de editais com premiação para a promoção de projetos em vários segmentos da área da cultura como Música, Artes Visuais, Audiovisual, Cultura Digital, Moda e Design, Cultura Alimentar, Cultura Afro, Patrimônio Imaterial, Cultura Popular, Museus e Memoriais de Base Comunitária, Patrimônio Material, Espaços Culturais, Cultura Indígena, entre outros.

No Estado do Pará, localidade do campo da tese, o Edital de Audiovisual tinha 68 premiações divididas em Formação Audiovisual, Criação e Desenvolvimento de Obras, Difusão Audiovisual, Obras em Finalização, Produção de Curta-metragem, Produção de Séries e Licenciamento. Como contrapartida ao recebimento do prêmio, a realização de 2 (duas) atividades gratuitas para

escolas, espaços públicos e comunidades (constando da inscrição) e apresentação do produto final (o curta-metragem), mais prestação de contas.

As inscrições foram até o final de dezembro de 2020 e o resultado foi divulgado na primeira quinzena de janeiro de 2021. Pelo caráter emergencial do edital, as etapas de inscrição, resultado, liberação dos recursos, produção e finalização da obra tiveram pouco tempo entre si. Também por conta do seu caráter emergencial, a ficha de inscrição era mais simples, mesmo que aquele projeto em que havíamos trabalhado quase 1 ano antes, exigindo justificativa, apresentação e objetivos descritos em, no máximo, 15 linhas, plano de trabalho, indicação da equipe e proposituras para contrapartida.

A proposta de documentário sobre “Os sentidos do estupro na Amazônia” foi inscrita e contemplada com a premiação para Produção de Obra Audiovisual de Curta-metragem (até 25 minutos) em 1º lugar, com pontuação máxima. A partir da liberação de recursos, começamos a produção do filme no início de 2021.

2. A Escolha das Protagonistas

São três as etapas de uma obra audiovisual: a pré-produção, a produção e a pós-produção. Na primeira, prepara-se tudo (visitas de locação, objetos cenográficos, escolha dos personagens etc.) para as filmagens (etapa produção). A pós-produção é composta por montagem, edição, mixagem de som, trilha sonora e correção de cor. Ao todo, o curta-metragem demorou em torno de 01 ano e 06 meses para ser finalizado e contou com a colaboração de mais de 15 pessoas, trabalhadoras da cultura, com equipe composta majoritariamente por mulheres cis, brancas, com exceção de dois homens LGBTQI+ (que não estiveram no set de filmagem) – além das protagonistas e eu.

Dando início à pré-produção, em especial, à procura das personagens do filme (*casting*), nossa primeira tarefa foi traçar uma estratégia digital, mediante a contratação de uma social media, para convocação de possíveis interlocutoras a partir de um convite feito pelas redes sociais. Fizemos uma conta no *Instagram* (@sentidosdoestupro), um e-mail (sentidosdoestupro@gmail.com) e adquirimos um celular com *Whatsapp* para que entrassem em contato com a nossa equipe.

Para o *teaser*, editamos um vídeo em preto e branco, com 2 minutos e 16 segundos, com trechos de uma entrevista realizada anteriormente com uma voluntária contando sua história. Por trás da escolha de convidar interlocutoras via redes sociais, havia uma crença – justificada, penso – na existência de enorme demanda de fala, forte emergência de narrativas silenciadas e, por isso, que as sobreviventes de estupro, uma vez convidadas, estariam dispostas a relatar suas experiências para compor uma obra cinematográfica. No mesmo período, estava envolvida em um projeto do Instituto Maria da Penha, na condição de advogada voluntária, e percebi que houve, na mesma proporção, um aumento de casos de violência doméstica e familiar enquanto explodiram publicações em redes sociais envolvendo exposições públicas de agressões praticadas por homens, feitas por mulheres em situação de violência.

No mais, pesquisas que davam sustentação ao projeto de tese indicavam que os atuais debates feministas no Brasil e no mundo que estimulam o rompimento do silêncio como a primeira fronteira superada contra as violências masculinas têm sido importantes para as mulheres se sentirem à vontade para compartilhar suas narrativas de violações e superação. Isso tudo me deu indicativos da viabilidade de uma campanha envolvendo concessão de escuta às histórias de estupros e sobre como ele atravessa tragicamente a nossa existência.

Há décadas, feministas demonstram o porquê dar publicidade à presença da violência na vida de mulheres e crianças, visando desafiá-la, através da ruptura com o não-dito e com o interdito, no que concerne

aos múltiplos cenários de horror atrelados à existência feminina e da marcação do sujeito engendrado. Processos de silenciamentos e as suas funções na dominação, opressão e exploração de grupos subalternizados, e o papel que exercem na constituição de subjetividades, têm sido objeto de interrogação e protagonizam debates cruciais no âmbito da teoria e produção feminista.

Como lembra Rebecca Solnit (2017, p. 30), o silêncio é central para as mulheres. De acordo com a autora, ter voz, poder falar, ser ouvida e acreditada é indispensável ao reconhecimento da condição de sujeito de alguma categoria de pessoas. Logo, ele é condição sem a qual as opressões não se mantêm:

A violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra nossas vozes e nossas histórias pessoais. É uma recusa das nossas vozes e do que significa uma voz: o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver e de participar, de interpretar e narrar. Um marido bate na mulher para silenciá-la; um namorado ou um conhecido estuprador impede que o “não” da sua vítima signifique o que deveria significar, isto é, que a jurisdição sobre o seu corpo pertence apenas a ela. (SOLNIT, 2017, p. 30)

Audre Lorde (2019) propõe a transformação do silêncio em linguagem e ação e decreta “guerra contra a tirania do silêncio”, porque seus silêncios não protegeram nem a ela nem a ninguém (LORDE, 2019, p. 52). Ao contrário, foram nas palavras ditas que ela encontrou outras mulheres com quem pode pensar as palavras mais adequadas para a construção de um mundo com outras formas de ser e viver. Em seu texto, a autora sustenta que cada uma de nós assuma com afimco nosso papel como agentes que podem mudar a linguagem e encerra pontuando que “há muitos silêncios a serem quebrados” (LORDE, 2019, p. 55).

A mudez violentamente infligida em contraste ao ato da fala, de assumir as palavras para si, de se ter voz e ser ouvida, sugere na ação de *narrar* caráter terapêutico e viés político, na medida em que permite sua elaboração e transcende as barreiras dos espaços privados, da vida íntima, do secreto.

Narrativas de dor e violência são maneiras de resisti-las, trazendo-as para o espaço político e fazendo com que ocupem o lugar de memória coletiva (BARATA, 2018). Desde esse ponto de vista, Camille Barata (2018) argumenta ser possível sair da privacidade sufocante da dor por meio de sua expressão. A antropóloga reputa que a emergência das narrativas se insere em um contexto dos debates feministas que ressoam no país, cuja primeira barreira superada é o silenciamento e o caminho trilhado à cura. Segundo ela argumenta:

Os efeitos paralisantes e silenciadores do terror encontrariam na narrativa sua primeira possibilidade de cura. Quando decidiram falar sobre as violências que marcaram de forma mais ou menos severa suas trajetórias, as mulheres da montanha começaram a vencer a primeira imposição do terror, o silêncio. Embora seja uma “barreira” a ação das mulheres, o silêncio – nutrido pelo poder colonial, pela vergonha e pelo constrangimento – é constantemente ameaçado, forçado e desestabilizado pelas vozes das mulheres, que permaneceram em suspenso durante anos e agora pretendem ser pronunciadas, fortalecidas pela articulação política do povo da montanha. (BARATA, 2018, p. 63)

Jane Beltrão, Camille Barata e Mariah Aleixo (2018) articulam a quebra do silêncio por mulheres violentadas, mobilizadas pelo cuidado e compromisso com gerações futuras. É “contar para prevenir”, ou seja, o compartilhamento de histórias é uma forma de impedir que outras meninas e mulheres passem pelo mesmo. De acordo com as autoras, o “contar a história parece uma das principais categorias que distinguem a agência das mulheres diante da violência sofrida” (BELTRÃO, BARATA E ALEIXO, 2018, p. 606). Esse

caráter político investido na decisão de contar sua história, que é atravessada por algo semelhante a uma ética feminista para com outras meninas e mulheres, encontrou eco nas narrativas das protagonistas do curta-metragem.

Assumindo que ter voz é essencial para ter reconhecida a sua humanidade e se constituir enquanto sujeito, o fio condutor de toda a ação via internet se baseou na quebra do silêncio em relação às violências sofridas, na mesma linha dos esforços históricos do movimento antiestupro e, de um modo geral, das campanhas contra violência de gênero.

Nesse processo, fomos procuradas por mulheres cis, entre 18 à 45 anos, cujas histórias refletiam o que os dados afirmam sobre violência sexual: ela é majoritariamente cometida contra meninas, na infância e adolescência, por um homem conhecido, dentro de casa. Em parte significativa, a violência se impôs em meio a um emaranhado de relações de parentesco, afeto e autoridade. Entre esses dois elementos, a figura do avô apareceu bastante como algoz de mulheres, ainda crianças, parceiros sexuais (e aqui incluo um amplo leque de relações, como namorados e maridos, mas não apenas), além de outras figuras de autoridade, como líderes religiosos e médicos.

Também podemos registrar, mediante seus depoimentos, que o estupro – e as diversas formas de agressão sexual – constitui um *continuum* que acompanha os corpos femininos no decorrer de suas vidas, desde crianças, idade que é ainda menor em se tratando de mulheres negras. Tais dados aparecem no filme através da escolha das personagens e das suas narrações.

Hoje me parece obra do destino – quase como se eu não tivesse exercido influência alguma ou tivesse qualquer ingerência – que a escolha das protagonistas tenha se dado de tal maneira que acabou criando três tempos para o filme, marcados pela idade das interlocutoras (pelo tom de suas narrativas e ordem em que as entrevistas foram montadas também). Três mulheres, com histórias distintas, em momentos diferentes das suas vidas, de locais e contextos diversos, com suas existências entrelaçadas pela mesma experiência comum de terem sido violadas, sendo uma mulher amazônica.

Alycia é a primeira personagem em cena, tem 18 anos e transborda revolta. Evelyn, a segunda entrevistada, de 30 anos, ri diante do indizível. Ivone, a terceira protagonista, 50 anos, está no caminho da cura. Todas carregam enorme dor, mas trazem consigo, em igual medida, esperança numa vida menos violenta, num viver menos penoso e num caminhar menos sofrido².

Após o encerramento da campanha para eleição das personagens do curta-metragem, no final de maio de 2021, agendamos a produção/filmagens para o verão de 2021, na cidade de Belém/PA. A essa altura, já sabíamos que o documentário contaria com apenas três protagonistas, mas não tínhamos a certeza de quem seriam elas.

Ao mesmo tempo em que decidimos por Alycia e Evelyn, pelas suas histórias, pela convicção que tinham e pelo desejo em fazer parte do projeto (somadas à disponibilidade de tempo entre final de julho e agosto de 2021), sentimos as limitações de alcance da ação promovida. Isso porque, apesar de enxergá-la como eficiente no que se propôs, a via das redes sociais não foi capaz de furar a nossa bolha, tendo, como consequência, uma grande proximidade entre o perfil de mulheres que responderam ao anúncio com o nosso próprio perfil: cis, brancas, classe média, na casa dos 30 anos.

Ao contrário de Alycia e Evelyn, que responderam ao nosso convite e vieram espontaneamente até nós, fomos nós que encontramos, que fomos atrás e convidamos a Ivone para participar do projeto. Uma semana antes do início do período agendado para a produção e filmagens, viajamos até o Soure, no Marajó, em busca da terceira protagonista, contando com apenas alguns contatos de moradoras e/ou lideranças da região que atuavam, de alguma forma, no combate à violência contra as mulheres. A expectativa era de que esses contatos servissem de ponte para mulheres que concordassem em fazer parte do projeto.

² As três protagonistas do filme que aparecem em tela assinaram Termo de Cessão de Direito de Imagem, nos concedendo autorização de uso das imagens das entrevistas para o Curta-Metragem.

Ivone era uma dessas pessoas, a primeira com quem falamos pessoalmente – e acabou sendo a única. Conversamos com ela por, mais ou menos, 1 hora, oportunidade em que contamos do projeto e a ouvimos relatar muitas violências sofridas enquanto nos contava sobre sua trajetória. Lembro como, em pouquíssimo tempo, ela mencionou o estupro sofrido na infância, cometido pelo avô, com tamanha naturalidade que, se não fosse estudiosa do assunto, acharia espantosa. Ao final, eu e Débora trocamos olhares e a convidamos para participar do filme como uma das entrevistadas, convite que ela, imediatamente, aceitou.

Nas filmagens, com vistas à construção de um momento de encontro entre equipe de e personagens do curta, fomos orientadas por princípios éticos e conceituais que, atrelados, fazem-se presentes na forma de direção, na fotografia, na arte, na edição e montagem, na estruturação de todo o filme, nos menores detalhes, a exemplo da ênfase nas vozes, na presença, em todos os cenários, de fragmentos de espelhos refletindo a equipe, por estarmos sentadas todas na mesma altura etc.

Disse que as entrevistas não teriam roteiro pré ou semiestruturado, por entender que entrevistas narrativas abrem espaços e caminhos para que as narradoras definam sua realidade subjetiva e sua experiência com a violência, além de rasurar o distanciamento entre entrevistadoras e entrevistadas, possibilitando interlocuções e diálogos reais. Contudo, elaborei um pequeno guia para nos auxiliar no dia das gravações.

O documento listava algumas etapas que deveriam ser observadas por nós antes da entrevista, a exemplo do consentimento informado, da disponibilização de acompanhamento psicológico após gravações, apresentação da equipe, a forma como queriam ser identificadas. Nele, tinham só duas perguntas abertas, uma para iniciar e outra para encerrar as entrevistas, assim como alguns princípios orientadores que deviam ser seguidos, esses últimos, extraídos de metodologias feministas especializadas em pesquisas com sobreviventes de estupro.

Como exemplo dos princípios orientadores, cito a redução da hierarquia da relação entre entrevistadoras/entrevistadas ao conceder às interlocutoras maior controle e agenciamento durante a entrevista pelo caráter aberto da questão inicial proposta; fornecer informações às interlocutoras que as ajudasse a normalizar a(s) sua(s) experiência para que não se sintam tão isoladas, tão sozinhas; dar atenção às emoções entrelaçadas nas narrativas das experiências vividas e engajá-las ao fazer provocações abertas; conceder espaço para contarem suas histórias por meio de suas próprias palavras, pelo tempo que quiserem, evitando, ao máximo, interrupções.

As escolhas conceituais e teóricas se entrelinham no curta-metragem mediante a promoção de deslocamentos que, na tradução para a linguagem fílmica, apareceram de diversas maneiras: (i) na reafirmação do local da oralidade, uma vez que elegemos, no documentário, a fala e a narrativa como aspectos sonoros mais fundamentais da obra; (ii) na compreensão de aspectos paralinguísticos como texturas, entonações, gestos e silêncios, como componentes da comunicação de uma experiência corporificada, o que influenciou o enquadramento fixo e mais aberto das cenas durante a gravação; (iii) pela direção colaborativa com as protagonistas na captação das imagens e cenários, inclusive durante o encontro para as entrevistas; (iv) com uma equipe formada inteiramente por mulheres cis, buscando uma identificação entre as sujeitas (protagonistas e equipe técnica) da obra, como parte de uma coletividade mesma; (v) na articulação entre técnica, estética e política; (vi) e na presença de um número mínimo de pessoas formando a equipe no dia das filmagens das entrevistas (éramos 5 pessoas, entre direção, fotografia, arte e captação de som).

Com três cenários construídos em interlocução com as personagens, o filme é dividido em três partes, e cada parte traz um trecho de uma mesma entrevista e pode representar determinado tempo/momento na trajetória e vida de uma mulher. Eles foram montados só com uma cadeira centralizada e pedaços de espelho para refletir as duas diretoras que participaram da interação com as protagonistas (a câmera não aparece em nenhum reflexo ao longo das entrevistas), eu e Débora. A eleição de fragmentos de espelhos como objetos cenográficos veio a partir de uma conversa telefônica com a Alycia, e acabou sendo incorporada como elemento importante no documentário como um todo, por conta das múltiplas representações e simbologias que se pode extrair deles, afora o fato de nos incluírem em cena.

A primeira parte conta com relatos de mais de uma violação sofrida por Alycia, na infância até um caso recente. A história da segunda protagonista, Evelyn, envolve um médico, categoria profissional com histórico de violações sexuais silenciadas e pouco conhecidas, apesar de frequentes. A última entrevistada, Ivone, também por ser mais velha e vivida, acumula histórias que se iniciam na infância e muitas outras envolvendo assédios de homens que eram seus chefes no trabalho.

As entrevistas duraram em média 30 minutos, tempo que nos permitia ter alguma certeza sobre a captação de material suficiente para a edição final do filme, mas também porque as narrativas das protagonistas indicavam e sugeriam seu encerramento. Ao perceber esse momento nos encontros, agradecíamos a participação e anunciávamos o corte. Em todas, a narrativa das protagonistas foi tão envolvente que não tenho como descrever aqueles dias senão afirmando que foram verdadeira e demasiadamente catárticos.

Convém destacar que, antes das filmagens, houve, pelo menos, uma oportunidade que eu tive de conversar com as protagonistas, quando elas compartilharam brevemente suas memórias. Objetivando assegurar a construção de uma narrativa extemporânea durante as filmagens, procurei saber o mínimo possível antes da etapa de produção. Creio que esse contato inicial também permitiu às interlocutoras terem, para si, uma noção do que queriam falar em frente às câmeras – elegendo o que mais importava dentro da sua história e qual era a mensagem central dentro das suas narrativas – sem que isso inviabilizasse uma interação genuína durante as filmagens, na qual buscamos a fusão de nossos horizontes através do encontro.

No início das gravações, eu as questionei “o que te trouxe até aqui?”, encerrando as filmagens com um pedido para que elas se apresentassem, contassem como estavam se sentindo após falarem conosco e se tinham algo para acrescentar. Esses trechos foram inseridos ao final do filme, antes dos créditos finais.

Em todas as entrevistas, em trechos que não estão necessariamente no corte final do filme, as protagonistas fizeram referência às amigas, aos encontros com outras mulheres e a afetos que têm e que as acompanham. As trocas e conversas que tiveram com amigas possibilitaram questionar eventos críticos passados, identificar situações de abuso, conferir sentidos às violências, livrando-se da culpa que carregavam, deixando, enfim, que o luto e o tempo fizessem seu trabalho.

A importância das suas amigas nos relatos me remete à letra da canção “Un violador en tu camino”, elaborada pelo coletivo feminista chileno “La Tesis” e convertida em hino político. No ano de 2019, o Chile passou por reformas neoliberais que desembocaram em muitos protestos nas ruas. Os atos foram duramente reprimidos e muitas mulheres foram sequestradas e estupradas por agentes estatais. Com o objetivo de denunciar o que acontecia, o coletivo fez uma performance com centenas de mulheres defronte ao prédio do Poder Judiciário, no centro de Santiago. De olhos vendados e em muitas, elas cantaram o seguinte:

El patriarcado es un juez
que nos juzga por nacer,
y nuestro castigo
es la violencia que no ves.
El patriarcado es un juez
que nos juzga por nacer,
y nuestro castigo
es la violencia que ya ves.
Es femicidio.
Impunidad para mi asesino.
Es la desaparición.
Es la violación.
Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.

Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
El violador eras tú.
El violador eres tú.
Son los pacos,
los jueces,
el Estado,
el Presidente.
El Estado opresor es un macho violador.
El Estado opresor es un macho violador.
El Estado no me cuida,
me cuidan mis amigas
El Estado no me cuida,
me cuidan mis amigas
El violador eras tú.
El violador eres tú.
Duerme tranquila, niña inocente,
sin preocuparte del bandolero,
que por tu sueño dulce y sonriente
vela tu amante carabinero.
El violador eres tú.
El violador eres tú.
El violador eres tú.
El violador eres tú.³

A letra de “Un violador en tu camino” articula, evoca e sintetiza pelo menos meio século de teorização feminista sobre violência sexual, trazendo algo perceptível nas narrativas de sobreviventes de estupro (“el Estado no me cuida/ me cuidan mis amigas”): são amigas, não o Estado, que cuidam.

Outro ponto que destaco é como mulheres estupradas, de um modo geral, procuram reparação ao sofrimento prescrito pela violência não recorrendo ao Estado via sistema penal à procura de uma pena ou prisão – ao contrário do que se acredita –, mas pela apreensão das palavras para contar suas histórias. Existe o desejo em retomar as vozes silenciadas pelo estupro, para que sejam ouvidas, acima de tudo quando enunciarem a palavra “NÃO”.

Através das análises de Michael Taussig sobre terror e colonialismo – que aponta o papel do silêncio em culturas de terror –, Paula Lacerda (2014) articula os efeitos paralisantes e silenciadores do terror colonial e a potencialidade narrativa como possibilidade de cura ao silêncio imposto desde a perspectiva do “caso dos meninos de Altamira/PA” e suas interlocuções em campo. Em sua etnografia, ela percebeu como:

as falas causadoras de dores e sofrimentos, que poderiam ser percebidas como um empecilho rumo à “superação” do trauma, funcionam como uma estratégia de comunicação (para si mesmo e para os outros) de que, de fato, a ferida jamais será “cicatrizada”: ela está ali, aberta, exposta, nunca fechará e assim será apresentada. Comunicando que suas próprias vidas não voltaram ao normal (nem tampouco voltarão), os familiares esperam impedir que o “caso” ao qual dedicam suas vidas seja esquecido. Através de suas ações políticas, os familiares prolongam seu luto como parte de seu protesto. (LACERDA, 2014, p. 69)

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4&ab_channel=ColectivoRegistroCallejero>

É em sentido semelhante ao observado em Lacerda (2014) que as narrações do curta-metragem sugerem que o ato de exposição de agressões sofridas e as narrativas sobre como sobreviveram a violências não são motivados por vontade de vingança, mas se tornam uma forma de expiação da dor.

Dito tudo isso, defendo que, apesar da revolta, do sofrimento inscrito nos seus corpos, das marcas e feridas que não curam, infiltrando-se no presente, identifico, nas falas de Alycia, Evelyn e Ivone, narrativas de esperança, de vida, de encontros. Não busco romantizar atos violentos ou significar violações avassaladoras como pequenos obstáculos de uma jornada heroica feminina para elevação moral. A barbárie, como nos ensina Felipe Cruz (2021), não é musa – e o estupro não é redentor.

Trata-se de uma leitura analítica da esperança, próxima àquela feita por Adriana Facina: “[n]em tanto como sentimento impreciso e supostamente universal, [...] mas como método, como saber prático, como maneira de existir em contingência imaginando futuros” (FACINA, 2023, p. 6). Narrativas de esperança de sujeitos subalternizados são direcionadas para o amanhã, desviando da emergência do presente em meio à precariedade. Assumindo caráter político, tornam-se lentes para enxergar o mundo e traçar estratégias para habitá-lo mediante uma temporalidade própria. A esperança se orienta para o futuro (ao passo que se fundamenta nas relações entre passado e presente), distanciando-se de vivências cotidianas sofridas, como foi – e ainda é – o estupro na vida dessas e de tantas mulheres.

3. Um Corpo para a Dor

A produção do documentário, a interlocução para o *teaser*, os relatos recebidos durante a ação nas redes sociais, as conversas preliminares com as protagonistas, mas, sobretudo, as narrativas das entrevistas e o momento do encontro para as filmagens, me atravessaram demasiadamente. Estive diante de muito sofrimento, às vezes parecia que as interlocutoras carregavam em si toda a dor do mundo – e o faziam caladas, sozinhas.

As gravações das três entrevistas foram muito intensas, de catarse e arrebatamento. Durante quase todo o tempo, o *set* foi tomado pela emoção enunciada na voz das narradoras, pelas lágrimas escorrendo delicadamente em seus rostos e pela presença de um choro contido e dolorido, a despeito dos esforços para impedi-lo. No caso do curta-metragem, as relações tecidas implicaram em um engajamento moral no qual passamos, nós e o registro audiovisual, a ser um corpo para inscrição da dor e, em igual medida, viramos testemunhas daquele sofrimento, sendo marcadas por ele.

Veena Das (2008) defende que a criação de uma comunidade moral pela dor comum requer que a dor individual seja sentida de forma coletiva. Por isso, é necessário que experiências de dor privadas passem à circunscrição de experiências que circulam nos espaços públicos (DAS, 2008). Se a dor que sinto pode ser localizada em outro corpo, ela não é inalienável – há, pois, um modo de se relacionar com ela. Sua hipótese é que a expressão da dor é um convite ao seu compartilhamento e, neste ato de abrir-se e dispor do próprio corpo à dor do outro, ela pode ultrapassar os limites do indivíduo e do privado (DAS, 2008). Conforme explica:

É essa proximidade do relacionamento, bem como as ações específicas que tomo que aliviam seu sofrimento, porque esse sofrimento é parcialmente baseado em uma experiência isolada. A dor e a doença alteram o comunhão com o mundo natural e social e criar um solipsismo vívido. Quando alguém consente em criar um corpo único com outra pessoa cujo corpo pode até estar doente, um corpo sofrido, contorcido ou incapacitado, esse ato transmite uma força curativa. [...] construir um único corpo, e fornecer voz e toque às vítimas de maneira que sua dor possa ser experimentada em outros corpos também. (DAS, 2008, p. 433)

Construir um corpo para o sofrimento, dar um lar às palavras das protagonistas (DAS, 2020), aprender as emoções como linguagem (SARTI, 2020) são algumas das perspectivas articuladas por Michelli Ribeiro (2019), ao defender que etnografias em contextos de violência (referindo-se especificamente à estatal) concedem corpo à dor e ao sofrimento mais íntimo e, ao fazer isso, tornam-se sua expressão para além do individual. A autora trabalha com a ideia de “escrituras antropológicas da dor”, para quem textos etnográficos que constituem memórias do luto, dor e sofrimento dos seus interlocutores podem servir de instrumento às suas expressões na esfera pública (RIBEIRO, 2019, p. 241).

Sendo a obra cinematográfica um registro de som e imagem indutores de estímulos visuais e sonoros e afetações particulares dos espectadores, ele se torna um corpo para o sofrimento, a sua expressão e inscrição. Constitui-se como um corpo que transita em variados espaços e pode dialogar com públicos distintos. Um corpo para o sofrimento demandar reconhecimento em toda sua potencialidade ética e afetiva.

É precisamente nessa direção que nos tornamos testemunhas das suas histórias de vida e das violências que as atravessaram, porque fomos marcadas por elas. Ao compreender o ato de testemunhar dessa forma, identifico “o olho não como o órgão que vê, mas o órgão que chora” (DAS, 2020, p. 97), assim como propõe Veena Das (2020), ao analisar as maneiras que a Partição afetou a vida das mulheres na Índia, infiltrando-se nas relações cotidianas. Chorar junto é deixar a dor narrada e compartilhada acontecer comigo e abrir espaço para ser marcada pelo conhecimento adquirido com o sofrer. É se comunicar com o sofrimento na sua própria linguagem corporificada. É acolher e amparar quem se permitiu ficar vulnerável diante de nós.

A experiência do estupro – conhecer a violência, viver o luto, sentir a dor e o sofrimento, ter o corpo marcado, carregar a culpa – parece trilhar relações mútuas de solidariedade fíncadas em uma ética particular que encontra, no narrar histórias, ferramenta importante de agenciamento, sobrevivência e ponte de travessia entre as mulheres sobreviventes. Embora cenários de violência e horror possam interromper a comunicação e constituir zona do não-dito, a dor e o sofrimento criam linguagens e meios para (re)estabelecê-las à sua própria maneira, fazendo do corpo um recurso de materialização, tornando possível a interlocução. É isso que o documentário é e nos mostra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

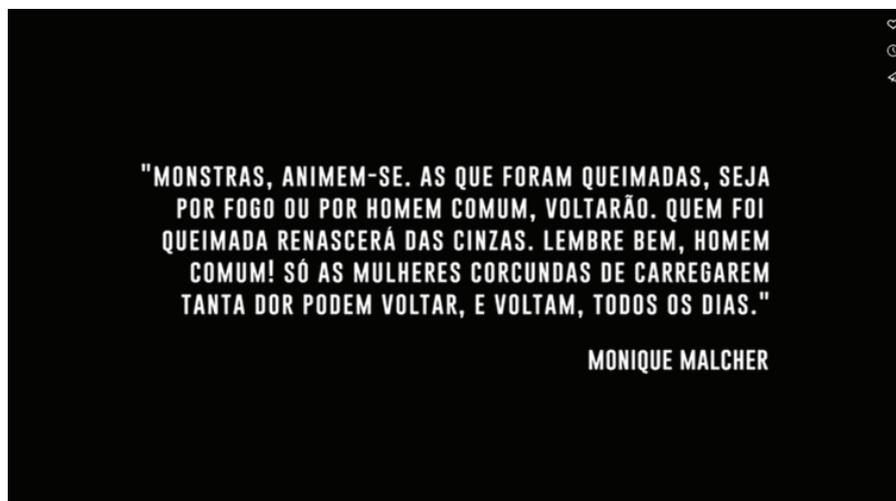
A produção da obra cinematográfica não mudou somente a mim, mas impactou a pesquisa da tese, implicando na reavaliação das próximas etapas da investigação e na reestruturação do trabalho de campo inicialmente pensado. Em que medida a pesquisa foi afetada pelos encontros com as protagonistas e pela produção da obra em si? Como retornar à tese e “(re)habitá-la”?

A experiência de fazer cinema no doutorado em Direito envolveu um processo de construção coletiva da obra visual e compôs um pedaço do meu trabalho de campo sobre o qual procurei refletir nessa primeira parte da tese, mas ele não é o campo em si, tampouco representa todo o trabalho de campo ou o encerra. Para compreender o sistema simbólico ao redor do qual se constroem as narrativas locais sobre estupro e as teias e tramas tecidas em meio a essa violação, precisarei de uma imersão maior.

Nessa linha, o produto audiovisual das entrevistas narrativas é melhor compreendido como método, instrumento ou ferramenta para registro das interlocuções de uma pequena parte da pesquisa empírica. E, no entanto, a sua realização tomou parte significativa do doutorado, exigiu enorme investimento emocional e demandou bastante trabalho.

A resposta às perguntas sobre modos de instrumentalizar o documentário para os fins da pesquisa reside nas exposições. Para tirar dele o máximo que o tempo do doutorado permitir, proponho a promoção de sua maior inserção no campo através de exposições abertas, seguidas de cine-debates.

Em todas as situações de pesquisa e meios de coleta de dados, na observação participante – seja das audiências no Fórum Criminal ou nos eventos de exibição do filme – e através das entrevistas narrativas, espero coletar dados que continuem a me auxiliar na compreensão dos sentidos do estupro em circulação e disputa, bem como as corporalidades constituídas em meio a esses cenários e contextos.



REFERÊNCIAS

BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco. *Mulheres da Montanha: corporeidades, dor e resistência entre indígenas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Universidade Federal do Pará, Pará. 2018. Disponível em: <<http://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es%202018/CCBB%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mulheres%20da%20montanha.pdf>>

BELTRÃO, Jane Felipe. Quilombolas, indígenas e violência. silêncios, segredos e conversas sobre crimes. *Revista InSURgência*, 2016.

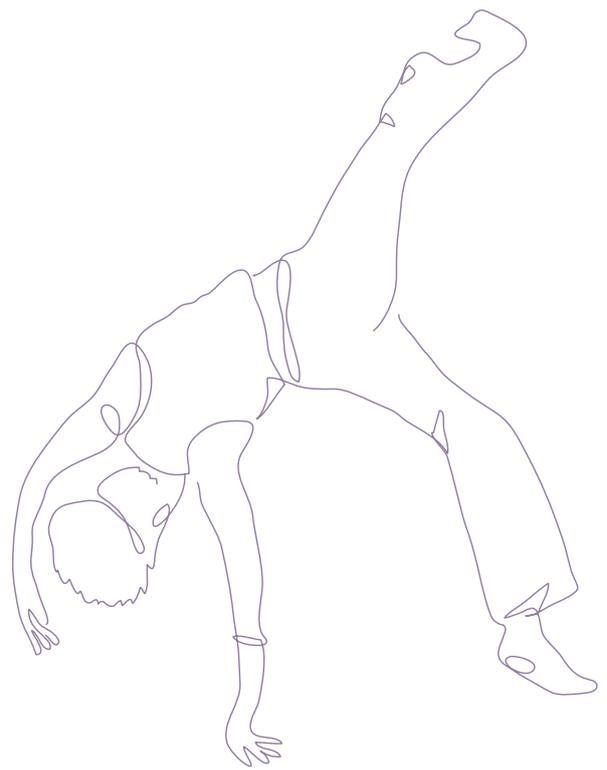
BELTRÃO, Jane Felipe. BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco. ALEIXO, Mariah Torres. Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas. *Revista Direito e Práxis*, V. 8, N.1, 2018.

CRUZ, Felipe Bruno Silva da. *A barbárie não é musa: estudo comparativo entre as poéticas de Wislawa Szymborska e Ricardo Aleixo*. Dissertação de Mestrado, PPGL/UFPA, 2021.

DAS, Veena. La antropología del dolor. In: ORTEGA, Francisco A. (Org.). *Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: UNAL. 2008, p. 409-436.



- _____. *Vida e palavras: A violência e sua descida ao ordinário*. Editora Unifesp, São Paulo, 2020.
- FACINA, Adriana. Sujeitos de sorte: narrativas de esperança em produções artísticas no Brasil recente. *Revista de Antropologia*, v65, 2023.
- FIGUEIRÔA, Alexandre; BEZERRA, Cláudio, & FECHINE, Yvana. O documentário como encontro: entrevista com o cineasta Eduardo Coutinho. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, São Paulo. 2003. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/1348>>
- KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagú*, Campinas, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>>
- LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Revista Horizontes Antropológicos*, 2014.
- LOPES, Adriana. FACINA, Adriana. SILVA, Daniel (Orgs). *Nó em pingo d'água: Sobrevivência, cultura e linguagem*. Editora Insular, 2019, (pp.31-57).
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Editora Autêntica, 2019.
- RIBEIRO, Michelli. de Souza. Escrituras antropológicas da dor: sentimentos morais compartilhados e o mal estar ético. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 28(2), 240-259, 2019.
- SARTI, Cynthia. Rastros da violência: A testemunha. *Revista de Sociologia e Antropologia*, 2020.
- SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas, reflexões sobre os novos feminismos*. Editora Companhia das letras, 2017.



É Torü Maũ: Huito Nuestro Espíritu

Mayra Ricardo Zuluaga

Sandra Fernández Sebastián

El territorio es como rallar huito.
Magütá que ralla su huito
es como rallar
todas las pequeñas células del vientre materno que conforman
la tierra.

La tierra que hace parte de este espíritu vivo
que es el huito.

Chaé, Sandra Fernández (fragmento), 2023.

Fotografía 1. É torü maũ



Fuente: *nachire* (semilla) del canasto/investigación (2022). Edición: Víctor Manuel Carrillo.



Postal sonora: [É torü maũ: huito nuestro espíritu](#)

Mayra Ricardo Zuluaga – Mestra interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA. Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM. E-mail: myrz.mic21@uea.edu.br

Sandra Fernández Sebastián – Profesora y fundadora da casa de pensamento Magütá del resguardo indígena San José, Km. 6, Letícia, Colômbia. E-mail: maikurayakuruna27@gmail.com

É *torü maï* es una narrativa tejida desde la voz y experiencias de una profesora Magütá¹, que aprendió a conocer las historias de su territorio caminando y escuchando los *tü*² (hilos) que le fueron sopladados por *naïneküã* ‘naë, el espíritu de la selva. Este recorrido sonoro narrativo nos lleva al encuentro de é, el huito, un fruto que dio origen a un pueblo nacido de su afrecho rallado y mezclado con un corazón. En el líquido exprimido de su esencia, se revelan las raíces-vida de una mujer amazónica que nos acerca al sentir que ella tiene del vientre materno que la sostiene.

Las manos que rallan son de *Chaé*, Sandra Fernández Sebastián, nacida en el resguardo indígena³ o parcialidad territorial Ticuna-Huitoto, San José del Kilómetro 6, localizado sobre la carretera Leticia-Tarapacá, cerca de Leticia, capital del Amazonas colombiano. Para *Chaé*, que pertenece al clan o *nação arúkaa* (semilla de cascabel), *siempre las manos tienen que estar dando vida, porque son como los ojos: hablan*. Este canasto/texto de su narrativa de vida, ha sido hilado a varias manos desde el *waiyuri*⁴ que sembramos durante nueve meses, donde nos encontramos en una artesanía de la escucha, dialogando y preguntándonos sobre las narrativas orales para la primera infancia magütá.

Lo que aquí se da a luz, en palabras de Sandra, *más que un proyecto es un hablar del territorio. Más que un proyecto debe ser así, que la voz sea el que comience a abrir los oídos de los otros territorios, porque los otros territorios en Colombia están peores que nosotros. Que desde estas narrativas que nos unen, grupo Magütá, desde esta voz se integre a ellos para poder comenzar a sanar, que sea ese hilo que comience a tejer los hilos que bordean el vientre materno, que va uniendo voces y más que son de mujeres porque son voces que no se escuchan, y esas voces que no se escuchan son las voces que hablan con la naturaleza, con ese naïneküã ‘naë*⁵.

Sumado a esta palabra, lo que este canasto también busca ofrendar, es una lectura amplia y crítica de las voces y prácticas de las mujeres y sus biografías, y de los territorios como textos que nutren, sedimentan y siembran las experiencias de las personas que se relacionan en ellos.

1. Las Narrativas Vienen Caminando con la Gente

Antes de mis cuatro años yo fui una niña feliz. Hasta ahí yo supe qué fue la felicidad. De ahí para adelante hasta mis doce años para mí fue todo tristeza, yo no supe más qué era la risa. Cuando tu sientes que tus raíces se van arrancando de tu lugar eso es fuerte, fuerte. Pero ahí vamos tejiendo este canasto, este escrito, porque es un sentir desde mi infancia, de cómo también la misma vitalidad natural de la selva que me cobijó a mí en mi dolor, me dio casa, posada, alimento y educación

¹ Los Magütá (más conocidos como tikunas), son la gente pescada con vara del lago Éware, como se cuenta en su narrativa de origen. Este pueblo originario habita mayoritariamente en la triple frontera amazónica, entre Perú, Brasil y Colombia. Se estima que son aproximadamente 60 mil personas entre los tres países.

² La lengua Magütá es tonal, por lo tanto, para su escritura utilizamos la fuente llamada Charis SIL, un grupo de fuentes que son legibles para un amplio uso multilingüe. En esta fotobiografía, los caracteres que llevan los acentos no se logran visualizar con la fuente garamond, por lo tanto, acudimos a otras fuentes similares que sí permiten visualizar los tonos altos, bajos, laríngeos y nasal. Charis SIL está disponible para descarga libre en <https://software.sil.org/charis/download/>

³ Son territorios delimitados por ley con títulos de propiedad colectiva donde uno o más pueblos indígenas viven bajo sus organizaciones sociales propias.

⁴ *Ayuri* en lengua Magütá de Brasil; *mutirão* en lengua portuguesa, es un término que se refiere a la minga, una práctica ancestral de los pueblos originarios donde el trabajo colectivo ayuda a beneficiar a los miembros de la comunidad a través del fortalecimiento de sus vínculos internos.

⁵ En este texto se mantiene la estructura gramatical y las palabras que Sandra tejió a lo largo del camino de investigación.

práctica y de la escucha de la naturaleza, era mi refugio, ella me hablaba, desde mi inocencia de niña me hablaba, y era una voz, un sentir que fue creciendo conmigo. Entonces uno dice, esto no tiene repetidera, y eso tiene que salir es con esa fuerza natural. Naturaleza divina, eres la única que armoniza y ritualiza eso, tú me da esa libertad. Porque uno no hace parte individual, sino uno hace parte de un colectivo. Y aquí lo que uno siente es para el colectivo. Que sea para el bienestar general.

Aprendí las historias de mi territorio caminando. Caminando, escuchando al mayor, a la mayor. En silencio. Y después esas historias yo los pensaba, los meditaba y me hacían soñar. Cuando son fuertes. Así... Caminando, caminando, queriendo saber lo profundo de la creación. Ser inquieta, porque yo soy..., yo digo que..., no sé yo cómo me describo realmente, yo soy un ser muy espiritual desde la madre divina. Y yo lo siento. O sea, el palpitar de este manto verde lo siento en mi cuerpo. Yo entiendo las plantas, yo entiendo sus mensajes, los animales, todo me mueve, la tierra me mueve. Cuando uno siente todo lo que siente su vientre puro. Porque para mí ese es el vientre materno. Cuando tú sientes eso, tú sientes la naturaleza que te habla, que sufre. Entonces cuando uno ya logra eso, tú ya tiene otra vitalidad, digo yo, de vida, de forma, de movimiento, de certeza. Y amor hacia ella misma.

A mí me contaban las historias mi abuela, mi mamá, en las hamacas. Uno se acostaba en la hamaca y ellos ahí meciendo le iban contando. Yo recuerdo mucho la de Yoí, Ípi, la creación. Ella me lo contaba muchas veces. Me lo repetía, me lo repetía, me lo repetía. Como yo entendí que esa es una parte fundamental en uno. Cuando contaba ella se reía, lloraban. Mi mamá lloraba en un momento. Mi tía Alicia, la viejita, ella cuando nos cuenta..., a mí me gusta ir a hablar con ella, ella llora, llora amargamente. Yo le digo: - pero ¿qué es lo que te mueve? – me dice – yo no sé, es algo que viene desde allá. Mucho sufrimiento, me recuerda mucho sufrimiento. Vivíamos bien – decía ella.

Entonces todas las historias tienen diferentes versiones, pero todas llegan al mismo pilón. Porque también las narrativas vienen caminando con la gente que se viene desplazando. Viene desde la raíz, pero el caminar esas huellas van dando cambios, hasta llegar a esos límites que son esos choques interculturales. El pilón cambia dependiendo el contexto, pero el principio es el mismo. Porque es el movimiento también el que trae todo. El va y ven de la gente. Cuando yo nací aquí todo mundo hablaba tikuna, los abuelos no hablaban español, ya cuando llegó la religión ya cambió todo. Cuando llegó la bonanza⁶, ya llegó gente de afuera, gringos, caucherías. Cómo esa narrativa occidental llega a

⁶ La bonanza es recordada en la región amazónica como un periodo entre los años 1975 y 1985 en que se instalaron los primeros traficantes de droga de Colombia, Brasil y Perú para el procesamiento y exportación ilegal de la hoja de coca en las riberas del río Amazonas.

Fotografía 2. *Chorü pora, chorü mañ :*
tu fuerza, tu espíritu



Fuente: *nachire* (semilla) del canasto/investigación (2022).

retroalimentar esa narrativa pura de los pueblos indígenas, según su forma de vida, su forma de vivir.

Y además cuando llegó esa iglesia se acabó todo. La iglesia marcó una brecha muy fuerte. En ese entonces cuando pusieron la iglesia, vivíamos bien, paisanos⁷, o sea, manteníamos nuestra tradición pintados, y ellos decían que cada vez que hacíamos el ritual de la pelazón⁸ estábamos con el demonio. Y comenzaron a catolizar. Las abuelitas ya no se pintaban. Entonces yo desde que nací vivo con..., ese es mi maquillaje. Yo siempre. Si yo no estoy manchada de huito no soy Sandra. Ese es mi maquillaje, es mi identidad. Yo no siento pena, más pena me da cuando me echo esos coloretos rojos, lápices por acá.

2. Oí cha kuã, abuelo yo quiero saber

Cada vez que nosotros hacemos un ritual lleno como el de la pelazón, mire, hasta las aves vienen. Cuando se hace un ritual grande es convocar a toda esa pacificación: animales, espíritus. Pero para qué esos cánticos hacen sanación personal, familiar, social, territorial, universal, él sana en el momento de los cánticos, se sana no sólo ese niño, sino la mujer embarazada, se sana la tierra, tus chagras⁹, tus cosechas, para que no se dañe, que nazcan fuertes, es para limpiar. Hay que volver a motivar a la sociedad indígena a que vuelvan a sus cánticos propios, que volvamos allá, a mover esos seres que nos va a conectar realmente con la verdad para poder vivir bien, tranquilidad, armonía. Nosotros vemos los animales que es el mejor ejemplo. Ellos no andan peleando, felices en los árboles mientras hay. Así debemos ser nosotros. Cada quien en su cuento, pero todos viviendo su vida, su cultura, su herencia, digo yo, su fuente de vida.

Pueblo que no hace sus rituales puros, es un pueblo que comienza a morir. Porque la materia pura no vive de lo que el hombre construye. La materia viva vive de lo que ya está, lo que ella nos dejó, nos regaló, nos tiene para el buen vivir. Y cuando el hombre saca eso, pues transforma ese buen vivir, ¿para qué?, para destruir ese vientre. Con toda su creación, con todas sus leyes, en todas las ramas.

A mí me entregaron cuando me hicieron pelazón. Me entregaron de una vez, sin amar. Yo por eso fui rebelde. Por eso me puse rebelde, porque..., dicen que cuando a ti te hacen la pelazón, los chicos cantan en lengua materna, entonces esos cánticos, esos acertijos, es para conquistar a la mamá. Y si ahí en esos cánticos dice el muchacho: - yo ya tengo casa, ya tengo esa profesión, yo cazo, tengo chagra, no le va a faltar nada, medicina, soy trabajador, soy de buena familia, del clan tal, te cantan así. Y cuando termina toda la fiesta de una vez, pum, te entregan, con doce años. Por eso yo rompí, a mí no me van a joder, si me tienen que matar que me maten, pero yo no voy a ser cómplice, yo me sentí doblemente violada. Eso fue el límite de ser rebelde con la tradición. Quiero descubrir realmente cuál es el sentir femenino. Yo no quiero que me vuelvan a violar, porque yo

⁷ El término paisano es muy común entre los diferentes pueblos originarios del Amazonas colombiano y se utiliza generalmente para describir a la gente nacida en esta región.

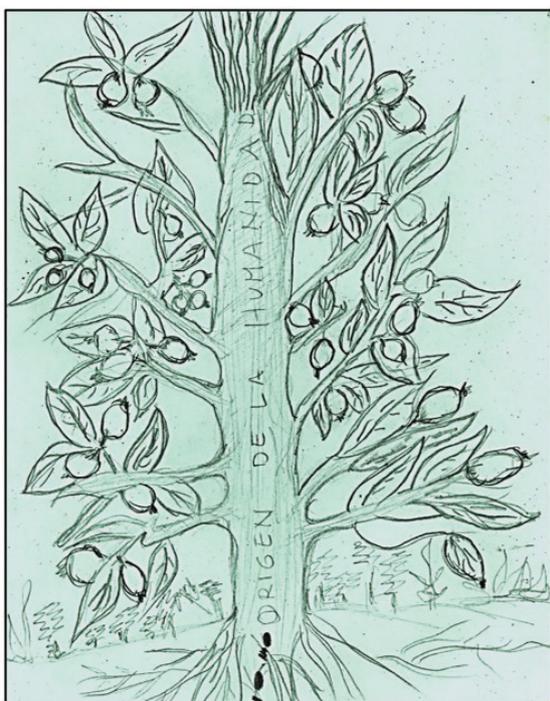
⁸ La fiesta de *Yuechiga* en lengua Magütá de Colombia, *Worekü* (lengua Magutá de Brasil), *Festa da moça nova* en portugués o más conocida, y mal llamada, fiesta de la pelazón, es el ritual que se realiza a las niñas que están en la pubertad cuando han recibido su primera menstruación, *marutaya*. Ahí son guardadas durante un tiempo que puede variar de seis meses a un año, para recibir, entre otros, palabra de consejo *ukuñ*, aprender a tejer mochilas, recitar cantos *wiyae* (SANTOS, 2013).

⁹ La *roça* (portugués), es a grandes y superficiales rasgos, un sistema de manejo agroforestal que sustenta el cultivo y las prácticas vitales ancestrales del pueblo magütá.

me sentía violada cada vez que el man me cogía. O sea, para mí fue muy duro. Acababa de morir el man que me violaba, mi padrastro. Para que me entreguen así, o sea, ¿qué?, yo decía entre mí, mi inocencia: - ¡qué perra es la vida!

Y ahí quedé en embarazo. Y el man me pegaba, yo sí sufrí. Me pegaba, me pegaba, me pegaba porque yo no me dejaba; yo le decía: - es que yo no quiero que usted me toque. No quiero sentir. Y me volé con mis dos hijos. Yo me volé, como a los catorce, quince años. Por eso me quería curar, porque yo necesitaba proteger a mí misma de mucho dolor. Quizás no he sanado mucho dolor, pero eso me ha ayudado mucho. Ese mal lo tengo que transformar. Tengo que educar para que no le pase eso a la gente, a las niñas. Entonces cuando yo pensé en eso, pensé en este espacio, yo decía: - en este espacio no puede ocurrir nada malo, nadie puede llegar aquí a sentirse mal, sino que este sea un espacio donde, así como yo me siento tranquila, nadie abuse.

Fotografía 3. É, origen de la humanidad.



Fuente: diseño de Chaé (2022).

mi, ¿qué haces aquí niña? - me dijo - y yo le dije: - *oí cha keu* - abuelo yo quiero saber - ah, bueno pues - me dijo - siéntate aquí. Ya se resignó. Me decía: - yo sabía que usted siempre venía en mi atrás, sino que yo me hacía el bobo y no paraba bolas - me dijo. Ahí me comenzó a enseñar. Y así aprendí. Y cosas que ya la misma planta me dan por sueños yo las hago.

3. *Marü ku òrè*, ya escuchaste, lo que se *ku déa*, lo que habló

Yo desde muy niña sentí en mi ser el huitó. Después de ver todo el proceso de la violación del cuerpo, yo, Sandra, pido a mi mamá que me haga el ritual de la pelazón. Soy yo la que pedí, que no me lo iban a hacer. Cuando yo pido, mi mamá me observa y yo le dije por qué me observaba. Entonces ella me dijo, ahorita se me viene: - es que tú no estás pura - ahí es donde yo..., para mí fue muy fuerte

Entonces le decía a mi mamá: - yo quiero saber, yo quiero curar, quiero curarme - era que yo le decía - no, que es solo para los hombres - decía mi mamá. Y como siempre ellos enseñan son a los hombres, yo decía: - ¿pero por qué solo a los hombres? - yo siempre era eso - ¿cómo que solo para los hombres? De los hombres nadie quería, no estaban interesados. Sino que yo fui muy inquieta, yo me ponía a mirar, ¿qué es lo que hace mi abuelo?, el papá de mi mamá, que era muy brujo, brujo, brujo, de los brujos, mamá decía que hace salir rayo, hacía salir rayos.

Todo esto era monte, selva, aquí andaban dantas, tigres, mariposas, animales, cerca de aquí. Y yo veía que mi abuelo tenía una mochilita, así como yo cargo, tenía hartas cositas, y yo miraba cuando él se iba a escapar. Yo iba detrás escondida entre los árboles. Y un día él me descubrió. Yo miré que él estaba haciendo veneno. Veneno de tikuna, el curare. Entonces yo no sé cómo se movió una ramita y él se asustó conmigo: - ay - yo no más dije. En idioma me dijo: - *Taku ku ü nua pa*

saber que mamá sabía que me estaban maltratando como niña. Cuando yo siento eso le digo a mamá que me haga la pelazón como es. Para yo poder sentir, desdoblar ese dolor y mirar la claridad.

Cuando a mí me encierran los ocho meses que nos encerraron, éramos cuatro niñas. Y tú sabes que en el ritual los abuelos son los que narran, los que soplan esos hilos, que muchas veces uno piensa que son puros, porque desde la narrativa misma viene la trampa. Porque el hombre nunca quiso que la mujer hablara lo que es la vida realmente, su sentir como mujer, por eso en todas las tradiciones el hombre es el que está al frente y la mujer afuera, endulzando, dicen ellos, la palabra, ese pensamiento que está fluyendo en el momento. Cuando a mí me hacen todo ese proceso de la pelazón, yo ya salgo con otro pensamiento, entonces cuando yo comienzo a observar la luna, porque me encanta observar desde niña todo lo que se mueve, se me viene como esa narrativa, como la narración del huito.

Cuando yo me pinto de huito, yo siento en mi cuerpo esa fuerza femenina, esa abuela, ese espíritu, ese animal, y se me metió. Cuando yo comienzo a analizar y a observar, todas las noches el movimiento, todas las noches, yo dije – ajá - como soy yo - ajá – ahí me dormí. Y en sueño, el huito, esa abuela me habla. Como dice: *maru ku òrè* ya escuchaste, lo que se *ku déa*, lo que habló. Yo me levanté un día, me pinté, y ahí fue que comencé a sentir que lo que cuentan realmente los abuelos no es esa palabra de vida. Porque viene en mí, como siempre te digo, yo cuando siento la palabra no es para que se me caiga en la cara, porque son sentires vivos.

Entonces yo comienzo como a analizar y comienzo a escuchar diferentes versiones, pero mi sentir no llegaba a mí esa versión, de que la mujer fue la pecadora. Y cuando yo siento el huito en mi cuerpo, pues yo digo, cuando ya comencé a manipularla, a sentirla, a rallarla, a soñarla, a vivirla, me da la claridad que la luna¹⁰, es un ser masculino, porque si se ve todo lo que se habla, siempre ponen como a la mujer que somos el mal, en la biblia, en las palabras de los hombres, en todo lo que representa realmente esa parte del descubrimiento del indio.

Entonces cuando yo comienzo a analizar eso digo: – no, la luna, es el hombre porque él fue el que sonsacó¹¹ a su hermana. Por eso es que en la pelazón..., y yo coso todo, no son los papás

¹⁰ En algunas versiones de las narrativas Magütá, se cuenta que *tauema -kü*, el luna (palabra masculina en esta lengua), era un joven que cometía incesto con su hermana agredéndola sexualmente; por consejo de su mamá, la hermana ralló y untó con huito la cara de su hermano quien al verse delatado decidió meterse en un árbol de algodón por tres días. Al salir, alumbró, y desde entonces le llaman a la luna llena *natamuu* (CAMACHO, *et al.* 2000, pág. 43).

¹¹ Incitar o convencer a que una persona haga algo que puede ser ilícito o a que deje alguna actividad o responsabilidad que está ejerciendo.

Fotografía 4. Torü wiyægü: nuestro canto



Fuente: *nachire* (semilla) del canasto/investigación (2022).

que te cuidan, sino el hermano. Y yo he sentido esa violación del hermano en mi cuerpo. Entonces cuando uno descubre quién es, en el cuerpo de uno, uno dice: - la luna es aquel hombre que opacó el pensamiento de la mujer desde el vientre. Y por pensar que ellos eran más fuertes, esa semilla la lanzaron con una pupa del algodón, como una flecha. Y la luna fue. Porque pensaron que la luna era el que iba a dar todo ese movimiento de vida, de fertilidad. Cuando dicen no, está el achote¹², cogen la semilla del achote, lo amarran con un pali arco y lo sueltan, y era más pesada que la pupa de algodón, se fue el sol, que era la semilla femenina, y cuando ella se expresa pues baña, baña ese cuerpo de ese color y cayó más encima, que para que la narrativa no se vea femenina, lo que hicieron fue tapar la voz.

4. *Noéguma tá ingugüi*: vamos a caminar con las abuelas

Yo pido mucho a la naturaleza que me den esas palabras indicadas de convencimiento a mis mismos hermanos indígenas, que ellos vuelvan otra vez a creer en esos mitos, en esas historias tan puras, que es esa historia que la evangelización apagó, porque esa era la verdad y puso sobre ella la otra verdad religiosa, apagando ese pensamiento y convenciendo al indio puro de que hacer lo que hacemos era un pecado.

Nosotros somos científicos, somos químicos, somos todo, podemos armar lo que sea. Cómo surgió los tejidos, cómo fue esa magia, educación pura, de solo aprender a través de los mitos, aprender a tejer: mito y práctica, mito y práctica. Esa era la educación nuestra. Becito, su mamá aquí con su *daparina*¹³, mientras uno tejía, mamá tejía, uno chupando teta, entonces uno estaba estimulando también.

De una vez observación práctica, entonces el niño va viendo, aprendiendo naturalmente, empíricamente, no sé cómo es, pero empíricamente. Y cuando usted juega ya a la edad de un año, dos años, tres años, usted ya juega con esos elementos que mamá tejía, curiosear, ya mamá viene y le dice a uno: - no, aquí tanto palito así, así, así, en dialecto. ¿Y pa' qué tú va tejer tu canastico?, pa' cargar tu comida; dice que son elementos que le sirven a ese niño para su vida, pero a través de la observación desde que nacen, porque lo de acá es otra educación, acá afuera es otra, donde se van a enfrentar con la realidad. A los niños no hay que educarlos maquillados sino con la mierda en la mano.

Hoy en día, aquí en el seis el que trabaja es la mujer, la mujer es que educa a sus hijos, la mujer es que está pendiente de la educación, de la ropa, todo. Por eso yo digo, el mundo es de la educación de las mujeres, todas las mujeres tejiendo su bejuco, desde todos los ombligos, desde todas las células madres vivas de la madre tierra. ¿Cuándo vamos a tejer todas esas raíces que hay? Nosotras somos mujeres. Hay unas que no han parido, otras sí, otras somos abuelas, otras bisabuelas...Yo por eso trato de rescatar lo puro, que es eso lo que me hace fuerte, entonces es volver a repasar, a repensar, a recaminar, a retrochiar¹⁴, a reconstruir, a recultivar, a rechacrear, a hacer chagra otra vez, a hacer familia otra vez.

¹² *Bixa orellana*, *urucum* en lengua portuguesa.

¹³ Especie de red (hamaca) tejida donde las mamás cargan a sus bebés para llevarlos a sus trabajos de agricultura.

¹⁴ La trocha es un camino estrecho que generalmente se abre como atajo a otro camino que suele ser largo.

Fotografia 5. *Meata tá òrè; òrè gji ói gu na òrè.* Escucha bien, escucha el hablar de los abuelos



Fuente: *nachire* (semilla) del canasto/investigación (2022).

Cuando se deja de caminar con los abuelos se pierde esa conexión propia porque ya tú no estás hablando todos los días a tu hijo en lengua materna. Porque el niño, cuando pierde ese camino con papá y mamá, que va al otro colegio, ya está aprendiendo lengua occidental. Porque es allá primero, amanece, lo cambian, pum, para allá. Cuando llega acá, él ya tiene una confusión, ahí es donde es el problema. Entonces si el niño comienza a caminar con su camino de papá, mamá, esas huellas que siguen, pues el niño a los ocho años ya va a tener ese canasto lleno. Puede ir a ese colegio, y medir esta educación con la que viene allá, y ahí el niño escoge cuál es la que le gusta. Si esta o esta. Si la educación es algo que no cierra, sino que abre caminos. Abre oportunidades, abre espíritus, abre esencias. Mueve huellas. Eso es la educación, nunca va a estar en quietud. La educación siempre se está moviendo.

Por eso digo, para que esto funcione, toca volver otra vez a enseñar la base para volver a llegar allá. La educación debe volver a retroceder. Debemos volver a escarbar. A mover lo que ya hay. A cernirlo. Porque no estamos cerniendo nada, y así es.

REFERENCIAS

CAMACHO *et al.* *Historias de los abuelos de Moruapu*. Bogotá: Imprenta nacional de Colombia, 2000.

SANTOS, A. A. *Percepción Tikuna de Naane y Naïne: territorio y cuerpo*. Tesis (maestría). Universidad Nacional de Colombia, Leticia, Colombia, 2013.

Relações de Gênero e Cultura Material na Produção da Artista Paraense Elisa Arruda*Relaciones de Género y Cultura Material en la Producción de la Artista del Pará (Br) Elisa Arruda**Gender Relations and Material Culture in The Production of Artist from Pará (Br) Elisa Arruda***Maria Cristina Simões Viviani**

Resumo: A artista paraense Elisa Arruda aborda em sua obra as relações de seu corpo com o espaço privado. A partir de uma leitura crítica acerca de gênero em diálogo com a literatura de cultura material, busco analisar o trabalho de Arruda pelo viés antropológico. Os corpos e as relações que a artista coloca em sua produção têm relevância para compreendermos as leituras possíveis dos contextos domésticos com os corpos das mulheres e suas interseccionalidades. A paraense traz sensibilidade ao expor o seu olhar no mundo e tratar seu próprio corpo em dialética com as coisas de maneira em que há uma afetação mútua das coisas e não-coisas, na qual não é possível dividi-las objetivamente entre humanas e não-humanas. Dessa forma, Arruda expõem, em seu trabalho, a agência constante das coisas na construção de nós mesmas.

Palavras Chave: Elisa Arruda. Arte Paraense. Gênero. Cultura Material. Corpo.

Resumen: La artista paraense Elisa Arruda, en su obra aborda las relaciones entre su cuerpo y el espacio privado. A partir de una lectura crítica de la literatura de género en diálogo con la cultura material, busco analizar la obra de Arruda desde un punto de vista antropológico. Los cuerpos y las relaciones que la artista sitúa en su producción son relevantes para comprender las posibles lecturas de los contextos domésticos con los cuerpos de las mujeres y su interseccionalidad. Arruda aporta sensibilidad al exponer su mirada al mundo y tratar su propio cuerpo en una dialéctica con las cosas de manera que hay una mutua afectación de cosas y no cosas, en la que no es posible dividir objetivamente entre humanos y no -humanos. De esta forma, Arruda expone en su trabajo la agencia constante de las cosas en la construcción de nosotras mismos.

Palabras Claves: Elisa Arruda. Arte de Pará. Género. Cultura material. Cuerpo.

Abstract: The artist from Pará, Elisa Arruda, addresses in her work the relationships between her body and private space. From a critical reading of gender in dialogue with material culture literature, I seek to analyze Arruda's work from an anthropological point of view. The bodies and relationships that the artist places in her production are relevant to understanding the possible readings of domestic contexts with women's bodies and their intersectionality. Arruda brings sensitivity by exposing her gaze to the world and treating her own body in a dialectic with things in a way that there is a mutual affectation of things and non-things, in which it is not possible to objectively divide them between human and non-human. In this way, Arruda exposes in her work the constant agency of things in the construction of ourselves.

Keywords: Elisa Arruda. Art from Pará. Gender. Material Culture. Body.

INTRODUÇÃO

A artista plástica Elisa Arruda (1987) aborda em sua obra as relações de seu corpo com o espaço privado. Sua produção tem ganhado visibilidade dentro do sistema institucionalizado das artes com sua sensibilidade, ao trazer a dialética de si mesma em relação aos objetos domésticos da casa. Arruda traz uma poética possível para pensarmos sobre cultura material e gênero, em que a artista transforma o seu corpo em domesticidade e sua casa em corporeidade.

Nascida em Belém do Pará, graduou-se em Design de Produtos pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM) e seguiu carreira acadêmica em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (USP), onde realizou seu mestrado. A artista tem desenvolvido sua poética principalmente a partir do desenho, pensando na relação corpo e espacialidade, mas, também, trabalha sobre diversos suportes nos quais utiliza pintura, costura e gravura em metal.

Partindo de narrativas sobre sua intimidade e tendo como ponto de início constante seu próprio sentir, Arruda me faz refletir sobre as relações com nossos corpos e nossas casas. Com isso, analisando a poética de Arruda, busco abordar a dimensão política dos espaços domésticos acionando a teoria feminista que diz que “o pessoal é político” (BUTLER, 2018). Compreender a esfera privada enquanto categoria capaz de incluir estruturas políticas e sociais mais amplas é questionar o binarismo colonial construído entre doméstico/privado, comunitário/público. A filósofa Judith Butler (2018) defende que os atos de sujeitas generificadas podem ser relevantes para o político, mesmo que construídos de maneira particular. Assim, podemos considerar a prática da artista Elisa Arruda sob essa perspectiva, em que, mesmo partindo de sua narrativa pessoal, há um impacto para aquelas que entram em contato com sua obra, pluralizando reflexões acerca da relação de corpo, gênero e espaço doméstico.

A pesquisadora de arte, Luana Saturnino Tvardovskas (2015), comenta como as artistas contemporâneas trabalham com contornos autobiográficos em que expressam posições éticas, estéticas, políticas e afetivas. A autora defende que, ao trazer à tona suas próprias experiências, expor seus corpos e desejos, confrontar a repressão ou violência sobre sua história e sexualidade, produções contemporâneas podem ser pensadas como “práticas feministas de si nas obras de arte” (TVARDOVSKAS, 2015, p. 21). Ou seja, produções feministas podem tensionar construções de gênero ao politizar o corpo e reflexionar sobre sua subjetividade, rejeitando binarismos e questionando normas culturais impostas pelo poder patriarcal.

Tvardovskas (2015) também nos lembra que, no polo oposto do pensamento feminista, ainda há a tradição em naturalizar as diferenças, justificando, nos corpos, as hierarquias de valor. Práticas entendidas como femininas são frequentemente menosprezadas, causando violência material e simbólica contra as mulheres. Técnicas artísticas ligadas a um suposto universo das mulheres, como, por exemplo, o crochê e o bordado, são historicamente menosprezadas em relação às demais.

Heleieth Saffioti (2001, p.119), socióloga estudiosa da violência de gênero, articula como o poder masculino está presente em todas as relações sociais, traduzindo-se em “estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum”. Saffioti (2001) argumenta que, para que a dominação-exploração da categoria social homens tenha êxito, essa exige também o uso da violência para ser executado, já que a cultura patriarcal seria insuficiente para garantir a obediência daquelas que deveriam estar submissas à forma dominante de poder. Contudo, a contestação de tais exercícios de poder podem ser encontradas em diversas esferas sociais, inclusive na arte.

Tvardovskas (2015, p.23) destaca que: “é bem sabido que onde há poder, há também resistências, e o campo artístico é um dos lugares de crítica contundente à misoginia”. Nesse sentido, a autora defende a arte contemporânea feminista como forma de autotransformação, desconstrução de modelos políticos autoritários e de representações misóginas sobre os corpos femininos. A autora acredita que, por meio dessas práticas, é possível ampliar o olhar para as resistências micropolíticas, no plano das subjetividades que aspiram, também, uma transformação cultural, social e política.

Considerando que as obras produzidas por essas artistas são parte de nossa cultura material, é possível analisar o trabalho de Elisa Arruda não só enquanto análise das narrativas produzidas a partir de sua produção, mas também como suas obras são parte desse universo de coisas que interagem conosco em nosso cotidiano. O antropólogo Alfred Gell (2005) argumenta que o poder contido nas obras de arte não reside no objeto em si, mas nos processos simbólicos que elas provocam nas pessoas que as admiram. Assim, a arte deixa de ser sobre significados e comunicação de uma linguagem específica de campo, mas, sim, sobre agência, em que os objetos de arte também atuam nas relações com pessoas.

Por essa perspectiva, segundo o conceito de agência do autor, os objetos têm o poder de impor significado dentro de seu contexto cultural, não como veículos simbólicos, mas por meio da agência dos próprios objetos. Pensando na teoria de Gell (2005), Elisa Arruda constrói sua relação com as coisas e as coisas constroem relações com ela de maneira dialética e constante. Dessa relação, ela encontra inspiração para suas obras e suas obras, por sua vez, constroem relações conosco quando entramos em convivência.

O arqueólogo Dean Sully (2007), ao se utilizar do conceito de agência de Gell, destaca: “os objetos têm a capacidade de fazer coisas para as pessoas, assim como as pessoas são capazes de fazer coisas para outras pessoas por meio de objetos” (SULLY, 2007, p. 41, tradução minha). Assim, a agência das coisas que afetam Arruda em seu espaço doméstico transforma sua produção artística. E as obras de arte, por sua vez, possuem agência quando nos impactam e nos fazem refletir sobre temas a partir do contato com elas.

Pensando nesse encadeamento de agência entre arte enquanto produto e enquanto produção, Gell (1998) também defende a arte como um sistema de ação que tem a intenção de mudar a realidade ao seu redor, ao invés de codificar proposições simbólicas sobre ele. No lugar de uma comunicação simbólica, a ênfase se encontra na intenção, na causalidade, no resultado e na transformação. Em suma, o autor defende que objetos de arte são agentes sociais e é reconhecida sua ação no mundo.

Com isso, tratando a agência das coisas sobre a perspectiva da cultura material e da afetação mútua, olhar o trabalho de Elisa Arruda é uma troca constante entre imaginar como a ação das coisas ao seu redor a afetam e estarmos sob esse mesmo efeito quando nos deparamos com sua obra. A artista traz sensibilidade ao expor o seu olhar no mundo e tratar seu próprio corpo em dialética com as coisas na qual não é possível dividi-las objetivamente entre humanas e não-humanas. Arruda, enfim, expõem a agência constante das coisas na construção de nós mesmas.

1. Relações de Gênero e Cultura Material: diálogos possíveis a partir da produção de Elisa Arruda

Elisa Arruda foca a poética de sua produção no ambiente privado. Espaço que ainda é relacionado ao feminino em dualidade ao público que é ligado ao masculino. Atualmente, vivendo

na capital de São Paulo, Arruda é conhecida pelas obras minimalistas referenciadas ao doméstico. Ainda que deva ser problematizada a relação entre feminino e privado a um recorte de classe e cor, Arruda, mulher branca e mãe de duas filhas, parte de sua perspectiva e vivência para produzir obras sobre sua relação com a casa e com seus sentimentos.

Conheci o trabalho de Elisa Arruda em meu tempo vivendo em Belém do Pará. Apesar de Arruda não viver mais na cidade, sua produção segue circulando pelos espaços voltados à arte. Em uma de minhas idas à São Paulo, pedi uma entrevista para que ela comentasse sobre seu trabalho. Enviei uma mensagem pela rede social *Instagram* e, por lá mesmo, iniciamos nossa conversa e combinamos dia e horário para nos encontrarmos.

A artista me recebeu na galeria em que trabalha, na Casa Zalszupin, na zona oeste de São Paulo. Foram quase três horas de conversa discutindo sobre seu trabalho e vida pessoal. Comentamos sobre os amigos em comum de Belém e os lugares que ela sentia falta de sua terra natal. Tive sorte que, por acaso, ela havia levado algumas de suas obras ao trabalho e pudemos conversar analisando-as, expostas sobre a mesa.

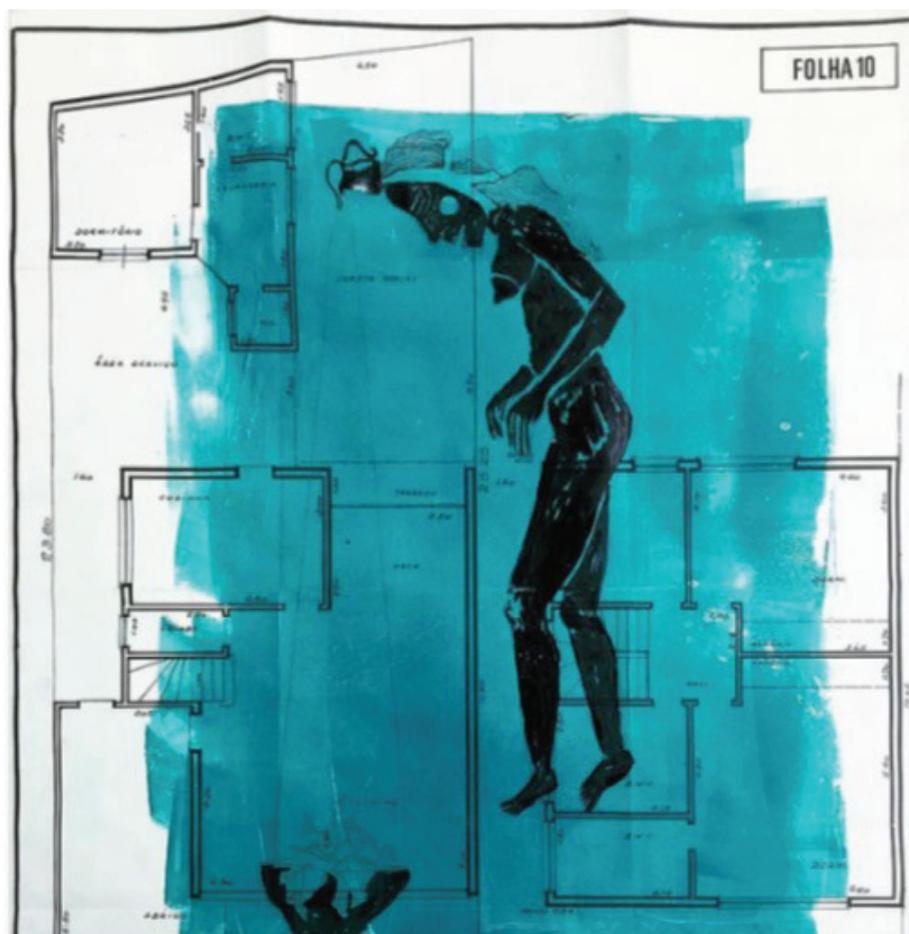
Figura 1: Obras de Elisa Arruda sobre a mesa na Casa Zalszupin, em São Paulo, onde a artista trabalha como produtora e onde me cedeu a entrevista em 18/04/2022



Fonte: Fotografia minha.

Em seu trabalho, é notável que a casa entra como sujeito nas gravuras, construindo uma relação direta entre o material e o orgânico. Arruda constrói móveis que se tornam partes do corpo, organiza prateleiras com seus sentidos e sentimentos, coloca o desenho de uma mulher espalhado sobre a planta e os cômodos da casa. A artista se apropria dos utensílios e do espaço doméstico que tanto oprimiram a vivência das mulheres para os ressignificar dentro de sua rotina.

Figura 2: “Planta da casa” de Elisa Arruda, 2020. Gravura.



Fonte: Rede social *Instagram* da artista. Disponível em: < <https://www.instagram.com/elisaarrudaaa/> >

a casa
como uma planta
corpo setorizado
trânsito pelos cômodos, e incômodos

—
pintura e monotípia s/ planta arquitetônica

(legenda da postagem na rede social *Instagram* da artista com a imagem da tela “Planta da casa” em 11/03/2020)

Pensando nas relações entre gênero e objetos, Vânia Carvalho (2011) identificou discrepâncias relacionadas ao tema no acervo de indumentárias e acessórios pessoais do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. No artigo “Cultura material, espaço doméstico e musealização”, a historiadora relata que os objetos arquivados que haviam pertencido às mulheres eram, em sua grande maioria, utensílios estritamente ligados à vida privada. Ao passo que, no caso dos objetos domésticos masculinos, eles teriam um princípio autorreferencial, sendo voltados à individualidade e ao universo do trabalho intelectual. Havia, ainda, uma maior relevância não no objeto em si, mas em quem os havia utilizado, demonstrando um valor ligado à vida pública daquela pessoa.

Durante sua pesquisa, Carvalho (2011) identifica que os utensílios decorativos, geralmente manufaturados por mulheres para o espaço privado, são percebidos como de menor importância. A autora aponta que as rendas e bordados com cenas da natureza muitas vezes se confundem com o próprio sujeito feminino, em que os espaços da casa criam uma homogeneidade visual com as cortinas, toalhas e vestimentas utilizadas pela mulher. Dessa maneira, a presença feminina se espalha pela casa na decoração e na limpeza, se integrando ao espaço e aos objetos domésticos de forma difusa.

Para Carvalho (2011, p.454), “essa intercambialidade do corpo feminino com o cenário da casa tem como consequência a baixa individualização da mulher”, em que representações inspiradas no universo natural e reelaborado por técnicas artísticas causam uma fusão entre o corpo feminino e uma natureza frágil e delicada. Enquanto a mulher está camuflada nessa quase “não-presença” pela casa, o homem faz oposição, com uma suposta personalidade marcante esperada do masculino.

Carvalho (2011) evidencia que os objetos domésticos das mulheres mantinham uma relação corpo-objeto decorrente de uma forma de apropriação do espaço da casa e naturalização da retórica feminina. Objetos com técnicas artísticas manuais em materiais orgânicos e com temáticas ligadas à natureza fazem referência à atividade biológica e reprodutora da mulher aludindo a obrigações de sua função social no sistema patriarcal. Não à toa, os objetos catalogados por Carvalho (2011) reforçam estigmas sobre as vivências das mulheres.

Partindo do pressuposto que as relações sociais não são imateriais, ou seja, pessoas e objetos estão imbricados na dinâmica da vida, Carvalho (2011) percebe o espaço doméstico como local de constituição de identidades sociais e de gênero, no qual o uso cotidiano de objetos forma práticas corporais. Para a autora (p.451), a distinção entre os objetos conforme as identidades de gênero estão associadas a “funções sociais, padrões corporais, sentidos, valores e ações igualmente diversos”. Dessa forma, a própria cultura material revelaria sobre a experiência pessoal a partir do gênero.

Nos trabalhos de Arruda, há uma presença forte da relação da mulher com seus próprios objetos domésticos. Em entrevista¹, a artista explica que, muitas vezes, os utensílios pintados em suas obras são os que possui em sua casa. Na sua série de telas “Matissas”, ela me relata que o que se vê sobre a mesa é inspirado em suas coisas:

Nas “Matissas” essa mesa que tem, muitos objetos têm na minha casa. É a minha garrafa térmica, é a minha xícara, é o meu centro de mesa, o meu gato é amarelo. Eu tenho duas irmãs. São três mulheres junto. (Elisa Arruda, em entrevista cedida em 18/04/2022)

Nessa série, Elisa Arruda se inspira na obra de Matisse, “Harmonia em Vermelho”, e se propõe a um exercício de pensar como seria a tela se ela a tivesse pintado. Porém, muito diferente da obra do pintor francês, Arruda faz com que essas mulheres na tela ganhem protagonismo. Ainda que utilizando os tons fortes do vermelho, a artista pinta, em vez de uma, três “Matissas” na tela, as quais, com suas silhuetas escuras e bem demarcadas, se destacam e ocupam os cômodos da casa.

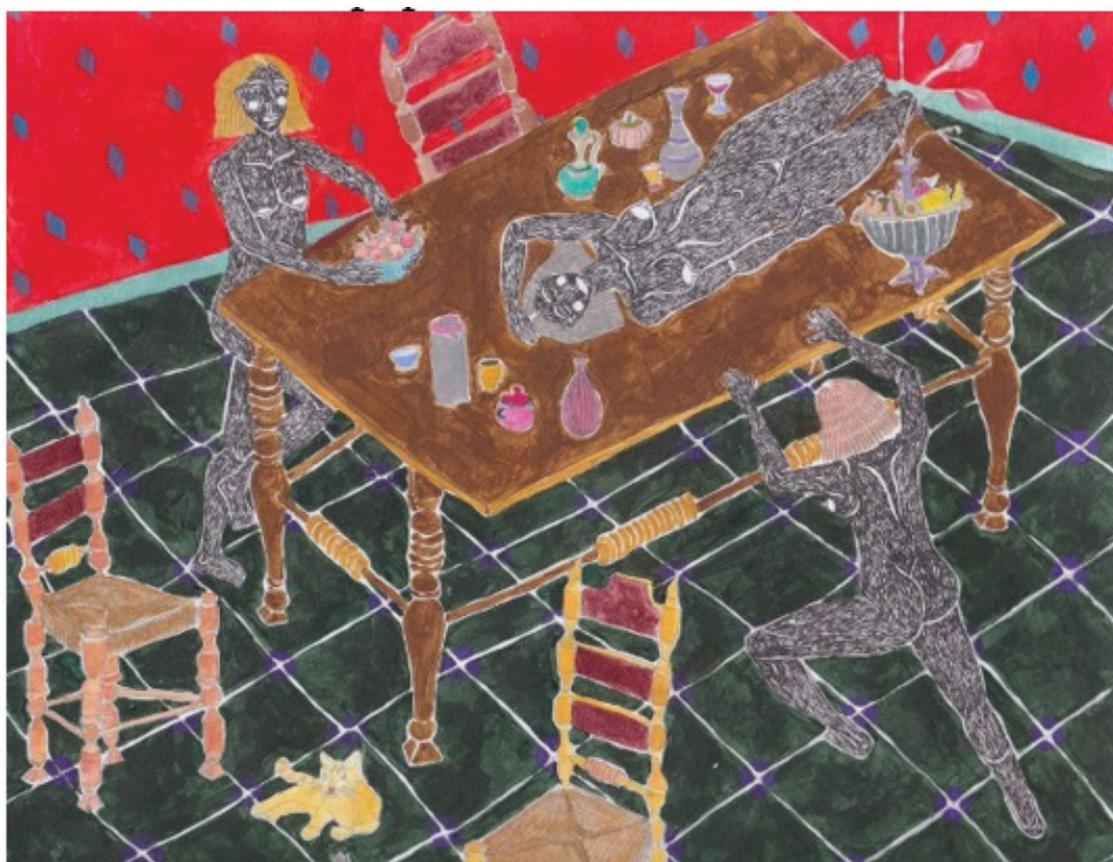
¹ Entrevista realizada em 18/04/2022, na Casa Zalszupin, em São Paulo, onde a artista trabalha como produtora.

Figura 3: “matissas 3” de Elisa Arruda, 2020. Técnica mista em papel, 40 cm x 50 cm



Fonte: <https://www.pipaprize.com/elisa-arruda/>

Figura 4: “matissas 4” de Elisa Arruda, 2020. Técnica mista em papel, 23,5 cm x 27,5 cm



Fonte: <https://www.pipaprize.com/elisa-arruda/>

Figura 5: A Mesa de Jantar (Harmonia em Vermelho), 1908, Henri Matisse, óleo sobre tela, 180 cm x 220 cm. Hermitage Museum, São Petersburgo, Rússia.



Fonte: <https://www.henrimatisse.org/the-dessert-harmony-in-red.jsp>

A produtora Catarina Barbosa, com a qual pude conversar em outra oportunidade na galeria b_arco², galeria que representa a artista na cidade de São Paulo, comentava sobre as obras da artista Elisa Arruda: “me parecem corpos que não são plásticos, pornográficos. Corpos mais parecidos com corpos” – provavelmente relacionando as imagens com a recorrente sexualização dos corpos femininos nos meios de comunicação e nas artes. Catarina tem 23 anos e é estudante de design gráfico. Ela trabalha na galeria há três anos e lida com as obras das artistas representadas pela galeria diariamente.

Conversamos sobre seu contato com as obras de Arruda enquanto ela me mostrava os trabalhos da artista disponíveis na galeria: “São corpos mais reais do que a maioria dos corpos que eu vejo na arte. É um corpo que não tem que ser desejável³”. As situações em que as mulheres se encontram nas obras são de perspectivas distintas de quando geralmente são representadas por homens. Catarina complementa: “me parece um trabalho que ela trata dela, com ela e o corpo dela”.

Figura 6 e 7: Obras de Elisa Arruda sobre a mesa da galeria b_arco, durante conversa com a produtora Catarina Barbosa em 19/04/2022.



Fonte: Fotografia minha.

² Entrevista cedida em 19/04/2022, na Galeria b_arco, onde Catarina trabalha.

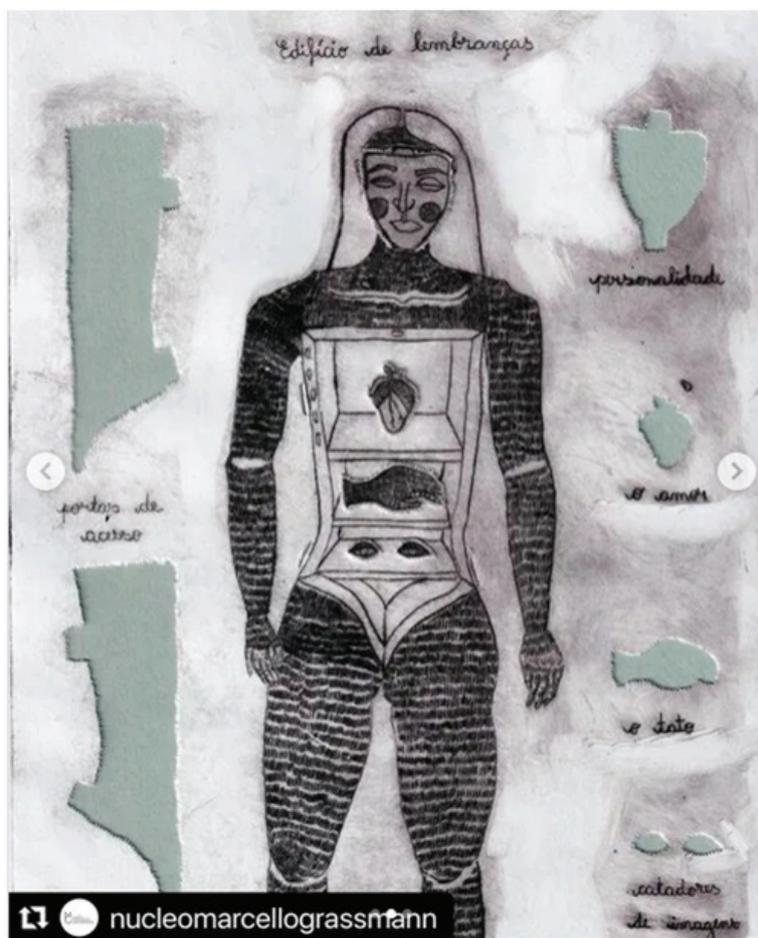
³ Ibidem.

Elisa Arruda conta como sua produção reflete sobre o corpo feminino e diretamente com sua experiência. A paraense comenta que seus desenhos, apesar de não serem pensados propriamente para tratarem do corpo feminino, diziam sobre ele pois essa é a sua vivência. Mãe jovem, aos 17 anos, de sua primeira filha, desenhava esses corpos despidos frequentemente em situações de auto exposição e vulnerabilidade. Ela relata que, hoje, percebe essa exposição como uma necessidade de busca da verdade e de estar inteira em seu trabalho.

Algumas pessoas olham pra esses desenhos e imaginam que são coisas que eu vivi, por exemplo. Mas não é só sobre o que eu vivi, é também sobre o que eu gostaria de viver. É tudo meio que junto desse corpo. (Elisa Arruda, em entrevista cedida em 18/04/2022)

Na série “Bustos”, por sua vez, Elisa Arruda retrata esses corpos com aberturas, como portas de armários, na altura dos bustos dessas mulheres. A artista argumenta que “tudo nosso está dentro desse tronco” e que, por conta disso, quis abrir prateleiras e pensar no que pode ser guardado ali. Arruda aponta que é nessa região que tanto fica o coração como onde se gera um ser humano. Pontua que as mulheres têm uma “porta de entrada”, se referindo à vulva, e que parece um lugar visitável. Dessa forma, Elisa pensa seu corpo como se fosse a própria casa e se organiza dentro dele como se fosse um móvel, onde, ao invés de livros e porta-retratos, guarda sentidos e sentimentos.

Figura 8: Série “Bustos” de Elisa Arruda, 2021. Gravura.



Fonte: Rede social *Instagram* da artista. Disponível em: <<https://www.instagram.com/elisaarrudaaa/>>

Meu trabalho como um todo passa por questões que ligam a intimidade e o caráter narrativo, próprio da palavra, à figuração. Costumo comparar meu desenho às palavras. Entendo que possuo uma caligrafia desenhada. Escrevo na forma pictórica e por incrível que pareça quando escrevo palavras, elas são como desenho para mim. Nesse processo íntimo de uma escrita pelo risco, venho de um ano pra cá trazendo questões do doméstico para o trabalho. (legenda da postagem na rede social *Instagram* da artista⁴, com a imagem da obra “Edifício de Lembranças” em 13/07/2021)

Os corpos desenhados com as bochechas marcadas são característicos de suas obras. Arruda comenta que o corpo com padrão listrado, que ficou característico de seu trabalho, veio de maneira natural. A artista conta que, por muito tempo, foi desenhando esse corpo, porém, ainda mais com a pandemia de Covid-19, a casa começou a entrar nas gravuras. Ela afirma: “uma coisa bem importante pra mim é entender que a casa entrando no meu trabalho é um entendimento dessa casa também como parte do meu corpo⁵”.

Arruda desenha a casa e os objetos como se fossem suas companhias, partes do seu corpo. Também inverte a lógica e trata o “corpo como armário, cadeira como pessoa⁶”. A gravurista pontua que “em um determinado momento eu entrei tanto na coisa da casa que eu tirei o corpo e a casa virou corpo⁷”. Com duas crianças em casa durante a quarentena, a artista brinca com sua situação: “Ou eu desenho essa casa, ou eu começo a fazer casa no trabalho, ou eu não faço trabalho. Eu vou fazer a casa no trabalho⁸”.

Assim, o método que a artista encontrou para lidar com esse período foi colocar a casa em seus desenhos. Uma casa afetiva, relacionada muito ao seu imaginário das casas ribeirinhas que observava em sua infância. A artista retrata seus próprios objetos e os coloca como parte de suas obras. A paraense, durante a entrevista, também destaca como mulheres geralmente vivenciam o espaço doméstico de maneira diferente em comparação aos homens. Para ela:

A casa ao mesmo tempo que é esse lugar de acolhimento, mas ela é também uma prisão pra mulher em linhas gerais. A gente meio que tem que romper isso pro mundo. Do que é essa casa que ao mesmo tempo te engole, ao mesmo tempo é o teu espaço afetivo, é o espaço que tu ama... é tudo junto. (Entrevista cedida em 18/04/2022)

Para Daniela Palma (2017, p.17), a perspectiva da casa, como construção social, carrega uma conotação feminina. É um local onde se trabalham os afetos, positivos ou negativos. A autora afirma que “pensar na casa dá ênfase ao plano pessoal, com temporalidades mais cíclicas e com intensidade emocional”. Contudo, refletir sobre a casa na perspectiva feminina em uma sociedade patriarcal é também trabalhar com limitações. Enquanto a casa representa a esfera privada, é na esfera pública que, geralmente, o discurso dominante se apresenta, deixando o domínio doméstico relacionado aos subordinados.

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/elisaarrudaaa/>

⁵ Entrevista cedida em 18/04/2022, na Casa Zalszupin, galeria em que a artista trabalha em São Paulo.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

No artigo escrito por Palma (2017), “As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória”, a autora propõe trabalhar com a escrita de Carolina Maria de Jesus a partir de três de seus livros: “Quarto de despejo”, “Casa de alvenaria” e “Diário de Bitita”. Pelo viés da espacialidade, a autora analisa as casas descritas por Carolina enquanto representações do espaço feminino, pensando tanto na opressão quanto na resistência possível desses locais. Para ela, o doméstico pode se tornar local de agência e elaboração de narrativas por mulheres. A casa, nesse caso, é compreendida como:

uma relação de pertença (não completa, apenas em alguma medida), podendo incorporar uma habitação isolada ou uma comunidade em sentido mais ou menos amplo, tanto no plano concreto, quanto no metafórico. Pode não ser um lugar geográfico fixo, mas o corpo a partir da relação identitária com outros corpos e com os espaços em que habitam e/ou por onde transitam. Entendo aqui a “casa”, como uma espécie de categoria possível para pensar, em termos mais amplos, os sentidos de marginalidade, principalmente, feminina. (PALMA, 2017, p.3)

Palma (2017, p.5) destaca que a casa possui a dialética de um espaço que tem potencial tanto para local de refúgio quanto de espaço de violência – o que pode ser mais acentuado no caso da vivência de mulheres negras, que é de onde a autora parte para analisar as obras de Carolina Maria de Jesus. Assim, a depender de suas interseccionalidades⁹, mulheres vivenciarão não apenas o espaço público de forma distinta, mas também a realidade dentro de suas casas, sendo uma relação intrinsecamente vinculada aos seus corpos e contextos. Diante disso, a casa é um ambiente complexo, em que pode operar “tanto na esfera dura das relações sociais, como na capacidade de fornecer um local protegido”. A autora complementa:

O lar é, assim, um lugar de significados não estáveis, pode oscilar como espaço atravessado pelas relações de poder colonial e também permeado por ficções que permitem experiências de resistência, sentimentos reconfortantes e vislumbres de liberdade. (PALMA, 2017, p.6)

No ensaio de bell hooks (1995), “Black Vernacular: Architecture as Cultural Practice”, a intelectual conta sobre uma tarefa dada pelo professor de artes em sua adolescência para desenhar o que seria a sua casa dos sonhos. Curiosamente, ela relata que não sabe onde está o desenho, mas que se lembra com detalhes da casa que imaginou na ocasião. Como partia da fantasia e desejo, ela conta que, na época, não percebia como mesmo o sonhar era enredado pelo contexto político. Ainda que o professor não tenha colocado limites em sua imaginação, a forma como desenhou sua casa – ampla e com quietude para ler seus livros – correspondia diretamente à maneira como compartilhava a vida com sua família: pouco espaço, com muita gente. Sua condição real era relacionada ao contexto político que influenciava diretamente seu devir de casa (im)possível. Ou seja, a forma como imaginamos nosso corpo e nossas casas e suas relações está amparado em nossas realidades e vislumbres a partir delas. Assim, outros corpos com outras interseccionalidades irão ter outras

⁹ Abordo a interseccionalidade a partir da discussão proposta por COLLINS, Patrícia Hill. “Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

vivências e perspectivas desse corpo-casa que tanto nos narra e ilustra Elisa Arruda.

Considerando a complexidade e a pluralidade das relações possíveis com a casa, é relevante destacar o sentido dúbio que pode haver no próprio exercício da maternidade: ser casa. Palma (2017) argumenta que esse período, ao mesmo tempo que o ambiente doméstico pode ser o local de aconchego, pode, também, ser ditador dos papéis de gênero impostos para a mulher, que a enquadra ao sacrifício materno. Elisa Arruda relata que a maternidade marca profundamente sua vida, para além de marcar também seu corpo, que passou por duas cesárias para gerar suas filhas.

Na obra a “Cama com corte vertical”, a artista parte uma cama de casal ao meio com uma serra. Para ela, a incisão virou não só parte de seu corpo, mas também de seu trabalho: “a mesma incisão da gravura é a mesma incisão do corpo¹⁰”. Os cortes feitos em sua barriga para o nascimento de suas filhas se transfiguram em suas obras. Arruda comenta:

A cama pra mim tem todo um significado. É o lugar que você dorme, é o lugar que você fica velho, que fica ali deitado, é o lugar que quando as mulheres tinham filhos em casa era ali que elas tinham, ali que tava o nascimento, é ali que tá o amor, é ali que pode estar uma violência também. (Entrevista cedida em 18/04/2022)

Figura 9: “Cama em corte vertical” de Elisa Arruda, 2021. Objeto.



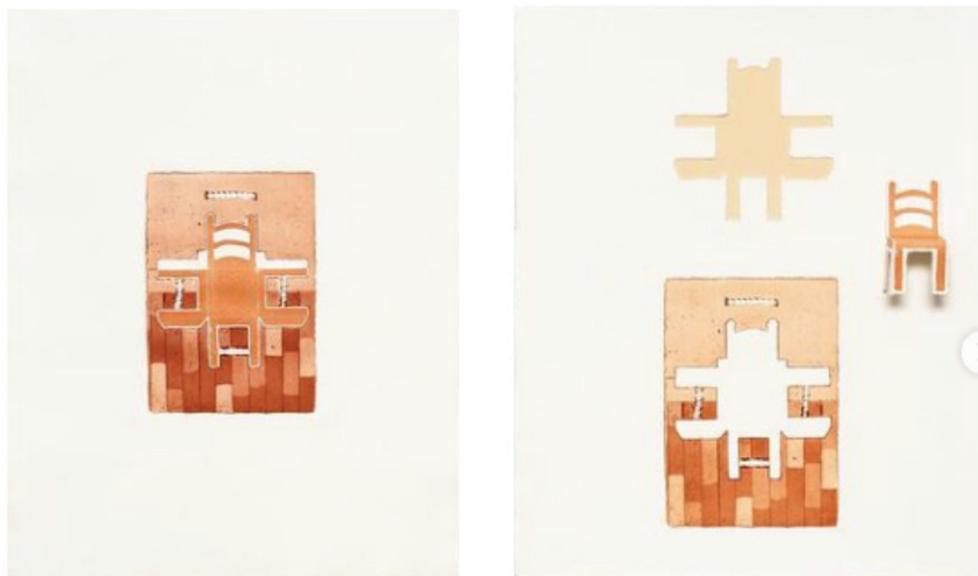
Fonte: <https://www.premiopipa.com/elisa-arruda/>

Em obras mais recentes, a incisão segue sendo parte de objetos produzidos por Elisa. A tridimensionalidade é característica dessa nova fase da artista, em que os conhecimentos aprendidos na graduação em Design surgem com maior evidência. O próprio planejamento do objeto doméstico se torna obra. Arruda se utiliza de diversas plataformas para construir cadeiras, painéis, casas. Aqui, ela explica especificamente o processo necessário para a produção de peças no cobre:

⁹ Ibidem.

Pra eu conseguir separar a matriz e tirar a cadeira da chapa do cobre é uma semana que o desenho dessa cadeira ficou no ácido, fazendo a corrosão para que eu consiga destacar. E eu penso essas coisas relacionadas ao corpo. Quando eu destaco o metal e essa incisão ela precisa de ácido, precisa de tempo. Pra mim tudo isso tá falando sobre cicatrização, sobre corpo, tá tudo muito ligado. Então esses processos também estão dentro do meu pensamento. (Entrevista cedida em 18/04/2022)

Figura 10: “cadeira de angelim” de Elisa Arruda, 2021. Gravura em metal e cola sobre papel destacado e dobrado.



Fonte: Rede social *Instagram* da artista. Disponível em: <<https://www.instagram.com/elisaarrudaaa/>>

O trabalho de Elisa Arruda fala sobre processos e curas. Processos de ser mulher e de habitar o cotidiano ríspido da rua e se abrigar em casa dentro do próprio corpo e pensamentos. Vivenciar as angústias e alegrias que atravessam o corpo feminino cotidianamente. Não obstante, a artista relata que é nítida a maior identificação de suas obras com as mulheres. Geralmente são elas suas principais compradoras. A paraense conta que muitas delas contam que, quando decidem comprar o seu trabalho, estão passando por momentos de transição:

Eu sei por que elas falam. Elas falavam “tô me separando, tô mudando de cidade, tô indo pra outro lugar”. Eu acho isso bem incrível porque meu trabalho fala desses momentos, né? De todas essas situações de confronto, de sonho, de prazer, de delírio, tudo feminino. Então, quando essas mulheres procuram pelo meu trabalho nesses momentos eu acho que tem tudo a ver. (Entrevista cedida em 18/04/2022)

A produção de Arruda aborda uma melancolia romântica, em que ela se expõe e expõe seus sentimentos e devaneios. Fala dos seus processos emocionais, dos amores, dos lutos e das vidas daquelas com que ela se relaciona. Colocando-se de maneira vulnerável, forma sua própria resistência, que inspira a outras. Com obras com frases como “essa é você” e “essa casa é sua”, há uma cons-

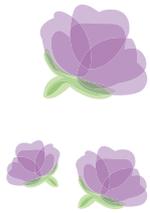
tante reafirmação de sentimentos e identidade através do que se sente. Arruda ilustra suas emoções brincando com a relação da casa e de seus objetos, em uma dialética onde o orgânico e inorgânico se confundem, onde o dentro e fora partilham dos mesmos espaços.

As situações em que Elisa se coloca em relação aos objetos de sua casa, inclusive tornando-se parte ou a própria casa, têm ressonâncias na perspectiva de Daniel Miller (2013), em que percebe a casa enquanto processo e não como massa estática. Para o antropólogo, a casa está sempre em devir e é necessário “chegar a um acordo com a agência dos próprios trechos” (MILLER, 2013, p. 143). Assim, tanto a casa deve se adaptar às nossas necessidades quanto, também, há a necessidade de nos adaptarmos à acomodação. Elisa Arruda ilustra bem essa relação em sua poética, em que, não apenas cria a casa, mas também deixa a casa criá-la.

Desse modo, percebo o trabalho de Arruda na dialética em que o humano e o não-humano estão em constante diálogo. A ludicidade da relação entre o material e o orgânico, expressos em obras da artista, me trazem identificações e afinidades com suas gravuras. Partindo da minha sensação perante à sua produção e pensando na própria obra de Arruda enquanto cultura material, é possível propor a teoria de Miller (2013), que alega que há uma constituição mútua entre as pessoas e as coisas. Mais uma vez, a afetação que o contato com as artes plásticas pode proporcionar, demonstra a agência das coisas sobre nós. A produção de Elisa Arruda exerce agência sobre nós.

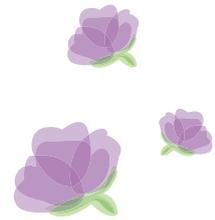
REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*. n. 78. Ed. Chão da Feira. Jun/2018.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.443-469, jul/dez 2011.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.
- GELL, Alfred. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. Tradução de Jason Campelo. *Concinnitas*, v. 8, n. 1, 2005, p. 42-63.
- HOOKS, bell. *Art on my mind: visual politics*. New York. New Press. 1995
- MILLER, Daniel. *Trechos, Troços e Coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PALMA, Daniela. As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória. *Cadernos Pagu*. 2017, n. 51.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*, v. 0, n16, pp115-136. 2001.
- SULLY, Dean. *Decolonising conservation: caring for maori meeting houses outside New Zealand*. Left Coast Press, 2007.
- TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. *Dramatização dos corpos: arte contemporânea e crítica feminista no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios, 2015.



Seção

C



Resenhas



Resenha do Livro *Flor de Gume**Reseña del Libro Flor de Gume**Book Review Flor de Gume***Flor de Gume.**

MALCHER, Monique. São Paulo: Pólen, 2020.

1. Informações: Autora e Obra

Monique Malcher, nascida em Santarém, interior do Pará, é escritora, jornalista, antropóloga e artista plástica. *Flor de Gume* é o seu primeiro livro, e, devido a amplitude de sua obra, foi agraciada pelo prêmio nacional Jabuti na categoria de Contos, o prêmio literário mais tradicional do Brasil, idealizado em 1959, visando prestigiar autores, editores, ilustradores, gráficos e livreiros que mais se destacam a cada ano. A autora aborda neste livro diversos contos que nos remetem à sua vivência como mulher ribeirinha, assim, logo nas primeiras páginas, encontramos uma dedicatória que costura as diversas “mulheridades” presas e acalentadas em todas nós, mas que constituem a mulher que ela postula em seus escritos. A organização de seus contos está disposta da seguinte forma:

Parte 1 - Os nomes escritos nas árvores, os umbigos enterrados no chão:

Boca de lobo; Suas Sandálias me cabem?
Por entre as pedras as águas choram;
O barco e as cartografias da esperança;

Juçara; Borboleta amarela; esperei você para o café; as palavras por debaixo da porta; A próxima parada; quando dois pássaros se perdem.

Parte 2 - Quando os lábios roxos gritam em caixas de leis herméticas:

Um fogão entre as marés; Ilha do rato; Apartamento; Para voar com os ratos no verão; Anis; Erva-doce nas mãos para os dias sem você; Girassol; Camadas das memórias em lágrimas; Portas fechadas; Mármore no lugar de coração; O pesadelo é um bilhete urgente que fere; Um sorriso que atravessa o asfalto; Alecrim para dizer que não fique aqui.

Parte 3 - O reflorestar do corpo, o abandonar das pragas:

Rosa vermelha; Vênus; as marés guiadas pela lua; A rua abraça a lua vermelha em eclipse; as jiboias que se espalham com a velocidade dos beijos; Elo; abre o portão quando eu chegar? Ramona; Cãhomo de despedidas; O enforcador; as espumas têm seu nome; os territórios que os pés desenharam; Hortelã; Beladona.

Apesar de ter uma organização prévia das partes, os contos são independentes e se configuram como memórias da autora ao longo de sua vivência, elaborando atravessamentos e as afetações a partir de marcas que ecoam ao comer as páginas.

¹ Dejours (1988) criou o neologismo mulheridade [*muliérité*] ou mulhebridade [*muliébrité*] para designar o estatuto de submissão conferido às mulheres nas relações sociais de sexo. As mulheridades traduzem-se na prática por um conjunto de condutas através das quais uma mulher se comporta de acordo com este estatuto de submissão determina para evitar represálias, numa posição defensiva diante das opressões que sofre, reproduzindo-as e deixando de questioná-las, punindo ou excluindo as “rebeldes” que representam risco de revelar o sofrimento gerado por esse estatuto e direcionando para uma tomada de consciência e mobilização diante das opressões. Monique denuncia a perpetuação do dispositivo da mulheridade e o subverte ao tomar a escrita como saída para curar as marcas das opressões patriarcais e apoderar-se da mulheridade como símbolo da diversidade de manifestações do “ser mulher”.

2. As “Mulheridades” que Ecoam com as Vozes de Monique Malcher

Em seu prefácio, descrito por Paloma Amorin, nos é apresentado o cenário que *Flor de Gume* irá nos presentear. Tomamos consciência das afetações e identidades que Monique irá percorrer ao longo de suas memórias tecidas nos contos, buscando elaborar sua existência ribeirinha para o mundo todo. O primeiro capítulo, intitulado como “*Parte 1: Os nomes escritos nas árvores, os umbigos enterrados no chão*”, traz referências que simbolizam a infância da autora, contada a partir de traços de memórias com sua família. Discorrendo as fragilidades e violências que imprimiram em seu corpo a história da sua constituição como mulher, abordando nesse cenário a relação com sua mãe, a qual sempre foi afogada em desejos de apagar as dores mutuamente, impossibilitadas de digerir aos afetos presentes no enlace entre mãe e filha.

Ao narrar seu retorno à casa onde cresceu e saiu de seu casulo, lembra de tentar se conectar com este passado, não sabendo lidar com a falta que a falta faz. Monique faz sentir dor através de tantas memórias guardadas da sua infância se desdobrando em trazer o familiar daquilo que foi transformado e mudado. A sua família, enunciada no conto “*as palavras por debaixo da porta*”, grita as vozes da loucura, mas o que é uma mulher louca se não uma mulher que tenta se libertar de tantas amarras? E é por isso que ela sente a tristeza, categorizada no seu curso de pelúcia que carrega uma lágrima costurada em seus olhos.

Quando Monique ensaia os primeiros passos do amor, ela também se depara com o controle excessivo de seu pai e as marcas do seu corpo, que acabam por propor a perda do objeto amado. A borboleta precisava voar, mas não acompanhou o voo de Gabriel, que precisou bater asas antes de sua amada. Por fim, o

voo para outra cidade havia sido presentificado, e, com ele, outras possibilidades de experienciar a sua vida.

Após mergulhar nas profundezas de sua infância, ancoramos no capítulo intitulado como “*Parte 2: Quando os lábios roxos gritam em caixas de leis herméticas*”. Monique traz a cena dramatizada pelo nosso personagem ilustre, o cajueiro. Este que vira muitas famílias nascerem, crescerem e amadurecerem, havia sido um escape para muitos verões, da mãe, filha, neta, bisneta e outras gerações de sua família. Ele quem as alimentou com sua polpa cítrica, mas saborosa, ao menos bem melhor que o gosto das feridas que ardem ao relatar as violências que pariram a sua alcateia. O cajueiro que de tanto alimentar sorrisos, nesta cena, alimenta as lágrimas que esvaziam os sentimentos ao ler a carta de sua avó. Em a “*Ilha do Rato*”, a autora remete à escrita, que, para ela, se dispôs a sustentar a paixão que um relacionamento nem sempre nos fornece. Confiança, amor, afeto e a ternura de um abraço quente. No entanto, a sua casca grossa só se esvai quando lembra das diversas vezes que foi curada com a famosa pomada caseira, amolecendo e curando os cascos grossos que a vida a vestia.

O “*Apartamento*” traduz a maior dor de toda a vida, a castração que vem de uma avó. Esta que sempre a acalentava com as pomadas e o doce que sempre gostava, com aqueles embalos na rede juntas, com as fotos guardadas em seu álbum, com seu colo interino, um belo dia a convocou a ouvir o seu “não”. A voz que anunciou a sua reação trouxe novas feridas, mas agora ditas por ela mesma. O choro não consegue diluir a sua tristeza, então o corpo a fecha, será que é por isso que ela não consegue se amar?

Monique traz em seus contos a possibilidade de morrer e matar a si mesma. Será possível? A morte traz finitude do , mas e quanto

as memórias cultivadas pelo tempo? A marca deixada na carne em algum momento se deixa curar ou ser curada? São essas as perguntas sem respostas que ela traz de forma súbita, logo em seguida, no conto “Anis”, que vomita as amarras de uma agressão simbólica, única e destruidora do seu pai. O seu enterro foi uma diversão, um livramento, como dito em seus pensamentos. O Girassol é uma planta que nos fornece vida, luz e beleza; depois da beleza, vem a morte. Ele dura apenas 45 dias de vida, e em “Girassol”, a autora evoca as suas memórias da morte de suas avós e a dela mesma. O enterro das suas avós também foram o seu próprio enterro, morreu a sua identidade, assim como seus gostos. As lembranças, quando evocadas, sangram, mas também enxugam e curam. A caipira sobrevive em meio ao caos da cidade grande. As memórias são difíceis de “enterrar”, até porque, quando se enterra algo, alguma coisa floresce, seja uma erva daninha, uma rosa.

Já em “Erva-doce Nas Mãos Para os Dias Sem Você” ela recita a dor de caminhar após a perda de um pedaço de seu corpo. Seja a sua risada, seja seus momentos diários... Mas a avó deixou para trás feridas abertas que não são possíveis de curar. Até em seu trabalho vestem as roupas de sua avó: nas pinturas, ainda tão claras e vívidas em suas lembranças. Como seguir sem as pernas? Monique consegue atribuir novos adjetivos ao mundo feminino, como o assombramento que nos é colocado de todas as formas e vias, seja subjetivamente ou estampado no olhar dos outros. “Mármore no lugar do coração” afoga as mágoas de uma mulher que sentiu na pele a demarcação dos lugares que o seu ser ocupava, o corpo não serve apenas para sustentá-la, mas para encaixá-la em espaços, lugares, pessoas, relações.

As noites caem como granizo em cima de uma casa, chegam fazendo um barulho estrondoso em “Alecrim para dizer não fique aqui”. Ele traz os amores que um dia permitiu ser seu

amado, os mortos que um dia deram vida aos seus dias repletos de tempestade. Os afetos revestidos de amor, também contavam com a presença de seu pai, um monstro fantasiado de amigo que aparece em seus sonhos e pesadelos. A morte nem sempre leva o que queremos apagar, às vezes aguça os nossos medos e inseguranças, e foi no seu enterro que encontrou a possível paz.

“O reflorestar do corpo, o abandonar das pragas” revive a sua fase de cuidar de si, quando ela assume a raiva em estar para outros quando, na verdade, não consegue estar consigo mesma. O reconhecimento de seu corpo vem pelo contato com o corpo podre, estalado e fadado ao exílio por si mesma e pelos outros. Ele tenta ser recatado, mas não consegue performar da forma que seu pai quer, para isso, abre mão da sua identidade para reflorestar esse corpo, utilizando de alimentos processados para mantê-lo em pé, transa com todos e todas para se sentir bem. Quem diria? Será que está transgredindo a eles ou a si mesma? Ao fim, escolheu abraçar todos os pus que saíam do seu corpo, assumir que se alimentava de carniças e que delas não sairia um líquido bom. Com o tempo, aprendeu a entender que dava e conseguiria escolher seus alimentos, que nem tudo o que se come nutre e floresce.

Monique retorna ao velório de sua avó em “Marés guiadas pela lua”, em que deveria haver festa, não lágrimas. O seu corpo, antes de velado, lembrava os seus desejos em vida, apesar do batom passado inconvenientemente, que foi uma desculpa para tocar e limpar seus lábios, rindo de suas travestisses em vida. No decorrer de seu velório, ela corre atrás de seu cheiro e objetos que retenham a sua lembrança em vida, vestindo suas roupas e, assim, retendo-a fora da terra. Este movimento culmina em sobrevivência a partir da ausência, e o choro toma conta de limpar o que se perdeu. Ao assumir a raiva como gasolina para os seus desejos,

compreende seus limites, como a possibilidade de não perdoar e ser queimada pelas chamas do ódio, ela também queima, mas cura.

“*As jiboias que se espelham com a velocidade dos beijos*” discorre sobre a declaração apaixonada por uma musa que lembra alguns livros de romance, às vezes tão ideal, mas real em suas lentes que cravam nas páginas dos contos a curvatura de seus beijos. Ela consegue expor em palavras que o juízo do gostar de mulher não abala tanto quanto teu sorriso em frente ao museu, aquela que abala as profundezas dos sentimentos em uma piscada e, assim, fazer a felicidade morar dentro das duas. O conto “Elo” disfarça com uma conversa um tanto inusitada, mas com uma certa profundidade. Ela, Mariana, às vezes tão sutil nas suas profundidades, desvela junto à sua amiga o quanto nos tornamos um pouco dos anseios e medos de nossas mães, desejos e sonhos. Mas, por incrível que pareça, não é de todo mal, afinal, pode-se fundir beleza e força.

“*Beladona*” traz o fechamento com um teor de saudades, pois, apesar de ser muitas vezes intragável, os contos refletem um pouco de Monique, um pouco de mim e de outras leitoras que escolhem mergulhar na jornada sangrenta que ela traz com suas palavras no lugar de facas. Para todos os cadáveres que Monique carrega, e ainda irá carregar, para todas as mortes que ela precisa lidar, todos os travesseiros cheios de sangue e dor carregam em si uma força, para todas as mulheres bruxas que evocam as águas do mar, para as monstras deformadas pelo fogo, um até logo, pois todas voltam em memórias, sonhos, em palavras, contos e livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro nos convoca à refletir e rememorar nossas fragilidades, assim como questionar o nosso lugar enquanto mulher. Monique estampa as demarcações de sua identidade, corpo e movimento. O lugar da mulher ribeirinha que viaja e cai de paraquedas em uma cidade grande, revive memórias dos rios no lugar das ruas, e todo o caos que a cidade proporciona em relação à calmaria do interior. O poder de evocar e nos convocar a pensar sobre perdas, ódio, medos e anseios nos faz perceber o encanto que as relações podem esmiuçar dentro de cada um de nós, seja deixando marcas ou costurando buracos não preenchidos antes.

REFERÊNCIA

DEJOURS, C. Adolescence: le masculin entre sexualité et société. *Adolescence*, 6, 89-116, 1988. Disponível em: <<https://www.documentation-sociale.org/base-prisme/851/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

MALCHER, Monique. *Flor de Gume*. São Paulo: Pólen, 2020.

Jéssica Pingarilho Batista – Psicóloga e Psicanalista. Preceptora de Estágio na Clínica Escola de Psicologia da Universidade da Amazônia (CLIPSI), na ênfase Psicanálise. Mestranda no programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. E-mail: jessicapingarilho@gmail.com

Suzana Farias Rabelo – Graduanda do 9º semestre de Psicologia pela Universidade da Amazônia; Estagiária na Clínica Escola de Psicologia da Universidade da Amazônia (CLIPSI), na ênfase Psicanálise; Facilitadora de grupos reflexivos no projeto Sobre(bem)viver, que trabalha com Violências de Gênero, a partir da interlocução entre Psicologia Feminista, Crítica e Saúde. E-mail: suzanarabelo11@gmail.com